

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA EDUARDA VIANA

A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS IMERSOS COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO QUILOMBO RIBEIRÃO
GRANDE/TERRA SECA - SP

CURITIBA

2023

CAMILA EDUARDA VIANA

A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS IMERSOS COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO QUILOMBO RIBEIRÃO
GRANDE/TERRA SECA – SP

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no setor de Ciências Agrárias, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Valdir Frigo Denardin

Coorientadora: Prof. Dr. Fabiana Thomé da Cruz

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Viana, Camila Eduarda

A construção de mercados imersos como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca - SP / Camila Eduarda Viana. – Curitiba, 2023.
1 recurso online: PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Coorientadora: Profª. Drª. Fabiana Thomé da Cruz

1. Quilombolas. 2. Desenvolvimento territorial. I. Denardin, Valdir Frigo. II. Cruz, Fabiana Thomé. III. Universidade Federal do Paraná. Programa Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. IV. Título.

Bibliotecária: Telma Terezinha Stresser de Assis CRB-9/944

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CAMILA EDUARDA VIANA** intitulada: **A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS IMERSOS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE/TERRA SECA - SP**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR FRIGO DENARDIN, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito da defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Dezembro de 2022.

Assinatura Eletrônica
05/01/2023 11:56:22.0
VALDIR FRIGO DENARDIN
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
10/01/2023 17:14:46.0
NATÁLIA SALVATE BRASIL
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica
05/01/2023 20:18:31.0
ALFIO BRANDENBURG
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
06/01/2023 10:39:54.0
VALDIR ROQUE DALLABRIDA
Avaliador Externo (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - UFPR)

Para Deus, meu guia e protetor, e para José Derli e Marisa, que auxiliaram na construção dos meus valores e me guiaram nos caminhos da vida.

A todos os batalhadores que lutam por justiça e igualdade social, assim como fazem os quilombolas e demais povos tradicionais, buscando seu espaço nos mercados e na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um dos sentimentos mais nobres que o ser humano pode expressar, e assim, com espírito de reconhecimento, que agradeço primeiramente a Deus, mesmo indo contra os ideais da ciência, eu acredito que toda a força, toda fé e toda proteção que sempre necessitei veio Dele, eu sinto.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Dr. Valdir Denardin, pelo conhecimento compartilhado e por todo o apoio. Agradeço especialmente a minha Co-Orientadora Prof^ª. Dra. Fabiana Thomé da Cruz, que para mim, é um exemplo de luta e mulher guerreira. Muito mais que orientações, ela dividiu comigo sua força em momentos que eu realmente precisava e pacientemente me auxiliou a trilhar um caminho difícil. Ela me estendeu a mão e compreendeu todas as minhas dificuldades me auxiliando a enfrentar as barreiras que apareceram no caminho. Grata por toda a dedicação, compreensão e por todo o tempo devotado. Também agradeço a Professora Carolina dos Anjos, Coordenadora do curso PPGMADE (2020-2022), por sempre me estender a mão e me auxiliar com muita paciência e dedicação.

Família é o bem maior que Deus nos proporcionou, por tanto quero agradecer à minha mãe Marisa Perinazzo, mulher de garra, que com muita paciência esteve sempre ao meu lado me dando todo o apoio durante esta trajetória. Agradecer também ao meu pai, José Derli, que sempre me apoiou incondicionalmente para conquistar todos os meus sonhos, e ao meu irmão Matheus Viana que sempre compartilhou comigo os momentos bons e ruins e sempre me apoiou em tudo que precisei. Vocês são meu alicerce, amo muito vocês.

Agradeço também aos que hoje não se fazem mais presente fisicamente, mas que foram sempre essenciais em minha vida, mesmo os que não tive oportunidade de conviver, meus avós maternos Renilda e Alfredo Perinazzo e meus avós paterno, Lauro e Maria Viana. Obrigada por transformares meus dias e principalmente minha infância com muita ternura e carinho.

O destino escolhe pessoas para entrar e sair do nosso caminho, mas apenas as pessoas verdadeiramente importantes permanecem. Agradeço imensamente ao meu companheiro de vida Laércio André, por ter entrado em minha vida, obrigada pelo companheirismo, pela paciência inesgotável, pelas palavras de apoio e pela compreensão em cada momento difícil, obrigada por ser meu ponto de equilíbrio, em especial nesta caminhada.

Agradeço a minha sogra Delci, ao meu sogro Adelar Reinehr e aos meus cunhados Lucimara e Flávio, pelos finais de semana recheados de alegria, agradáveis conversas e muita comida boa.

Amigos são a família que podemos escolher. Existem amigos de infância, da vida inteira, que além de nos trazer boas lembranças são companheiros que seguirão para sempre em nossos corações. Obrigada Aline, Lilliane, Liara, Luana e Eliane, e como não considerar aqui, meus pequenos afiliados Luiz Miguel e Lara. Agradeço por todos os momentos inesquecíveis de alegria e descontração, e por cada vez que me estenderam a mão quando eu precisei. Agradeço também aos amigos que a vida me trouxe, amigas que o destino me encaminhou e que sempre estão ao meu lado para me fazer rir ou para segurar minhas lágrimas. Obrigada Camila, Talita, Bruna, Bruno, Monique, Marcelo e Letícia, cada riso com vocês estará sempre guardado em minhas memórias. Agradeço também as antigas colegas de faculdade que se tornaram amigas para vida toda, Keli, Josiane e Magali, obrigada pelo inacabável companheirismo.

O local que passamos mais horas do dia acordados é o nosso trabalho, assim os colegas se tornam amigos, muitas vezes família. Por isso agradeço a todos os colegas de trabalho que sempre compreenderam as dificuldades desta caminhada e se mostraram prestativos em ajudar toda vez que se fez necessário. Agradeço aos antigos colegas de Realeza e aos novos colegas de Curitiba, especialmente a Maiara, Juliana, Diego, Dra. Marion, Dr. Alcides, Juliano, Monique e Marcelo com quem criei profundos laços de amizade.

Agradeço a todos os(as) quilombolas da Comunidade RGTS, especialmente a todas as mulheres dos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas por todo o acolhimento, a paciência e a disponibilidade. E um agradecimento em especial a querida Nilce, que não mediu esforços para me receber e me auxiliar nas pesquisas, parabéns pela sua incansável luta junto a Comunidade Quilombola.

Finalmente, agradeço aos colegas de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, juntos trilhamos um longo caminho, caminho este que mesmo cheio de obstáculos nos trouxe grandes aprendizados e grandes realizações.

“No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”.

Chico Mendes

RESUMO

Na década de 1990, em um cenário de crises devido aos danos ambientais e sociais, causados pelo modelo de desenvolvimento global, foram desencadeadas discussões em meio à mudança do paradigma de desenvolvimento, buscando-se novos modelos que contribuíssem para o fortalecimento e valorização dos territórios, emergindo, assim, a abordagem territorial do desenvolvimento. Estudos apontam que nas últimas décadas emergiram diversas pesquisas que visam promover a especificação e a valorização de produtos e serviços de territórios rurais, por meio de distintos mecanismos e estratégias, tais como Redes Alimentares Alternativas (RAA) a partir da construção social de mercados. Entre esses formatos de mercados destaca-se os “*nested markets*” ou mercados imersos, que são caracterizados por encontrarem-se regidos através de um conjunto de normas e regras não oficiais, e valores definidos pelos atores, produtores e consumidores. Apresentam espaços concretos e emergem nos interstícios dos mercados agroalimentares convencionais. A problemática dessa pesquisa é fundada nas dificuldades de acesso a mercados, especialmente formais/convencionais, pelos (as) agricultores (as) familiares, em especial pelos Povos Tradicionais como é o caso dos(as) quilombolas. Assim o objetivo desta pesquisa se assenta em caracterizar os mercados imersos acessados pelas quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca-SP (RGTS), e analisar em que medida o acesso a esses mercados contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial. Para cumprir os objetivos desta tese, lançamos mão de um instrumento de pesquisa que conjugou métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa para analisar o caso dos mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas do quilombo RGTS. Para tanto foi aplicada entrevista semiestruturada e instrumento de diagnóstico de mercados imersos, ao qual foi inserido nova dimensão elaborada nesta pesquisa, a fim de identificar características histórico-culturais e naturais do mercado imerso estudado. Os resultados desta tese evidenciaram que a dificuldade de acesso a mercados de proximidade, mercados institucionais e mercados convencionais, estimulou o protagonismo das mulheres quilombolas a buscar articulações para acessar novos mercados, que foram caracterizados como mercados imersos. Os mercados imersos dos grupos de comercialização de alimentos promovem a valorização e reprodução da cultura e da história do Quilombo visto que os alimentos produzidos e comercializados estão enraizados na cultura local. Também promovem o aumento da renda das famílias e assim maior autonomia e reinvestimento no território quilombola. A participação nesses mercados também possibilita o protagonismo feminino e gera maior sustentabilidade ambiental ao território, bem como o fortalecimento da agricultura familiar. Sendo assim, pode-se afirmar que os mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: mercados imersos; quilombolas; desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

In the 1990s, in a scenario of crises due to environmental and social damage caused by the global development model, discussions were triggered in the midst of a change in the development paradigm, seeking new models that would contribute to the strengthening and enhancement of territories, thus emerging the territorial approach to development. Studies indicate that in recent decades, several studies have emerged that aim to promote the specification and enhancement of products and services from rural territories, through different mechanisms and strategies, such as Alternative Food Networks (AAR) based on the social construction of markets. Among these market formats, the “nested markets” or immersed markets stand out, which are characterized by being governed by a set of unofficial norms and rules, and values defined by actors, producers and consumers. They present concrete spaces and emerge in the interstices of conventional agro-food markets. The problem of this research is based on the difficulties of access to markets, especially formal/conventional ones, by family farmers, especially by Traditional Peoples as is the case of quilombolas. Thus, the objective of this research is based on characterizing the embedded markets accessed by the Quilombolas of the Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca-SP (RGTS), and analyzing to what extent the access to these markets contributes to the promotion of territorial development. In order to fulfill the objectives of this thesis, we used a research instrument that combined qualitative and quantitative research methods to analyze the case of the embedded markets accessed by the food marketing groups Perobas, Raiz and Rochas from the Quilombo RGTS. For that purpose, a semi-structured interview and an instrument for diagnosing immersed markets were applied, to which a new dimension elaborated in this research was inserted, in order to identify historical-cultural and natural characteristics of the immersed market studied. The results of this thesis showed that the difficulty of accessing proximity markets, institutional markets and conventional markets, stimulated the protagonism of quilombola women to seek articulations to access new markets, which were characterized as immersed markets. The submerged markets of the food marketing groups promote the appreciation and reproduction of the culture and history of the Quilombo, since the food produced and sold is rooted in the local culture. They also promote an increase in family income and thus greater autonomy and reinvestment in the quilombola territory. Participation in these markets also enables female protagonism and generates greater environmental sustainability for the territory, as well as the strengthening of family farming. Therefore, it can be said that the embedded markets accessed by the Quilombo RGTS food marketing groups contribute to the promotion of territorial development.

Key word: nested markets; quilombolas; territorial Development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Região do Vale do Ribeira, localizada nos estados de São Paulo e Paraná.....	39
FIGURA 2 – Representação da localização dos quilombos na região do Vale do Ribeira, porção São Paulo.....	41
FIGURA 3 – Características de um mercado territorial, segundo a FAO.....	77
FIGURA 4 – Sistematização da abordagem temática.....	90
FIGURA 5 – Fluxograma do circuito de comercialização do mercado dos GCR.....	122

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- Sistema agroflorestal, cultivares em meio a plantas lenhosas perenes.....	109
IMAGEM 2 - Plantio em manejo coivara, período de queimada.....	110
IMAGEM 3 – Planilha de pedido de alimentos <i>in natura</i> dos GCR de São Paulo- SP para os grupos de comercialização de alimentos da RAMA.....	120
IMAGEM 4 – Planilha de pedido de alimentos <i>in natura</i> dos GCR de São Paulo- SP para os grupos de comercialização de alimentos da RAMA.....	121
IMAGEM 5 - Alimentos <i>in natura</i> comercializados pelos Grupos Perobas, Raiz e Rochas do Quilombo RGTS	124
IMAGEM 6 – Mandioca <i>chips</i> e queijo de búfala produzidos pelo grupo de comercialização de alimentos Perobas.....	126
IMAGEM 7 – Açúcar mascavo, doce de laranja, doce de abóbora e pão de pupunha produzidos pelo grupo de comercialização de alimentos Rochas e Perobas	126
IMAGEM 8 – Coxinha de mandioca, cuscuz e pão de pupunha produzidos pelos grupos de comercialização de alimentos Perobas	127
IMAGEM 9 – Etiquetas com identificação dos grupos de produzem e comercializam os alimentos	127

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Alimentos <i>in natura</i> e agroindustrializados/processados/manipulados comercializado pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas.....	123
TABELA 2 - Média, mediana, moda e desvio padrão das dimensões do diagnóstico dos mercados imersos dos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS.....	134
TABELA 3 - Média das variáveis da dimensão distintividade.....	137
TABELA 4 – Mediana, moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão distintividade.....	138
TABELA 5 - Média das variáveis da dimensão conectividade.....	144
TABELA 6 – Mediana, moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão conectividade.....	144
TABELA 7 - Média das variáveis da dimensão multiuncionalidade.....	147
TABELA 8 – Mediana, moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão multifuncionalidade.....	148
Tabela 9 - Média das variáveis da dimensão governança.....	150
TABELA 10 – Mediana, moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão governança.....	151
TABELA 11 - Média das variáveis da dimensão infraestrutura sociomaterial.....	155
TABELA 12 – Mediana, moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão infraestrutura material.....	155
TABELA 13 - Média das variáveis da dimensão relevância.....	157
TABELA 14 – Mediana, Moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão relevância.....	157
TABELA 15 - Média das variáveis da dimensão histórico-cultural natural.....	159
TABELA 16 – Mediana, moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão histórico-cultural natural.....	159

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tipologia de recursos e ativos e suas características genérica ou específica.....	54
QUADRO 2 – Variáveis e indicadores da dimensão relevância	78
QUADRO 3 – Esquema comparativo dos mercados agroalimentares convencionais e os novos mercados emergentes (mercados imersos)	80
QUADRO 4 – Tipologia dos mercados da agricultura familiar	83
QUADRO 5 – Dimensão histórico-cultural natural	98
QUADRO 6 – Matriz de análise da metodologia.....	102

LISTA DE SIGLAS

- ATD – Abordagem Territorial do Desenvolvimento
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATER-SP – Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de São Paulo
- CBST – Cesta de Bens e Serviços Territoriais
- CC – Circuitos Curtos
- CFS – Commitee on World Food Security
- COMSEA – Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional
- CPR – Recursos de Uso Comum
- CSA – Comitê de Segurança Alimentar
- DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada
- DHI – Dimensão Humana e Intelectual
- DT – Desenvolvimento Territorial
- DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – Food and Agriculture Organization
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- GCR – Grupos de Consumo Responsável
- IA – Insegurança Alimentar
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM – Índices de Desenvolvimento Humano Municipal
- II VIGISA – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil
- InSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
- ITESP – Instituto de Terras de São Paulo
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- NSE – Nova Sociologia Econômica
- ONGs – Organizações Não Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PMEs – Pequenas e Médias Empresas
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Programa Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar
PPGMADE – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PT – Partido dos Trabalhadores
PTC – Programa Territórios da Cidadania
RAA – Redes Agroalimentares Alternativas
RAMA – Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
REDETEG – Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança
RETE – Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial
RGTS – Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca-SP
AS – Segurança Alimentar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
UCs – Unidades de Conservação
UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO QUILOMBOLA.....	25
2.1 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E MODOS DE VIDA.....	25
2.2 A CULTURA QUILOMBOLA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	31
2.3 AGRICULTORES FAMILIARES OU CAMPONESES? A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NO CONTEXTO QUILOMBOLA.....	333
2.4 CARACTERÍSTICAS DO QUILOMBO RGTS, LOCAL DA PESQUISA.....	39
2.4.1 Município de Barra do Turvo e a comunidade quilombola RGTS.....	422
3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO AGROALIMENTAR.....	47
3.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SEUS CONTEXTOS.....	47
3.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL E ESPECIFICAÇÃO DOS ATIVOS TERRITORIAIS.....	51
3.3 DO DESENVOLVIMENTO RURAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA O SETOR AGROALIMENTAR.....	56
3.4 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUAS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO AGROALIMENTAR.....	62
4 OS MERCADOS IMERSOS/TERRITORIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	69
4.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS E A ABORDAGEM DOS MERCADOS IMERSOS.....	69
4.2 OS MERCADOS IMERSOS/TERRITORIAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	81
4.3 O CENÁRIO ATUAL DOS MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19.....	86
5. REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	91

5.1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E DIAGNÓSTICO DOS MERCADOS IMERSOS.....	93
5.1.1 Construção da Dimensão histórico-cultural natural.....	93
5.2 COLETA DE DADOS.....	99
5.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	100
6 A CULTURA DOS ALIMENTOS QUILOMBOLAS COMO RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS NO CONTEXTO DOS MERCADOS IMERSOS.....	102
6.1 PEROBAS, RAÍZES E ROCHAS: HISTÓRIA E PERFIL DOS GRUPOS DE VENDA DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS.....	102
6.2 RAÍZES, ROCHAS E PEROBAS: OS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS.....	110
6.3 A CULTURA QUILOMBOLA DOS ALIMENTOS COMO POTENCIAL PARA A COMERCIALIZAÇÃO: ATIVAÇÃO DE RECURSOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS.....	122
7 OS MERCADOS IMERSOS ACESSADOS PELAS QUILOMBOLAS DOS GRUPOS PEROBAS, RAIZ E ROCHAS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	131
7.1 DIAGNÓSTICO DOS MERCADOS IMERSOS ACESSADOS PELOS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS.....	131
7.1.1 Distintividade.....	136
7.1.2 Conectividade.....	142
7.1.3 Multifuncionalidade	146
7.1.4 Governança.....	149
7.1.5 Infraestrutura sociomaterial.....	153
7.1.6 Relevância.....	156
7.1.7 Histórico-cultural natural.....	157

7.2 OS MERCADOS IMERSOS DOS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE-TERRA SECA COMO ESTRATÉGIA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	162
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS.....	179
APÊNDICE A.....	207
APÊNDICE B.....	208

CONVENÇÕES

Neste trabalho, foram adotadas as seguintes convenções:

I - Os trechos em *itálico* representam expressões em geral ou falas, palavras e expressões dos interlocutores da pesquisa ou ainda termos em idioma estrangeiro.

II – Trechos em **negrito** no meio das falas dos interlocutores representam perguntas realizadas pela entrevistadora e que não estão contempladas no roteiro de entrevista semiestruturada que se encontra no apêndice.

III - As aspas remetem a conceitos, trechos fidedignos e/ou termos usados por outros autores.

IV - Para preservar a identidade dos interlocutores (participantes dos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS), seus nomes não constaram no trabalho, sendo substituídos pela palavra “Entrevistada” seguida do número da ordem de entrevistas e o grupo de comercialização a que pertencia no momento da entrevista. Sendo assim, as interlocutoras do grupo Perobas foram identificadas por ordem de entrevista de 01 a 08 seguidas das palavras Grupo Perobas. As interlocutoras do grupo Raíz foram identificadas por ordem de entrevista de 01 a 08 seguidas das palavras Grupo Raíz e as interlocutoras do grupo Rochas foram identificadas por ordem de entrevista de 01 a 08 seguidas das palavras Grupo Rochas.

V - Os trechos citados de obras de outros autores que tenham sido publicadas anteriormente ao novo Código Ortográfico foram adequados às mudanças estabelecidas, sem, contudo, alterar-lhes o sentido.

VI - Para a construção do texto, foi empregada tanto a primeira pessoa do singular – eu – quanto a primeira pessoa do plural – nós –, conforme a necessidade de expressar vivências ou opiniões da autora, bem como ideias e opiniões em conjunto com orientador e co-orientadora.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990, em um cenário de crises devido aos danos ambientais e sociais, causados pelo modelo de desenvolvimento global, foram desencadeadas discussões em meio à mudança do paradigma de desenvolvimento, buscando-se um novo modelo que apresentasse fortalecimento na valorização do território (TURPIN, 2009). Dessa forma, discussões encabeçadas por movimentos sociais, gestores, academia e representantes de instituições públicas e privadas, passaram a propor novas abordagens para o desenvolvimento capazes de sanar ou mitigar problemas sociais e ambientais e promover o fortalecimento e a autonomia dos territórios, tendo em vista as especificidades de cada um e, assim, promover o desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2004).

Dentre essas perspectivas, cabe menção ao trabalho do economista Bernard Pequeur (2005, p.12) acerca da abordagem territorial do desenvolvimento que, segundo ele, “[...] se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico”. O autor define desenvolvimento territorial como: “[...] todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PEQUEUR, 2005, p.12).

Para o autor Favareto (2006), a abordagem territorial do desenvolvimento tem como objetivo principal promover a diversificação de cada região, buscando destacar os potenciais locais de cada território e autonomia dos atores, através da governança, pautada em um modelo de desenvolvimento endógeno para alcançar a ampliação das capacidades socioeconômicas. No meio rural, a abordagem territorial do desenvolvimento também tem como intuito responder as novas manifestações de desenvolvimento construídas pelas ideias do “novo rural” e conforme asseverado por Favareto (2006, p. 192).

“[...] busca dar conta destas novas formas de manifestação, para além de um setor econômico, e para além dos limites de uma comunidade, sinalizando uma escala geográfica que permite comportar a relação com o urbano -, e um discurso científico - cuja preocupação é reconhecer o conteúdo empírico e os significados teóricos destas dinâmicas sócio-espaciais”.

Ao analisar o território, no contexto do desenvolvimento global, no qual existe em boa medida a padronização de produtos e serviços da sociedade, Ploeg (2008) afirma que a escala local/territorial e a capacidade de produzir novidades perdem relevância. Em complemento às discussões de Ploeg (2008), Prado *et al.* (2022) defendem que os modelos de

desenvolvimento globalizado, especialmente no âmbito rural, levam à marginalização dos territórios e dos agricultores que não se adequam às exigências impostas por esse modelo, sendo necessário a busca de iniciativas para alterar a conformação do sistema alimentar voltado ao desenvolvimento global, e que levem ao fortalecimento e promoção do desenvolvimento dos territórios.

Prado *et al.* (2022), apontam ainda que nas últimas décadas emergiram diversas pesquisas que visam promover a especificação e a valorização de produtos e serviços de territórios rurais, por meio de distintos mecanismos e estratégias, tais como os selos de qualidade, as Redes Alimentares Alternativas, e as cadeias curtas de abastecimento, dadas pela construção social de mercados, conforme citadas por Cassol (2013). Essas estratégias podem ser consideradas alternativas ligadas à produção e serviços locais e aos valores sociais e culturais de cada região, de modo a permitir que haja revalorização dos conhecimentos e práticas tradicionais para reconectar produtores e consumidores e, assim, fortalecer o desenvolvimento de caráter territorial (CASSOL, 2013).

Referente às alternativas voltadas aos circuitos de comercialização, aos quais são formados pela construção social de mercados, onde não há regras formalizadas, convenções e normativas prévias (CASSOL; SAVATE BRASIL; SCHENEIDER, 2016), é válido destacar a abordagem dos “*nested markets*” ou mercados imersos, foco desta pesquisa.

Ploeg (2016) define os “mercados aninhados” (*nested markets*), atualmente traduzido por “mercados imersos”, como mercados construídos por meio de interação social, cujos produtos e serviços interagem com grandes mercados, ou mercados convencionais¹, diferenciam-se dos mercados convencionais por sua dinâmica e forma de governança.

Os autores Ploeg; Jingzhong; Schneider (2012), revisitando a ideia de caráter de interação social mencionado por Ploeg (2016), definem essas características como mercados socialmente construídos, que são regidos por um conjunto de normas e regras não oficiais e valores definidos pelos atores, produtores e consumidores. Esses tipos de mercados possuem espaços concretos e emergem nos interstícios dos mercados agroalimentares convencionais.

Os mercados imersos também estão imersos em padrões de governança que levam a maior autonomia e renda aos agricultores (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). Assim, podemos afirmar que os mercados imersos são de maior acesso à agricultura familiar por serem alternativa às dificuldades de alcance aos mercados estritamente convencionais,

¹ Mercados convencionais são mercados de trocas de produtos, bens e mercadorias, voltados especialmente a sistemas imbricados no desenvolvimento de caráter global. Esse tema será tratado mais profundamente no capítulo 4.

porém com a possibilidade de interagir com esses, de modo que possam se apropriar das demandas que os mercados convencionais não suprem.

Desta forma, esta pesquisa busca analisar os mercados acessados pelos quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca (RGTS) SP, também identificados como agricultores familiares². De modo particular, a pesquisa está focada em mercados imersos construídos pelos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, destacando em que medida eles contribuem na construção do desenvolvimento territorial.

Vale ressaltar a importância de se estudar os mercados no contexto do desenvolvimento de abordagem territorial. Conforme assevera Raud (2008), em relação a essa perspectiva, há urgência em ampliar o conhecimento sobre os mercados, suas formas de organização, como são construídas suas dinâmicas e relações de poder, e as diferentes formas de interação social nesses espaços.

Para Schneider (2016), estudos referente a mercados podem teoricamente levar a mais contribuições para abordagens como a nova sociologia econômica e a teoria institucional, e também a análises dos efeitos da globalização para os mercados, bem como abrir discussão à formulação de políticas públicas voltadas a “[...] dispositivos de controle e regulação dos mercados agroalimentares convencionais ou no estímulo à construção de novos mercados socialmente imersos (*nested markets*)” (SCHNEIDER, 2016, p.96). O autor afirma ainda que estudos de mercados podem contribuir para a construção de “[...] tipologias para trabalhar com a diversidade e a heterogeneidade das formas pelas quais a agricultura familiar interage com os mercados, o que vai requerer novas metodologias e abordagens.” (Ibiem, 2016, p.96).

Em relação ao contexto quilombola, local de estudo desta pesquisa, é válido mencionar as investigações apresentadas pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) que, em 2021, lançou a pesquisa realizada na periferia da grande São Paulo referente às possibilidades e desafios para o acesso e comercialização agroecológica, a qual identifica entre os grupos que pertencem à Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), especialmente os três grupos de comercialização de alimentos das mulheres quilombolas da Comunidade RGTS, que são iniciativas coletivas para a comercialização de alimentos por meio da construção social de novos mercados. As iniciativas apresentaram maior relevância devido a dificuldade de acesso a mercados formais e, em especial, após o contexto da

² Conforme a Lei nº 11.326, de 2006 (BRASIL, (2006a, p.2), soma-se à definição de agricultores familiares: “[...] integrantes de **comunidades remanescentes de quilombos rurais** e demais povos e comunidades tradicionais [...]” (grifos nosso)

pandemia da COVID-19 que levou ao fechamento de mercados como PNAE, PAA e feiras (MIRANDA, 2021).

Nesse sentido, cabe ressaltar que os quilombolas, juntamente com os demais tipos de agricultores familiares, destacam-se na produção e comercialização de alimentos de caráter territorial, visto que os alimentos produzidos por eles, em sua maioria, são comercializados localmente, formando assim cadeias curtas de abastecimento, como proposto pelos autores Marsden, Banks e Bristow (2000).

Os alimentos produzidos pelos quilombolas, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, são diversificados, frescos e, em sua maioria, mantêm a cultura e a tradição na sua forma de produção e processamento. Devido a forma de produção e manejo que, na maioria das vezes, são em formato de Agroecologia e/ou Sistema Agroflorestal, podem ser considerados sustentáveis, pois adotam modelos de produção que não prejudicam potencialmente o meio ambiente. Esses alimentos apresentam características que contemplam, em boa medida, os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), que garantem uma alimentação culturalmente referenciada, sustentável ambiental, econômica e socialmente e considerada adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas e ecológicas de cada pessoa (BRASIL, 2006b).

Alguns alimentos comercializados são tradicionalmente produzidos pelos quilombolas da Região do Vale do Ribeira, tais como os *in natura*: arroz, mandioca, feijão, milho verde, bem como os alimentos processados: cuscuz³, cuscuz de mandioca, taiada⁴, farinha de mandioca, melado de cana e gengibre, biju⁵, paçoca de carne seca, bolo de milho, farofa de milho, pamonha doce ou salgada, farinha de milho, canjica, doce de leite, doce de gengibre entre outros (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017).

Porém, ainda que os alimentos produzidos pelos quilombolas, assim como por demais agricultores familiares, apresentem relevância para SAN, ainda assim existem dificuldades para que cheguem à mesa dos consumidores, conforme asseveram Cruz e Schneider (2010) e Cruz (2012). Os autores demonstram em seus estudos que uma parte dos agricultores familiares não possuem legalização para comercializar os alimentos, o que limita os espaços de venda. Isso acontece porque as legislações brasileiras de alimentos não

³Prato típico preparado a base de milho triturado e moído e cozido na panela, envolto por um pano (forma tradicional de produção).

⁴Doce feito a partir do caldo da cana, misturado com farinha de mandioca e gengibre.

⁵ Derivado da mandioca, feito através da fécula, também chamado de polvilho doce.

abranchem as formas tradicionais de produção e, assim, deixam muitos(as) agricultores(as) às margens da formalidade.

A problemática da comercialização dos alimentos da agricultura familiar apresentou-se ainda maior após o início da pandemia da COVID-19. Para tentar conter o aumento de casos e óbitos pela doença, foram impostas regras sanitárias de isolamento e *lockdown*, que acarretaram problemas de distribuição e comercialização da produção, devido às restrições ou cancelamento de vendas nos espaços usuais de comercialização (feiras livres e outros), o que implicou diminuição ou suspensão da produção, ocasionando impactos na renda dos agricultores familiares (PREISS, 2020b).

Com o fechamento de espaços de comercialização de alimentos, e as restrições de vendas em locais de alimentação como restaurantes, além do fechamento das escolas, houve aumento na Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) no País, conforme destacado no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN), lançado em junho de 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Os resultados do Inquérito demonstraram que entre os meses de novembro de 2021 a abril de 2022, 41,3% dos domicílios estavam em situação de Segurança Alimentar (SA), ou seja, menos da metade dos domicílios, sendo que 28% possuíam incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida, considerado estado de Insegurança Alimentar (IA) leve. 30,1% dos domicílios viviam com restrição quantitativa aos alimentos e 15,5% estavam em situação de fome, em situação de IA grave (REDE PENSSAN, 2022).

Os dados sobre insegurança alimentar e nutricional se somam à necessidade de discutir estratégias de desenvolvimento e, concernente a esta pesquisa, implica considerar a problemática do desenvolvimento territorial no contexto agroalimentar. Ao mesmo tempo, apresentar aspectos do sistema agroalimentar dominante, os quais são modelos de produção e consumo denominados por Ploeg (2008), como “Impérios Alimentares”, e se caracterizam pela padronização de alimentos, aplicação constante de tecnologia em todas as etapas de processamento dos alimentos, concentração de procedimentos agroindustriais para atender a produção em larga escala e cadeias longas de abastecimento. De modo que a produção, altamente processada, possa ser distribuída em longos percursos demográficos, não se limitando a abastecer o território onde é produzida, encontrando-se em boa parte na contramão das abordagens territoriais de desenvolvimento. Esses sistemas dominantes são

representados por grandes corporações que buscam o controle da cadeia alimentar desde a produção até a distribuição de alimentos (MALUF, 2004).

Em contraposição aos modelos agroalimentares dominantes, encontram-se os alimentos produzidos e comercializados pelos quilombolas e que não se encaixam nos modelos de desenvolvimento global e acabam sofrendo com as avaliações de qualidade alimentar, que visam apenas analisar o caráter sanitário, com normas e padrões homogêneos, voltados para grandes indústrias e não consideram outras características de qualidade. Como consequência, percebe-se a exclusão dessa forma de produção que, dadas as especificidades, tem suas características comprometidas se avaliadas de acordo com os mesmos critérios vigentes para a produção industrial de alimentos. Assim, eles acabam impedidos de ampliar as redes de comercialização, ou mesmo de realizar a venda de produtos, são excluídos dos mercados formais ou deixados às margens da informalidade (VIANA, 2016). Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento territorial, que buscam valorizar o “saber fazer” local, a autonomia e a heterogenia de cada território, mostram-se em boa medida adequadas para os contextos de desenvolvimento das comunidades tradicionais, como no caso dos quilombolas.

A problemática diante da comercialização de alimentos e acesso a mercados, especialmente formais/convencionais, pelos agricultores familiares, em especial pelos quilombolas, deu à luz as seguintes questões para esta pesquisa: quais os tipos de mercados são acessados pelos quilombolas da Comunidade RGTS para a comercialização de alimentos? Em que medida esses mercados são estratégias para a promoção do desenvolvimento territorial?

Desta forma, esta pesquisa tem como hipótese, que as dificuldades de acesso a mercados apresentadas pela agricultura familiar, em especial pelos quilombolas, levaram à construção de novos canais de comercialização por meio da oferta de alimentos com características diferenciadas que não são encontrados em mercados convencionais, formando assim mercados imersos que vieram a promover o desenvolvimento territorial no Quilombo RGTR.

Para responder às questões direcionadoras, esta pesquisa teve como objetivo geral:

Caracterizar os mercados imersos acessados pelos quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca-SP (RGTS) e analisar em que medida eles contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial.

Para alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar os alimentos comercializados pelos Quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca da região do Vale do Ribeira-SP evidenciando os recursos territoriais específicos ativados;
- 2) Identificar e caracterizar os mercados imersos acessados pelos Quilombolas da Comunidade RGTS-SP;
- 3) Analisar em que medida os mercados acessados pelos quilombolas da Comunidade RGTS-SP contribuem para o desenvolvimento territorial.

A metodologia utilizada para construir este trabalho foi qualitativa e baseada em visão interdisciplinar, com expectativa de abranger os diferentes âmbitos que envolvem as questões agroalimentares, em particular o desenvolvimento territorial e os mercados imersos.

Para tanto, foi realizado levantamento teórico relacionado ao tema, bem como pesquisa de campo que possibilitaram a realização de levantamento de informações em relação às ações coletivas de comercialização de alimentos e, por meio delas, foram identificados os grupos que realizam essas ações e estimado o número de quilombolas que participam desses grupos. Foram identificados 3 grupos de comercialização, Grupo Perobas, Raíz e Rochas, compostos por 24 mulheres, sendo 8 participantes de cada grupo. Através de aplicação de entrevista semiestruturada para as 24 participantes dos grupos. Buscou-se identificar os mercados acessados pelos grupos e delinear a formação e as dinâmicas de comercialização, além de realizar levantamento dos alimentos produzidos e comercializados pelas quilombolas da Comunidade RGTS, evidenciado os tipos de alimentos que possuem diferencial e agregam potencial para tornarem-se ativos territoriais específicos.

Junto à entrevista semiestruturada foi aplicada diagnóstico dos mercados imersos baseada em Salvate Brasil (2019) e Almeida (2022), que foi composto por mais uma dimensão elaborada para esta pesquisa. O diagnóstico possibilitou caracterizar os mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, além de auxiliar nas discussões que apontaram os mercados imersos como estratégia de promoção ao desenvolvimento territorial.

A escolha deste tema foi motivada tanto pelo âmbito pessoal quanto profissional. As teorias referentes à construção social dos mercados foram trabalhadas em certa medida na pesquisa de dissertação de Mestrado, "Construção social da qualidade do queijo colonial na Microrregião de Capanema (Sudoeste do Paraná)", aguçando a aspiração em conhecer mais sobre o tema.

A dificuldade de acesso a mercados formais/convencionais e construção de novos mercados, foi um tema percebido em âmbito profissional, por desempenhar função no Setor da Vigilância Sanitária Municipal e realizar inspeções em agroindústrias familiares, a sensação era de contradição, pois, ao seguir e fazer cumprir as exigências sanitárias estipuladas pelas legislações para este tipo de produto, acabava sempre surgindo a proibição da produção e assim não permitindo que esses produtos pudessem acessar os mercados formais/convencionais, como por exemplo supermercados. Mesmo não recebendo a certificação/licença sanitária, foi observada a comercialização desses produtos pelos agricultores familiares, que acabavam construindo novos mercados para seus alimentos, o que estimulou os estudos para compreender esses casos.

Além dos aspectos já mencionados que se somam para justificar a pesquisa, é válido mencionar outra situação que levou à escolha do tema. Trata-se de uma visita realizada em 2019 ao Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca, junto aos doutorandos da linha de pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade do Programa da XIII Turma de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - PPGMADE, da Universidade Federal do Paraná - UFPR. A visita teve como intuito a realização de uma pesquisa interdisciplinar para a formação de um projeto coletivo, o qual faz parte da metodologia de construção das teses no PPGMADE onde, inicialmente, grupos de doutorandas(os) divididos por linha de pesquisa constroem em conjunto um projeto coletivo do qual derivam as teses individuais. Após a visita foram observadas problemáticas que circundavam o território visitado, em especial a problemática que envolvia o tema alimentos.

As problemáticas levantadas se tornaram tema das teses dos doutorandos que fizeram parte desta visita. Nesse caso, devido o fato da temática “alimentos” acompanhar a minha caminhada acadêmica desde a especialização em Segurança Alimentar, Políticas Públicas Tecnologia Agroindustrial, até o Mestrado, além do âmbito profissional como já apresentado, a problemática envolvendo a comercialização dos alimentos tradicionais quilombolas foi escolhida como tema dessa pesquisa.

Para responder aos objetivos da pesquisa, este trabalho está organizado em sete capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta-se em forma de introdução do trabalho, no qual consta breve referencial teórico e contextualização sobre o tema trabalhado, a justificativa em relação à escolha do tema, problemática, hipótese, objetivos e metodologia. Logo, no capítulo 2, é apresentado o contexto do espaço quilombola, demonstrando sua história e cultura que são estreitamente ligadas à produção de alimentos e a

relação com a comercialização dos produtos. Também no capítulo 2 é apresentada discussão acerca da categoria agricultura familiar versus campesinato para povos tradicionais, como no caso dos quilombolas, além da caracterização do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca-SP (RGTS), local de estudo desta pesquisa.

O terceiro capítulo é constituído de referencial teórico e trata de apresentar teorias relacionadas ao desenvolvimento territorial, mais especificamente ao desenvolvimento territorial rural e o contexto das estratégias de desenvolvimento territorial no âmbito agroalimentar.

No quarto capítulo é apresentada a revisão bibliográfica referente à abordagem teórica dos mercados imersos, por meio dos mercados socialmente construídos, como alternativa para a promoção do desenvolvimento de abordagem territorial e o cenário atual desses mercados no enfrentamento da pandemia da COVID-19.

De forma geral, em uma estrutura de tese, o capítulo que compreende a metodologia é abordado logo no início, entretanto devido a necessidade de primeiramente apresentar o contexto dos Povos tradicionais quanto agricultores(as) familiares, seus modos de vida e sua ligação com a cultura e a natureza, bem como explicar sobre os mercados imersos e suas dimensões para que se justificasse a elaboração de uma nova dimensão descrita na metodologia, essa foi apresentada apenas no quinto capítulo, ao qual é construído pela apresentação do referencial metodológico, em que é apontada a metodologia aplicada para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa.

O sexto capítulo discorre sobre os resultados encontrados a campo e que levaram à identificação e caracterização do perfil dos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, bem como os mercados acessados pelos grupos, especialmente, a identificação dos mercados imersos. Para finalizar o capítulo, são apresentadas discussões referentes à cultura quilombola dos alimentos como ativos específicos, para potencializar a promoção de desenvolvimento territorial.

No sétimo capítulo são desenvolvidas discussões voltadas a apresentar as características dos mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, por meio dos resultados obtidos com a aplicação da ferramenta de diagnóstico, proposta por Salvate (2019) e Almeida (2022), junto à dimensão elaborada pela autora desta pesquisa. Também são apresentadas discussões que permeiam as análises dos mercados imersos, acessados pelos grupos de comercialização de alimentos, como estratégias de promoção do desenvolvimento territorial. Para finalizar, nas considerações finais, foi

apresentado o desfecho geral da pesquisa, conforme o olhar dos resultados obtidos, com perspectivas de novas investigações relacionadas ao tema.

2 CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO QUILOMBOLA

Para melhor compreensão do trabalho aqui apresentado, faz-se necessário inicialmente a apresentação do espaço de pesquisa e seus atores, no caso os quilombos e os(as) quilombolas, em especial o contexto histórico cultural, pelo fato deste componente constituir uma das importantes estratégias de promoção de desenvolvimento territorial, conforme será apresentado no Capítulo 3. Assim, esta seção apresenta o contexto histórico-cultural dos quilombos e a relação deles com a produção e comercialização de alimentos, com ênfase no seu “saber fazer” que é enraizado na cultura quilombola e que pode ser lançado como diferencial dos alimentos produzidos nesse território.

2.1 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E MODOS DE VIDA

A história da formação dos quilombos no Brasil é atravessada por resistência e desejo de liberdade, pois, como o próprio nome figura em uma de suas múltiplas significações, “*quilombo*” refere-se a um tipo de “acampamento ou fortaleza”, e representou a tentativa da comunidade negra “reivindicar o que lhes é essencial”, isto é, a terra (SILVA, 200, p.2).

De início, é preciso pontuar que a construção e a identificação das comunidades quilombolas na luta por terra foi marcada por dissoluções e “tensão nas relações estabelecidas”, conforme aponta Silva (2000, p. 2), afinal, ao desejarem encontrar um lugar para si, os quilombolas “negaram” o lugar que lhes era imposto, “numa dada circunstância espaço-temporal”, isto é, ante a pós-escravidão.

Para compreender os processos e as conjecturas que possibilitaram a formação dos quilombos, é preciso retornar à formação do próprio Brasil, visto que o país passou por um processo de contundente colonização, no qual Portugal [...]desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais (SILVA, 2000, p. 4), afetando os povos originários, “considerados inferiores” e que tiveram sua cultura e vivência marcadas pelo colonizador. Em 1532, o Brasil precisava organizar-se econômica e civilmente como sociedade brasileira e, por ser um local há pouco colonizado, precisava de feitura rápida e barata para a construção da nova colônia europeia. Como solução, o Brasil tornou-se um verdadeiro império de importação de mão de obra escrava, assim, a história dos quilombos tem início com a imigração ou dispersão forçada de

africanos(as), forçados(as) a migrar para outros países, em especial, do continente Europeu e Americano, deixaram famílias, história, cultura e os próprios territórios, com a finalidade de serem escravizados(as). O Brasil foi um dos locais que mais recebeu africanos(as) escravizados(as), tornando-se a segunda maior nação do planeta com população de ascendência africana durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (ANJOS, 2014; FERREIRA, 2009; FREYRE, 2003).

Neste sentido, Silva (2000) sinaliza para uma repetição histórica, na qual, da mesma maneira que colonizadores aproveitaram-se dos recursos e dos povos, sobressaíram-se, também, as chamadas “elites nacionais”, que mantinham similar configuração socioeconômica, baseada em exploração do solo e de “gente” (SILVA, 2000, p. 4). Sendo assim, o mesmo pensamento colonial enraizado, coisificou e desumanizou o negro, tornando-o escravizado, sendo que a História relata sobre aqueles:

[...] milhares que morreram nas guerras de captura na própria África, outros milhares na insalubre travessia do Oceano Atlântico para que por fim milhões de outros negros africanos viessem a formar a fortuna dos conquistadores, mas, sobretudo a formar o que somos como povo brasileiro (SILVA, 2000, p. 5).

A escravidão era uma forma de sistema que imprimia cruel desigualdade e tinha como premissa a exclusão de convívio social, estabelecendo violência desmedida, na qual, o trabalho forçado, renuncia a qualquer sujeito, a qualquer povo, promovendo a hegemonia, “pois se realiza diretamente pela força” (MORAES, 2005, p. 97). Entre os serviços compulsórios, realizados tanto no campo quanto na cidade, estavam os trabalhos nas minas, engenhos, lavouras, agricultura de subsistência, criação de gado, comércio, nos ofícios manuais e domésticos, construção das casas, pontes e estradas.

Além de serem forçados, esses trabalhos eram acompanhados de sacrifícios e uma vida e m condições de degradação abaixo dos limites que pode ser considerado humano, tais como: falta de moradia e alimentação adequada, além de castigos físicos e punições constantes, que agrediam o corpo e a humanização das pessoas escravizadas, reduzindo-os a servos. (SILVA, 2012; ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006; FUNARI, 1996).

Essa lógica de castigos e repressões era necessária para o funcionamento da ordem escravocrata, pois, caso contrário, as pessoas escravizadas poderiam recusar-se a trabalhar e se rebelariam no cativoiro. Havia legislação, tanto no período colonial como no imperial, que reprimia a tentativa de fuga ou rebelião e penalizava esses comportamentos. O colonialismo

escravista encontrava respaldo em práticas europeias de tempos anteriores, em que era permitido pessoas serem consideradas propriedades dos seus senhores (SOUZA, 2008).

Onde houve escravidão houve, também, resistência, de vários tipos, mesmo sob a ameaça do chicote, o escravizado negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. Existiu, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão e de outras formas de trabalho forçado, tratando-se da fuga e formação de grupos de pessoas escravizadas.

A fuga nem sempre levava à formação desses grupos. Ela poderia ser individual ou até grupal, mas as pessoas escravizadas procuravam se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres (REIS; GOMES, 1996, p. 9). Conforme apresentado pelos autores, a resistência aconteceu de diversas formas: sob a opressão e violência dos senhores, os escravizados resistiram individual ou coletivamente e, muitas vezes, iam para os “quilombos” onde procuravam recomeçar a vida. (SILVA; SILVA, 2014)

Após 388 anos de trabalho forçado e exploração de trabalho entre os escravizados, no Brasil, foi assinada a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a qual significou a abolição da escravatura e, possibilitou a libertação de milhares de pessoas escravizadas. A Lei Áurea expressou, formalmente, a proibição da escravidão, porém, não garantiu aos negros acesso aos direitos, como educação, alimentação ou moradia. Ao contrário disso, os ex-escravizados foram expulsos das terras em que viviam, acabaram sem moradia e emprego, conforme descrito por Leite (2000).

Além disso, não houve iniciativa governamental para integrar os negros à sociedade. Por essa razão, eles maniveram-se marginalizados, pois não tinham educação, nem oportunidades dignas de trabalho. Para sobreviver, foram submetidos aos trabalhos degradantes com baixos salários. Sem falar que a realidade brasileira permaneceu carregada do racismo que condenava essa parcela da população à posições marginais. Assim, com a Abolição da Escravidão, em 1888, restaram aos escravizados duas possibilidades: fixarem-se nas periferias urbanas, opção escolhida por muitos ex-escravizados urbanos, ou refugiarem-se nas comunidades quilombolas, embrenhando-se na mata atrás de refúgio (LEITE, 2000).

Em consequência, dá-se início à formação dos quilombos. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) afirmam: “conscientes de que a escravidão perdia a legitimidade e o consenso, grupos de pessoas escravizadas ganhavam em ousadia e articulação, revoltando-se, fugindo, clamando por melhorias em suas condições de vida e por autonomia” (SCHWARCZ;

STARLING, 2015, p. 309). A mobilização intensa possibilitou o crescimento do número de quilombos espalhados em diversas partes do país.

Segundo Silva e Silva (2014), a formação das comunidades quilombolas retrata o povo brasileiro, neles não se encontravam apenas negros fugitivos do sistema escravista, mas, também, segundo Reis (1996), abrigavam-se soldados desertores, perseguidos pela justiça, ou aventureiros e índios que sofriam em consequência do avanço europeu. Salienta-se que as relações eram conduzidas na perspectiva da política de emancipação e convivência social, e assim recriavam suas culturas.

No Brasil, os quilombos, tidos como núcleos paralelos de poder, organização social e produção de subsistência, eram considerados a expressão mais radical de ruptura com o sistema latifundiário e escravista, e tinham como emblema principal o Quilombo de Palmares⁶. A resistência e luta contra o sistema colonialista escravocrata e opressor, colocava os negros em uma posição ativa diante do contexto em que estavam inseridos (MIRANDA, 2012).

O surgimento dos quilombos foi a única alternativa encontrada pelos negros recém-libertos para conquistarem terras, pois foi negada a eles a possibilidade de comprarem suas propriedades no sistema fundiário do Brasil, uma vez que, até pouco tempo, eles eram mercadorias e, portanto, não possuíam bens. Neste sentido, os quilombos, segundo Silva (2012, p. 6): “são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito”.

Escravizados buscavam estabelecer um lugar de propriedade e migravam para áreas de mata, formando para si, um lar, a fim de construir-se, enquanto indivíduos e sociedade, na tentativa de reivindicar o que lhes era essencial: a terra. De acordo com Silva, o significando de terra em sentido amplo:

[...] a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho. (SILVA, 2012, p. 7).

⁶ O Quilombo de Palmares foi o maior na história do Brasil; tornou-se símbolo de resistência, representando motivo de preocupação para as autoridades do Brasil Colonial. Palmares passou a ocupar dentro do imaginário de muitas pessoas escravizadas a esperança de se alcançar a sonhada liberdade através de fugas. (SILVA e SILVA, 2014, p. 194).

Territorializar-se é firmar-se no mundo sob um ideal social e coletivo, significa ter domínio e autonomia para situar determinado modo de vida em um espaço, “para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida” (SILVA, 2012, p. 9). A formação das comunidades quilombolas vai muito além da demarcação de terras, as quais elas têm direito absoluto. Há, também, a valorização de um modo de vida, um lugar para cultivar tradições e formar uma comunidade; reconhecer os ideais e costumes semelhantes tem o sentido de enraizamento do indivíduo, uma demarcação no mundo, tanto física quanto cultural.

A partir dessa reflexão, na tentativa de conceituar o quilombo, destaca-se um movimento organizado por parte das pessoas escravizadas fugitivos em busca de transformação social. Quilombos são comunidades marcadas pelo conflito cuja identidade étnica e cultural os caracterizam na sociedade. Tais comunidades desenvolveram, ao longo da sua formação, maneiras de viver e de saber, de produzir e conceber a religião, de acordo com as características da própria organização social. Elas formaram-se por diferentes povos, pessoas escravizadas, negros alforriados que, constituídos em quilombos, batalhavam por direitos, valores, e pela garantia de espaços (LEITE, 2019).

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que os classifica como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007 p. 01)

No Brasil somam-se mais de 20 povos e comunidades tradicionais, distribuídos em todo o território nacional, conforme classificação do Decreto n.º 6.040/2007 (BRASIL, 2007). Dentre esses povos são observados indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, fundo de pasto, faxinais, geraizeiros, vazanteiros, entre outros, que somavam, em 2017, aproximadamente 394 mil famílias e 2,7 milhões de pessoas. Em relação aos quilombolas, estima-se que em torno de 3 mil comunidades foram identificadas no país (BRASIL, 2007; BRASIL, 2019).

Após muitas lutas dos movimentos sociais durante os anos de 1970 e 1980, em apoio às Comunidades Negras, em 1988 o governo brasileiro instituiu na Constituição Federal o artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, que reconhece aos ‘remanescentes das comunidades de quilombo’, a propriedade das terras por eles ocupadas.

Bem como, os artigos 215 e 216, que determinam apoio e proteção da Cultura Negra (BRASIL, 1988), conforme consta na lei:

Art. 216. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e **afro-brasileiras**, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

V - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988. p.168, grifos nossos).

Embora a legislação brasileira tenha reconhecido oficialmente, apenas em 1988, através da Constituição Federal, o apoio e proteção aos povos afro-brasileiros, aos quais se encaixam os quilombolas/povos remanescentes quilombolas, eles possuem um histórico muito mais antigo, travado por diversas lutas e conflitos, o que torna imprescindível reconhecê-los como fomentadores de cultura.

Por fim, considera-se que os quilombos são fundamentais na manutenção e na construção da cultura negra no Brasil, pois funcionam como territórios de memória e de identificação. Se antes os quilombos foram construídos com o intuito de presentificar um lar em uma terra, em exercício de resistência e de negação ao lugar de marginalidade que lhes impuseram e contra as condições de vida impostas pelo sistema escravista, hoje em dia, “os quilombos constituem um legado material e imaterial de resistência com os quais os quilombolas desenvolvem e reproduzem modos de vida característicos num determinado lugar” (SILVA, 2015, p. 12). Quilombos são mais que áreas demarcadas, são lugares de memória de um povo e de luta pela liberdade.

2.2 A CULTURA QUILOMBOLA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Todo povo carrega consigo traços e manifestações culturais que identificam e caracterizam os sujeitos como pertencentes a ele. A expressão cultural, a língua, os modos de vida e o hábito alimentar servem como observatório próprio, presentificando o passado constantemente, afinal, é dessa maneira que uma tradição acontece e se enraíza; ela surge no seio grupal que transforma indivíduos em comunidades. É o mesmo caso da formação dos quilombos que, como povo, têm particularidades e características específicas e notáveis, construídas nos anos de convívio e compartilhamento mútuo (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014).

Furtado, Sucipira e Alves (2014) consideram que a identidade quilombola se arquiteta nas múltiplas relações e interações entre os indivíduos. O autor conceitua a cultura como construção de um grupo, a qual:

[...] se dá a partir das representações e interpelações nas quais os sujeitos em questão estão inseridos, e a partir de suas identificações com valores e significados construídos socialmente. O posicionamento coletivo diante desse contexto histórico-cultural ocorre pelo reconhecimento dos sujeitos enquanto grupo, por compartilharem histórias, valores e costumes que os remetem a um passado comum e, portanto, a uma identidade compartilhada. (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p.108).

A fim de tratar da cultura quilombola, é fundamental que se considere o imaginário social construído por esses sujeitos, o qual remonta para um passado comum de escravidão, lutas, fugas e constituição de terra para eles. No entanto, em oposição ao “tratamento hostil e violento” aos quais os escravizados foram submetidos, os quilombos ressaltam a escravidão na constituição e formação da identidade dos quilombolas, da representação do que concebem como cultura e da “introjeção” de aspectos pertinentes ao domínio da consciência desses indivíduos, subjetivos e plurais, antes escravizados, agora libertos (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014).

O retorno ao quilombo, anaforicamente, deve-se à necessidade de marcar um lugar, de resistência, uma vez que para os ex-escravizados era “um espaço” no qual construíam, repasavam e reafirmavam “sua cultura, seu modo de vida comunal e coletivo, e também a sua religiosidade” (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p. 108). As relações íntimas e de comunidades propiciadas pela vida no quilombo, permitiam que elas construíssem o presente, formando tradições; garantissem o futuro pelo “compartilhamento de símbolos, valores e costumes comuns” (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p. 110), bem como, resguardassem o passado que, embora doloroso, não pode ser negado como parte da

formação existencial dos quilombos.

Ademais, destaca-se que o quilombo funcionou para os quilombolas como um sistema aquém do poder colonial que os exauriu e escravizou, servindo-lhes como forma de resistência e como organização social e produção de subsistência, logo, deve-se considerar a relação estabelecida entre os quilombolas e a terra, como meio de sobrevivência (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014), posto que estes ex-escravizados deram início as atividades nos quilombos através de atividades agrícolas, extrativismo e garimpagem, porém também mantinham relações comerciais com a sociedade circunvizinha, mesmo que estas fossem clandestinas (SOUZA, 2008).

Na tentativa de superar as memórias ruins do tempo de escravidão e para formarem ainda mais um elo enquanto comunidade, os quilombos representaram o retorno à dignidade humana. Neste sentido, de acordo com Freitas (1982), os quilombolas procuravam manter uma alimentação rural e orgânica, para isso cultivavam alimentos como:

[...] milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata, legumes. Duas semanas antes do plantio preparavam o terreno com grandes queimadas. A preparação das terras, a semeadura e a colheita eram realizadas de maneira coletiva. Celebravam o término da colheita com uma semana inteira de festejos em que todos folgavam, dançavam, comiam e bebiam. Mantinham muitos pomares com uma variedade de árvores frutíferas (FREITAS, 1982, p. 45).

Sendo assim, tornam-se nítidas as raízes étnicas da culinária quilombola brasileira, visto que comunidades remanescentes de quilombos foram se adaptando aos seus territórios e continuaram a produzir alimentos, comuns e muito utilizados nacionalmente. Em decorrência disso, a base alimentar quilombola sustentou-se no “extrativismo, roça, caça, pesca e a criação de animais”, conforme Junior, Ferrari e Phillipim (2020, p. 10).

No que tange aos hábitos alimentares quilombolas, cabe ainda ressaltar a maneira como formavam suas cozinhas, parte do seu modo de vida. De acordo com Junior, Ferrari e Phillipim (2020, p. 12) “os utensílios culinários dos quilombos eram feitos de forma rústica por artesãs e artesãos com madeira ou barro. Essas pessoas fabricavam mesas, cadeiras, pias, colheres de pau, cuscuzeiras, pilão, mão de pilão.” Elas usavam recipientes para organizar os alimentos, ou mesmo para garantir a conservação, necessidade real uma vez que as técnicas de cocção eram ainda muito rudimentares.

Neste sentido, Junior, Ferrari e Phillipim. (2020) destacam que a cozinha quilombola não servia apenas como local de confecção dos alimentos para nutrição diária das famílias,

pois, “também servia como um espaço de sociabilidade”. Os indivíduos desfrutavam de boa comida e boa companhia. As cozinhas quilombolas “localizavam-se na parte externa das casas, utilizando fogões à lenha feitos com barro” (JUNIOR.; FERRARI.; FILLIPIM, 2020, p. 13).

Ainda sobre os alimentos preparados nos quilombos, o mesmo autor assinala uma cozinha diversa e muito marcante, na qual eram feitos:

[...] doces variados manipulando alimentos conhecidos na botânica como frutos sazonais, arroz-doce quilombola, bolos, entre outros pratos tradicionais. Em relação aos pratos salgados, preparava-se o cuscuz, farofa, quirera, queijo quilombola, carnes variadas (aves, gado, porco e peixes, que variam de acordo com a região), diferentes receitas com feijão (feijoada), saladas, couve, abacate, samambaia; as bebidas café de cana-de-açúcar, entre outras que fazem parte da cultura alimentar dessas pessoas, profundas conhecedoras das matas e das plantas. (JUNIOR.; FERRARI.; FILLIPIM, 2020, p. 16).

Com efeito, é nítida a influência da cultura alimentar quilombola na cozinha tradicional brasileira, posto que ela se deu em solo brasileiro, mas com muitos ingredientes e saberes derivados dos africanos. Araújo (2008, p. 111) afirma que “as primeiras sementes do arroz que se têm notícias vieram de Cabo Verde, ilhas situadas no Atlântico, ao sul de Portugal, nas proximidades da costa africana”.

A cultura culinária quilombola não se fixou apenas para a subsistência. As tradições, o “saber-fazer”, tornaram-se destaques e os alimentos ganharam especificidades locais, pois somente no território quilombola, por meio do conhecimento transmitido de geração a geração, tem-se o domínio de certas receitas produzidas com alimentos específicos, o que abre espaço à construção de mercados para esses alimentos.

2.3 AGRICULTORES FAMILIARES OU CAMPONESES? A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NO CONTEXTO QUILOMBOLA

As comunidades quilombolas não se estagnaram em suas terras sem qualquer contato externo, pelo contrário, na tentativa de montarem uma economia rentável o histórico delas respaldou-se, efetivamente, em diferentes atividades: “agrícolas, mineradores, extrativistas, mercantis, pastoris, predatórios e quilombos de serviços” (SANTOS, 2020, p. 62). No caso dos Quilombos com atividades agrícolas destacam-se cultivos principalmente para a subsistência, podendo haver atividades artesanais e extrativismo secundariamente e ainda em alguns casos a “diferentes formas de policulturas, criação de animais, e o extrativismo de

frutas, peixes e outros alimentos, atrelado a trocas comerciais realizadas a partir dos excedentes gerados.” (SANTOS, 2020, p. 102). A opção pela agricultura tornava os quilombos mais populosos e desenvolvidos, justamente, pela produção de alimentos em níveis comunitários.

Há que se considerar que o viés econômico relacionado aos quilombos é anterior à própria formação dessas comunidades, uma vez que negros escravizados desenvolveram um sistema econômico em terras americanas, o qual consistia em:

Duas formas de realização desse sistema: um mais restrito, voltado para a produção de roças em quintais próximos às residências dos escravizados, e, outro, de maiores proporções, ligado à destinação de terras para o cultivo de alimentos durante as folgas e os feriados santos. O primeiro foi utilizado principalmente no sul dos EUA e em colônias espanholas do caribe. Já o segundo foi desenvolvido nas colônias francesas do Caribe, e provavelmente, nas inglesas. Tais esquemas se adequavam à funcionalidade pretendida pelo sistema colonial escravista implantado nestes territórios: redução de custos com a reprodução social da população. (SANTOS, 2020, p. 66).

No Brasil, os membros da realeza portuguesa “oscilavam entre determinar que os senhores alimentassem os escravizados e concedessem tempo livre para o cultivo das parcelas de terra.” (SANTOS, 2020, p. 66) Situação que pode observada inclusive em alguns documentos históricos aos quais contam a respeito da concessão de lotes de terra e tempo para o cultivo pelos escravocratas. Sendo assim, considera-se que os “escravizados contribuíram substancialmente para o abastecimento local, através de vendas regulares de alimentos, o que podia gerar algum acúmulo monetário que, inclusive, possibilitaria a compra da sua liberdade.” (SANTOS, 2020, p. 66).

Nas conjecturas da escravidão, a possibilidade de autonomia concebida pela eventualidade de dispor de uma economia própria era algo formidável econômica e psicologicamente, no entanto, para o senhor de engenho, essas horas indeterminadas e a liberdade mínima eram garantias de que as pessoas escravizadas não se rebelariam, porque elas ficariam atreladas à fazenda e, o que evitaria fugas (SANTOS, 2020).

Entre atividades econômicas autônomas dos cativos, destaca-se o cultivo de roças próprias e o acesso a um pequeno comércio informal que, ao longo do tempo, deram origem à formação de uma economia camponesa, constituída, predominantemente, pelos negros, formados ainda na escravidão, e por roceiros libertos, cativos, lavradores, vendedores, pequenos arrendatários e, principalmente, quilombolas.

A principal problematização histórica a fazer é abordar as conexões entre a formação dos quilombos e os cenários socioeconômicos, culturais e demográficos. A partir dessa

conexão, pode-se perceber a singularidade dos quilombos no Brasil e o impacto na vida daqueles que permaneceram escravizados, bem como para outros setores sociais, alcançando-se os primeiros anos do pós-emancipação (PRICE, 2000).

Muitas comunidades quilombolas buscavam estabelecer relações econômicas com outras comunidades vizinhas e, para isso, procuravam constituir-se em regiões próximas a locais onde pudessem realizar trocas mercantis, mesmo que clandestinas. Contavam com a proteção de pequenos lavradores, donos de bodega e alguns negros que ainda encontravam-se na condição de pessoas escravizadas. Em muitas regiões, houve uma integração socioeconômica envolvendo as práticas camponesas dos ex-escravizados e dos que ainda permaneciam nessa condição, diante da parcela de terra e tempo destinados pelos senhores. O cultivo de pequenas roças e o acesso ao comércio informal foram a base da construção da economia quilombola, tipicamente camponesa e compartilhada por comerciantes, lavradores, escravizados e libertos (SOUZA, 2008).

No Brasil, atualmente, os quilombolas, assim como demais povos tradicionais, são caracterizados como agricultores familiares (BRASIL, 2006a). Possuem auxílio governamental direito a créditos, a receber assistência técnica e extensão rural, por meio do Programa Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PRONATER), e a participação em programas institucionais voltados à comercialização e de outros programas voltados à agricultura familiar (BRASIL, 2010).

Recentemente o termo agricultura familiar é o mais utilizado nos debates teóricos e nas políticas públicas para se referir ao trabalhador rural (na estrutura sindical) e ao pequeno produtor (ou agricultor), que também são termos ainda utilizados mas com menos frequência, e que, após o período da Ditadura Militar no Brasil substituirão o termo campesinato (MAZETTO SILVA, 2007).

Segundo a legislação brasileira, através da Lei n.º 11.326, de 2006 (BRASIL, 2006a), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que além da prática de atividades no meio rural também atende aos requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a, p. 1).

Entretanto, a definição de agricultura familiar⁷ é muito ampla e, mesmo incluindo os povos tradicionais em sua caracterização, acaba não contemplando a complexidade do universo desses povos, conforme afirma Mazzetto Silva, (2007, p. 47):

[...] acontece que, à medida que se avança visando a incluir esse universo historicamente marginalizado, vai-se dando conta da sua complexidade. Ele não se restringe apenas a famílias agricultoras de pequeno porte; outras denominações acabam tendo de ser empregadas para se aproximar das diversas identidades desse enorme universo diversificado: extrativistas, agroextrativistas, seringueiros, **quilombolas**, populações tradicionais, pescadores artesanais, ribeirinhos etc. (MAZZETTO SILVA, 2007, p. 47, grifos nossos).

O autor ainda argumenta que o termo agricultura familiar é aplicado de maneira generalizada e exclusiva, o que acaba contribuindo para a dissolução das distintas classes existentes na agricultura brasileira, “ao esvaziar outros conceitos identidades, como “sem-terra”, “assentado”, “camponês”, tendo sido assim utilizado politicamente para justificar proposições conservadoras para o desenvolvimento desse setor” (MAZZETTO SILVA, 2007, p. 49).

Para exemplificar os diferentes tipos de campesinatos que existem no Brasil e assim demonstrar a heterogeneidade da classe, caracterizada como agricultor(a) familiar, não se restringindo apenas ao tamanho da propriedade e ao caráter familiar da classe, conforme descrito em diversas políticas públicas e trabalhos acadêmicos, Mazzetto Silva (2007, p. 55) considera:

No sul do Brasil, por exemplo, houve uma colonização européia de tipo “campesinista” nesse sentido clássico – as colônias como espécie de coletividades camponesas, mesmo sem feudalismo –, mas também **houve a formação do caboclo com sangue guarani**. Esse colonato desenvolveu, aqui, o mesmo modo de apropriação da natureza de matriz européia, lutando contra a mata e 'limpando' o máximo de terreno para 'amansá-lo', desenvolvendo o sistema típico de policultura associada à pecuária. [...] **se entendermos a noção de campesinato como esta, oriunda do modelo de camponês europeu, só os pequenos agricultores do Sul e do Sudeste do Brasil poderiam ser chamados de camponeses; os outros seriam cultivadores (ou extrativistas ou agroextrativistas), como os africanos [...]** (Grifos nossos).

Assim, observa-se um esforço entre estudiosos do tema para resgatar a discussão do termo campesinato no Brasil, pois, acredita-se haver maior representatividade dos povos tradicionais, como é o caso dos quilombolas.

⁷ Ver Lamarche (1989); FAO/INCRA, (2000); Brasil (2006).

O termo campesinato foi apresentado anteriormente, para além do carácter familiar de exploração e tamanho da propriedade, como um espaço de modo de vida tradicional, de *habitat* e moradia, de sociabilidade comunitária (HEYNIG, 1982), onde emerge um “conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra.” (MARQUES, 2004, p. 148).

Corroborando com Marques (2004), Wanderley (2004, p. 45-46) também considera o carácter familiar como central no campesinato, ao afirmar que:

[...] uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse carácter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc.

Com o ressurgimento das discussões do campesinato no Brasil, em especial pela adesão de alguns movimentos sociais brasileiros à Via Campesina, bem como das questões agrárias atuais, as quais possuem como centralidade a natureza (ou a relação ser humano/natureza), a ideia de campesinato aderiu na própria abordagem os modos de apropriação da natureza, e também o enfoque territorial, agregando ao campesinato as abordagens agroecológicas, os saberes tradicionais no manejo dos ecossistemas, a sustentabilidade e a abordagem territorial de desenvolvimento através das identidades e saberes locais/territoriais (MAZZETTO SILVA, 2007).

Analisando a abrangência das características trazidas pelo campesinato, e observando as formas de produção e modos de vida dos quilombolas, podemos dizer que, por mais que sejam classificados como agricultores familiares para as políticas públicas brasileiras e para boa parte da literatura encontrada sobre o tema, eles se aproximam mais dos modos de vida e da forma de produção descrita no campesinato, o que não significa que o termo agricultura familiar esteja incorreto para classificar ou tipificar os quilombolas ou outras formas de agriculturas brasileiras, mas que o termo precisa ser melhor explorado para não se tornar excludente, tendo em vista a complexidade da agricultura brasileira.

Nesse sentido Wanderley (2004), ao se referir às continuidades e rupturas do termo campesinato e agricultura familiar, argumenta que a caracterização encontrada nas políticas

públicas e na literatura em relação à agricultura familiar é pertinente e, portanto, não deve ser substituída, mas contemplada com conteúdos voltados aos aspectos históricos e sociológicos para melhor compreender outras classes de agricultura familiar. Nas palavras da autora:

[...] o conceito de agricultura familiar (e de agricultor familiar) é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos nos referindo [*camponês*]. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento. Trata-se, aqui, evidentemente, não de propor uma outra denominação em substituição à que se difundiu no Brasil nos últimos anos e, menos ainda, uma nova identidade social – para o que a academia e os pesquisadores não têm, naturalmente, nenhuma competência –, mas de tentar “recheiar” tal categoria com o seu conteúdo histórico e sociológico (WANDERLEY, 2004, p. 58, grifos do autor)

Por entendermos que o termo agricultura familiar não está aplicado erroneamente, conforme apresentado por Wanderley (2004), e devido o fato de encontrarmos políticas públicas voltadas exclusivamente ao termo agricultores familiares, as quais incluem os quilombolas, trataremos como agricultores familiares, entretanto, não da forma pura como descrito em algumas literaturas baseadas na definição que fundamenta as políticas públicas (BRASIL, 2006a), mas como um formato diferenciado com suas especificidades e modos de vida semelhantes ao campesinato.

Os quilombolas, assim como outros camponeses ou agricultores familiares, enfrentam os mesmos problemas de marginalização ou exclusão dos circuitos de comercialização, globais/convencionais, por não se adequarem às exigências impostas por esse modelo (PRADO *et al.*, 2022).

Especialmente no caso dos alimentos manipulados e/ou processados/produzidos pelos quilombolas, a maior parte da dificuldade de acesso aos mercados, diz respeito à forma de preparação⁸. Os alimentos que não são produzidos nos moldes industriais, ou seja, não apresentam padronização, escala de produção e em sua maioria a utilização de equipamentos para a fabricação, estão vinculados à forma de produção de caráter artesanal, com pouca ou nenhuma utilização de equipamentos e está ligada à tradição do “saber fazer”, apresenta aspectos culturais de qualidade o que também acaba vinculando a produção a uma indicação geográfica, devido ao fato que a cultura e o “saber fazer” são construídos pelos atores em um

⁸ A cultura e o “saber fazer” enraizados em um território são características que podem levar a ativação de recursos, por isso apresentado nesse contexto. Mas as discussões frente à qualidade de alimentos e as políticas brasileiras da produção de alimentos não serão aprofundadas, por não serem o foco deste trabalho. Para melhor entendimento desse tema, ver: CRUZ (2012); VIANA (2016)

determinado território (WILKINSON, 2003b; CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

Esse tipo de produção de alimento em sua maioria não é contemplada nas legislações sanitárias que regem os princípios de qualidade alimentícia e certificam os alimentos como aptos a serem comercializados. Essas legislações foram desenvolvidas levando-se em conta a realidade de indústrias de grande porte e com larga escala de produção. É compreendido, no olhar da normatização brasileira de qualidade, que para assegurar a inocuidade de um alimento é necessário padronização, estrutura mínima, além de utensílios e equipamentos, cada vez mais automatizados, como encontrado nas grandes indústrias. Dessa forma, os alimentos que não apresentam essas características não recebem certificação para comercialização, são excluídos de mercados globais/convencionais e acabam às margens do setor de produção, tendendo a desaparecer ou a se manter na informalidade (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; CRUZ, 2012). Desse modo, busca-se a construção de novos mercados, acessíveis a esse tipo de produto, conforme será discutido ao longo desta tese.

Como já pontuado, esta pesquisa se debruça a estudar o caso dos mercados de alimentos dos quilombolas do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca (RGTS); sendo assim, para melhor compreensão do caso pesquisado, na próxima seção será apresentado: local de pesquisa, atores e caracterizações.

2.4 CARACTERÍSTICAS DO QUILOMBO RGTS, LOCAL DA PESQUISA

O Quilombo RGTS está situado na Região do Vale do Ribeira, a qual abrange os municípios dos estados do Paraná e São Paulo, compreende o Baixo, Médio e Alto Ribeira, como apresentado na figura 1. A Região é composta por 326.408 mil habitantes e, em sua porção situada no estado de São Paulo, apresenta uma área de 1.711.533 hectares e comporta 23 municípios, dentre eles o Município da Barra do Turvo, onde é localizada a Comunidade Quilombola RGTS (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

FIGURA 1 – REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA, LOCALIZADA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARANÁ



Fonte: Programa Vale do Ribeira – UFPR (2012).

A Região do Vale do Ribeira destaca-se por ter sido uma das primeiras áreas exploradas em regiões brasileiras, nos períodos colonial e imperial. Atualmente, a área é considerada o maior remanescente de Mata Atlântica preservada do Brasil, ou seja, dos 7% que restaram desse bioma em território nacional, 21% estão localizados no Vale do Ribeira (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2023). Além disso, mais de 50% de sua área total está sob regime de proteção ambiental; são as Unidades de Conservação de uso direto e indireto, criadas ao longo do século XX (BORN.; TALOCCHI, 2002). Devido as riquezas ambientais dessa região, no final do século XX, foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como patrimônio natural, socioambiental e cultural da humanidade (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1999).

O Vale do Ribeira é composto por 247 Unidades de Conservação (UCs) nas quais, até os anos 2000, não era permitida a presença de moradores. Entretanto, segundo Stucchi (1998), estudos antropológicos afirmam que há mais de três séculos já existia a presença de comunidades quilombolas com tradição de ocupação na região. Sendo assim, foi travada uma disputa entre órgãos de conservação ambiental e comunidades tradicionais quilombolas pelo direito à ocupação da terra e, atualmente, a permanência de populações tradicionais nas florestas nacionais é admitida, desde que em conformidade com o Plano de Manejo da Unidade (BRASIL, 2000).

A diversidade cultural da região do Vale do Ribeira é muito rica, composta por povos indígenas como os Guaranis; os Caiçaras, descendentes dos índios, sobretudo dos Carijós; colonizadores portugueses; caipiras, no Alto e Médio Ribeira; além de **inúmeros núcleos quilombolas**, oriundos da mão de obra escrava usada nas monoculturas e na mineração. Em

específico os territórios quilombolas, em circunvizinhança com Unidades de Conservação, formam importante corredor biológico, onde estão situados os Parques Estaduais de Jurupará, Intervales, Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), Estação Ecológica de Xitué, e o Baixo Vale do Ribeira (Planície Sedimentar e Litorânea), onde está localizado o Mosaico do Jacupiranga e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (IANOVALE *et al.*, 2018).

Em relação aos núcleos quilombolas, no Vale do Ribeira, porção São Paulo, encontram-se reconhecidas 28 comunidades remanescentes de quilombolas, distribuídas em 8 municípios: Eldorado (12 comunidades), Iporanga (6 comunidades), Itaóca (1 comunidade), Iguapé (2 comunidades), Barra do Turvo (4 comunidades), Registro (1 comunidade), Miracatu (1 comunidade), Cananéia (1 comunidade). Também são encontradas 2 comunidades, cujos estudos antropológicos foram arquivados e/ou encontram-se na condição “aguarde-se”, ou seja, na avaliação: uma no município de Eldorado e outra no município de Iporanga.

A região também conta com 5 comunidades apontadas para o reconhecimento. Ficam localizadas em Iporanga (2 comunidades), Barra do Chapéu (2 comunidades) e Eldorado (1 comunidade). Além de 4 comunidades que solicitaram o reconhecimento que ficam situadas em Eldorado (1 comunidade), Barra do Turvo (1 comunidade) e Cananea (2 comunidades). Esses dados podem ser observados na figura 2, abaixo.

FIGURA 2 – REPRESENTAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DOS QUILOMBOS NA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA, PORÇÃO SÃO PAULO



Fonte: Adaptada de ITESP (2010).

Segundo o relatório técnico dos quilombos, emitido pelo Instituto de Terras de São Paulo – ITESP (SÃO PAULO, 2018), as populações negras que vivem na região do Vale do Ribeira são consideradas populações florestais camponesas. Portanto, no que tange suas formas de apropriação do espaço e às formas de organização dos grupos familiares, são

tratadas como populações camponesas. Além do fato dos quilombolas também estar classificadas como agricultores familiares, por meio da Lei n.º 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006a). Dessa forma, como agricultores familiares, observa-se a estreita ligação que possuem com a produção de alimentos.

Em relação à alimentação quilombola, na região do Vale do Ribeira, Brasil (2018), chama atenção pesquisas e mapeamentos socioeconômicos ao demonstrarem que povos remanescentes quilombolas utilizam da produção alimentícia prioritariamente para autoconsumo e fazem comercialização do excedente.

Na região Vale do Ribeira, o Município de Barra do Turvo-SP destaca-se por ser contemplado por três quilombos: Cedro, Pedra Preta e Ribeirão Grande/Terra Seca, que se situam integralmente em área rural e juntos ocupam uma área equivalente a 5.826,46 ha. Segundo o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), o território é legalmente considerado Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), denominada RDS dos Quilombos de Barra do Turvo (SILVA, 2013).

Dentre os quilombos que pertencem ao Município da Barra do Turvo, o Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca (RGTS) destaca-se por apresentar protagonismo nas ações de acesso a canais de comercialização, por isso ele foi escolhido para esta pesquisa e será caracterizado a seguir.

2.4.1 Município de Barra do Turvo e a Comunidade Quilombola RGTS

O município de Barra do Turvo, onde está situada a Comunidade Quilombola RGTS, campo empírico desta pesquisa, está localizado no sul do estado de São Paulo, apresenta uma extensão territorial de 1.008 km² e a população, em 2010, compreendia 7.729 habitantes. A densidade demográfica é de 7,67 hab/Km² e mais de 55% da população vive em áreas rurais (4.555 habitantes) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

O estudo de Chabaribery *et al.* (2006) divide a porção do Vale do Ribeira paulista em classes, de acordo com indicadores de produção agrícola, socioeconômicos, demográficos e ambientais. A autora concluiu que o município de Barra do Turvo caracteriza-se pela dependência da agricultura para geração de emprego e renda, principalmente ligados a

produtos básicos (arroz, feijão e milho), mesmo apresentando a maior parcela de terras com restrições para a agricultura (inseridos em Unidades de Conservação).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município da Barra do Turvo, em 2010, correspondeu 0,641. Enquanto que no estado de São Paulo é de 0,805 e do Brasil é de 0,755, dessa forma é um dos menores IDHs do estado, abaixo da média estadual e nacional (IBGE, 2010). A renda *per capita*, em 2016, correspondeu R\$ 10. 286,62. Na rede pública de ensino, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, em 2017, para os anos iniciais do ensino fundamental foi 5,9 e para o ensino médio 4,5.

Quanto à concentração fundiária, foram verificados dados dos censos do IBGE de 2006 e 2017. A análise visa observar a questão fundiária no hiato dos onze anos entre censos. Agruparam-se os estabelecimentos agropecuários em quatro categorias. Na primeira, os estabelecimentos de 0 a 100⁹ ha, pois o grupo engloba os agricultores quilombolas, com área total de 3.471 ha e 77 famílias, não aplicando a regra de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedades. Logo, a fração por proprietário é inferior a 4 (quatro) módulos fiscais¹⁰, aproximadamente 45 ha. Na segunda categoria estão os estabelecimentos de 100 a 1000 ha. Na terceira categoria os estabelecimentos de 1000 a 2.500 ha e, na quarta, os estabelecimentos acima de 2.500 ha. Para fins de análise, observou-se a primeira (0-100 ha) e a quarta (acima de 2.500 ha) categorias.

Verifica-se que em 2006 a categoria 0-100 ha representava 84,09% sobre o número total dos estabelecimentos rurais e ocupava a área de 14,25% do total da área dos estabelecimentos agropecuários do município. Em 2017, o percentual sobre o número dos estabelecimentos aumentou para 87,57%, contudo o percentual sobre a área dos estabelecimentos aumentou para, apenas, 14,77%. O que ocorreu foi uma divisão das áreas dessa categoria, sem a consequente distribuição da terra, veja-se o grupo dos estabelecimentos acima de 2.500 ha.

Em 2006, a categoria acima de 2.500 ha representava 0,7% sobre o número dos estabelecimentos rurais e detinha a área de 42,68% de todos os estabelecimentos rurais do município. Em 2017, o percentual sobre o número dos estabelecimentos diminuiu para 0,37%,

⁹ Nesta categoria estão os seguintes estabelecimentos: de 0 a menos de 0,1 ha; de 0,1 a menos de 0,2 ha; de 0,2 a menos de 0,5 ha; de 0,5 a menos de 1 ha; de 1 a menos de 2 ha; de 2 a menos de 3 ha; de 3 a menos de 4 ha; de 4 a menos de 5 ha; de 5 a menos de 10 ha; de 10 a menos de 20 ha; de 20 a menos de 50 ha e finalmente os de 50 a menos de 100 ha.

¹⁰ O módulo fiscal é determinado pela Lei de n.º 6.746, de 10 de dezembro 1979. O módulo fiscal é expresso em hectares, sendo variável e fixado para cada município. No Município de Barra do Turvo o módulo fiscal é de 16 hectares, somando, portanto, 64 hectares. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/sicar/2014/05/Modulos-Fiscais-por-Municipio.pdf>>. Acesso em jun. 2019.

mantendo-se, praticamente, o mesmo percentual sobre a área de 42,31%, ou seja, diminuiu o número de estabelecimentos, mantendo-se, quase, a mesma área. Nesses onze anos, Barra do Turvo concentrou ainda mais a propriedade da terra, apresentando uma concentração maior do que a média nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

A produção agropecuária do município é composta de diferentes produtos. Na extração vegetal há o predomínio da lenha e do palmito. Na horticultura há diversidade, predominando o milho (verde, em espiga), a couve, a alface, o pepino e a cebolinha. Na agroindústria, tem-se 91¹¹ estabelecimentos, predominando as agroindústrias de queijo e requeijão, com 23 agroindústrias; doces e geleias com 12 e farinha de mandioca com 10. Na pecuária, a maior quantidade de estabelecimentos, 186, cria bovinos, embora destaque-se a criação de aves domésticas na maioria dos estabelecimentos. Há uma diversidade da lavoura permanente, a banana presente em 212 estabelecimentos. Na produção agrícola, o feijão de cor em grão está presente em 140 dos estabelecimentos, no entanto a maior área de produção é destinada ao milho, com 104 hectares e produção de 176 toneladas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Existe uma grande diversidade de produção e de área destinada à agropecuária, de maneira que projetos que visem ao desenvolvimento do município, e em particular a comunidade quilombola, leve a diversidade em consideração.

Referente aos três quilombos situados no município, Cedro, Pedra Preta e Ribeirão Grande/Terra Seca, somados ocupam uma área equivalente a 5.826,46 ha. Os quilombos situam-se integralmente em área rural e compõem, segundo o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), um território legalmente denominado Reserva de Desenvolvimento Sustentável, (RDS), dos Quilombos de Barra do Turvo (SILVA, 2013). Devido a essa formação, grande parte dos estudos encontrados sobre o quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca tem como objetivo tratar da RDS e/ou dos três quilombos que a compõe.

Algumas pesquisas, como Silva (2013), indicam que a população dos Quilombos da Barra do Turvo pode ser classificada como camponesa. A autora usa como argumentos que o extrativismo e a agricultura foram e ainda são a base de sustento para essa população. As formas de relação com a natureza, uso e manejo dos recursos para produção e sustento alimentar, especialmente, das comunidades quilombolas, são geralmente descritas como

¹¹ Esse número não expressa a quantidade de espaços de processamento certificados, e sim identificados durante o Censo do IBGE.

orientadas às necessidades e valores de respeito e conservação próprios. De Biase (2018) se utiliza do termo “camponeses quilombolas” como referência ao modo de vida condizente ao que chamaríamos de campesinato, no entanto, sem esquecer das particularidades de uma população que se autointitula quilombola.

Conforme destaca o Plano de Utilização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)¹² Quilombos de Barra do Turvo, elaborado em 2010, estimou-se que, em torno de 35% da área da RDS se mantêm com cobertura florestal em estágio avançado de conservação. Atividades de criação de gado e/ou monocultivo de pupunha, mandioca e cana ocupam em torno de 40% da área total da RDS, enquanto 6% é baseado em sistema agroflorestal e outros 6% são utilizados para o estabelecimento de roças tradicionais, popularmente conhecidas como roça de coivara. A maioria das atividades dos sistemas agroalimentares das comunidades tradicionais ocupantes da área estudada são voltadas às práticas agrícolas de produção familiar para autoconsumo, enquanto uma pequena parcela das culturas destina-se à comercialização (SANTOS; GARAVELLO, 2016).

Em relação ao plantio para o autoconsumo, Santos e Garavello (2016) afirmam que as comunidades quilombolas da RDS tem como principal atividade o plantio de milho, mandioca, feijão, cana e banana, além de pequenas criações de galinhas, hortas e pomares. As sementes destinadas para o plantio, nas áreas de roça, são adquiridas principalmente em lojas agropecuárias na cidade de Barra do Turvo, algumas vezes fornecidas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP e uma pequena parcela da comunidade trabalha com semente crioula, guardada de um ano para o outro.

Em relação aos excedentes de alimentos destinados à comercialização, Silva (2013) explica que eles são destinados para mercados, especialmente os institucionais, que exerciam forte influência na economia local, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS¹³) e do Ministério do

¹² As RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável) fazem parte de uma categoria de Unidade de Conservação denominada Unidades de Uso Sustentável, instituída pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) através da Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000 (BRASIL, 1988), em que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. São geridas por um Conselho Deliberativo (presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área), onde “é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área”(SILVA, 2013).

¹³ Em 2016 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi extinto e passou a fazer parte do novo Ministério criado e denominado Desenvolvimento Social e Agrário. Sendo que a gestão das políticas

Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁴.

Outros mercados de alimentos também são acessados pelos quilombolas da Comunidade RGTS, através de cooperativas e grupos de vendas, como é o caso da Cooperativa Agroflorestal. As mulheres do Quilombo RGTS são as protagonistas na participação de grupos de vendas e cooperativas para o acesso de mercados de alimentos pelos quilombolas da Comunidade RGTS (FONINI, 2012).

Ao realizar pesquisas que comparavam as atividades produtivas das agricultoras da Terra Seca com as da comunidade vizinha, o Córrego da Onça, estudos mais recentes, como dos autores Telles *et al.* (2018), observaram que os quilombolas do bairro Terra Seca, pertencentes ao Quilombo RGTS, têm acesso a distintos mercados. Os autores notam que “[...] o valor total movimentado pelas agricultoras de Terra Seca é muito superior ao do Córrego da Onça, o que em partes se deve à maior capacidade de inserção em distintos mercados na primeira, como resultado de sua organização econômica e sociopolítica” (TELLES *et al.*, 2018, p. 153).

Telles *et al.* (2018) ainda observaram que tanto a Comunidade Córrego da Onça quanto a Comunidade RGTS possuem circuitos de comercialização diversificados e dinâmicos e adquiriram estratégias próprias para comercializar os produtos, como feiras, vendas na comunidade, vendas diretas, mercados institucionais, grupos de consumo entre outros.

Com foco nos mercados para alimentos da agricultura familiar e camponesa, o objetivo desta pesquisa é identificar e caracterizar os mercados imersos acessados pelos quilombolas da Comunidade RGTS, e se eles auxiliam a promoção do desenvolvimento territorial. Para embasar as discussões sobre o tema, no próximo capítulo serão apresentadas teorias a respeito do desenvolvimento territorial e dos mercados imersos.

públicas de aquisição de alimentos (PNAE e PAA) estão atualmente sob a gestão do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

¹⁴ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 2000 e extinto em maio de 2016.

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO AGROALIMENTAR

Neste capítulo são apresentadas as teorias que abordam o Desenvolvimento Territorial (DT), especialmente o Desenvolvimento Territorial Rural, desde a emergência do tema até algumas das abordagens atuais. Para tanto, este capítulo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta discussões quanto à contextualização do desenvolvimento territorial, a segunda seção aponta discussões do desenvolvimento territorial rural por meio de abordagens teóricas. A terceira seção mostra as discussões dos pilares do DT voltados à governança territorial e à especificação dos ativos territoriais. Para finalizar o capítulo, são apresentadas as estratégias de DT no contexto agroalimentar, foco principal desta pesquisa.

3. 1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SEUS CONTEXTOS

As discussões referentes aos modelos de desenvolvimento¹⁵ são de longa data e geram diversas vertentes de pensamentos, entretanto para esta pesquisa é válido focar as ideias centrais que contribuíram de modo particular para a abordagem territorial do desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento de forma globalizado, que teve ênfase a partir da década de 1950 (SACHS, 2005), era aplicado de forma homogênea em diversos países, não sendo considerada a diversidade de cada região; também era voltado especialmente ao desenvolvimento econômico. Países da América Latina, considerados como parte subdesenvolvida¹⁶ do continente, são exemplos de países que absorveram esse modelo de desenvolvimento. Entretanto, falhas nesse modelo implicaram não alcançar os resultados esperados, e países subdesenvolvidos não chegaram ao desenvolvimento objetivado (FURTADO, 1983; FURTADO, 1992).

Desse modo, as indústrias da América Latina voltaram-se à produção em massa, com emprego de tecnologias internacionais e pouco capital humano, acarretando em vantagens para os donos dessas indústrias, que enquanto integrantes do mercado mundial, obtinham benefícios econômicos. Entretanto, houve um aumento acentuado no subdesenvolvimento

¹⁵ Para maiores informações da história e Teoria do desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento globalizado ver: *The Development Economics* (1961) do autor Joseph A. Schumpeter. E *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) do autor, Celso Furtado

¹⁶ Ver: Furtado, Celso (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

dessas regiões, com alta dependência de tecnologias importadas por outros países, aumento de concentração de renda nas mãos dos donos das grandes indústrias, subemprego para a classe operária e baixa distribuição de renda ocasionando queda no Produto Interno Bruto (PIB) desses Países (FURTADO, 1983; FURTADO, 1992).

Os anos de 1970 trouxeram à tona as falhas nos objetivos da implantação de um modelo global de desenvolvimento que, em muitos países, acabando levando a ampliação das desigualdades, provocou a migração para as áreas urbanas e aumento da fome. Dessa forma, surgiram estudos críticos sobre esse processo de desenvolvimento, atrelados a novas vertentes de modelos de desenvolvimento pautados em melhorias sociais, ambientais e de estilo de vida que, para além de apenas melhorias econômicas (FREITAS; CRUZ; RADOMSKY, 2017; FAVARETO, 2006).

Em meio às discussões que destacavam a emergência de novos modelos de desenvolvimento, emergem nas agendas de discussões políticas, pautas que buscavam discutir modelos que enfatizavam as singularidades dos diferentes países, seus territórios e regiões, como é o caso do desenvolvimento de abordagem territorial (SAQUET, 2007). Abramovay (1999) argumenta que o desenvolvimento territorial tem seus primórdios na Itália, no final dos anos 1970, quando ganham destaques as discussões sobre distritos marshallianos, de Alfred Marchall, responsável por demonstrar em seus estudos que algumas regiões formadas de pequenas e médias empresas (PMEs) de formadas por características comuns, como por exemplo proximidade geográfica, especialização setorial, cooperação e parcerias com setor público, formavam *clusters*¹⁷ e se sobressaíam no crescimento regional ao apresentar desenvolvimento econômico e de bem estar social (CARRIÈRE; CAZELLA, 2003).

Arnaldo Bagnasco apresentou as contribuições dos estudos da “Terceira Itália”, apontando que na Itália havia três áreas distintas socioeconomicamente, divididas em 1ª, 2ª e 3ª Itália. A primeira apresentava grande polo industrial e era considerada desenvolvida, enquanto a segunda evidenciava atraso no desenvolvimento. A terceira Itália possuía elevado número de PMEs, com foco territorial e capacidade de adaptação e reação aos movimentos do mercado, altos níveis de exportação, e políticas de desenvolvimento endógeno, ou seja, de baixo pra cima. Essas características atípicas deram destaque a essa região que passou a servir de base para a criação do desenvolvimento no formato territorial (BAGNASCO, 1998; CARRIÈRE; CAZELLA, 2003). Esses estudos, que evidenciavam um modelo de

¹⁷ A título de definição, *cluster* é um aglomerado de firmas localizados em uma área delimitada (território) que possui um perfil característico de especialização e comércio interfirmas (ALTENBURG & MEYER STAMER, 1999).

desenvolvimento focado nas especificidades locais/regionais/territoriais, fortaleceram a disseminação desse modelo de desenvolvimento pelo mundo.

Assim a partir dos anos de 1980, emergem nos Estados do sul, especialmente nos Países da América Latina, como o Brasil, a reatualização de políticas externas e internas voltadas a “[...]necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento” (RÜCKERT, 2007, p. 2), abrindo premissas para abordagem de desenvolvimento territorial, que segundo Pecqueur (2004), tem como intuito buscar o reequilíbrio do território, a partir de entidades territoriais menores: as regiões, como estratégia descentralizadora e de equilíbrio das economias.

Apesar da presença do modelo de desenvolvimento de abordagem territorial no Brasil, é válido mencionar que não houve uma ruptura do formato de desenvolvimento globalizado aplicado no País, mas sim uma continuidade desse modelo conjuntamente a ações que buscavam instalar também um modelo de desenvolvimento voltado a valorização das especificidades de cada território.

Para melhor compreensão do desenvolvimento territorial, é válido mencionar que, segundo Pecqueur (2004), inicialmente utilizava-se o termo desenvolvimento local mas, atualmente, após diversas discussões do tema, a palavra desenvolvimento territorial se faz mais adequada. O autor argumenta que:

Falava-se, há quinze anos atrás, de desenvolvimento local. Parece preferível falar hoje de *desenvolvimento territorial*, uma vez que esse desenvolvimento não deve ser resumido à dimensão do “pequeno”. O local, como o entendemos, não é “localista”, portanto utilizaremos o termo de territorial (PECQUEUR, 2004, p. 12).

Assim, para fins desta pesquisa, será utilizado o termo desenvolvimento territorial aos casos que se reportarem ao desenvolvimento local e territorial, no contexto das mesmas realidades, visto que a palavra territorial é preferível por ser um termo que não induz à ideia de pequena dimensão, como alerta Pecqueur (2004).

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial não é algo dado, ou já construído, em que, por exemplo, um decreto possa delinear um modelo único para aplicação em todos os territórios. Ele é um processo de construção realizado por atores, mobilizados por uma causa em comum, o que leva à elaboração de estratégias de adaptação a processos de reação à globalização, ou seja, é permitido aos atores reorganizarem a economia local perante os processos verticalizados de crescimento da economia global.

Para Schneider (2004), o desenvolvimento pautado no território como unidade de referência é uma estratégia para responder às críticas que o Estado vinha sofrendo, devido a ineficácia do modelo de desenvolvimento até então difundido, e que não trouxe soluções aos problemas socioeconômicos, como a pobreza, a fome, o desemprego, a violência, etc. Schneider (2004, p. 102) explica:

Neste cenário [Crise do modelo de desenvolvimento global, busca por novos modelos de desenvolvimento pautado no território], ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais, tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

Para melhor compreensão do desenvolvimento territorial é importante contextualizar o termo território porque ele não tem significado único, mas abrangente e possui diferentes definições. Em um contexto geográfico que definido por Brasil (2003, p.34) como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

No âmbito da geografia, Saquet (2009, p.81) define território como “[...] um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo [...]”.

Pires, Muller e Verdi (2006) ponderam que o território não é apenas uma escala geográfica, entretanto não o associam às interações sociais, asseguram que ele é “[...] um espaço geográfico de tamanho variável, geralmente intra-nacional, mas que não se reduz a uma escala de planejamento estatal das políticas públicas locais/regionais, nem tampouco a uma condição de suporte geográfico das atividades econômicas” (PIRES; MULLER; VERDI, 2006, p. 442).

Já os autores Denardin, Komarcheski e Sulzbach (2015) asseveram que a definição do território se dá pelo contexto da construção social. Para os autores, o território possui caráter social e construtivo e descrevem território como “unidade ativa de desenvolvimento”, em que cada território possui potenciais individuais que não são transferíveis de um território

para outro. Esses potenciais são considerados recursos que podem ser materiais ou imateriais, a depender de cada território.

Pequeur (2005) argumenta que existem dois sentidos para o contexto de território, um deles relacionado à contextualização de Denardin, Komarcheski, e Sulzbach (2015), a qual Pequeur (2005) denomina de território construído que, segundo o autor:

[...] é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado *a posteriori*. Isso significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios. (PEQUEUR, 2005, p.12).

O outro contexto de território, denominado como território dado, diz respeito a ideia de espaço físico, geográfico, objeto de observação, o qual Pequeur considera o “*território a priori*”, um local pre-existente, a exemplo: uma região, um distrito ou um município (PEQUEUR, 2005).

Para fins desta tese, território é entendido, conforme asseveram Pequeur (2005) e Denardin Komarcheski e Sulzbach (2015), como território construído e constituído para além de um espaço geográfico, formado pela construção social dos atores que a ele pertencem, por meio de processos endógenos e interações dinâmicas, construídas entre atores, empresas, Estado, instituições públicas e privadas e organizações locais e políticas.

Em relação à formação do território por meio de processo endógeno e pela construção social, é importante mencionar o protagonismo dos atores que têm como importante elemento a governança territorial, bem como a especificação dos ativos que formam importantes pilares do Desenvolvimento Territorial, conforme será apresentado na próxima seção.

3.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL E ESPECIFICAÇÃO DOS ATIVOS TERRITORIAIS

Segundo Dallabrida e Becker (2003), com base nos preceitos de Boisier (1998), são necessários dois requisitos básicos para que se possa conquistar com êxito as intervenções territoriais inteligentes: “[...] a construção de um novo conhecimento e a construção do poder político local/regional” (DALLABRIDA; BECKER, 2003 p. 75). Sendo assim, para a construção efetiva do processo de abordagem territorial do desenvolvimento é importante considerar a governança territorial para expressão do poder político local/regional.

A governança territorial é descrita como processos de articulação entre atores sociais do território, Estado, atores institucionais em redes de poder socioterritorial, com intuito de atingir o planejamento e gestão de dinâmicas territoriais e atores econômicos, correspondendo assim a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais (DALLABRIDA, 2015).

Em relação ao termo “redes de poder socioterritorial”, mencionado por Dallabrida (2015), é válido esclarecer que o termo refere-se aos segmentos representantes da sociedade organizada no território e são “[...] representados pelas suas lideranças, constituindo-se na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica, tornando-se capaz de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento” (DALLABRIDA, 2011, p.3).

Zimmermann *et al.* (1998), analisando situações de governança nos processos de desenvolvimento territorial, que se dão pelas redes de poder socioterritorial (DALLABRIDA, 2015), definiram três tipologias de governança territorial: (i) pode ser delimitada como governança privada quando o ator-chave da organização do território é o próprio produtor, tratando-se de uma governança privada coletiva; (ii) no caso de governança institucional, considerada pública, o ator-chave do território é uma ou mais organizações públicas; (iii) o caso da governança considerada mista, em que existe uma atuação de parceria entre atores público-privados de forma cooperada.

Vale ressaltar que as redes de poder socioterritoriais que formam a governança territorial, especialmente no formato misto ou de parceria, fortalecem a revalorização da sociedade, a qual não diminui o papel das estruturas estatais nas suas diferentes instâncias, mas assume postura propositiva (DALLABRIDA, 2011). As redes de poder socioterritoriais possuem diferentes modelos e práticas para o exercício da governança territorial, conforme apresentado pelos autores Dallabrida e Becker (2003, p.81), são os casos dos “[...] fóruns ou conselhos de desenvolvimento, as agências ou associações de desenvolvimento local ou regional, grupos de interesse diversos, associações cooperativas, consórcios, associações de classe, associações de produtores ou empresariais [...]”.

A governança territorial praticada de forma qualificada é requisito indispensável para o desenvolvimento, ocupa um nível intermediário entre estruturas estatais e o território, seus efeitos podem ocorrer a partir de três tipos de processos, (DALLABRIDA, 2011, p. 4):

[...] (i) a definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a implementação das condições necessárias para sua gestão; (ii) a construção de

consensos mínimos, através da instauração de diferentes formas de concertação social como exercício da ação coletiva; e, por fim, (iii) a construção de uma visão prospectiva de futuro. Uma prática qualificada de governança territorial é um requisito indispensável para o desenvolvimento. (DALLABRIDA, 2011, p. 4).

Dentre as estratégias territoriais geridas pela governança de caráter territorial encontra-se a gestão dos recursos e ativos territoriais. As principais estratégias apontadas por pesquisadores da área têm relação com a busca por mecanismos próprios que diferenciam os territórios entre si. Esses mecanismos são estratégias de valorização socioeconômica de produtos e serviços que se encontram em cada território, eles representam a potencialidade de cada local e estão em forma de recursos e ativos (PEQUEUR, 2001; 2005). Pequeur define esses mecanismos de estratégias, como especificação dos ativos: “o princípio de especificação dos ativos, isto é, a busca pelos recursos próprios ao território que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinho antes de correr atrás da concorrência por produtos padronizados” (PEQUEUR, 2005, p. 12).

Para melhor compreender os mecanismos de especificações dos ativos é válido diferenciar a tipologia dos recursos territoriais, diferenciados entre: recursos e ativos, ambos podem ser classificados conforme sua natureza, genéricos ou específicos.

Os ativos são compreendidos por aqueles fatores que se encontram “em atividade”, e os recursos são os fatores que ainda não foram explorados, mas podem vir a ser revelados e valorizados. Os recursos possuem um potencial latente ou virtual que pode ser ativado, tornando-o também um ativo, desde que as formas de produção e as tecnologias permitam (PEQUEUR, 2001;2005).

Os recursos e ativos podem ser genéricos, cujo valor ou potencial não estão ligados ao seu local de produção e seu valor, seu preço, é determinado conforme oferta e demanda de caráter quantitativo, pode ser transferível, como é o caso de produtos alimentícios inespecíficos, por exemplo, o leite, que é um alimento explorado em determinados locais, mas não existe unicamente naqueles locais, ou seja, ele pode ser produzido em vários outros lugares (PEQUEUR, 2001; 2005; JANIN; PERRON, 2020).

Diferentemente dos ativos e recursos genéricos, os específicos estão ligados diretamente ao local a que pertencem. Segundo Pequer (2005, p. 13): “[...] enquanto um ativo genérico é totalmente transferível, um ativo específico implica um custo de transferência mais ou menos alto e irrecuperável.” Os recursos específicos só existem no estado virtual e não podem ser transferidos a outros locais. Como exemplo, pode-se citar os alimentos específicos, em que os modos de produção são feitos exclusivamente em determinado local e esse modo

de produção não pode ser repetido em outros locais, pois os atores que detém o “saber fazer” e que acompanham a cultura local são únicos. Os recursos específicos são ilustrados pelo queijo Reblochon na Alta Savóia (PEQUEUR, 2001; 2005; JANIN; PERRON, 2020).

Para melhor compreensão dos ativos e recursos genéricos e específicos será apresentado abaixo o quadro 1, que explora a diferenciação entre eles conforme Cazella *et al.* (2019), adaptado de Benko e Pecqueur (2001).

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DE RECURSOS E ATIVOS E SUAS CARACTERÍSTICAS GENÉRICA OU ESPECÍFICA

TIPOS DE QUALIFICAÇÕES	GENÉRICA	ESPECÍFICA
RECURSO	Fatores de localização não utilizados, discriminados por preço e custo de transporte (cálculo, otimização).	Fatores imensuráveis e intransferíveis cujo valor depende da organização que os cria.
ATIVO	Fatores de localização não utilizados, discriminados por preço e custo de transporte (cálculo, otimização). - Pode ser ativado em qualquer território.	Fator comparável cujo valor está relacionado a um uso específico: - Custo de irreversibilidade; - Pode ser ativado apenas no território de origem.

FONTE: CAZELLA *et al.* (2019) adaptado de BENKO; PECQUEUR (2001).

Observa-se que uma das principais características do desenvolvimento territorial implica transformar recursos territoriais em ativos, por meio da valorização ou especificação desses mercados, desencadeando aumento da renda aos atores do território, potencialidades de seus produtos e serviços e, conseqüentemente, melhoria das condições sociais. O processo de “especificação de ativos” é uma estratégia para a diferenciação de um território sobressaindo-se aos demais territórios (BENKO; PECQUEUR, 2001; DENARDIN; KOMARCHESKI; SULZBACH, 2015).

A transformação de recurso em ativo específico instiga a mais conhecimento do território, e a partir disso ampliam-se as possibilidades de transformação de recursos para ativos específicos consolidarem-se, e mais estratégias de desenvolvimento são construídas (PERRON; JANIN, 2020).

Atualmente novos estudos com enfoque em abordagens territoriais são desenvolvidos para ampliar e melhorar as estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido, há inovações,

como é o caso do Projeto de pesquisa “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões”, lançado por meio de um dossiê, organizado por um grupo com mais de trinta pesquisadores do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina. Esses profissionais articularam-se no intuito de realizar uma investigação com objetivo de validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, para contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que apresentassem alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2022).

A pesquisa traz como cerne da Abordagem Territorial do Desenvolvimento (ATD) a noção de patrimônio territorial, compreendido como um conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que ao longo da história se acumularam em um determinado território. Essa conjuntura se deu pelo resultado de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, e suas relações com entorno ambiental (DALLABRIDA, 2022).

A equipe de pesquisadores realizou atividades coordenadas pela Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), em parceria com a Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE), e dedicaram-se “a mapear os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos que atendessem à perspectiva territorial de análise”, com intuito de elaborar “procedimentos metodológicos que servissem de base no reconhecimento e análise de contextos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas à prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial” (DALLABRIDA, 2022, p.8).

Os estudos resultaram na compreensão de seis dimensões do patrimônio territorial:

[...] (i) produtiva – recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) natural – as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, minerais, fauna e flora; (iii) humana e intelectual – o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) cultural – valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) social – valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; e (vi) institucional – institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo. Essas dimensões são tema dos seis artigos do presente dossiê. (DALLABRIDA, 2022, p.10).

As seis dimensões identificadas resultaram em seis textos, os quais apresentam abordagens territoriais do desenvolvimento em cada dimensão e formam o dossiê já mencionado.

Sabe-se que as estratégias e alternativas territoriais são a base para se alcançar o desenvolvimento em espaços urbanos e rurais (DENARDIN, *et al*, 2022), gerando benefícios

socioeconômicos, aplicação do bem-estar e sustentabilidade, por meio do modelo de desenvolvimento territorial, conforme será contextualizado na seção a seguir.

3.3 DO DESENVOLVIMENTO RURAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA O SETOR AGROALIMENTAR

O debate sobre desenvolvimento, para além do crescimento econômico, também foi fortemente instalado no meio rural, especialmente a partir do modelo fordista¹⁸ de desenvolvimento econômico que desencadeou problemas sociais e ambientais, a partir da segunda metade do século XX (FILHO; ABRAMOVAY, 2004).

Em nível mundial, a ideia de desenvolvimento por meio de bem-estar social e crescimento econômico, tidos como modernização, foi fortalecida pelos Estados-nação e organismos internacionais, segundo diretrizes da industrialização e modernização agrícola nos países em desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial. Com essas diretrizes, o meio rural da América Latina vivenciou a modernização da agricultura em grande escala (DUARTE, 2000; SCHNEIDER, 2010).

Os ideais de modernização da agricultura, conforme assevera Graziano da Silva (1982), eram associados ao discurso de eliminação da fome no mundo, justificando assim, a aplicação de pacotes tecnológicos para o aumento da produção em larga escala e da produtividade agrícola, assim, inserindo uma parcela de agricultores aos mercados de *commodities*. Esse período ficou conhecido pela instalação da chamada “revolução verde”, que trazia uma rápida modernização do setor agrícola, agilidade na produção e aumento do comércio (SCHNEIDER, 2010).

No Brasil, a partir dos anos 1960, assiste-se à emergência de profundas transformações no meio rural, especialmente nos espaços de reprodução dos pequenos agricultores camponeses. A instalação da modernização agrícola, com a aplicação de várias inovações tecnológicas e práticas agrícolas em larga escala, fortaleceu grandes propriedades e forçou a saída de parte dos pequenos agricultores do meio rural (WANDERLEY, 2014).

Essa expansão na produção tratou de melhorar a situação econômica para os

¹⁸ O fordismo tem como base a produção em massa de produtos homogêneos, fabricados com aplicação de alta tecnologia (CLARKE, 1991).

grandes produtores, porém, para os pequenos produtores rurais, que ainda permaneciam no campo e possuíam pouca ou nenhuma mão de obra externa e maquinário, além de baixa concentração de terras, foi nulo ou negativo. Esses agricultores perderam a autonomia e foram transformados em meros usuários das tecnologias. Ao comprarem os insumos com preços altos e adotarem práticas agrícolas externas, as quais não condiziam com seus conhecimentos, como uma das consequências houve a profunda heterogeneização desses espaços, além de problemas de contaminação e destruição do meio ambiente (FAVARETO, 2010; WISKERKE; PLOEG, 2004).

Nesse cenário, abordava-se a questão do desenvolvimento rural direcionado, como forma de ampliar a eficiência produtiva, produzir mais e gastar menos, pois o rural era visto exclusivamente como setor produtivo, conforme asseverado por Favaretto (2007).

Entre 1960 e 1980, no meio rural brasileiro foi observada a ausência de políticas estruturais, contexto no qual as políticas estavam direcionadas exclusivamente ao incremento tecnológico, para aumento da produtividade. Houve “[...] uma crescente integração da atividade agrícola aos complexos agroindustriais, e a formação de um padrão corporativista de organização do agro” (FAVARETO, 2010, p. 304).

A partir dos anos 1980, mesmo com o crescimento significativo das economias com a produção de alimentos, também houve aumento da pobreza e da desigualdade (FAVARETO, 2010), além do aumento do exodo rural, problemas de fome e desemprego. A degradação ambiental acarretada pelo estilo de produção industrial e agrícola em larga escala, direcionados pela modernização, leva o tema do desenvolvimento rural como política específica ao centro de debates (WANDERLEY, 2000).

O fortalecimento das discussões da emergência de um novo formato de desenvolvimento rural, que contemplasse o bem estar social e econômico dos agricultores, e a produção de alimentos com preservação ambiental, trouxe luz às teorias do “desenvolvimento rural sustentável” (FAVARETO, 2006), definido por Costabeber e Caporal (2003, p.3) como um processo contínuo de mudança que “[...] encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental”.

Wanderley (2000) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, as discussões em busca de um novo formato de desenvolvimento rural ganham ênfase com o fim dos governos militares, ascensão da redemocratização e a publicação da Constituição de 1988. O ponto de

partida para as mudanças no paradigma do desenvolvimento rural, deu-se, em especial, a partir do reconhecimento da categoria “agricultura familiar” pelo Estado, em 1995, quando foi lançado o programa de apoio aos agricultores (Pronaf) (WANDERLEY, 2000). Ainda segundo a autora:

[...] é o reconhecimento de que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, de que são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos, que se traduzam pela maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e a plena valorização do trabalho. Esta afirmação atinge diretamente o argumento central que justificava o apoio irrestrito e exclusivo, dado no Brasil à grande propriedade, considerada como a única em condições de modernizar o setor agrícola e ao modelo de modernização 'produtivista' que foi apoiado pelo Estado. (WANDERLEY, 2014, p.30).

Reconhecendo a agricultura familiar como categoria de alternativa ao desenvolvimento e analisando o meio rural e as discussões frente às mudanças do paradigma de desenvolvimento no âmbito rural, Wanderley (2000, p. 7-8) apresenta a existência de três posições para o ambiente rural:

[...] **Uma primeira**, que atribui prioridade à *destinação produtiva* do meio rural [...] **Uma segunda** posição associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem *espaços de consumo*, voltados em especial para as atividades relacionadas às *funções de residência e de lazer*, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos. Finalmente, **uma terceira percepção** também situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do *patrimônio ambiental* a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não. (WANDERLEY, 2000, p.7-8, grifos nossos).

O rural passa a ter uma perspectiva ampliada, para além de um espaço destinado unicamente à produção de alimentos mas, também, como um local de consumo, residência, lazer, produção de energia, patrimônio social, ambiental e cultural (FAVARETO, 2006). Surge assim, a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento voltadas à valorização do local, “[...] a integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, por meio da

valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território [...]” Emergem, então, os pressupostos da abordagem territorial do desenvolvimento (WANDERLEY, 2000, p.16).

O espaço rural, analisado a partir da abordagem territorial, além de contemplar as características sociais, culturais e territoriais, citadas anteriormente, inclui elementos específicos do meio rural, tais como “[...] pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural” (BRASIL, 2003, p. 34).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do texto: Referências para o desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2003), o desenvolvimento rural deve ser planejado por meio da abordagem territorial. De acordo com essa abordagem, reconhecer e/ou fomentar as capacidades dos territórios é função indispensável do Estado para estimular o desenvolvimento territorial. Cada território possui características específicas, consideradas como ferramentas para conquistar novas atividades e mercados. As especificidades de cada território são os recursos e ativos específicos, conforme mencionado anteriormente.

A valorização desses recursos e ativos está presente nos textos oficiais, como soluções para aumento da renda da população rural e, conseqüentemente, para o aumento do bem estar (ABRAMOVAY, 2000). Segundo Brasil, (2003 p. 4) “As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento territorial caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais nos planos político, econômico e social”. Nesse sentido, é observada a importância da cultura e da organização dos atores locais, bem como das políticas públicas que auxiliam na promoção do desenvolvimento territorial.

Para Schneider (2004), o desenvolvimento territorial deve ser analisado a partir de quatro elementos: a pobreza rural; o protagonismo dos atores sociais; o território como unidade de referência; e a questão ambiental. Para abranger esses elementos, é necessário aplicação de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, que valorizem a heterogenização dos territórios, juntamente com a agricultura e a produção de alimentos, além da inclusão efetiva dos atores sociais e seus espaços de diálogo para promover o protagonismo destes.

Referente às políticas públicas necessárias para se alcançar o desenvolvimento territorial, é válido mencionar as que estão ligadas à comercialização de alimento, foco desta pesquisa. Primeiramente, vale destacar que o marco inicial das transformações no âmbito das políticas públicas brasileiras, especialmente para o meio rural, ocorreu a partir da

promulgação da Constituição Federal de 1988, que teve como protagonista e objeto de muitas dessas mudanças a agricultura familiar, reconhecida pelo Estado há três décadas, em meados de 1990 (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Já no final dos anos 1990, em âmbito nacional, o Brasil passa a compor uma política dual dividida entre promoção de reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar, conforme abordado pelos autores Caniello, Piraux e Souza Bastos (2013, p.86), que afirmam:

“[...]a medida provisória nº 1.911-12 cria o Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e em 14 de janeiro de 2000, o decreto nº 3.338 cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir de então, o governo brasileiro opta definitivamente por uma política dual para a agricultura brasileira, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário se encarregando da promoção da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar e o Ministério da Agricultura com a atribuição de fomentar o chamado “agronegócio”.

Com novas políticas nacionais no meio rural e com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, a partir dos anos 2000 as discussões pautadas nos territórios se fortaleceram, especialmente no âmbito rural. Nesse cenário os movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os sindicatos, passaram a ganhar voz nos espaços de decisões, no âmbito das políticas públicas, e ganharam influência na definição dos rumos para a agricultura familiar. Houve a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que fortaleceram as estratégias de implementação das políticas públicas de enfoque territorial e, ainda em 2003, foi lançado o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) (CANIELLO; PIRAUX; SOUZA BASTOS, 2013).

O PRONAT, mesmo não sendo uma política exclusiva para a comercialização de alimentos, teve importante destaque frente a abordagem territorial do desenvolvimento, visto que tinha como objetivo a melhoria socioeconômica por meio de apoio e de créditos para avanços nas infraestruturas e serviços aos municípios rurais, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Dessa forma, o meio rural, através de territórios delimitados pelo PRONAT, recebeu apoio financeiro e valorização para a garantia de produção de alimentos, integridade territorial, abertura de espaços de discussão, para fortalecimento do protagonismo dos atores e governança de qualidade, além da preservação da biodiversidade, conservação dos recursos naturais e manutenção da cultura local (BRASIL, 2005).

Para complementar o PRONAT e com intuito de construir ações para combater a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e econômicas, utilizar as estratégias do desenvolvimento territorial e formular um plano de desenvolvimento para cada território, em

2008, foi lançado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), em meio a um período em que o país apresentava altas taxas de crescimento econômico (ORTEGA, 2016).

Nos 13 anos de Programas PRONAT e PTC, vigoraram no Brasil 239 Territórios Rurais. Entre eles, 120 incorporados ao PTC, que reunia 3.591 municípios e atingia 64% dos municípios do país, com um total de 76,7 milhões de habitantes. Desses, 75,5% pertenciam à população rural, com 79% de pessoas ocupadas na Agricultura Familiar, 84% de famílias assentadas pela Reforma Agrária, 87% de comunidades quilombolas e 66% de famílias de pescadores (Brasil, 2009b *apud* Brasil, 2011).

No ano de 2016, o Brasil passa por mudanças na conjuntura política, após o processo de *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff. O vice-presidente da época, Michel Temer, assumiu o cargo e alterou boa parte dos programas de governo em andamento, promoveu amplo processo de desmonte das políticas públicas inclusivas e progressistas, implementadas pelos governos do Partido do Trabalhador (PT). O desmonte das políticas públicas incluiu a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Os Programas relacionados a esses setores, como PRONAT e PTC foram extintos, acarretando retrocesso para o desenvolvimento territorial (SILVA; SCHMITZ, 2017; PIRAUX; CANIELLO, 2019).

Duas importantes políticas públicas para comercialização de alimentos, que tiveram retrocessos após 2016, são voltadas aos programas de compras governamentais, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ainda que esses programas não tenham sido promovidos pela SDT, eles possuem caráter intersetorial e desempenham um papel de grande importância para a agricultura familiar, geram renda, alimento e fomento à produção sustentável, impactando diretamente no desenvolvimento territorial (PIRAUX; CANIELLO, 2019; BALBINO; SHIKI; SILVA, 2020).

Em relação ao PAA, o programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, e tem como objetivo central “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (LIMA, 2019). Devido seu formato voltado a beneficiar os agricultores familiares, o Programa “[...] fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de

alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo” (BRASIL, 2016, p. 01), e, auxilia a promoção do desenvolvimento territorial.

Recentemente, em agosto de 2021, foi instituída a Medida Provisória n.º 1.061, convertida na Lei 14.284/ 2021 que substitui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo Programa Alimenta Brasil que, basicamente, possui as mesmas finalidades do PAA: incentivar a agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social dos agricultores familiares mais pobres. Ao mesmo tempo, o programa visa promover o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade, necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2021).

Atualmente, o objetivo do PNAE é a aquisição e distribuição de alimentos para suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência em sala de aula, bem como a inclusão produtiva da agricultura familiar local, visto que essa aquisição de alimentos é realizada preferencialmente por meio da agricultura familiar (TRICHES, 2015). Isto se dá pelo fato da legislação, que institui o PNAE, garantir a aquisição dos alimentos da agricultura familiar/empreendedor familiar rural ou as suas organizações, em no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), priorizar os assentados da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

As políticas públicas de caráter territorial, especialmente as voltadas à produção e comercialização de alimentos, são importantes delineamentos para o desenvolvimento territorial do sistema agroalimentar da agricultura familiar. Nesse sentido, é importante compreender o contexto agroalimentar no âmbito do desenvolvimento territorial, discussão apresentada a seguir.

3.4 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUAS ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO AGROALIMENTAR

Para trazer luz aos problemas relacionados ao contexto dos sistemas agroalimentares, ante ao desenvolvimento rural e as iniciativas e alternativas desse contexto para o alcance do desenvolvimento territorial é válido, inicialmente, contextualizar os sistemas agroalimentares e o caminho percorrido até chegar à conjuntura de alternativas de comercialização de alimentos de caráter territorial, por meio dos mercados imersos/territoriais, foco desta pesquisa.

O sistema agroalimentar é definido por Soler (2009) *apud* Perez-Cassarino (2013, p.194) como: “O conjunto de atividades que se integram visando ao comprimento da função da alimentação humana”. Nesse contexto, pode-se destacar que os sistemas agroalimentares envolvem diferentes setores, desde a produção agrícola, passando pelo processamento, até as etapas finais de venda e distribuição dos alimentos, por meio de um conjunto de atividades. Esse sistema não pode ser entendido separadamente, é necessário compreendê-lo a partir das inter-relações que envolvem esses diferentes setores.

Para Goodman, Sorj e wilkinson (2008, p.165) “[...]o sistema agroalimentar pode ser entendido à luz das características biológicas que governam o processo de produção/consumo agrícolas.” Desse modo o sistema agroalimentar é entendido como o conjunto de atividades gerado por diversos setores relacionados que tem por finalidade o processo de produção distribuição e consumo de alimentos.

Os sistemas agroalimentares podem ser analisados por meio do que autores como Friedmann (1993) consideram surgimento dos regimes alimentares. Para essa autora, o primeiro regime alimentar ocorreu no período final da hegemonia britânica (1870-1914). O início desse regime foi marcado pela criação das leis que liberavam as exportações de mercadorias, inclusive alimentos, entre países no ano 1874. Nesse período, o Estado teve papel fundamental com o poder de decisão sobre as importações e exportações. A partir do destravamento da exportação entre países, houve grande crescimento da produção capitalista na Europa, fazendo com que surgisse uma grande classe de trabalhadores/operários que serviam de mão de obra para as indústrias que realizavam exportação de produtos. Os trabalhadores passaram a receber renda em forma de dinheiro e, assim, os alimentos que antes eram produzidos em suas propriedades, passaram a ser comprados nos mercados. A situação de pobreza que caracterizava aquela época possibilitou o surgimento de um mercado burguês que se estendeu ao mercado alimentar mundial. O primeiro Regime foi marcado também pelas migrações de europeus para outros continentes o que, junto com a expansão colonial Imperialista, propiciou a importação de matérias-primas alimentares, estimulando a produção doméstica de bens manufaturados.

O segundo Regime alimentar teve início em 1914 e caracteriza-se pelo desenvolvimento e posterior domínio de sistemas alimentares dominantes, nomeados por Ploeg (2008) como "Impérios Alimentares". Esses sistemas são coordenados em nível global por empresas transnacionais representadas por grandes corporações agroalimentares as quais buscam controle da produção, industrialização e distribuição dos alimentos. Os sistemas

agroalimentares dominantes caracterizam-se pela padronização e industrialização e pela atuação em cadeias longas de abastecimento, o que ocasiona a desconexão entre produtores e consumidores. Esse atual regime alimentar é baseado em um consumo abusivo, construído a partir de propagandas manipuladoras e trouxe consigo problemas ambientais, sociais e de saúde pública, como desnutrição, obesidade e riscos alimentares (MCMICHAEL, 2009; FRIEDMANN, 1993).

O terceiro regime agroalimentar não se apresenta tão claramente quanto o primeiro e o segundo, porém, segundo Friedmann (2005), teve seu início no final da década de 1980, correspondendo ao modelo “liberal produtivista”. A autorregulação dos mercados fez com que os alimentos se tornassem subordinados, acarretando no desligamento das relações econômicas da região e das pessoas. A mediação entre o alimento e o consumidor é realizada por empresas que dependem da distância e da durabilidade dos alimentos para a obtenção dos lucros, sendo assim, existe um distanciamento da produção e do consumo de uma comunidade. Dessa forma, observa-se a diferença entre uma sociedade tradicional, onde o processo era estritamente localizado, e a contemporânea sociedade moderna, em que já não há delimitação de espaço nem de tempo (FRIEDMANN, 2005).

A modernização da agricultura durante o segundo regime agroalimentar (Friedmann, 2005) trouxe uma nova estruturação ao sistema, ligada a um modelo de produção tomado pelo processo de produção, processamento e distribuição em larga escala, dependência de insumos externos, uso incessante de agroquímicos, transgênicos e tecnologias agrícolas, e o distanciamento entre produção e consumo. Essa nova estruturação do sistema agroalimentar acarretou, de certa forma, no processo de desterritorialização e desligamento entre o produtor e o local de produção, bem como o distanciamento entre consumidor e os alimentos locais, além de prejuízos ao meio ambiente (CRUZ *et al*, 2010; TRICHES; SCHNEIDER, 2015).

Segundo Friedmann (2005), com a separação entre produção e consumo, os alimentos tornavam-se mercadorias, deslocando assim a ideia central da alimentação como direito fundamental. Para alcançar os objetivos da distribuição em larga escala, os alimentos receberam como principais características as questões de durabilidade, para que o alimento se prolongasse por mais tempo e, então, pudessem percorrer maiores distâncias, o que acaba aumentando a desterritorialização. Com os prejuízos trazidos pela modernização, tanto para os produtores quanto para os consumidores, e também para o meio ambiente, iniciaram os movimentos contrários a esse tipo de produção e processamento de alimentos (TRICHES; SCHNEIDER, 2015).

Nesse sentido, é válido mencionar que as empresas mediadoras da produção e do consumo de alimentos, assim como os demais elos do sistema agroalimentar que dominam os mercados autorreguladores, tornando-se hegemônicos são definidos por Ploeg (2008) como “Impérios Alimentares”. Esse sistema agroalimentar hegemônico é voltado à produção e distribuição de alimentos de forma global, opondo-se às abordagens de caráter territorial, dificultam ou em muitos casos impossibilitam o acesso dos atores que produzem e comercializam alimentos de forma territorializada.

Contudo, o sistema alimentar hegemônico vem apresentando permanente crise, decorrente, principalmente, da alta dependência de insumos externos, falta de confiança dos consumidores nos alimentos produzidos, e por seus padrões de produção e comercialização serem caracterizados pelo desmantelamento das economias locais e dos sistemas locais de produção e abastecimento alimentar (PEREZ-CASSARINO, 2013).

Em contraposição aos sistemas agroalimentares dominantes, observa-se o surgimento de movimentos alternativos que buscam mais justiça social e sustentabilidade ambiental nas formas de produção, processamento e consumo de alimentos. Em relação a eles Cruz (2012, p.38) afirma: “[...]opõem-se ao sistema convencional de produção e distribuição de alimentos, e dizem respeito à promoção e valorização de alimentos produzidos localmente, em pequena escala, associados a relações de confiança, produção ecológica e justiça social [...]”. Esses movimentos são referenciados na literatura por diversas nomenclaturas, tais como: sistemas ou redes agroalimentares locais/localizados/alternativos, geografias alimentares alternativas, cadeias/circuitos curtos de abastecimento, pós-produtivismo, entre outros (HOLLOWAY et al, 2007).

Os movimentos contrários aos modelos pautados na “modernização agrícola” buscam mudança paradigmática, enfatizam a busca por um modelo de desenvolvimento mais endógeno, territorializado e sustentável. Nesse sentido os movimentos alternativos estão estreitamente ligados ao desenvolvimento territorial, mostrando-se como inovações precursoras para a construção desse desenvolvimento (TRICHES, 2016).

Os diversos movimentos agroalimentares alternativos, mesmo possuindo ideais e objetivos semelhantes, diferem-se em partes entre si, em especial pelas categorias de análise, ou aplicabilidade. Assim, é válido trazer uma breve revisão da literatura para contextualizar esses movimentos, considerados alternativas ao desenvolvimento de abordagem territorial.

No que diz respeito às redes alimentares alternativas, vale ter presente que existem três processos no centro de seu desenvolvimento: reconexão, que se refere ao fato de que o

modelo de produção industrial de alimentos foi largamente desenvolvido e o consumo e a produção de variedades locais sofreram rupturas e, como resultado, os alimentos baseados na tradição local, deram espaço à produção em massa globalizada; a realocação, baseada na escala geográfica e demonstra a necessidade das redes agroalimentares alternativas assentarem-se em escalas locais de produção e consumo; e a revalorização, processo ligado à manutenção de conhecimentos e práticas tradicionais de produção e consumo (CRUZ, 2012; FONTE, 2008).

Segundo Cassol (2013), as Redes Alimentares Alternativas são ligadas aos valores sociais e culturais de cada região (locais), de modo que permitem que a revalorização dos conhecimentos e práticas tradicionais, reconectando produtores e consumidores.

Corroborando com o contexto apresentado por Cassol (2013), Goodman *et. al.* (2012) e Darolt *et al.* (2016) argumentam que as redes alimentares alternativas são amplas e suas características centrais são voltadas à cooperação social, reconexão entre produtor e consumidor, padrões sustentáveis, valorização de mercados locais com identidade territorial, portanto privilegiam os circuitos curtos de comercialização ou Circuitos Curtos de Abastecimento, como: vendas institucionais, feiras do produtor, entrega de cestas, e demais formas de venda direta.

Em relação às cadeias curtas de abastecimento, sua definição encontrada na literatura está ligada às perspectivas das Redes Alimentares Alternativas. Autores como Fornazier e Belik (2013) descrevem essas cadeias definindo-as como o estreitamento dos laços entre produtores e consumidores, para reestabelecer ou fortalecer conexões entre procedência, diferentes atributos de qualidade e construção de redes alimentares transparentes, que façam os produtos chegarem aos consumidores com informações verdadeiras e confiáveis. Devido a essas características, as cadeias curtas de abastecimento, muitas vezes, são tidas como oposição à comoditização dos alimentos em contraposição à descaracterização da forma, origem e produção desses alimentos (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

A produção local e as cadeias curtas de abastecimento são possibilidades de organização alternativa, ante aos mercados mundiais de alimentos. Por se tornarem estratégias de desenvolvimento, passam a fazer parte de políticas públicas que auxiliam nas dinâmicas econômicas e sociais do meio rural (FORNAZIER; BELIK, 2013).

Outra abordagem territorial na perspectiva dos sistemas agroalimentares diz respeito à Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), apresentada por Pecqueur (2001) em relação ao contexto francês e estendida para o Brasil, especialmente, pelo pesquisador Ademir Cazela

(2020). A centralidade da CBST consiste em identificar fatores a serem explorados, ou recursos, organizados ou revelados de um território. Com isso, a ser considerados recursos específicos que ganham monetarização e começam a ser ativos específicos. Esses recursos específicos são geridos pelos atores que conformam um sistema de governança territorial (PEQUEUR, 2001). A ideia central da construção da CBST consiste em criar uma oferta conjunta diversificada de ativos territoriais, em lugar de empreendimentos (CAZELLA et al,2020).

Considerando-se os ativos territoriais como principal pilar para as estratégias de da abordagem territorial do desenvolvimento, é válido mencionar a especificidade cultural apresentada nos produtos ou serviços, como estratégia ou alternativa ao DT que, segundo Flores (2006, p.28), “[...] está relacionada à identidade territorial, correspondendo a características sócio-culturais locais”.

Para Flores (2006), apostar na identidade cultural de determinado território é uma estratégia de valorização produtiva que leva ao desenvolvimento territorial, visto que:

[...] pode ser estabelecida uma relação entre território, identidade, cultura, e o mercado, onde este espaço geográfico, com uma identidade construída socialmente, pode ser caracterizado por uma definida identidade cultural e por laços de proximidade e de interdependência, e pode significar um espaço de mercado para os sistemas produtivos locais – SPL3. Pode ser também um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e dos serviços locais, visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis (FLORES, 2006. p. 08).

Em relação aos mercados como alternativa para a promoção do desenvolvimento de territórios, os autores Prado *et al.* (2022) asseveram que uma estratégia importante para iniciativas de especificação e valorização de produtos e serviços de territórios rurais é a construção de mercados acessíveis aos agricultores familiares, os quais predominam nos territórios rurais. Os mercados socialmente construídos ou a construção social dos mercados, como é denominado, contribuem “[...] na promoção das economias territoriais, na redução das disparidades econômicas e sociais e no fortalecimento de vínculos horizontais entre distintos atores sociais” (Prado et al., 2022, p.111), como forma de promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

É considerável ter presente que entender a importância dos mercados para a agricultura familiar é imprescindível para o desenvolvimento rural, pois a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem das relações que estabelecem com mercados, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas (GAZOLLA et

al., 2011). Desse modo, esta pesquisa se debruça em estudar os mercados acessados pelos quilombolas, categorizados também como agricultores familiares, conforme apresentado no capítulo 4.

4 OS MERCADOS IMERSOS/TERRITORIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Este capítulo apresenta as discussões voltadas ao contexto dos mercados imersos, desde a Teoria da Construção Social dos Mercados, que marca os primórdios das perspectivas dos mercados imersos, até a construção da abordagem teórica dos mercados imersos como mercados da agricultura familiar e alternativa para o a abordagem territorial do desenvolvimento. Este capítulo também apresenta o cenário atual dos mercados acessados pela agricultura familiar, incluindo-se os quilombos que também fazem parte dessa categoria, no contexto da pandemia da COVID-19.

4.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS E A ABORDAGEM DOS MERCADOS IMERSOS

Segundo Schneider (2016), os mercados podem ser definidos em três perspectivas:

[...] a) o mercado como um *locus*, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias; b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo; e c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais (SCHNEIDER, 2016 p. 97).

No que diz respeito ao foco desta tese, interessa aprofundar o mercado enquanto construção social, mas, antes disso faz-se necessário apresentar, ainda que sucintamente, as outras duas perspectivas apontadas por Schneider (2016). A primeira definição mencionada pelo autor refere-se ao mercado como um *locus*¹⁹, compreensão admitida durante muito tempo, na qual a ideia de mercado(s) se restringia apenas a um lugar concreto, um espaço físico onde produtores e compradores realizavam trocas de produtos e mercadorias (SCHNEIDER, 2016).

A partir do século XVI, com as mudanças no formato de desenvolvimento da sociedade, norteadas pelos ideais capitalistas, em que a sociedade industrial passou a ser regulada pela economia de mercado, e os mercados passaram a se desenvolver e ganhar relevância (POLANYI, 2012), a ideia de mercado como *locus* foi substituída pela de mercado

¹⁹ Para se aprofundar na definição de mercado como *locus* ver: BRAUDEL, F. *Civilization and Capitalism, Fifteenth–Eighteenth Century* (1985).

como princípio ordenador da sociedade e da economia²⁰, emergindo a ideia de que as trocas mercantis e a mercantilização manipulam a ordem da cultura, as regras e o modo de funcionamento da sociedade (SCHNEIDER, 2016).

A partir da segunda metade do século XX, a partir da sociologia econômica, emergiram inovações na sociologia e na economia que desencadearam estudos sociais sobre a dinâmica dos mercados (SCHNEIDER; CASSOL, 2022), despertando críticas ao entendimento dos mercados como um princípio social ordenador, levando a emergência da ideia de mercado como uma construção social (SCHNEIDER, 2016). É válido mencionar autores clássicos que apresentavam discussões de análises dos aspectos sociológicos da economia, como Weber e Durkheim, que já refletiam sobre o papel social na orientação do comportamento do ator econômico e da mercantilização, não deixando explicitamente o que eles definem por mercados (RAUD-MATTED, 2005a).

As discussões iniciais do caráter social dos mercados, como já mencionado, deram-se pelos estudos da Sociologia Econômica, a partir da crítica da abordagem neoclássica dominante para a qual os mercados são um fenômeno exclusivamente capitalista e, assim, voltado os ideais unicamente econômicos, pautados no princípio da maximização dos lucros e não tendo qualquer relação com as interações sociais. (RAUD-MATTEDI, 2005a). Entretanto, foi a partir das premissas da Nova Sociologia Econômica (NSE) que os princípios dos mercados socialmente construídos ganharam destaque e novas abordagens.

Segundo Wilkinson (2002), a NSE surge com as contribuições do Sociólogo americano Mark Granovetter, por meio, principalmente, de três artigos que formam os principais conceitos para compreendê-la. O artigo “*The Strength of Weal Ties*” lançado em 1982, ao qual Granovetter sugere um conceito novo em relação às redes sociais, destaca o papel-chave de atores entre diferentes redes e lança o pressuposto que a economia se embasava em redes sociais, formadas por relações fortes (amizade, interconhecimento) e fracas (parentesco). No ano de 1985, a obra “*Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*²¹” traz o conceito de enraizamento como imersão social dos mercados. E em 1991, o artigo “*Economic Institutions as Social Constructions*” tem como enfoque principal apresentar o conceito de redes sociais. Dessa forma, o autor traz como

²⁰ Ver WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

POLANYI, K. *A nossa obsoleta mentalidade mercantil* (1977); POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época* (2000).

²¹ Por não existir uma tradução única do Inglês para o Português, utiliza-se aqui a palavra como ideia de enraizamento, mercados inseridos ou imersos.

inovação para a Sociologia Econômica e para a NSE²² o pressuposto de explicar o funcionamento dos mercados a partir de uma abordagem de redes sociais, analisando como comportamentos e instituições são afetadas por relações sociais.

Krippner *et al.* (2004) assevera que Granovetter, mesmo afirmando não ter se inspirado nas obras de Polanyi para escrever seus pressupostos referentes ao caráter social dos mercados, da ideia de “*embeddedness*”, tem suas ideias vinculadas às do autor Karl Polanyi que, em 1944, já apresentava discussões embrionárias acerca do caráter social dos mercados. Sendo assim, consegue-se dizer que as obras de Granovetter, que deram origem a NSE, podem ser consideradas como uma reinterpretação do termo *embeddedness*, de Karl Polanyi (SALVATE BRASIL, 2019).

A principal obra de Polanyi, “A Grande Transformação”, apresenta questionamentos sobre a influência econômica nas interações sociais. Para o autor os indivíduos, o homem econômico, não escolhem agir em função de bens materiais, ao contrário, eles tomam posse de bens materiais para garantir a situação social, o patrimônio social (Polanyi, 2012). Nesse sentido, Polanyi afirma: “[...] em vez de a economia estar imersa nas relações sociais, são as relações sociais que estão imersas no sistema econômico” (POLANYI, 2012, p.60).

Polanyi (2012) afirma que, antes da sociedade capitalista, a economia já se encontrava enraizada (*embeddedness*) em relações sociais, não sendo a economia ou o capital, como predominantes nas escolhas do agir e pensar e nas interações sociais dos indivíduos. Contudo, com o surgimento da sociedade moderna, emergida na economia capitalista e dominada pela ação dos mercados, o contexto econômico passa a ter mais importância, sobressaindo-se ao contexto social de forma que, para os economistas da época, parecia existir uma independência econômica dos laços sociais, a qual o autor chama de (*dis*)*embeddedness*.

Assim, Wilkinson (2002) argumenta que em contraposição às afirmações de Polanyi sobre o (*dis*)*embeddednes*, Granovetter descreve que em momento algum a economia teve um desligamento da inserção social e faz a releitura do termo *embedeness*, afirmando que:

[...] nem a economia tradicional foi totalmente desprovida do cálculo nem a economia moderna foi isenta de ingerência social. O homem, em maior ou menor grau, sempre elaborou os seus cálculos econômicos a partir da sua inserção em redes sociais. A natureza dessas redes sociais, portanto, e a posição do ator nessas redes

²² As discussões referentes a Nova Sociologia Econômica são amplas e, no contexto aqui trabalhado, poderiam ser alargadas, porém optou-se por não dar esse sentido à discussão, enfatizando outros objetivos da pesquisa. Para aprofundamento das teorias que embasaram a construção social dos mercados e, em especial, as perspectivas de enraizamento e redes sociais, apresentadas por Granovetter, sugere-se ler: Wilkinson (2002); Raud-Mattedi (2005b) e as obras originais do autor,

deveriam ser os pontos de partida para a análise da vida econômica. (WILKINSON, 2002, p. 811).

Para Triches (2010, p. 50), o termo “*embeddedness*” tem como significado: “imbricação da economia em outras instituições sociais”. Nesse mesmo sentido, Abramovay (2004) afirma que ao se estudar a estrutura social dos mercados, encontra-se a relação da sociedade enraizada com a economia, não conseguindo assim isolar um aspecto do outro.

[...] O estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social. (ABRAMOVAY, 2004, p.2).

Corroborando com as afirmações de Abramovay (2004), Gazolla e Pelegrini (2011, p. 6) consideram que:

[...] os mercados são construídos socialmente, o que implica que os mesmos são definidos e conformados de acordo com as racionalidades, vontades, poderes, disputas, conhecimentos e recursos que os atores sociais e grupos possuem em seus processos de interação social.

Nesse debate, é inegável a importante contribuição do autor Mark Granovetter para a NSE e a construção social dos mercados, a qual forma a base da NSE. Entretanto, alguns autores como Krippner (2004) apontam os limites da abordagem de Granovetter. Krippner (2004) argumenta que a perspectiva de redes de Granovetter é marcada pela ausência de outras dimensões de análise das ações econômicas, tais como a cultura, a influência do Estado e as políticas, que se encontram contidas em todas as ações do mercado (KRIPPNER, 2004).

As críticas voltadas às obras de Granovetter, referentes à ausência de distintas dimensões para analisar a construção social dos mercados, encontram-se, em boa parte, em agendas de pesquisa, conforme asseverado por Salvate Brasil (2019). Atualmente as discussões voltadas ao caráter social dos mercados apresentam na literatura pressupostos de que toda ação econômica, em certa medida, encontra-se imersa em instituições, sendo assim orientada “por relações interpessoais, valores, cultura, tradição, emoções, dentre outros fatores” (SALVATE BRASIL, 2019, p. 68).

Dentre as pesquisas atuais que se debruçam sobre a construção social dos mercados, encontra-se a abordagem teórica dos “*nested market*” ou como traduzido para o português “mercados imersos”. Segundo Salvate Brasil e Schneider (2016), os pressupostos da abordagem de mercados imersos são muito recentes e foram criados por pesquisadores europeus, brasileiros e chineses como Polman; Poppe; Schans; Ploeg (2010), Ploeg;

Jingzhong; Schneider (2012). Mais recentemente pesquisadores brasileiros vêm se aprofundando no tema, como é o caso de Cassol; Salvate Brasil; Schneider (2016); Salvate Brasil, (2019), Schneider; Almeida; Salvate Brasil (2022).

Salvate Brasil e Schneider (2020) salientam que o termo “*nested markets*” foi inicialmente traduzido para o português como “mercados aninhados”, entretanto, devido algumas incompreensões dos termos, os autores que seguem essa perspectiva teórica passaram a usar a tradução de “imerso” para a palavra “*nested*”. Visto que a tradução original de “*nested*” fazia referência a “*embedded*”, traduzido como imerso, enraizado, incrustado.

Salvate Brasil e Schneider (2020) asseveram que a inspiração para o conceito de mercados imersos é fundada basicamente em três fontes. A primeira delas é amparada nos estudos da sociologia do campesinato do autor Teodor Shanin (1973), retomada recentemente nos estudos de Ploeg (2015), por meio das discussões de Henry Bernstein (1986) da economia política agrária e na abordagem dos regimes alimentares de Friedmann e McMichael (1989), e traz à luz a ideia da centralidade da questão da mercantilização para as unidades de produção e os efeitos para a diferenciação social.

A segunda fonte de inspiração para a definição de mercados imersos surge da sociologia econômica, nos trabalhos de Karl Polanyi sobre a ideia de “*embeddedness*”, já discutida anteriormente nesta pesquisa (SALVATE BRASIL; SCHNEIDER, 2020). A abordagem dos recursos de uso comum (*common pool resources*), proposta pela economista Elinor Ostrom (1990), formam a terceira fonte de inspiração e concepção central dos mercados imersos.

Os Recursos de Uso Comum (CPR), conforme afirma Ostrom (1990, p. 30), constituem: “[...] um sistema de recurso natural ou criados pelo homem que é suficientemente grande para tornar custoso (mas não impossível) excluir potenciais beneficiários de obter benefícios de seu uso”. Para a autora, os sistemas de uso naturais ou artificiais, fabricados pelo homem, tais como florestas, pastagem, oceanos ou áreas de pesca, são suficientemente grandes e, por isso, torna-se difícil excluir um usuário de sua utilização. Mas, esses recursos, em sua maioria, são limitados e quando acontece exploração excessiva afeta sua integridade. Os recursos de uso comum necessitam de normas, regras e convenções sociais, a partir de dispositivos de governança coletivos que levem à geração de benefícios a todos os atores envolvidos e garantam a manutenção e reprodução desses recursos (OSTROM, 1990).

Salvate Brasil (2019) assevera que o propósito da autora Elinor Ostrom, ao trazer discussões referentes à governança coletiva nos recursos de uso comum, consiste

especialmente “em questionar a generalização da teoria convencional de que os indivíduos agiriam de forma racional e individualista na busca por benefícios em sistemas de recursos comuns, acarretando a sua destruição” (SALVATE BRASIL, 2019, p. 70).

Utilizando as perspectivas de Recursos de Uso Comum de Ostrom (1990), os autores Van Huylenbroeck *et al.* (2009) e Polman *et al.* (2010) trazem a análise de mercados que possuem governança híbrida, ou seja, não são hipercontrolados pelo Estado, mas também não são “deixados livres” sem vigilância, visto que a regulação é governada por atores que fazem uso desses mercados e os autocontrolam, também pelo Estado que exerce a coerção da lei para evitar desvios (SALVATE BRASIL; SCHNEIDER, 2020). Através dessas discussões emerge a ideia de que os mercados devem ser entendidos como bens públicos ou de uso comum, portanto, necessitam de autogovernança e, ao mesmo tempo, de controle do Estado.

A partir dessas três fontes de inspiração surge a abordagem teórica dos mercados imersos, os quais são definidos como socialmente construídos. Conforme salientam os autores Ploeg; Jingzhong; Schneider, (2012) eles emergiram dos interstícios dos mercados convencionais que, a partir do desenvolvimento, criaram condições desfavoráveis aos produtores que não estivessem adaptados ao formato de desenvolvimento globalizado. Dessa forma, esses produtores marginalizados diante dos mercados convencionais, buscaram construir de forma conjunta novos mercados como alternativas para sua manutenção e desenvolvimento.

Esses novos mercados ocupam o locus que Ploeg (2015, p.45) chama de “lacunas estruturais”, que são “[...] resultado de limitações implícitas às estratégias dos atores dominantes”. Trata-se de focar em produtos e dinâmicas em que os mercados convencionais não supriam a necessidade do consumidor, para então construir seus mercados, como é o caso da proximidade com o produtor, diversidade de alimentos, justiça social e ambiental, alimentos com identidade e alimentos com frescor (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

Cassol, Salvate Brasil e Schneider (2016) definem a perspectiva dos mercados imersos como:

[...] uma tentativa de aproximar abordagens institucionalistas sobre os mercados para analisar práticas e processos de produção e consumo de alimentos em espaços concretos de mercado (the market place) e os padrões sobre os quais eles encontram-se imersos. Apesar de serem locais (mercados) específicos com transações e redes de relações singulares, tais mercados não estão isolados, mas fazem parte de mercados

mais amplos. Assim, os mercados imersos também são parte de mercados mais amplos (globais) e interagem com eles. (CASSOL; SALVATE BRASIL; SCHNEIDER, 2016, p.321).

Os autores ainda identificam que os mercados imersos são um fenômeno do capitalismo, mas que se organizam a partir de interações sociais entre atores. Portanto, não seguem rígidas convenções dos mercados capitalistas, mas possuem estreita ligação com os mercados convencionais ou mercados capitalistas, emergindo, crescendo e desenvolvendo nos interstícios dos mercados dominantes e em contato com eles (CASSOL; SALVATE BRASIL; SCHNEIDER, 2016).

A abordagem dos mercados imersos, por ser um tema recente, ainda necessita de novas pesquisas e aportes. Nesse sentido, o trabalho da autora Natalia Salvate Brasil (2019) apresentou importante contribuição à abordagem dos mercados imersos, ao engendrar uma ferramenta metodológica que permite delinear as principais características dos mercados imersos. Após profunda revisão dos trabalhos que abordam o tema dos mercados imersos, especialmente os trabalhos de Ploeg (2014), Ploeg; Jingzhong; Schneider (2012), Schneider (2016), Polman *et al.* (2010), das Redes Agroalimentares Alternativas (RAA) e dos Circuitos Curtos (CC), a autora definiu cinco dimensões que caracterizam os mercados imersos e que compõem as análises da ferramenta metodológica: distintividade, multifuncionalidade, conectividade, governança e infraestrutura sociomaterial.

A dimensão da distintividade nos mercados imersos é baseada nas premissas de Ploeg (2014), o qual assevera que essa característica pode ser construída por diferentes dimensões, como por exemplo: o preço, por meio do qual o produto se diferencia por ser mais barato ou muito mais caro do que o vendido em outros mercados. A qualidade diferenciada do produto; o modo de produção, pois o “saber fazer” enraizado em cada local e a cultura acarretam em diferentes processos de produção, criando produtos distintos. A distribuição de produtos, local ou regionalmente, de forma que a organização social do tempo e espaço, permite a distribuição de produtos frescos. E, especialmente, a disponibilidade desse produto no mercado, visto que, quanto mais único ou escasso for o produto, maior será sua distintividade (SALVATE BRASIL, 2019).

A multifuncionalidade como dimensão dos mercados imersos, diz respeito às múltiplas funções que abrangem uma propriedade, a diversificação de atividades para além da produção de alimentos (SALVATE BRASIL, 2019). Ploeg (2014) afirma que os mercados

imersos buscam espaços nas lacunas dos mercados convencionais, o que induz à criação de novos produtos e serviços, bem como à multifuncionalidade (SALVATE BRASIL, 2019).

As características definidas pela conectividade têm base nos estudos Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012). Os autores defendem a ideia que existe uma conexão entre os atores envolvidos e entre distintos mercados produtores. Para eles, tanto os atores processadores quanto os atores consumidores possuem estreitas ligações por meio de redes complexas que fazem emergir mercados diferenciados dos convencionais. No caso dos mercados imersos, essas redes que conectam produtores e consumidores são variadas, não sendo centralizadas e, tão pouco, formada por relações hierarquizadas. As formas de governança são horizontais e coletivas, assim produtores e consumidores se conectam em circuitos curtos de proximidade descentralizados. Vale ressaltar que os autores abordam ainda a respeito da interação ou conexão dos mercados imersos com outros mercados (SALVATE BRASIL, 2019).

Outra importante dimensão de análise dos mercados imersos diz respeito à governança. As características desta dimensão estão relacionadas à participação social dos atores envolvidos com os mercados, ao desenvolvimento de autonomia frente aos mercados agroalimentares convencionais e, conseqüentemente, diminuição da vulnerabilidade em casos de crise nos mercados externos (SALVATE BRASIL, 2019).

A última dimensão dos mercados imersos proposta por Salvate Brasil (2019) refere-se a infraestrutura sociomaterial. Essa dimensão encontra-se assentada nas premissas dos autores Ploeg, Jingzhong, Schneider (2012), para os quais a infraestrutura sociomaterial compreende um conjunto de regras, normas e convenções formais e informais e também estruturas materiais que sustentam os mercados. São essas infraestruturas que permitem os fluxos de produtos e serviços entre produtor e consumidor e são responsáveis por cobrir as lacunas deixadas pelos mercados convencionais (SALVATE BRASIL, 2019).

O objetivo da aplicação da ferramenta metodológica de diagnóstico, proposta por Salvate Brasil (2019), é “identificar as principais características do mercado estudado e em que medida elas estão presentes.” (SALVATE BRASIL, 2019, p. 76). Assim, é possível obter um diagnóstico que apresenta um conjunto de atributos em comum dos mercados analisados.

Em complemento às pesquisas de Salvate Brasil (2019), a pesquisadora Nayla Almeida elaborou em sua dissertação de mestrado a reformulação da ferramenta de diagnóstico dos mercados imersos, reorganizou algumas dimensões e criou uma nova denominada relevância (ALMEIDA, 2022).

Inicialmente as pesquisas de Almeida (2022) tinham como intuito apresentar discussões sobre as características territoriais dos mercados imersos, por meio de literatura sobre o tema, e assim formular uma nova dimensão territorial. Entretanto, ao observar as variáveis e indicadores propostos para a dimensão territorial, a autora observou que elas estavam contempladas nas outras cinco dimensões elaboradas por Salvate Brasil (2019), em especial na dimensão distintividade e dimensão governança. Almeida (2022, p. 62) concluiu então que “as características que definem um mercado imerso estão intimamente ligadas ao território em que ele se situa, de modo que uma dimensão sobre isso seria uma redundância na ferramenta.”

Desta forma, Almeida (2022) primeiramente elaborou discussões sobre o caráter territorial dos mercados, comparando as características e dimensões obtidas através da ferramenta de diagnóstico dos mercados imersos, proposta por Salvate Brasil (2019), aos mercados territoriais. Baseou-se na bibliografia sobre territórios com o aporte da geografia e também nas características de mercados territoriais, encontradas na literatura, em discussões conduzidas pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial e da Food and Agriculture Organization (FAO), conforme apresentado na figura 3 abaixo.

FIGURA 3 – CARACTERÍSTICAS DE UM MERCADO TERRITORIAL, SEGUNDO A FAO



FONTE: Almeida (2022) *Apud* Connecting Small Farmers to Markets e Mapping of territorial markets - methodology and guidelines for participatory data collection, traduzido pela autora (CFS, 2015; FAO, 2021).

Observando a semelhança das características de ambos os mercados, imersos e territoriais, a autora levanta como questão que eles podem ser tratados como similares, afirma que:

[...] as variáveis que compõem as dimensões da ferramenta contemplam, em alguma medida as características dos mercados territoriais, ao tratar por exemplo da existência de circuitos curtos, da presença do produto, insumos e matérias primas a nível local ou regional, dos mecanismos de organização formais ou informais, de preços remunerativos aos produtores, serem multifuncionais e assim por diante. (ALMEIDA, 2022, p. 60).

Após as discussões da dimensão territorial dos mercados imersos, Almeida (2022) também construiu uma nova dimensão para agregar a ferramenta de diagnóstico dos mercados imersos, elaborada por Salvate Brasil (2019) e, assim, deixou-a mais completa. A nova dimensão chamada de Relevância foi baseada em duas novas dimensões: Dimensão Relevância e Dimensão Transformatividade. A Relevância, apresentada pelos autores Ploeg, Jingzhong, Schneider (2022), “[...] se refere aos resultados prestados por um mercado particular e como esses resultados são diferentes daqueles observados em outros mercados” (Almeida, 2022, p. 60;61). A dimensão Transformatividade “é um tema tratado por Hebinck *et al.* (2018) e, *et al.* (2020), nas discussões sobre a construção de futuros alimentares sustentáveis, enquanto um processo que requer transformações a nível de sistema.” (Almeida, 2022, p. 61).

A nova dimensão construída por Almeida (2022), as variáveis e indicadores encontram-se no quadro 2.

QUADRO 2 - VARIÁVEIS E INDICADORES DA DIMENSÃO RELEVÂNCIA

(continua)

RELEVÂNCIA	se refere ao mercado	Aumento da renda pela participação no mercado	REL33	Desde que participo deste mercado houve um aumento dos ganhos financeiros.
		Gênero	REL34	Houve um aumento da participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos.
		Reinvestimentos	REL35	Participar deste mercado me permite ter recursos financeiros para reinvestir na produção, nos processos produtivos e na infraestrutura de minha propriedade.
		Expectativa	REL36	Participar deste mercado permite ter expectativas quanto ao futuro da nossa atividade.

FONTE: Almeida (2022).

A ferramenta de diagnóstico de mercados imersos, construída por Salvate Brasil (2019) e complementada por Almeida (2022), foi um importante passo para os estudos de mercados da agricultura familiar, em especial para o caráter territorial. Entretanto, sabemos que a agricultura familiar não é limitada a características únicas existindo diversidade de atributos que estão relacionadas às individualidades de cada tipologia de agricultura familiar, conforme apresentado nas discussões do capítulo 1, referente ao campesinato como uma forma de agricultura familiar. Nesse sentido é relevante mencionar que a ferramenta aqui exposta acaba mostrando-se tímida na caracterização dos aspectos ambientais e culturais, as quais serão melhor discutidas no Capítulo referente à metodologia.

Para melhor caracterizar os mercados imersos e compreender mais profundamente sua concepção, é válido retomar a ideia de mercados convencionais ou mercados capitalistas, aqui já mencionados, visto que os mercados imersos fazem parte dos mercados convencionais e interagem com eles (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). Nesse sentido, é importante caracterizar os mercados convencionais que assemelham-se ao que foi apresentado na seção anterior como “Impérios Alimentares” Ploeg (2008), descritos por Schneider (2016, p. 124) como:

[...] mercados de produtos, bens e mercadorias que se orienta pela oferta e demanda comandados por poderosos agentes privados, que realizam negócios e comercializam nos mais diversos níveis e modos, com o objetivo de vender para comprar e vice-versa.

A compreensão da distinção entre os mercados convencionais e mercados imersos, apresentadas pelos autores Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012), representam uma acertiva e contribuem com a análise das relações e dinâmicas da construção social dos mercados agroalimentares. A comparação realizada pelos autores é apresentada de forma sucinta em um quadro comparativo, que teve como base de síntese as quatro questões-chave da economia política segundo Bernstein (2010): “quem possui o quê?”; “quem faz o quê?”; “quem ganha o quê?” e “o que faz com o que ganha?”, conforme demonstrado no quadro 3.

QUADRO 3 – ESQUEMA COMPARATIVO DOS MERCADOS AGROALIMENTARES CONVENCIONAIS E OS NOVOS MERCADOS EMERGENTES (MERCADOS IMERSOS)

(continua)

	Mercados agrícolas e alimentares	Novos mercados emergentes
--	----------------------------------	---------------------------

	gerais (convencionais)	(mercados imersos)
<i>Quem possui o quê?</i>	A maioria das ligações entre produção, processamento, distribuição e consumo alimentar são controladas por impérios alimentares.	Os circuitos curtos interligam produção e consumo de alimentos. Esses circuitos são de propriedade dos agricultores.
<i>Quem faz o quê?</i>	O papel do agricultor é limitado em entrega de matéria-prima para indústria alimentar.	O papel dos agricultores é estendido e engloba processos na unidade produtiva rural, venda direta e redesenho dos processos de produção que melhor encontram as expectativas dos consumidores.
<i>Quem ganha o quê?</i>	A distribuição do valor adicionado é altamente distorcida; grande parte da riqueza é acumulada pelos impérios alimentares.	Os agricultores ficam com maior participação no valor adicionado total.
<i>O que faz com o que ganha?</i>	A riqueza acumulada é utilizada para financiar a conquista imperial (compra de outras empresas etc.)	Renda extra é utilizada para melhorar a resiliência da produção alimentar, fortalecer a agricultura multifuncional e melhorar as unidades familiares.

FONTE: Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) grifos nossos, adaptado pela autora.

Segundo Savate Brasil (2019), o quadro comparativo dos mercados convencionais e mercados imersos apresentado pelos autores Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) mostra, claramente, a diferença no contexto de modos de governança, formas de divisão do trabalho, distribuição das rendas e como elas são reinvestidas no sistema. Assim, observa-se que as características que diferenciam os mercados imersos são construídas pelos atores que acessam esses mercados no caso dos agricultores familiares em sua maioria.

Nesse sentido, Ploeg (2008) afirma que a lógica do mercado convencional marginaliza o acesso a esse tipo de mercados pelos(as) agricultores familiares, visto que estes não se adaptam a esta lógica por ser voltada aos sistemas alimentares dominantes, como os "Impérios Alimentares". Diferentemente, os mercados alternativos embasados na construção social, mostram-se como estratégias de comercialização para os produtos da agricultura familiar, como é o caso dos mercados imersos.

A agricultura familiar e suas formas de organização têm apresentado avanço na construção de novos mercados, conforme asseverado por Belik (2016). Esses novos mercados são baseados na construção social e nas falhas dos mercados convencionais, como é o caso dos mercados imersos, apostam na valorização e no reconhecimento de produtos com características diferenciadas e fundados nos recursos dos territórios rurais (BELIK, 2016). Nesse sentido, podemos afirmar que os mercados imersos são estratégias de desenvolvimento

territorial para a agricultura familiar, como será discutido a seguir.

4.2 OS MERCADOS IMERSOS/TERRITORIAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O debate voltado à mercantilização da agricultura familiar no Brasil emergiu a partir dos anos de 1990 com os estudos de Abramovay (1992, 1998), ao reconhecer que a transformação do camponês em agricultor(a) familiar se dava em função do processo de integração desses aos mercados. Entretanto, o tema ganha força a partir dos anos 2000, especialmente com a publicação do livro de John Wilkinson “Mercados, Redes e Valores”, em 2008, o qual apresenta as estratégias de produção e comercialização, por meio da construção de novos mercados, dos agricultores familiares diante das transformações do sistema agroalimentar. Pesquisadores como Abramovay *et al.* (2003), Maluf (2004), Wilkinson (2008) e Schneider (2016) asseveraram que nos últimos anos os agricultores familiares vêm acessando diferentes espaços de comercialização de diferentes tipologias.

Nesse sentido, Schneider (2016) argumenta que os agricultores familiares do Brasil estão vinculados a quatro tipos de mercados: convencionais, institucionais, de proximidade e territoriais.

Os mercados convencionais apresentados anteriormente são caracterizados como mercados de bens e mercadorias orientados pela oferta e demanda de produtos, para os quais as ações de governança encontram-se nas mãos de poderosos agentes privados. Diferentemente dos mercados territoriais, que serão apresentados a seguir, os mercados convencionais não possuem um *locus* físico, são considerados como mercados *placeless* (sem lugar). Possuem larga escala de distribuição, ampliando-se para “onde houver oferta e demanda e onde se puder *“fazer dinheiro”*” (SCHNEIDER, 2016, p.124). É formado por regras rígidas formuladas por meio de contratos burocráticos, atinge inclusive agricultores inseridos nesses mercados, especialmente aqueles que produzem e comercializam *commodities* (SCHNEIDER, 2016).

Em relação aos mercados denominados territoriais, Schneider (2016) assevera que eles são caracterizados pela produção para a venda, visam a monetização, nesse caso a produção para subsistência não é o central e nem produção para trocas interpessoais, como acontece nos mercados de proximidade. Nesse tipo de mercado a circulação dos produtos e mercadorias passa a ser feita por intermediários (atravessadores), surgindo assim novos atores. A escala de

comercialização não é exclusivamente local, pode ganhar maiores proporções, assim “à medida que cresce a demanda por produtos agroalimentares diferenciados e as possibilidades logísticas se tornam acessíveis, o território de atuação desses mercados se expande para fora de um lugar determinado.” (Schneider, 2016, p.123).

Os produtos ofertados nos mercados territoriais, em sua maioria, destacam-se segundo Schneider (2019, p. 124) por carregar:

[...] as “marcas” de origem que enfatizam e valorizam tanto a procedência material dos produtos (às vezes até por meio de dispositivos formais como as indicações geográficas) como sua identidade imaterial ou simbólica (por meio de indicações de procedência). As feiras locais e os espaços públicos de venda, como leilões e outros, são exemplos eloquentes desses mercados. (Grifo...)

O terceiro tipo de mercado acessado pela agricultura familiar brasileira, é definido por Schneider (2019) como mercados de proximidade. Eles são socialmente construídos, possuem predomínio das relações de trocas interpessoais, de interconhecimento, reciprocidade e/ou relações de parentesco entre os atores. Nessas relações de troca não se visa exclusivamente o lucro, mas a qualidade dos bens trocados. As trocas realizadas são de forma direta, face a face ou porta a porta e, em sua maioria, em um *locus*, ou seja, no povoado rural ou no Município, sem deslocamento físico, fortalecendo a autogestão. Empiricamente temos como exemplo desses mercados iniciativas de economia solidária, em que há troca de bens e mercadorias entre os atores produtores e consumidores.

Os mercados públicos e institucionais, quarto tipo de mercados, possuem inserção pelos agricultores familiares brasileiros, conforme apresentado por Schneider (2016). Caracterizam-se por terem como principal agente o Estado ou organizações públicas não governamentais, responsáveis por realizar as compras desses produtos com intuito de encaminhá-los para uma demanda social, ou para instituições geridas pelo Estado. Como por exemplo no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) em que o Estado, com as compras gerenciadas por regras formais e contratos, adquire alimentos para serem distribuídos aos alunos de instituições públicas de ensino, conforme já apresentado anteriormente. Segundo Schneider (2016, p.125):

Mais do que qualquer outro, os mercados públicos são efetivamente o resultado de construção social e política, pois lidam com fundos públicos que se originam de contribuições públicas, razão pela qual requerem mecanismos de governança abertos

e democráticos. Os mercados públicos não possuem um *locus* ou espaço específico de atuação.

Para maior esclarecimento sobre os tipos de mercados em que se inserem os agricultores familiares no Brasil, como apresentado por Schneider (2016), é importante demonstrar o quadro de tipologia construído pelo autor, quadro 4, no qual ele difere os quatro tipos de mercados com as variáveis: tipo de agricultor, *locus* e/ou alcance espacial, natureza das trocas/modelo de negócios, forma de regulação e canais de comercialização.

QUADRO 4 - TIPOLOGIA DOS MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
(continua)

	Tipo de agricultor familiar	Locus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas/ modelo de negócios	Forma de Regulação	Canais de comercialização
<i>Mercados de proximidade</i>	Camponês; Produtor de Excedentes.	Spot ²³ ; Venda Direta; Somente Local.	Interpessoal + Solidário.	Confiança + Amizade.	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa; - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos consumo
<i>Mercados locais e territoriais</i>	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadorias.	Spot; Local, regional e territorial.	Diversificado + Complementariedade.	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços.	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de Venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas; - Sacolão.
<i>Mercados convencionais</i>	Produtor de Mercadorias.	Sem lugar definido; <i>Placeless/ Unbond.</i>	Concorrencial.	Contratos + Preços.	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados.
<i>Mercados públicos e institucionais</i>	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, seleção pública	Contratos públicos + Leis.	Alimentação Escolar; - <i>Fair trade</i> ; - Órgãos internacionais (FAO; PMA); - ONGs; - Hospitais; Universidades; Forças Armadas; - Entidade Assistencial;

²³ Mercados de tipo spot são mercados onde o preço, a quantidade, o pagamento e a entrega são definidos pelos atores (produtores e consumidores), no momento da transação (AZEVEDO; FAULIN, 2005).

					- Estoques governo.
--	--	--	--	--	---------------------

FONTE: Schneider (2019).

Em relação às características dos tipos de mercados apresentados no quadro 4 (SCHNEIDER, 2016), observa-se que os do tipo convencional, como já mencionado anteriormente, são voltados para atender aos sistemas alimentares dominantes, especialmente após a modernização agrícola, a qual desencadeou maior heterogeneidade entre os produtores, aqueles que possuem mais capital para aquisição de insumos e tecnologias conseguem produzir e fornecer grande volume de mercadorias a preços mais baixos, e os agricultores que não possuem condições para tal aquisição, produzem menor volume de mercadorias, o que ocasiona o aumento no valor desses produtos, pois os custos para a produção tornam-se acima dos ganhos e, devido a essa situação, eles acabam não conseguindo acesso aos mercados. Essa situação leva os agricultores que não conseguem acompanhar a produção em grandes volumes ao fenômeno denominado por Ploeg (2008) de *squeeze* (aperto ou “tesoura de preços”).

Dentre as possibilidades de enfrentamento dos efeitos da modernização agrícola e dificuldade de acesso aos mercados convencionais, para os agricultores familiares que normalmente são os que sofrem com o fenômeno *squeeze* (Ploeg, 2008), encontram-se as iniciativas das redes alimentares alternativas (RAA), nas quais estão os mercados territoriais (Schneider, 2016).

Wilkinson (2008) assevera que os mercados construídos socialmente e que contemplam as RAA, e formam cadeias curtas (CC), como os mercados territoriais, *nested markets* e mercados regionais, são alternativas para os agricultores manterem-se com maior grau de autonomia e menor dependência nos mercados.

Schneider, Ploeg e Hebinck (2014) reafirmam a importância dos mercados alternativos diante dos padrões convencionais, como instrumento de desenvolvimento territorial, a exemplo de feiras, minimercados, agroturismos, grupo de consumidores e compras institucionais, como formas de mercados territoriais. Esses mercados contribuem para a autonomia dos agricultores, incremento na renda, resiliência e assim melhoria nas condições de vida.

Ainda sobre a importância dos mercados territoriais para a agricultura familiar, é válido mencionar as iniciativas do Comitê de Segurança Alimentar (Commmittee on World Food Security – CFS), que em 2016, realizou a 43ª reunião, na qual se discutiu a importância de conectar pequenos produtores rurais aos mercados, por meio de canais existentes no território, como é o caso dos agricultores familiares brasileiros. No final da reunião foi produzido um documento com diversas sugestões para a construção de mercados para

agricultores de pequeno porte e enfatizando a importância de ampliar as pesquisas sobre mercados alimentares locais, regionais ou nacionais denominados como “mercados territoriais” (CFS, 2016).

Os mercados territoriais, segundo o Comitê de Segurança Alimentar (CFS, 2016), são mercados de maior acesso pelos pequenos agricultores, como é o caso da agricultura familiar no Brasil. São considerados territoriais porque identificam-se e estão localizados em uma área específica, mas que não se restringe unicamente ao município ou vila, pode chegar à abrangência nacional. São caracterizados como mercados com sua organização e gestão:

[...] podem incorporar uma dimensão mais fraca ou mais forte de formalidade, mas sempre há alguma conexão com as autoridades competentes, de forma que não podem ser definidos como puramente “informais”. Eles atendem à demanda por alimentos em diferentes tipos de áreas: rural, periurbana e urbana. Eles envolvem outros atores de pequena escala no território: comerciantes, transportadores, processadores. Às vezes essas e outras funções são desempenhadas por pequenos agricultores ou suas associações. As mulheres são atores chaves aqui e, portanto, esses mercados possibilitam a elas uma importante fonte de autoridade e de receitas, cujos benefícios são repassados para suas famílias. (CFS, 2016. Sem paginação, grifo...).

Analisando as discussões sobre mercados territoriais do Comitê de Segurança Alimentar (CSA), em diálogo com as Cestas de Bens e Serviços Territoriais (CBST), (PEQUEUR, 2001), como apresentado na seção anterior, Schneider, Almeida e Salvate Brasil (2022) defendem a existência da dimensão espacial, mais especificamente territorial, nos mercados imersos. Para os autores, as pesquisas sobre a dimensão territorial no estudo dos mercados, levam à reflexão de que a construção deles vai além da imersão do social no econômico, emergindo para esses mercados relações de poder no espaço. Os autores ainda argumentam:

Assim, elementos centrais de disputa de poder, como o uso e a mobilização de recursos, são postos no centro do debate a fim de compreender como esses mercados são construídos, quais são as regras e acordos envolvidos em seu funcionamento e de que forma os aspectos culturais e políticos permeiam as ações dos atores. A dimensão territorial permite, portanto, analisar como a ação coletiva é posta em prática para a mobilização dos recursos em um determinado espaço com finalidades econômicas. Dessa forma, o território passa a ser uma ferramenta heurística para analisar como se manifestam as relações de poder no espaço e como se dão as interações entre os atores, as redes e as instituições (SCHNEIDER, ALMEIDA E SALVATE BRASIL, 2022, p. 240).

Assim como na definição das características dos mercados imersos frente a mercados convencionais, Schneider; Almeida; Salvate Brasil (2022) observam que os mercados territoriais não estão isolados ou desconectados, asseverando que:

“[...] eles existem e se reproduzem em relação a eles, utilizando estratégias de resistência, reação e até mesmo acoplagem para manter sua autonomia relativa. Em síntese, os mercados territoriais estão imersos no espaço em que foram criados” (SCHNEIDER; ALMEIDA; SALVATE BRASIL, 2022, p. 240).

Nesse sentido, os mercados territoriais podem ser identificados empiricamente como imersos, conforme afirmam Salvate Brasil e Schneider (2020). As configurações desses dois mercados se aproximam na prática, visto que ambos constituem espaços físicos de interação e troca, interagem com instituições e mecanismos de governança que caracterizam o território. Para fins desta pesquisa, optou-se por tratar os mercados territoriais e os mercados imersos como similares, com a denominação de mercados imersos.

No cenário de análise dos mercados imersos como alternativas para a fortalecimento e reprodução da agricultura familiar, em que ainda se demonstra o caráter territorial desses mercados, pode-se afirmar que eles são também estratégias de desenvolvimento territorial.

Os mercados de caráter territorial, como os imersos, ganharam espaço com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o que parece ter recolocado o território no centro do debate sobre desenvolvimento rural. Isso se deve ao potencial nocivo do vírus ter levado instauração de políticas de distanciamento social, para evitar a propagação do agente infeccioso. Assim, surgiram restrições de acesso a alguns tipos de canais de comercialização que formavam aglomerações como, por exemplo, feiras da agricultura familiar. Com o fechamento desses canais de comercialização locais e regionais, observou-se restrição da manutenção da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas devido limitação de acesso a alguns tipos de alimentos, demonstrando a importância desses mercados para esses fins. Também foi necessária a criação de novos canais de comercialização pela agricultura familiar (CASSOL; VARGAS; CANEVER, 2020), de modo que se torna importante para esta pesquisa contextualizar a situação atual dos mercados da agricultura familiar, que acabou ganhando maior ênfase em relação ao caráter territorial com a chegada da pandemia da COVID-19, conforme será apresentado a seguir.

4.3 O CENÁRIO ATUAL DOS MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Além do cenário de enfraquecimento das políticas públicas no âmbito territorial, que beneficiavam grupos vulneráveis das diversas categorias pertencentes à agricultura familiar, como quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores entre outros, em 2020 instaurou-se

uma crise sanitária desencadeada pela pandemia da COVID-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (PREISS et al., 2020a). Nenhuma das pandemias vividas anteriormente teve tamanho poder de contágio e disseminação, provocando assim diferentes consequências sociais, econômicas e, no âmbito da saúde, em todo o planeta. Por ser um vírus até então desconhecido, por apresentar alta taxa de disseminação e letalidade, e por não ter medicamento e/ou vacinas eficazes para combatê-lo até então, foi necessária aplicação de medidas sanitárias de afastamento social, para tentar minimizar a ocorrência de casos (PREISS et al., 2020b; CORIOLANO; OLIVEIRA; FERNANDES, 2021)

No Brasil, a pandemia da COVID-19 trouxe uma série de alterações ao cotidiano da população, aos comércios, indústrias e às atividades desenvolvidas, o que tem afetado profundamente a vida social e econômica do país. Boa parte das medidas governamentais de restrição, voltadas ao distanciamento social, diz respeito ao funcionamento de serviços, pois alguns tiveram de se manter fechados e/ou com trabalhos em *home office*, enquanto o conjunto de serviços essenciais²⁴ permaneceram ativos, porém com restrições, tais como o caso do abastecimento alimentar (PREISS et al., 2020a).

Tendo em vista que os principais protagonistas da produção de alimentos no Brasil e no mundo são os agricultores familiares, e que boa parte da geração de renda deles advém da comercialização de alimentos, observa-se que com a decretação das normas de distanciamento social, com o fechamento de feiras municipais e da maior parte do comércio, além da suspensão das aulas nas escolas, esse setor produtivo sofreu forte impacto econômico que, consecutivamente, se estendeu para sua produção (CORIOLANO; OLIVEIRA; FERNANDES, 2021; PREISS et al, 2020a).

Cassol et al. (2020) ressaltam que dentre as dificuldades de comercialização de alimentos, a suspensão do calendário de aulas em todos os níveis de ensino interrompendo a execução do PNAE e do PAA, foi uma das mais importantes perdas de renda para a agricultura familiar. Estima-se que essas restrições de comercialização da agricultura familiar para o PNAE e o PAA resultaram na queda de 50% das vendas da agricultura familiar em seus territórios. Mesmo após a flexibilização das normas sanitárias de distanciamento social e a retomada dos mercados locais, bem como o retorno do funcionamento dos restaurantes, padarias e bares, o número de consumidores manteve-se abaixo do normal, devido a preocupação com a saúde e receio de contaminação.

²⁴ São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população (BRASIL, 2020).

Para minimizar a situação da insegurança alimentar e auxiliar na renda dos agricultores familiares, houve a publicação da Resolução 02/2020, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), autorizando, excepcionalmente, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos via PNAE às famílias dos alunos, porém, muitos estados e municípios não aderiram a Resolução no seu formato de entrega de cestas de alimentos e optaram por criar “auxílios-merenda”, destinando dinheiro em espécie aos escolares que acabaram comprando os alimentos em grandes atacados (CASSOL; VARGAS; CANEVER, 2020).

Em meio à conjuntura de incertezas no cenário da pandemia, ONGs, movimentos sociais e organizações com atividades em torno da agricultura familiar, em especial as ligadas à área de segurança alimentar, bem como os atores da agricultura familiar, vêm apresentando um conjunto de reivindicações emergenciais para proteger a renda e a produção desse setor produtivo (CORIOLANO.; OLIVEIRA; FERNANDES, 2021).

Vale ressaltar que existe uma relevância e dependência da sociedade em relação aos alimentos produzidos pela agricultura familiar (PREISS et al., 2020a). Dessa forma as restrições sanitárias que acabaram por enfraquecer a produção e comercialização dos alimentos da agricultura familiar, também prejudicaram o acesso a alimentos de qualidade à população de forma geral. Nesse sentido, a agricultura familiar apresenta potencial estratégico para minimizar os impactos de insegurança alimentar causados pela pandemia, protagonizando oferta de alimentos bons e baratos, saudáveis e acessíveis aos compradores. Sendo assim, faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas já existentes, retomada de políticas públicas territoriais focadas em beneficiar territórios vulneráveis socioeconomicamente, e a construção de novas políticas no âmbito das esferas federal, estadual e municipal, como alternativas para assegurar as atividades econômicas e de segurança alimentar no desenvolvimento da agricultura familiar (CORIOLANO; OLIVEIRA; FERNANDES, 2021; SILVA, SANTOS e SOARES, 2020; PREISS et al, 2020b).

Silva, Santos e Soares (2020) destacam também que é necessário pensar em políticas públicas para a renegociação das premissas de crédito rural, tanto da agricultura familiar quanto do agronegócio, visto que o setor é responsável por parte considerável do emprego e renda no país. Especificamente para o fortalecimento da agricultura familiar, fazem-se necessários subsídios para que a atividade concorra igualitariamente com o agronegócio, visto que, nos dias de hoje, a maior parte das políticas desenvolvidas para o sistema agroalimentar, são voltadas quase que completamente ao agronegócio, o qual, diferentemente da agricultura familiar, possui garantias como terras e a própria renda para conseguirem

liberação de créditos, evidenciando a discrepância entre o corporativismo agro e a operação familiar.

Vale destacar que foram criadas algumas ações pontuais para auxiliar na produção e comercialização de alimentos, por parte da agricultura familiar, como é o caso da criação de comitês de emergência, desenvolvidos pelos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) com o intuito de articular redes de solidariedade para doações de alimentos da agricultura familiar às populações vulneráveis (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

Tais ações pontuais têm amenizado a situação crítica pela qual passam os agricultores familiares e as populações vulneráveis nas cidades, contudo, é necessário destacar que as ações poderiam ter maior impacto se os agricultores familiares tivessem sido contemplados com acesso à renda básica prevista na PL nº.735/20, que chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, entretanto foi vetada pelo presidente da República Jair Messias Bolsonaro. A desassistência por parte do Estado com a agricultura familiar afeta diretamente a oferta de alimentos à população de forma geral e, também, fragiliza a situação da categoria na pandemia (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

Devido a situação decorrente da pandemia, a agricultura familiar buscou alternativas para a comercialização de alimentos com canais de comercialização diferenciados, como o é o caso das compras virtuais. Seja por meio de aplicativos utilizados para contatos pessoais e privados (WhatsApp), por redes sociais (instagran/facebook) ou por novos aplicativos e plataformas criados exclusivamente para funcionar como canais de compras *on-line* e “Feiras Virtuais”, o fato é que o comércio de alimentos com vendas virtuais tem crescido diariamente. Esses novos canais de comercialização transformaram as dinâmicas de vendas, práticas de entregas e os modos como os agricultores ofertam os produtos, mas principalmente, tem amenizado os efeitos da pandemia nos sistemas alimentares locais (PREISS, 2020b; FAO, 2021).

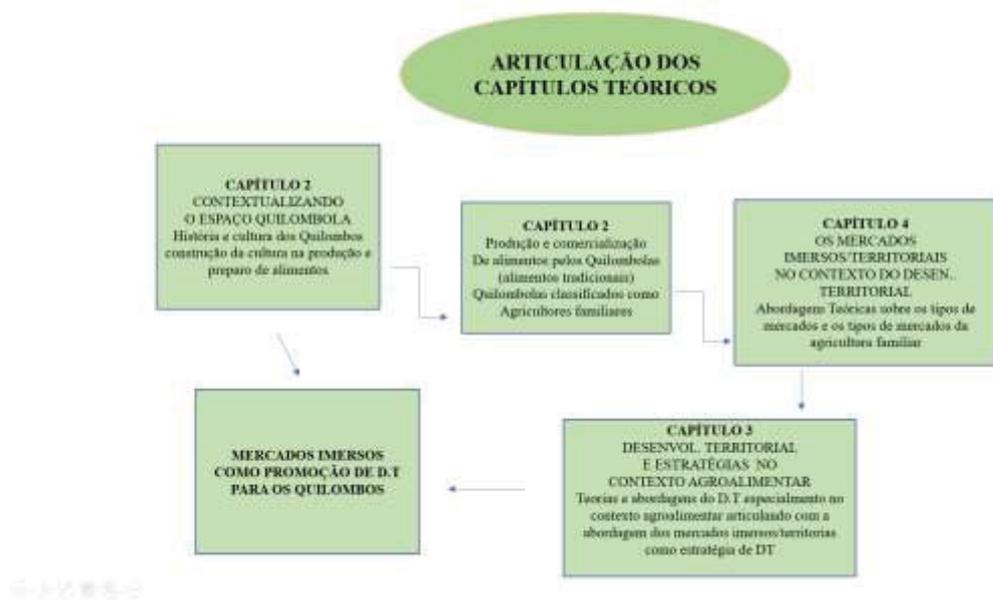
Das alternativas para enfrentamento da pandemia da COVID-19, voltadas à comercialização de alimentos entre os agricultores familiares, foram observadas pelos pesquisadores Preiss *et al.* (2020), a criação de cestas de alimentos com preços fixados, bem como listas de produtos ou *kits* de alimentos que formam conjuntos específicos de produtos, como por exemplo *kits* de frutas, grãos ou legumes. Essas cestas/listas/*kits* passaram a ser entregues individualmente nas casas dos consumidores ou em pontos de entregas preestabelecidos, como em feiras e mercados locais, após a retomada do funcionamento (PREISS *et al.*, 2020b).

Por meio de pesquisas como a de Preiss *et al.* (2020b) pode-se observar que, em grande medida, são justamente os agricultores familiares que, vinculados a essas redes de abastecimento com fortes vínculos regionais, têm demonstrado resiliência através de estratégias de adaptação da comercialização de produtos, mesmo em contexto da COVID 19. Assim, para que essas experiências ganhem valorização e se mantenham contínuas, são necessários processos participativos e democráticos na governança dos sistemas alimentares que compreendem a agricultura familiar (PREISS *et al.*, 2020b).

Levando-se em conta o cenário apresentado, frente aos desafios no acesso de mercados para a comercialização de alimentos entre os agricultores familiares, e as estratégias de comercialização que levam a formação de novos mercados este estudo se debruçou a pesquisar os mercados de alimentos, especialmente os mercados imersos, acessados pelos quilombolas da Comunidade RGTR, analisando em que medida esses mercados auxiliam na promoção do desenvolvimento territorial.

É válido mencionar que para compreender melhor o contexto pesquisado e seus diversos temas que se articulam, primeiramente foi necessário apresentar as perspectivas históricas, a cultura e tradição dos quilombolas e sua ligação com a produção de alimentos, além de seu estilo de vida que somado a essa produção os leva a classificação de agricultores familiares no território nacional. Para discussão da comercialização de alimentos e os tipos de mercados acessados por esses quilombolas fez-se necessário apresentar as discussões dos tipos de mercados e especialmente as abordagens teóricas dos mercados imersos. E por fim, para as discussões que apresentam os mercados imersos como atributo de promoção de desenvolvimento territorial foi apresentado as teorias da abordagem territorial de desenvolvimento, conforme pode ser observado na Figura 4, um esquema da articulação dos temas discutidos.

FIGURA 4 - SISTEMATIZAÇÃO DA ABORDAGEM TEMÁTICA



FONTE: Elaborado pela autora.

No próximo capítulo será apresentada a metodologia utilizada para se alcançar aos objetivos propostos nessa pesquisa.

5. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Cabe mencionar que esta pesquisa foi desenvolvida em conformidade com a perspectiva interdisciplinar, tendo como objeto de pesquisa os mercados acessados pelos grupos de comercialização de alimentos das quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca-SP. Segundo Ventura (2007, p. 383), “Toda pesquisa científica necessita definir seu objeto de estudo e, a partir daí, construir um processo de investigação, delimitando o universo que será estudado.”

A pesquisa foi delimitada pelo formato de estudo de caso, possui uma metodologia em que se escolhe um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Esses casos podem ter foco em uma unidade, como por exemplo, apenas uma ou várias pessoas ou organizações (VENTURA, 2007). Foi escolhido para esta pesquisa o caso dos grupos de comercialização do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca (RGTS), os quais se destacaram primeiramente por estarem em um território de lutas por direito à terra, justiça social e defesa por modelos de desenvolvimento territorial, contrapondo-se aos modelos de desenvolvimento global. A escolha do caso também se justificou pelo fato de a Comunidade Quilombola RGTS apresentar ações coletivas que levaram à formação de grupos de comercialização de alimentos, que buscaram construir novos mercados para seus produtos.

O processo de investigação foi conduzido por meio de estudo de caso de caráter qualitativo, e as análises do diagnóstico dos mercados imersos através de análise quantitativa. Foi elaborado instrumento de pesquisa formado por entrevista semiestruturada e diagnóstico dos mercados imersos, baseados no diagnóstico elaborado por Salvete Brasil (2019) e Almeida (2022), e que se encontram detalhados na seção a seguir.

A entrevista semiestruturada foi analisada a partir de métodos de análise qualitativa que, conforme asseveram Neves (1996) e Godoy (1995), não usa métodos estatísticos para analisar os dados, pois não busca medir ou numerar eventos. É direcionada durante o desenvolvimento e tem como intuito a obtenção de dados descritivos, por meio do contato direto do pesquisador com a situação do objeto de estudo. O método qualitativo tem como característica: o ambiente natural como fonte de dados e, como instrumento fundamental, o pesquisador. O investigador tem como preocupação o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida e o caráter indutivo.

Os resultados do diagnóstico dos mercados imersos partiram de análises quantitativas, através de aplicação de estatística descritiva apresentadas em medidas de tendência central (média aritmética, mediana, moda) e dispersão (desvio padrão).

Na sessão seguinte será apresentado a construção do instrumento de coleta de dados.

5.1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E DIAGNÓSTICO DOS MERCADOS IMERSOS

Segundo Salvate Brasil (2019), autora que elaborou a primeira versão do diagnóstico dos mercados imersos, devido ao fato do instrumento de pesquisa mensurar a percepção dos atores desse tipo de mercados, através de uma escala de concordância e o resultado dos dados ser apresentado com as médias aritméticas e estatística descritiva, importantes aspectos podem “não ser capturados através desse diagnóstico, como o histórico de construção desses mercados, as relações de poder entre os atores e as problemáticas que derivam de sua interação com os mercados convencionais” (SALVATE BRASIL, 2019. p. 166). Para tanto, a autora sugere estudo de caso, na contribuição para complementar as análises do diagnóstico. Desse modo, foi elaborado o roteiro de entrevista semiestruturada, apresentado no Apêndice B, para realização do estudo de caso.

As questões abordadas na entrevista semiestruturada tiveram como intuito levantamento de dados complementares ao diagnóstico dos mercados imersos, contemplando informações referentes ao perfil dos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, objeto desse estudo, formação dos mercados imersos acessados por esses grupos e informações sobre os alimentos comercializados pelos quilombolas. Assim, a entrevista semiestruturada auxiliou em responder ao objetivo específico 1 e parte do objetivo específico 2.

Conjuntamente ao roteiro da entrevista semiestruturada foi elaborado diagnóstico dos mercados imersos, baseado na proposta de Salvate Brasil (2019) e Almeida (2022). A ferramenta de diagnóstico contempla dimensões compostas por variáveis e indicadores, em formato de questões, que respondem parte do objetivo específico 2 e o objetivo específico 3.

A primeira versão do diagnóstico dos mercados imersos, elaborado pela autora Salvate Brasil (2019), partiu de profunda revisão dos trabalhos que abordam o tema dos mercados imersos, especialmente os trabalhos de Ploeg (2014), Ploeg; Jingzhong; Schneider (2012), Schneider (2016), Polman *et al.* (2010), das Redes Agroalimentares Alternativas

(RAA) e dos Circuitos Curtos (CC), levando a construção de cinco dimensões: distintividade, multifuncionalidade, conectividade, governança e infraestrutura sociomaterial, conforme apresentado no capítulo 4.

Segundo Salvate Brasil (2019), o diagnóstico dos mercados imersos é uma ferramenta de coleta de dados formada por um conjunto de variáveis e indicadores com o principal objetivo de “[...] identificar o quanto essas variáveis estão presentes em cada caso, através da percepção dos atores, e contribuir com uma ferramenta analítica que dê suporte a concepção de políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas para os mercados da agricultura familiar.” (SALVATE BRASIL, 2019, p. 99). Dessa forma, com o diagnóstico dos mercados imersos, é possível evidenciar como acontecem as conexões no espaço material em cada mercado e os fatos que potencializam o desenvolvimento, a estagnação ou o desaparecimento deles (SCHNEIDER; ALMEIDA; SALVATE BRASIL, 2022).

A autora Almeida (2022), em complemento às pesquisas de Salvate Brasil (2019), elaborou uma segunda versão do diagnóstico dos mercados imersos, na qual reorganizou algumas dimensões existentes na primeira versão e produziu uma nova dimensão denominada Relevância, apresentada no capítulo 4, que teve como intuito agregar variáveis que abordassem características territoriais dos mercados imersos, ainda não contempladas na primeira versão do diagnóstico (ALMEIDA 2022).

Em análise ao diagnóstico dos mercados imersos, elaborada por Salvate Brasil (2019) e complementada por Almeida (2022), especialmente após discussões do caráter territorial dos mercados imersos levantadas pela autora Almeida (2022), foi observado que os aspectos voltados a cultura e as questões ambientais por meio da sustentabilidade, apresentaram-se tímidas, em especial na segunda versão do diagnóstico, por isso, para este estudo, considerou-se necessária a construção de uma nova dimensão para contemplar esses aspectos, como será apresentado a seguir.

5.1.1 Construção da dimensão histórico-cultural natural

A primeira versão do diagnóstico dos mercados imersos, elaborada por Salvate Brasil (2019), apresentou cinco dimensões, entre as quais destacamos a dimensão distintividade, composta pela variável reputação que possui como indicador a afirmação: “Meus produtos têm reputação e são reconhecidos por terem uma história e serem baseados nos conhecimentos de quem os produz.” (SALVATE BRASIL, 2019. p. 220), a qual foi voltada ao componente cultural dos alimentos.

Na versão do diagnóstico dos mercados imersos, elaborada pela autora Almeida (2022), a dimensão distintividade foi reestruturada e o indicador que compõe a variável voltada ao componente cultural dos alimentos foi modificada, detendo-se à afirmação: “Meus produtos têm reputação e são reconhecidos pelos consumidores” (ALMEIDA, 2022. p. 53). A modificação desse componente no diagnóstico acabou superficializando a questão cultural dos produtos, o que poderia levar ao arrefecimento das características histórico-culturais na dimensão.

Ainda na dimensão distintividade, na versão do diagnóstico composta por Almeida (2022), também foi reestruturado o indicador que compõe a variável recursos locais, sendo incluída a questão cultural com a afirmativa: “levo em consideração as características locais e regionais (clima, solo, **cultura, costumes**) na elaboração dos meus produtos.” (ALMEIDA, 2022. p. 53. Grifos nossos). Entretanto, dada a importância das questões culturais para os agricultores familiares, especialmente aos povos tradicionais, como é o caso dos quilombolas e, considerando também, o fato de o componente identidade cultural ser considerado como estratégia de diferenciação e valorização de produtos territoriais, observou-se a necessidade de melhor explorar esse componente no diagnóstico dos mercados imersos.

Desse modo optou-se por retirar a parte que se dedicava a “cultura e costume” do indicador de código DIST8: “Levo em consideração as características locais e regionais (clima, solo, cultura, costumes) na elaboração dos meus produtos (ALMEIDA, 2022, p. 53), e construir uma nova dimensão voltada as características culturais dos mercados imersos, conforme pode ser observado nos apêndices A e B. Para a elaboração da nova dimensão foi lançado mão de referencial teórico que abrangesse aspectos culturais de produtos e em caráter territorial.

Nesse sentido é importante destacar que os Povos tradicionais, como é o caso dos quilombolas, classificados como agricultores familiares (BRASIL, 2006a), evidenciam-se pela forte ligação com a cultura e tradição. Tais comunidades desenvolveram, ao longo da sua formação, maneiras de viver e de saber, de produzir e conceber a religião, de acordo com as características de sua organização social (LEITE, 2019). O próprio conceito de povos tradicionais, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, destaca a ligação desses povos com a cultura:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que **ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural**, social, religiosa, ancestral e econômica, **utilizando conhecimentos,**

Das estratégias de desenvolvimento territorial que compreendem o setor agroalimentar e seus mercados, conforme apresentado no capítulo 3, a cultura do “saber fazer” é fator diferencial que pode levar a estratégia de especificação de ativos. Segundo Pequer (2001; 2005) uma das principais características do desenvolvimento territorial implica transformar recursos territoriais em ativos, por meio da valorização ou especificação desses meios, esse processo é denominado “especificação de ativos” (BENKO; PECQUEUR, 2001). Como exemplo de casos de ativos específicos, pode-se citar os alimentos com identidade cultural, em que os modos de produção são feitos exclusivamente em determinado local e esse modo de produção não pode ser repetido em outros locais, pois os atores que detém o “saber fazer” e que acompanham a cultura local são únicos (PEQUEUR, 2001; 2005).

A identidade cultural de um território é enraizada nos produtos fabricados naquele local e, assim, pode se tornar destacada estratégia de valorização produtiva que promove desenvolvimento territorial (FLORES, 2006). Território, identidade e cultura podem estabelecer relações que levam a uma identidade cultural definida, associada aos produtos territoriais que pode se tornar:

[...] um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e dos serviços locais, visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis (FLORES, 2006. p. 08).

Para além do fator de agregar caráter de distintividade aos produtos, é válido mencionar a importância da valorização da cultura para a conservação dos Povos tradicionais e para a manutenção e reprodução das manifestações culturais. Dada essa importância da cultura, o Estado, através da Constituição Federal, apresenta garantia dos direitos culturais além de valorização e incentivo as manifestações culturais: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, p. 225).

Cintrão, (2012) assevera que dentre as manifestações culturais destaca-se os alimentos, que em âmbito nacional podem ser considerados patrimônio cultural do país, como é o caso, das Baianas do Acarajé. Os alimentos e os “saber fazer”, que são tombados como patrimônio cultural e imaterial, são amparados por uma política de salvaguarda do Instituto do

Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), protegidos como símbolos culturais. Segundo o autor (CINTRÃO, 2012, p. 4), “A comida, considerada sob a ótica do patrimônio, envolve critérios como tradições, sociabilidade, simbologias, diversidade, meio-ambiente, formando um sistema complexo de inter-relações culturais.” Desta forma podemos dizer que os mercados territoriais auxiliam na manutenção e reprodução da cultura e tradição.

Ainda analisando as dimensões que compõem o diagnóstico dos mercados imersos (SALVATE BRASIL, 2019), bem como seu caráter territorial (ALMEIDA, 2022), observou-se que o componente ambiental, através da sustentabilidade foi pouco explorado.

Na versão do diagnóstico dos mercados imersos sintetizada por Almeida (2022), foi elaborada a dimensão da Relevância a qual foi baseada na noção de transformatividade (HEBINCK *et al.*, 2018; PEREIRA *et al.*, 2020) e Relevância, (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012; PLOEG, 2016). A qual destacamos para a discussão ambiental a Transformatividade, que é definida como:

[...] a capacidade de contribuir ativamente para processos que transformam sociedade mais ampla [...] Além das contribuições diretas de mercados camponeses únicos, o desdobramento do conjunto de mercados camponeses interligados potencialmente carrega considerável transformatividade (ou ‘poder transformacional’) especialmente quando, bem coordenada e integrada em movimentos sociais mais amplos (PLOEG, JINGZHONG, SCHNEIDER, 2022, p.7).

As discussões da transformatividade estão atreladas a construção de sistemas alimentares sustentáveis, levando em consideração processos de transformações a nível de sistema (HEBINCK *et al.*, 2018; PEREIRA *et al.*, 2018). Segundo Ploeg, Jingzhong, Schneider, (2022), a transformatividade no caso dos mercados imersos, ou mercados camponeses, está relacionada a transformações na esfera da produção, que levam ao incentivo de formas de produção ambientalmente mais sustentáveis, como por exemplo, produção agroecológicas.

Em relação a transformatividade aplicada na dimensão da relevância no diagnóstico dos mercados imersos, foi observado que o aspecto da produção ambiental, sustentável, foi pouco abordado.

É importante também mencionar que assim como asseverado por Salvate Brasil e Schneider (2020), apresentado no capítulo 4, o conceito de mercados imersos é fundado basicamente em três fontes, sendo uma delas os recursos de uso comum que, conforme apresentado pela autora Ostrom (1990, p. 30), constituem: “[...] um sistema de recurso natural

ou criados pelo homem que é suficientemente grande para tornar custoso (mas não impossível) excluir potenciais beneficiários de obter benefícios de seu uso”.

Os recursos de uso comum podem ser sistemas de uso naturais ou artificiais, tais como florestas, pastagens, oceanos ou áreas de pesca. Esses recursos, em sua maioria, são limitados e a exploração excessiva afeta a sua integridade. Sendo assim, os recursos de uso comum necessitam de normas, regras e convenções sociais, que levem à geração de benefícios a todos os atores envolvidos nesse processo e, assim, garantam a manutenção e reprodução desses recursos (OSTROM, 1990).

Desse modo podemos afirmar que os mercados imersos também apresentam caráter de sustentabilidade ambiental, assim, endossando a ideia de incluir questões ambientais e de sustentabilidade no diagnóstico.

Também é importante mencionar que os Povos tradicionais, como é o caso dos quilombolas, são classificados como agricultores(as) familiares no formato de campesinato, conforme apresentado no capítulo 2. Assim, fazem uso do território como:

[...]lugar de criar hábitos, de manifestação permanente das territorialidades que conferem uso e sentido ao território – a experiência total do espaço. O território-habitat pressupõe a idéia de lugar de viver, vínculo e pertencimento territorial, opondo-se ao sentido do território-mercadoria e com este se confrontando. O habitat pressupõe conexão com o ecossistema, ao contrário da separação moderna entre ser humano/natureza (MAZZETO SILVA, 2007, p. 58).

O autor ainda assevera que a territorialidade camponesa, procura se enraizar, encontrar o lugar de viver e de trabalhar, de realizar sua co-evolução com o ecossistema e moldar o agroecossistema que poderá lhe garantir a sustentabilidade (MAZZETO SILVA, 2007, p. 61).

Dessa forma podemos perceber que especialmente para povos tradicionais, a construção da história e cultura do campesinato estão intimamente ligadas a forma de apropriação da natureza, e de como o agricultor interage e convive com esta.

Assim, optou-se por formular uma nova dimensão denominada histórico-cultural natural, em que o nome da dimensão corresponde a ligação entre cultura e meio ambiente apresentada por (MAZZETO SILVA, 2007). A dimensão é sustentada por 6 indicadores baseados nas dimensões cultural e natural no contexto agroalimentar dos mercados imersos, conforme apresentada no quadro 5.

QUADRO 5 - DIMENSÃO HISTÓRICO-CULTURAL NATURAL

(continua)

Dimensão	Variável	Código	Indicador
HISTÓRICO-CULTURAL NATURAL	História e Cultura na produção de alimentos	CUL37	Busco produzir os alimentos através de uma receita de família que segue gerações.
		CUL38	As formas de plantio e produção dos meus alimentos/produtos estão sendo repassados a meus familiares da mesma forma que meus antepassados me ensinaram
		CUL39	Considero meus produtos típicos/tradicionais
	Natureza e produção de alimentos	CUL40	Busco produzir meus alimentos/produtos de forma que respeite a natureza diminuindo o uso de aplicação de conservantes e matérias-primas externos/industrializados.
		CUL41	Busco realizar o plantio e o manejo do solo de forma natural, sem utilizar ou com menor quantidade de agrotóxicos e insumos, para evitar prejudicar o meio ambiente.
		CUL42	Busco produzir o menor número de resíduos possíveis e reutilizar em minha propriedade os resíduos orgânicos, como alimentos para os animais ou compostagem (devolver ao solo para virar matéria orgânica) sempre que possível

FONTE: Elaborada pela autora.

A apresentação das 07 dimensões que compõem o diagnóstico dos mercados imersos, as quais são compostas por variáveis, indicadores e um código que demonstra a qual dimensão pertence com o número do indicador, encontram-se apresentadas no apêndice A. As 7 dimensões: distintividade, conectividade, multifuncionalidade, governança, infraestrutura sociomaterial e relevância (SALVATE BRASIL, 2019; ALMEIDA, 2022) e histórico-cultural natural, junto aos indicadores, levaram a formações de questões que constituem o instrumento de pesquisa, que também é composto por questões semiestruturadas, apresentado no apêndice B.

Os dados foram captados através de escala do tipo *likert*, baseada no modelo de escala desenvolvido por Rensis Likert (1932), que mensura o grau de concordância dos entrevistados a respeito de questões propostas. A escala do tipo *likert* é limitada do valor de 1 a 5, em que o número 1 corresponde a: discordo totalmente, e o 5 corresponde a: concordo totalmente (SALVATE BRASIL, 2019).

Para esta pesquisa, a escala likert buscou captar o grau de concordância das participantes dos grupos de comercialização Perobas, Raiz e Rochas do Quilombo RGTS, em relação aos indicadores das variáveis que compõem as 7 dimensões dos mercados imersos.

5.2 COLETA DE DADOS

Por meio de revisão bibliográfica, conforme apresentado no capítulo 2 sobre o Quilombo RGTS, obteve-se a informação da existência de grupos de comercialização de alimentos no quilombo. Assim, inicialmente foi realizado um levantamento do número de grupos de comercialização de alimentos junto às lideranças da Comunidade quilombola.

Após o levantamento do número de grupos, foi identificado a pessoa responsável em cada grupo de comercialização juntamente às lideranças do Quilombo RGTS. Foi realizado um novo levantamento com as pessoas responsáveis pelos grupos, com intuito de identificar quem são os quilombolas que participam dos grupos de comercialização dos alimentos. Para auxiliar nessa sondagem, foi utilizado o princípio de redes sociais, apresentado por Barnes (1987), com o qual, por meio de um conhecido, amigo ou familiar e pela rede formada nessa relação, buscou-se encontrar quilombolas que pertenciam aos grupos de venda.

Assim, para alcançar aos objetivos propostos nessa pesquisa, foi aplicada entrevista mista com as 24 participantes dos grupos de comercialização de alimentos, sendo 8 participantes do grupo Raíz, 8 participantes do grupo Rochas e 8 participantes do grupo Perobas, previamente identificados.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

Todas as informações obtidas com a aplicação dos instrumentos de pesquisa foram gravadas e transcritas em documento formato word. A transcrição foi sistematizada a partir do software Nvivo 8, e examinada com a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2007).

Os dados obtidos com a aplicação do diagnóstico dos mercados imersos foram organizados e tabulados no software Microsoft Excel (Office 365). Houve aplicação da estatística descritiva, para se mensurar as medidas de tendência central (média aritmética, mediana, moda) e dispersão (desvio padrão). Essas medidas foram arredondadas com apenas duas casas decimais, para a elaboração de um gráfico no formato radar, a fim de melhor visualização dos resultados (SALVATE BRASIL, 2019).

Segundo FEIJOO (2010, p. 15) a média aritmética é definida como:

[...] o “centro de gravidade” da distribuição, isto é, o ponto de qualquer distribuição em torno do qual se equilibram as discrepâncias positivas e negativas [...]. A média

aritmética é um valor que pretende ser o resumo de todos os valores da distribuição [...]

Referente a mediana FEIJOO (2010, p. 18) assevera:

A mediana é o valor médio de uma distribuição ordenada, o qual apresenta o mesmo número de valores abaixo e acima desse valor.

Enquanto a moda é descrita pela autora como:

É o valor da distribuição que ocorre com a maior frequência, ou seja, o valor que mais se repete dentro de uma série de observações (FEIJOO, 2010, p.20).

A média, a mediana e a moda, para esta pesquisa, foram comparadas ao limite de valor 3, conforme encontrado nas pesquisas de Salvate Brasil (2019) e Almeida (2022). Sendo valores abaixo de 3 considerados baixos, ou seja, que a amostra (dimensão, variável, indicador) encontra-se pouco presente no mercado. Valores entre 3 e 4 foram considerados intermediários, assim reputados como relevantemente presentes, e valores acima de 4 foram considerados altos, ou seja, fortemente presentes no mercado estudado.

O desvio padrão considerado uma medida de dispersão “é um índice que indica o grau de dispersão dos escores em torno da posição central”, e tem como objetivo “descreve a heterogeneidade do grupo” (FEIJOO, 2010b, p.23). No caso dos mercados imersos estudados, os resultados de desvio padrão acima de 1,0 foram considerados altos, demonstrando heterogeneidade entre as respostas das afirmativas do diagnóstico aplicado, enquanto os valores abaixo de 1,0 foram considerados baixos demonstrando homogeneidade das respostas.

A matriz de análise demonstrando a estrutura da metodologia encontra-se no Quadro 6 abaixo.

QUADRO 6 – MATRIZ DE ANÁLISE DA METODOLOGIA

Objetivo Geral: Caracterizar os mercados imersos acessados pelos Quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca-SP (RGTS), e analisar em que medida estes contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial.

Procedimentos de pesquisa	Abordagem	Sujeitos	Técnicas/ Forma de Registro	Equipamentos	Questões/ roteiro de entrevista	Tratamento dos dados
<p>Objetivos específicos</p> <p>1) Identificar os alimentos comercializados pelos Quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca da região do Vale do Ribeira-SP evidenciando os recursos territoriais específicos ativados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos alimentos comercializados; - Recursos e ativos territoriais específicos, ativação de recursos (PEQUEUR, 2001, 2005) Apresentada no Capítulo 3. 	<p>Quilombolas que pertencem aos Grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Caderno de anotação - Gravação de áudio da entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista semiestruturada impressa - Caneta - Gravador de voz 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista semiestruturada apresentada no apêndice B 	<ul style="list-style-type: none"> - Transcrição das entrevistas - <i>Software Nvivo 8</i>
<p>2) Identificar e caracterizar os mercados imersos acessados pelos Quilombolas da Comunidade RGTS-SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem teórica dos Mercados Imersos/Territoriais. Apresentado no Capítulo 4. - Dimensões dos Mercados Imersos (SALVATE BRASIL, 2019; Almeida, N. 2022). Apresentado no Capítulo 4. 	<p>Quilombolas que pertencem aos Grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Caderno de anotação - Gravação de áudio da entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> - Ferramenta de diagnóstico impressa; - Caneta - Gravador de voz 	<ul style="list-style-type: none"> - Ferramenta de diagnóstico (Salvate Brasil, 2019; Almeida, N. 2022). Apresentado no apêndice B 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Software Microsoft Excel (Office 365)</i> e estatística descritiva, (média, mediana, moda) e dispersão (desvio padrão)
<p>3) Analisar em que medida os mercados acessados pelos quilombolas da Comunidade RGTS-SP contribuem para o desenvolvimento territorial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem teórica do Desenvolvimento Territorial. Apresentado no Capítulo 3. - Abordagem Teórica dos mercados Imersos. Apresentada no Capítulo 4. 	<p>Quilombolas que pertencem aos Grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Caderno de anotação - Gravação de áudio da entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista mista (entrevista mista e ferramenta de diagnóstico) impressa - Caneta - Gravador de voz 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista semiestruturada, apresentada no apêndice B; - Ferramenta de diagnóstico (Salvate Brasil, 2019; Almeida, N. 2022). Apresentado no apêndice B. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Software Nvivo 8</i> - <i>Software Microsoft Excel (Office 365)</i> e estatística descritiva, (média, mediana, moda) e dispersão (desvio padrão)

6 A CULTURA DOS ALIMENTOS QUILOMBOLAS COMO RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS NO CONTEXTO DOS MERCADOS IMERSOS

Neste capítulo foram discutidos os resultados obtidos na pesquisa de campo, mais especificamente os resultados levantados com a aplicação da entrevista semiestruturada que compõe o instrumento de pesquisa apresentado no apêndice B. Inicialmente o capítulo contará com a apresentação do histórico e perfil dos grupos de vendas de alimentos das quilombolas da Comunidade RGTS, para melhor situar o(a) leitor(a) do contexto pesquisado. Também será apresentada discussões dos mercados acessados por estes grupos, em especial os mercados imersos e como eles se constituem. Ao final do capítulo serão apontados os alimentos comercializados pelos grupos de venda Quilombo RGTS, destacando os alimentos que foram identificados como ativos específicos, sendo essas abordagens embasadas nos recursos e ativos territoriais específicos e ativação dos recursos que englobam a teoria do desenvolvimento territorial.

6.1 PEROBAS, RAÍZES E ROCHAS: HISTÓRIA E PERFIL DOS GRUPOS DE VENDA DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS

O Quilombo RGTS divide-se em dois bairros: Ribeirão Grande e Terra Seca. O bairro Terra Seca possui 41 famílias enquanto o bairro Ribeirão Grande é formado por 38 famílias totalizando, até a data da pesquisa, 77 famílias. Dessas 77 famílias, 24 pertencem a três grupos de comercialização de alimentos formado por mulheres quilombolas que, juntamente a seus familiares, produzem alimentos para comercialização.

Nesse contexto, esta pesquisa teve como foco os três grupos de vendas de alimentos formados pelas mulheres quilombolas do Quilombo RGTS: o Grupo Perobas, o Grupo Raiz e o Grupo Rochas. Assim, foram entrevistadas todas as 24 participantes dos grupos: 8 do grupo Perobas, 8 do grupo Raiz e 8 do grupo Rochas.

Os grupos de comercialização de alimentos tiveram início em 2015, com a intervenção da Organização Não Governamental (ONG) Sempreviva, Organização Feminista (SOF)²⁵, que passaram a atuar na região do Vale do Ribeira com o programa governamental

²⁵A SOF é uma organização não governamental com sede em São Paulo e faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional. Atua na assessoria a organizações de mulheres e organizações mistas, a movimentos sociais e a órgãos de governo; trabalha com formação para fortalecimento de grupos e dirigentes sociais e a participação nos movimentos sociais a partir do feminismo. Ver <https://www.sof.org.br/a-sof/#a-sof>

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Mulher, do Estado de São Paulo. A SOF tem atuação no âmbito de formação permanente em economia feminista, economia solidária, agroecologia e soberania alimentar. Seu foco é voltado à formação de mulheres agricultoras familiares, quilombolas e indígenas. No ano de 2014 a SOF, com a ATER-SP, passou a realizar ações junto a grupos de mulheres quilombolas do Vale do Ribeiro e mulheres agricultoras da região.

As ações da SOF, realizadas de modo conjunto às ações da ATER-SP no Quilombo RGTS, tiveram início com a formação de grupos de mulheres quilombolas que, através de reuniões periódicas trabalhavam questões sociais e feministas, bem como de caráter econômico. Durante os encontros do grupo, observou-se o protagonismo das mulheres quilombolas nas atividades da Comunidade e, em especial, na produção de alimentos, levando a demandada, entre as próprias quilombolas, da construção de um grupo de comercialização de alimentos formado exclusivamente por mulheres.

Assim, em 2015, dez mulheres que faziam parte do grupo de reuniões que trabalhavam questões sociais junto a SOF e ATER-SP, incentivadas pela ONG, formaram o primeiro grupo de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, que recebeu o nome de grupo Perobas. Como pode ser observado nas falas das entrevistadas:

Na época de 2015 um grupo de mulher que trabalhavam com o governo, era o governo Dilma [Presidente Dilma Rousseff] ainda, o projeto ATER Mulher, e elas vieram para a nossa associação [Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande Terra Seca] conversar com nós, para trabalhar com nós, pra aumentar a nossa autoestima, arrumar a nossa documentação e pra a mulher ter a sua garantia né, o seu valor de mulher e ir contra o racismo e contra a violência. Aí a gente estava com elas trabalhando e falou: “a gente tem bastante produção e quer ver se abre venda para nós e nossos produtos em São Paulo, é em São Paulo mesmo que eles estavam indo né e em outros lugares, em Registro também. (ENTREVISTADA 3, GRUPO PEROBAS).

Hoje nosso mercado [dos grupos Perobas, Raiz e Rochas] é das cestas de alimentos adquiridos pelos grupos de consumo, mas no início o grupo não começou com comercialização, o primeiro trabalho era reunir as mulheres para discutir violência doméstica, saúde, feminismo e agroecologia [...]. Daí depois esse grupo virou o primeiro grupo de comercialização, o Grupo Perobas. Daí, acho que foi uns poucos anos antes da pandemia, houve a necessidade de criar novos grupos de comercialização porque a gente tinha muito produto, o PAA não estava dando certo num monte de coisa. E depois que veio a pandemia daí sim tivemos que investir nos grupos porque quase não conseguimos vender em outros lugares [mercados] (ENTREVISTADA 1, GRUPO RAIZ).

Em 2016, com o aumento de dificuldades de acesso aos mercados, conforme será apresentado na próxima sessão, e sabendo que o potencial de produção de alimentos no Quilombo perpassava o necessário para autoconsumo, outras mulheres do quilombo RGTS

buscaram formar novos grupos de comercialização de alimentos, conforme podemos observar na fala de uma das entrevistadas abaixo:

Aí a gente foi indo, aprendendo mais com elas [referindo-se a SOF e ATER], aí em 2016 reuniu mais gente para abrir para o grupo de consumo, que era uns quatro grupos mais ou menos que começou para expandir a venda. Daí entrou mais mulheres ainda no grupo, né, daí outras quilombolas do Ribeirão Grande e Terra Seca resolveram montar outros grupos de mulheres [...] o começo entregava primeiro em caminhonete, que era pouquinho coisa e agora nós já estamos enchendo um caminhão baú já (ENTREVISTADA 2, GRUPO PEROBAS).

Desse modo surgiu o Grupo Raiz que hoje conta com 8 mulheres, e o grupo Rochas, formado atualmente também por 8 mulheres. Os grupos tornaram-se importantes fontes de renda entre as quilombolas, além de fortalecer a cultura e o protagonismo feminino na comunidade.

Ainda no ano de 2016, com a expansão dos grupos de comercialização de alimentos e por influência das ações da SOF na região do Vale do Ribeira-SP, as mulheres dos grupos de comercialização de alimentos do quilombo RGTS com mulheres de outros quilombos do Município da Barra do Turvo-SP e agricultoras familiares de diversas comunidades da Barra do Turvo, uniram-se para fortalecer os grupos de comercialização no município, o que levou à construção de uma associação de grupos de comercialização de alimentos que, em 2019, foi oficializada e recebeu a denominação de Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) da Barra do Turvo.

A partir da formação da associação em 2016, iniciou-se o processo de articulação em direção à comercialização dos alimentos produzidos por essas mulheres para grupos de consumo da capital paulista e feiras locais. Segundo as entrevistadas, atualmente a RAMA é formada por 11 grupos de mulheres agricultoras familiares e quilombolas que produzem e comercializam alimentos por meio da produção agroecológica, conforme relatado pela entrevistada 2, do Grupo Rochas:

Em 2015 que as mulheres começaram a se reunir pra falar de agroecologia e feminismo né, daí montamos os grupos, e cada vez mais mulheres dos quilombos e das comunidades da Barra queriam participar, todas elas tinham um grupo, daí a gente se reunia pra vender tudo junto, então a gente formou uma rede né, em 2016 criamos a RAMA, mas ainda não tinha esse nome. Daí em 2019 teve uma assembleia para comemorar os 3 anos dos grupos, daí nessa assembleia demos o nome de RAMA para essa Rede (ENTREVISTADA 2, GRUPO ROCHAS).

Em relação à atividade econômica, todas as entrevistadas relataram que a principal atividade é a agricultura e secundariamente a pecuária. Nenhuma entrevistada relatou

contratar mão de obra temporária para a realização das atividades, pois são realizadas totalmente com mão de obra familiar. Tanto os(as) filhos(as) das quilombolas quanto os esposos que não trabalham fora da propriedade, auxiliam na plantação e cuidados com as roças, enquanto as mulheres que participam dos grupos de comercialização de alimentos ficam responsáveis por auxiliar na plantação quando necessário, na produção dos alimentos agroindustrializados/processados/manipulados e pela comercialização dos alimentos.

Nenhuma das entrevistadas soube responder ao certo o tamanho da propriedade, visto que a área total do quilombo é dividida entre todos os quilombolas para a produção. O plantio é realizado nos arredores de suas casas, sem uma limitação específica no espaço que os quilombolas chamam de “sertão”, que são espaços exclusivos para a plantação e ficam em meio à mata.

Mesmo não sendo foco dessa pesquisa é válido mencionar que existem diversos conflitos referentes a ocupação do território quilombola que foram observados nas pesquisas de campo, e mesmo não o foco desta pesquisa explorá-los, é importante apresentá-los. Esse é o caso das disputas de espaços de terras que ocorre entre os quilombolas sobretudo com fazendeiros que criam gado de forma extensiva e utilizam ilegalmente o espaço, que segundo os quilombolas, fazem parte da RDS. Sendo assim, além do espaço que utilizam para plantação ser de área pequena, pois pertencem a reserva ambiental, ainda perdem esses espaços para fazendeiros vizinhos as RDS que fazem uso ilegal dessas áreas.

Também ocorre disputa pela fonte de água que abastece a comunidade, que atualmente faz parte das terras ocupadas por grandes produtores não quilombolas, que são os fazendeiros vizinhos. As disputas por áreas acabam também por dificultar o uso da fonte de água para os quilombolas.

Em relação a utilização da área do “sertão” de forma coletiva, remete a ideia de recursos de uso comum, que conforme já apresentado no Capítulo 4, refere-se a “[...] um sistema de recurso natural ou criados pelo homem que é suficientemente grande para tornar custoso (mas não impossível) excluir potenciais beneficiários de obter benefícios de seu uso” (OSTROM,1990, p. 30).

A área de recurso de uso comum encontra-se em meio a Unidades de Conservação (UC), sendo assim, possui legislações que apresentam regras formais que permitem apenas a utilização dessas áreas para moradia dos Povos tradicionais e uso do espaço de forma sustentável. Os quilombolas por manter uma relação de proximidade e pertencimento com a natureza, acabam formando regras não formais entre si, garantindo a sustentabilidade do

espaço. Assim, esses espaços de plantio coletivo, considerados recursos de uso comum são formados por normas, regras e convenções sociais, que levem à geração de benefícios a todos os atores envolvidos nesse processo que garantem a manutenção e reprodução desses recursos (OSTROM, 1990).

Em relação à forma de produção, 10 das entrevistadas afirmam realizar produção orgânica não certificada e também agroflorestal (sistema agroflorestal), e todas asseguram efetuar a produção no formato de sistema agroflorestal, do mesmo modo que todas as entrevistadas fizeram questão de confirmar que realizam o manejo da produção no formato coivara²⁶.

Conforme apresentado no Capítulo 2, a legislação brasileira (BRASIL, 2006a), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que além da prática de atividades no meio rural também atende aos requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a, p. 1).

Assim, levando em conta exclusivamente a legislação brasileira referente à agricultura familiar e analisando o formato das práticas de atividade rural apresentado pelos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, com mão de obra exclusivamente familiar, área de plantio menor de 4 módulos fiscais por família quilombola, visto que a área total de plantação é dividida entre todos os quilombolas da comunidade, e renda exclusiva ou em maior parte das atividades do seu estabelecimento, podemos considerar que diante das políticas públicas nacionais eles são considerados agricultores familiares.

Vale ponderar ainda que, assim como apresentado no capítulo 2, mesmo que as quilombolas da Comunidade RGTS entrevistadas sejam tipificadas como agricultores familiares, elas não podem ser caracterizadas como típicos agricultores familiares conforme descrito na legislação brasileira (BRASIL, 2006a) dadas suas características de formas de produção e modo de vida. Os quilombolas, assim como a maioria dos Povos Tradicionais, não possuem uma área exclusiva para plantação, vivem em uma sociabilidade comunitária, além

²⁶ Prática de manejo através de corte e queima. Para maiores informações sobre a cultura de coivara ver: Memória social e ecologia histórica: A agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a Mata Atlântica local (MUNARI, 2009).

de sua cultura apresentar uma estreita relação de pertencimento com a natureza, em especial por viverem em meio a Unidades de Conservação (UC), buscam, em boa parte, uma espécie de simbiose onde um depende do outro, fazendo com que a maioria dos quilombolas evitem a exploração predatória da natureza, mesmo que seja para aumentar a renda.

Assim, podemos dizer que, as quilombolas entrevistadas são agricultoras familiares alinhadas à lógica camponesa de produção, visto que o campesinato, conforme asseverado por Heyninig (1982), vai além do caráter familiar de exploração e tamanho da propriedade, representa um formato de agricultura que se encontra ligado ao seu território como um espaço de modo de vida tradicional, de *habitat* e moradia de sociabilidade comunitária.

Em relação à agrofloresta ou sistemas agroflorestrais praticados pelas entrevistadas dos grupos de venda do Quilombo RGTS, essa forma de manejo diz respeito a um sistema de plantio associado entre plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras, etc) com plantas herbáceas, como as culturas agrícolas e/ou pastagens, e/ou até animais, em um mesmo arranjo espacial e temporal, ou seja, uma associação que ocorre ao mesmo tempo e na mesma unidade de manejo/local (YOUNG, 1991).

Segundo Schembergue *et al.* (2017), as práticas de manejo agroflorestrais, são importantes para a conservação do meio ambiente, visto que podem retardar ou até mesmo reverter a degradação do solo, reduzindo assim a erosão. Também possuem potencial para aumentar a fertilidade do solo e ainda sequestrar carbono, garantindo a subsistência através do fornecimento de benefícios ecológicos e econômicos. Além do fato que a partir da agrofloresta se observa desenvolvimento mais profundo da relação ser humano-ambiente (FONINI, 2012).

Em relação ao manejo da produção, conforme afirma Silva (2013), a coivara está presente na cultura do Quilombo RGTS desde o início de sua formação. É uma técnica de manejo utilizada pelos ancestrais quilombolas e perpassada entre as gerações. Esse sistema é fundado na derrubada e queima da vegetação, após é realizada a plantação dos cultivares. Devido ao declínio da fertilidade do solo, após a colheita é realizado um período de pousio que tem como objetivo a restauração da fertilidade. Atualmente, os quilombolas possuem dificuldade para realizar essa forma de manejo de produção, sendo um dos motivos de conflitos na Comunidade, conforme afirma Silva (2013), “essas práticas hoje já não são mais aceitas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável onde estão comumente localizadas as populações tradicionais” (SILVA, 2013, p.27).

Apesar da prática da coivara estar legalmente proibida nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as quilombolas da Comunidade RGTS afirmam continuar realizando a prática do uso do fogo para o manejo da produção, especialmente pelo fato de fazer parte da cultura das mesmas, visto que seus ancestrais já praticavam essa forma de manejo, e por observarem não prejudicar a natureza visto que o fogo é aplicado em pequenas áreas e por ser controlado, durando pouco tempo, sendo mantido apenas o tempo suficiente para eliminar as plantas desnecessárias a alimentação e nutrição do solo, e permitindo assim o rebrotamento das plantas nativas do local.

Segundo Altieri (1989), o manejo do tipo coivara se caracteriza pelo plantio itinerante de cultivares que são submetidos ao processo de queima e períodos de pousio (descanso). Esse manejo é essencial na limpeza da área, e o processo de queimada (uso do fogo) auxilia na redução da acidez do solo e as cinzas produzidas tornam-se nutrientes, devido o fato de derivarem da biomassa vegetal, o que acarreta em um solo mais favorável.

A autora Munari (2009), ao estudar como o manejo da coivara contribuiu para a formação da paisagem florestal na comunidade de remanescente de quilombo de São Pedro, observou “[...]que a relação entre os camponeses negros e a paisagem florestal foi e ainda é extremamente complexa, baseada em conhecimento prático acumulado ao longo de décadas de interação com a floresta” (MUNARI, 2009, p. 149). Segundo a autora, quando a coivara é praticada dentro de determinados limites como o pousio extenso, alta rotatividade (de cultivares) e em baixa pressão demográfica, esse tipo de manejo pode incrementar na diversidade local, além de como observado por alguns pesquisadores, auxiliar em “contornar a baixa fertilidade dos solos tropicais, disponibilizando com o uso do fogo os nutrientes presentes na biomassa vegetal, que serão repostos no pousio, graças à capacidade regenerativa da floresta” (MUNARI, 2009, p. 148). Desse modo, é possível dizer que a coivara quando praticada em pequena extensão territorial, situação normalmente encontrada em produção de baixa escala, utilização de pousio em tempo adequado, alta rotatividade de cultivares, ou seja policultura, implica em manejo que não apresenta agressividade relevante ao ambiente podendo, portanto, ser reproduzido.

Na imagem 1 podem ser observadas as plantações ou culturas agrícolas em meio a plantas lenhosas perenes, formando o sistema agroflorestal. Já na imagem 2 pode ser observado o manejo com uso de sistema coivara, com o plantio na fase de queima.

IMAGEM 1- SISTEMA AGROFLORESTAL, CULTIVARES EM MEIO A PLANTAS LENHOSAS PERENES



FONTE: Rodrigo Ozelame/Projeto coletivo MADE (2019).

IMAGEM 2 - PLANTIO EM MANEJO COIVARA, PERÍODO DE QUEIMADA



FONTE: Rodrigo Ozelame (2020).

A produção de alimentos pelos três grupos de comercialização é voltada, especialmente para autoconsumo, sendo comercializado o excedente. Vale mencionar que a produção votada para autoconsumo, não é limitada a subsistência, segundo Grisa (2007, p. 31) a produção para autoconsumo:

[...]é uma forma de internalizar recursos e assegurar a segurança alimentar, diminuindo a exposição da reprodução social às relações do mercado; propicia a diversificação dos meios de vida, ampliando o leque de estratégias sob o qual está assentada a continuidade do grupo familiar e, assim, minimiza a vulnerabilidade; é uma forma de economização na medida em que otimiza a utilização dos fatores de produção (terra e força de trabalho) e dos recursos financeiros; restabelece a co-produção entre homem, natureza e trabalho, potencializando os recursos locais; possibilita atender a demanda alimentar e a realização de valores de troca em virtude da característica da alternatividade; alimenta relações de sociabilidade e

reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social e; fortalece a identidade social dos agricultores, conferindo legitimidade e reconhecimento perante os demais.

Sacco dos Anjos *et al* (2004), ao pesquisarem sobre o tema do autoconsumo na perspectiva da agricultura familiar em quatro microrregiões Rio Grande do Sul, ressaltaram a importância de conhecer os elementos subjetivos ao autoconsumo familiar:

“[...] possam ser implementados programas que permitam reduzir os problemas associados ao projeto de modernização apoiado no estímulo deliberado às grandes culturas que acarretam, indiscutivelmente, entre outros aspectos, um desprestígio da produção própria, o enfraquecimento dos mercados locais, a insegurança alimentar e nutricional das famílias e a perda de raízes culturais (SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2004, p.24).

As discussões que se debruçam sobre a importância do autoconsumo para a agricultura familiar merecem ser oportunamente aprofundadas, entretanto por não ser tema principal desta tese não serão abordadas com maior detalhamento nessa pesquisa.

Para além do autoconsumo os alimentos quilombolas também são comercializados através de práticas contínuas entre os quilombolas da Comunidade RGTS, porém os mercados acessados são rotativos. A partir da formação dos grupos de comercialização de alimentos, houve acesso a novos e permanentes mercados, conforme apresentado a seguir.

6.2 PEROBAS RAIZ E ROCHAS: OS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS

A comercialização de alimentos pelos quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca é uma prática antiga. Algumas mulheres dos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS relataram que seus pais já realizavam a venda de alimentos excedentes de porta a porta, ou seja, de forma direta e localmente, para vizinhos e demais moradores da região, conforme relatado pela entrevistada:

É a minha mãe, no caso que ela não está aqui, mas tuda a vida ela vendia nas casas das pessoas, rapadura, melado, açúcar mascavo, criou as crianças assim já (ENTREVISTADA 1, GRUPO PEROBAS).

Algumas entrevistadas relataram que também chegaram a fazer esse tipo de comercialização, porta a porta, como forma de continuidade ao tipo de comercialização iniciada pelos pais, também quilombolas. Entretanto, devido à dificuldade de locomoção com

os alimentos, visto que a maioria delas não possuía automóvel próprio, o que levava a venda de poucos produtos e arrecadação de baixa renda, elas acabaram desistindo desse tipo de mercado, conforme pode ser observado nas falas das entrevistadas.

A gente já vendia essas coisas antes disso né, é nois sempre vendia, vendia nas feiras, vendia de casa em casa, vendia nas reuniões, em qualquer movimento que tinha eu estava vendendo os meus salgados. Mas era bem difícil sair com os alimentos pra vender, e ir pra lá e pra cá, ainda mais sem carro e rendia pouco [dinheiro] pela cansa que dava (ENTREVISTADA 3, GRUPO PEROBAS).

Eu vendia rapadura e feijão, eu vendia nos restaurantes e nas casas antes de começar no grupo, mas daí parei porque valia mais a pena o grupo (ENTREVISTADA 4, GRUPO ROCHAS).

A comercialização de alimentos do tipo direta e porta a porta, como mencionado pelas entrevistadas, foi o primeiro tipo de mercado acessado por elas e seus familiares antepassados, são um dos tipos de mercados frequentemente acessados pelos agricultores familiares, conforme assevera Schneider (2016). Esses mercados são denominados pelo autor como mercados de proximidade, e são caracterizados por serem socialmente construídos, predominância de relações de trocas interpessoais, por meio de interconhecimento, reciprocidade e/ou relações de parentesco entre os atores. Para além do lucro, nesses mercados a qualidade dos bens trocados merece destaque, além da forma direta e em sua maioria em um *locus*, ou seja, no povoado rural ou no município, e ocorrem normalmente na propriedade dos agricultores familiares, beira da estrada, grupos de consumo, em feiras locais ou por entrega direta (SCHNEIDER, 2016).

As quilombolas entrevistadas relataram que atualmente não realizam mais vendas direta, porta a porta, além de destacar que nunca realizaram vendas para supermercados ou mercearias, mas conseguiam realizar vendas diretas para alguns restaurantes do município, porém, atualmente, também não conseguem mais realizar essas vendas e acreditam que isso se deve à falta de licença/alvará sanitário, visto que conforme relataram durante entrevista, nenhuma delas possui licença²⁷ ou alvará sanitário para fabricação de seus alimentos. As

²⁷ Em âmbito nacional, atualmente, o regulamento sanitário de alimentos é aplicado por diferentes órgãos, levando-se em conta o tipo de alimento para determinação do órgão que realizará a inspeção de qualidade sanitária destes produtos. Em relação à produção de Produto de Origem Animal – POA, a responsabilidade é do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), secretarias de agricultura dos Estados e secretarias ou departamentos de agricultura dos municípios. Bebidas e vinagre também estão vinculados à atuação do MAPA. Os Produtos de Origem Vegetal, bem como todos os produtos alimentícios em seu estágio de comercialização são de responsabilidade do Ministério da Saúde, através das Secretarias Estaduais e/ou Municipais por meio da Divisão de Vigilância Sanitária Estadual e Vigilância Sanitária Municipal (CRUZ, 2012). Os alimentos que possuem comprovação de qualidade sanitária pelos órgãos competentes, possuem

entrevistadas relataram experiência de algumas tentativas falhas de obtenção da licença/alvará sanitário para fabricação de alimentos, na tentativa de buscar acesso aos mercados formais, como podemos observar na fala de uma das entrevistadas:

Antes de montarmos os grupos de comercialização de alimentos, tentamos vender para vários lugares, mas era difícil, os mercados grandes [supermercados] nunca aceitavam porque a gente não tinha os documentos que precisava [licença/alvará sanitário]. Uma vez, 2001, a gente construiu uma agroindústria de açúcar mascavo, foi um projeto pela comunidade, onde a comunidade elaborou uma proposta de recurso, aí o INCRA acabou liberando esse recurso [...] A gente fez um projeto assim, com força de trabalho, da própria comunidade né, a gente arrumou um pedreiro, ele ajudava né, e também através de mutirão comunitário, a gente conseguiu montar a agroindústria, seguindo ali o pouco que a gente conhecia, porque a gente não teve orientação técnica nenhuma para esse projeto. Então construímos com a cara e coragem, fizemos as peças a azulejados, colocamos banheiro para fora, era o que a gente podia e conseguia fazer naquele momento, dentro das nossas forças [...]. Aí a gente foi impedido de comercializar porque a gente não tinha a certificação da vigilância sanitária. A própria vigilância, depois que tava tudo pronto, foi lá e fez um monte de exigência que nunca ninguém tinha falado pra nós, e eram coisas que iam custar caro e a gente não tinha nenhuma orientação, então tivemos que paralisar o processo da industrialização do açúcar mascavo (ENTREVISTADA 1, GRUPO RAIZ).

A criação de uma agroindústria familiar de uso coletivo e formal, ou seja, com certificado/licença sanitária poderia proporcionar as quilombolas ampliação do acesso a mercados para a comercialização de seus alimentos, como no caso de supermercados, atingindo maior número de consumidores, proporcionando aos quilombolas da comunidade, além de maior renda, inclusão social obtida através de seu trabalho/produção, melhora da qualidade de vida, além do resgate de valores sociais e culturais, conforme afirma o autor Prezotto (2002) ao se referir aos benefícios das agroindústrias para a agricultura familiar.

É válido mencionar também que as agroindústrias familiares podem oferecer baixo risco ao meio ambiente, visto que, segundo Testa *et. al.* (1996), as agroindústrias familiares, especialmente as que fabricam alimentos tradicionais/artesanais, aproximam o local da produção com o local de obtenção da matéria-prima e assim reduzem a poluição emitida através dos transportes, além de em sua maioria, realizar a utilização adequada dos dejetos e resíduos.

Em relação a certificação sanitária, referente ao documento emitido por órgão oficial que certifica a qualidade sanitária do produto ofertado para comercialização. Este documento é exigido por mercados, supermercados e demais estabelecimentos produtores, manipuladores de alimentos e/ou que embalem, reembalem, transportem e comercializem produtos

liberação para comercialização por meio de licença ou alvará sanitário. Para mais informações sobre as instâncias da fiscalização e suas atribuições, ver Prezotto (2020).

alimentícios. A certificação, licença ou alvará sanitário, acaba abrindo acesso à comercialização de produtos para mercados formais/convencionais, situação que auxiliaria no escoamento dos alimentos produzidos no Quilombo RGTS, levando ao aumento da renda das famílias quilombolas, visto que esse tipo de mercado realiza a aquisição de grandes quantidades de alimentos para revenda aos consumidores.

É válido mencionar que as legislações sanitárias brasileiras, em sua maioria, são voltadas a escalas industriais e não compreendem as especificidades da produção da agricultura familiar, especialmente no caso de comunidades tradicionais como quilombolas, produtoras de alimentos de modo artesanal, em pequena escala e majoritariamente de comercialização local. Segundo os autores Tancredi e Marins (2014), o marco legal das normas sanitárias brasileiras em relação aos alimentos foi instituído na década de 1950, período no qual a lógica implantada pelo governo federal estava associada aos contextos de desenvolvimento industrial, assim, as questões sociais e/ou culturais associadas à produção de alimentos, à época, eram negligenciadas.

No Brasil, já existem legislações voltadas à regularização de alimentos produzidos de forma alternativa à industrial. Dentre essas é importante citar a Resolução-RDC 49/2013 (BRASIL, 2013), elaborada com o intuito de apoiar a produção de alimentos artesanais ou tradicionais, valorizar aspectos culturais, sociais e econômicos vinculados à produção em pequena escala e regularizar o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário (VIANA, 2016). A normativa mencionada foi um importante passo para a valorização dos produtos artesanais e tradicionais, produzidos nos empreendimentos familiares rurais, entretanto por ser muito abrangente e generalista sua aplicabilidade torna-se reduzida ou falha, sendo necessária reformulação ou novas legislações com textos mais claros e específicos que possibilitem, de modo efetivo, sua aplicação.

Em relação à tentativa de certificação para acesso a mercados formais por parte das quilombolas entrevistadas, é válido mencionar que a certificação tinha como intuito o acesso aos mercados formais, como por exemplo supermercados, tipificados como mercados convencionais, conforme destaca Schneider (2016). Segundo o autor, os mercados convencionais são comandados por poderosos agentes privados que comercializam, nos mais diversos níveis e modos, com o objetivo de vender para comprar e vice-versa, seus produtos, bens e mercadorias orientam-se pela oferta e demanda. Para esse tipo de mercado, o (a) agricultor(a) familiar é apenas um produtor de mercadorias. São exemplos desses mercados:

supermercados, cooperativas; agroindústrias; empresas privadas e lojas que vendem por meio da internet (SCHNEIDER, 2016).

Algumas entrevistadas também destacaram que de forma individual, ou seja, independentemente dos grupos de comercialização, já fizeram parte de uma Associação de Alimentos Orgânicos/agroflorestais, a Cooperafloresta²⁸ (Associação de agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis)²⁹, mas, como elas explicaram, boa parte acabou tendo que se desvincular do grupo devido a forma de manejo da produção, a coivara. A cooperativa não se mostrava favorável ao tipo de manejo utilizado pelos quilombolas, o qual é legalmente proibido nas Unidades de Conservação (UC), onde fica localizado o Quilombo. Por fazer uso de queimadas, o método adotado pelas famílias seria contraditório à produção orgânica e de sistema agroflorestal. As entrevistadas relatam que as famílias quilombolas, vinculadas à Cooperafloresta, optaram por não mudar a forma de manejo, porque o método pertence à cultura delas. então, acabaram se desvinculando da Cooperativa, como fizeram a maioria das mulheres dos grupos de comercialização entrevistadas.

As quilombolas entrevistadas também relataram realizar vendas de alimentos para os programas institucionais PAA e PNAE através da Associação do Remanescentes de Quilombo dos bairros Ribeirão Grande-Terra Seca, bem como em feiras locais, como a feira do município da Barra do Turvo, a feira de Registro, município do estado de São Paulo, localizado em torno de 130 km de distância, e a feira do município de Cajati, que fica em torno de 92 km da Barra do Turvo, onde fica localizado o Quilombo RGTS.

Os Programas públicos de aquisição de alimentos, como o PNAE e PAA, são classificados como mercados institucionais segundo Schneider (2016). Esses mercados são caracterizados por ter como principal agente o Estado ou alguma organização pública não governamental, responsáveis por realizar as aquisições desses produtos, encaminhados para demandas sociais ou para instituições geridas pelo Estado (SCHNEIDER, 2016). No Brasil, os mercados institucionais tem expressivo acesso pelos agricultores familiares, especialmente os programas PNAE e PAA. Nesse sentido vale destacar que na legislação que rege o PNAE é exigido que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam aplicados

²⁸ O nome Cooperafloresta é simbólico, e leva a ideia de cooperar com a floresta, devido ao tipo de manejo e forma de produção dos produtores associados ser voltado ao sistema agroflorestal.

²⁹A Cooperafloresta é uma Associação de famílias agricultoras quilombolas no Vale do Ribeira, que comercializa alimentos produzidos nas Comunidades Quilombolas, por meio do Sistema Agroflorestal. Atualmente compreende 75 famílias organizadas em 20 grupos, que residem nos municípios de Barra do Turvo em São Paulo e Adrianópolis e Bocaiúva do Sul no Paraná. Ver mais em: <https://www.cooperafloresta.com/>

na aquisição de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013; BRASIL, 2015).

As entrevistadas destacaram que a comercialização destinada ao PAA e principalmente ao PNAE já foram uma das maiores fontes de escoamento dos alimentos na comunidade quilombola. Entretanto, relataram que nos últimos anos houve diminuição do quantitativo de compras de alimentos destinados ao quilombo, e que elas não sabem informar a causa dessa diminuição. As entrevistadas também mencionam dificuldades em desenvolver processos burocráticos exigidos para participar tanto do PAA quanto do PNAE, especialmente em relação à documentação a ser apresentada pela associação dos quilombolas da Comunidade pela qual elas realizavam as vendas, para participar da chamada pública. Essa dificuldade mencionada pelas entrevistadas levou ao arrefecimento na comercialização dos produtos destinados a esses programas, a qual atualmente é quase nula, conforme podemos observar na fala da entrevistada 6, Grupo Perobas.

A gente entregava um monte de alimentos para o PNAE e PAA uma vez, de repente os pedidos foram diminuindo, vinha cada vez menos pedido pra nós, o pessoal da prefeitura [instituição pública que realiza a aquisição dos alimentos através de chamada pública] dizia que a associação tinha que entregar tal e tal alimento, mas como a gente não tinha aquilo daí perdia de entregar, e cada vez foram pedindo menos né. E cada vez pedem mais documentos para a gente poder entregar os alimentos é muita coisa a gente quase não consegue. Hoje em dia tem bem pouco entrega, tem semanas que nada. Na pandemia parou tudo por um tempo, porque as escolas fecharam, e depois quando voltou [as atividades escolares presenciais] era menos pedido de alimentos que antes (ENTREVISTADA 6, GRUPO PEROBAS).

Os autores Triches *et al.* (2019), ao analisarem os condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar por meio do PNAE, em municípios do estado do Paraná, observaram que situações como a falta de planejamento da produção, ou seja, as quantidades, variedades e sazonalidade dos alimentos, mostraram-se como o principal limitante entre os municípios, além da burocracia e a dificuldade de logística. Outros pontos como as exigências sanitárias e a baixa comunicação entre os agricultores familiares e as entidades que fazem a aquisição dos produtos são também fatores limitantes para aquisição desses alimentos.

Estudos elaborados pelos autores Perin *et al.* (2021), analisam a evolução da implementação do PAA, no período de 2009 a 2013, discutem como as mudanças ocorridas nas normativas e no histórico de execução podem ter influenciado os resultados do programa em relação aos seus principais benefícios e desafios. Os estudos revelaram que o PAA passou por três períodos importantes: o inicial que compreendeu os anos de 2003 a 2008, considerado

de aprendizado, organização e implantação dos processos de execução do programa. O período intermediário, compreendido pelos anos de 2009 a 2013, teve como principais destaques i) o fortalecimento do programa através da Campanha Nacional de Abastecimento (Conab); ii) o surgimento do termo de adesão; iii) a operação agrofantasma, no fim de 2013, que levou a uma queda abrupta das operações do programa. Nos últimos anos analisados, de 2014 a 2019, observou-se:

[...] após uma leve retomada inicial de recursos, **constatou-se uma contínua redução dos montantes aplicados no PAA**, chegando ao fim do período nos menores patamares de sua história. Apesar de ter ocorrido um esforço de redesenho em sua forma de gestão visando diminuir a burocracia e facilitar o acesso, **uma mudança na agenda governamental de caráter político e institucional teve forte impacto nas políticas voltadas à agricultura familiar, afetando intensamente o programa, o qual atingiu em 2019 o menor patamar de execução de recursos da sua história** (PERIN *et al.*, 2021, p. 4. Grifos nossos).

Os estudos apresentados pelos autores Perin *et al.* (2021) e Triches *et al.* (2019) endossam, de certo modo, as falas das entrevistadas desta pesquisa, no que se refere ao arrefecimento nos Programas PNAE e PAA e demonstram que, apesar da importância dos programas para a segurança alimentar dos beneficiários e também para o fortalecimento da agricultura familiar, eles apresentam atualmente muitas fragilidades que dificultam o acesso dos agricultores familiares a esse tipo de mercado institucional.

Com dificuldades para acessar mercados convencionais, como supermercados e cooperativas, e devido o arrefecimento dos mercados institucionais a partir de 2013, além dos entraves para se manter nos mercados de proximidade. Em 2015, as quilombolas e outras agricultoras familiares do município de Barra do Turvo formaram grupos de comercialização de alimentos com intuito de acessar novos mercados. Segundo as entrevistadas, com a formação desses grupos e articulações com a SOF emergiu o mercado voltado a Grupos de Consumo Responsável (GCR) de São Paulo-SP, construindo assim um novo canal de comercialização de alimentos.

Os GCR baseiam-se no ideal do consumo responsável, endossado pelas práticas e reflexões que buscam transformar o consumo de alimentos em um ato político e cidadão. Esses grupos articulam-se entre si formando a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, com o intuito a aquisição de alimentos (BENSADON; MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016). No Brasil, as ações voltadas à organização coletiva de consumidores, são embasadas pela atuação na ação direta com pequenos produtores com a intenção de viabilizar a compra de produtos considerados saudáveis, com preços acessíveis e, desta forma,

apoiar produtores da agricultura familiar de base agroecológica e da economia solidária (INSTITUTO KAIRÓS, 2013).

Das ações administradas pelos GCR, duas práticas se destacam: a prática da demanda por produtos diferenciados e diversificados, como alimentos frescos (não industrializados), produzidos em menor escala, processados de forma artesanal, grãos, produtos terapêuticos, artesanatos, entre outros, e também práticas de participação entre os atores (consumidores e produtores) nas relações comerciais (INSTITUTO KAIRÓS, 2013). A procura por produtos diferenciados e diversificados por meio de canais de comercialização alternativos aos convencionais, pautados pela proximidade entre produtor e consumidor, apontam para a noção de mercados imersos, conforme apresentado pelos autores Ploeg; Jingzhong; Schneider (2012).

Os mercados imersos, já apresentados no capítulo 4, são definidos como mercados socialmente construídos, encontram-se regidos por um conjunto de normas e regras não oficiais e valores definidos entre produtores e consumidores, atores importantes desses mercados, os quais emergem nos interstícios dos mercados agroalimentares convencionais, ou seja, são construídos através de lacunas dos mercados convencionais que, em alguma medida, acabam não contemplando a demanda dos consumidores por outros mercados, para sanar essas demandas (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). No caso dos GCR, a demanda por alimentos agroecológicos, alimentos com características territoriais e culturais, frescos e diversos e inseridos em circuitos pautados na proximidade entre produtores e consumidores, não é suprida pelos mercados convencionais, abrindo-se uma lacuna que foi preenchida, especialmente, pelos alimentos ofertados pelas quilombolas. Nesse sentido identificamos que os mercados acessados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas é considerado um mercado imerso.

No início, quando apenas o grupo de comercialização de alimentos das Perobas era formado, a articulação com os GCR era feita exclusivamente pela SOF, que recebia os pedidos via telefone e os encaminhava à responsável pelo grupo. Com o aumento das demandas, especialmente com a chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil, em março de 2020, os grupos de comercialização de alimentos se fortaleceram conforme pode ser observado na fala da entrevistada.

Quando a gente montou os grupos, tinha um pouco de demanda já de São Paulo [dos GCR], mas com a pandemia, começou a ter mais pedidos, aí veio a necessidade de aumentar os grupos, porque começou a vim muito pedido e a gente tinha alimento sobrando né, as feiras fechadas, nós não podia sair vender nas casas igual

antigamente e a gente tinha muito produto, o PAA e o PNAE não estava dando certo um monte de coisa. Daí começamos a vender quase todos os alimentos para os grupos de consumo através dos nossos grupos, e ta dando certo até hoje (ENTREVISTADA 2, GRUPO ROCHAS).

A pandemia da COVID-19 foi um dos maiores, se não o maior, limitante do acesso aos mercados para os quilombolas. Os autores Cassol, Vargas e Canever (2020) asseveram que a pandemia da COVID-19, que levou a medidas de proteção de isolamento social e, assim, à suspensão do calendário de aulas de forma presencial, acarretou no interrompimento da execução do PNAE e do PAA, sendo uma das perdas mais significativas na renda dos agricultores familiares. Há estimativa de que essas restrições de comercialização resultaram na queda de 50% das vendas da agricultura familiar em seus territórios.

A pandemia da COVID-19 ampliou os olhares para problemas de acesso a mercados por parte da agricultura familiar. Para manter o sustento das famílias e a venda dos produtos durante a pandemia, fez-se a opção por novas formas de geração de renda, como trabalhos fora das propriedades ou construção de novos canais de comercialização. Os grupos aqui estudados, Perobas, Raiz e Rochas, ampliaram e fortaleceram a aproximação com um mercado já acessado, porém pouco explorado, o mercado dos Grupos de Consumo Responsável (GCR).

Os grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, até o período da pesquisa, comercializavam a maioria de seus produtos para o mercado dos GCR de São Paulo. São em torno de 7 GCR que realizam a aquisição de alimentos do grupo RAMA, do qual fazem parte os 3 grupos Perobas, Raiz e Rochas do Quilombo RGTS. A comercialização é realizada por meio de pedido semanal ou quinzenal (conforme a demanda), através de uma planilha do *Excel*, a qual é compartilhada entre os GCR e as responsáveis da RAMA. O documento é compartilhado pela ferramenta do Google drive, que é um serviço de armazenamento na nuvem do Google. O total dos pedidos dos GCR é colocado no documento compartilhado pelos representantes dos GRC após o levantamento com cada participante. Após findado o pedido, a planilha fica liberada para *download* para as representantes/responsáveis da RAMA, que realizam a divisão dos alimentos pedidos por grupo de comercialização e encaminham a planilha com os pedidos para cada grupo por meio do aplicativo de Rede Social *Whatsapp*, as quais fazem parte todos os responsáveis pelos GCR, as responsáveis pela RAMA e as responsáveis por cada grupo de comercialização. Nas imagens 3 e 4 pode ser observadas as planilhas de pedido de alimentos do grupo Perobas. Cada responsável dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, divide a planilha dos pedidos de forma igualitária entre os

membros do grupo de comercialização, conforme cada membro faz sua produção (alimentos *in natura* e alimentos processados).

IMAGEM 3 – PLANILHA DE PEDIDO DE ALIMENTOS *IN NATURA* DOS GCR DE SÃO PAULO- SP PARA OS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DA RAMA

PLANILHA SETEMBRO /2022		Entrega 29/09								Não redistribuído
Produtoras/Produto ou Agricultoras/Comida	Unidade	PREÇO UNT.	GCR	GCR	GCR	GCR	GCR	GCR	GCR	
AS PEROBAS - Quilombo Terra Seca (9) NOME DOS MEMBROS DO GRUPO										
Açafrão	kg	R\$20,00								
Banana maçã	kg	\$4,50								
Banana nanica (caterra)	kg	R\$3,50								
Banana pão*	kg	R\$5,00								
Banana prata	kg	R\$4,00								
Banana santomé (branca)*	kg	R\$5,00			10,0					
Cacau	unidade	R\$5,00	2,0						10,0	
Cana palito (200g)	unidade	R\$5,00				1,0				
Jaca verde (unidade 4 a 6 kg)	unidade	R\$20,00								
Laranja de suco	kg	R\$4,00		20,0		3,0	10,0			
Limão rosa	Kg	R\$2,50								
Mandioca	kg	R\$3,50								
Pupunha M	haste	R\$8,00			6,0					

FONTE: Grupo Perobas (2022), adaptado pela autora.

IMAGEM 4 – PLANILHA DE PEDIDO DE ALIMENTOS AGROINDUSTRIALIZADOS/PROCESSADOS/MANIPULADOS DOS GCR DE SÃO PAULO- SP PARA OS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DA RAMA

PLANILHA SETEMBRO /2022		Entrega 29/09		Não redistribui					
Produtoras/Produto ou Agricultoras/Comida	Unidade	PREÇO UNT.	GCR	GCR	GCR	GCR	GCR	GCR	GCR
AS PEROBAS - Quilombo Terra Seca (9)			NOME DOS MEMBROS DO GRUPO						
ELABORADOS									
Açúcar mascavo (pedido mínimo 10 pacotes)	pacote (500g)	R\$10,00	4,0						
Banana chips	pacote (70g)	R\$4,00	14,0		12,0	1,0	15,0	25,0	
Inhame chips	pacote (70g)	R\$4,00	37,0		15,0	18,0	25,0	17,0	
Mandioca chips	pacote (70g)	R\$4,00	22,0		15,0	24,0	25,0	2,0	
Cocada caseira branca	unidade	R\$5,00	2,0			3,0	2,0		
Coxinha de mandioca (recheio de carne de jaca)	unidade	R\$4,00			5,0	5,0			
Coxinha de mandioca (recheio de frango)	unidade	R\$4,00			3,0	5,0	2,0		
Coxinha de mandioca (recheio de pupunha)	unidade	R\$4,00			16,0		5,0		
Coxinha de mandioca (recheio de taia)	unidade	R\$4,00			15,0				
Doce de Carambola	pote	R\$5,00	1,0						
Escondidinho de jaca	unidade	R\$5,00	1,0		3,0				
Farinha de Pupunha	500g	R\$15,00	1,0						
Fubá	kg	R\$15,00	1,0				1,0		
Paçoca de amendoim	pacote (200g)	R\$8,50						5,0	
Pastel de farinha de milho (folha de taia)	unidade	R\$4,00				1,0			
Pastel de farinha de milho (frango)	unidade	R\$4,00	6,0						
Pastel de farinha de milho (jaca)	unidade	R\$4,00	3,0						
Pastel de farinha de milho (pupunha)	unidade	R\$4,00	2,0		3,0	1,0	6,0		
Tempero caseiro com açafraão	pacote 20g	R\$5,00			2,0		4,0	1,0	
Tempero comum (sem açafraão)	pacote 20g	R\$5,00			3,0	2,0	4,0		
PADARIA ARTESANAL									
Coruja de mandioca assada na folha de bananeira	unidade 200g	R\$7,00	2,0						
Pão de juçara	600g	R\$13,00			3,0				
Pão de milho	600g	R\$13,00	2,0						
Pão de pupunha*	600g	R\$13,00	1,0		3,0				
			R\$ 489,00	R\$ 80,00	R\$ 552,00	R\$ 282,00	R\$ 417,00	R\$ 223,50	R\$ 50,00

FONTE: Grupo Perobas (2022), adaptado pela autora.

Os alimentos já preparados para entrega são armazenados em dois núcleos, ou seja, dois locais de armazenamento, um deles no pavilhão do bairro Ribeirão Grande e o outro no pavilhão do bairro Terra Seca. O transporte dos alimentos até o local de recebimento pelos GCR em São Paulo-SP é realizado, em sua maioria pela prefeitura do Município da Barra do Turvo, o qual cede caminhão, combustível e motorista e recolhe os alimentos de todos os grupos da RAMA, em cada “núcleo” e realiza a entrega. Em caso de necessidade, por motivo de não ter caminhão disponível da prefeitura, a Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca cede o caminhão para realizar o transporte e a prefeitura de Barra do Turvo cede motorista e combustível, conforme relatado pela Entrevistada 1, grupo Raíz. O local de entrega para o GCR é em São Paulo, porém, não existe um local fixo, os grupos se organizam antecipadamente e comunicam o local de entrega as

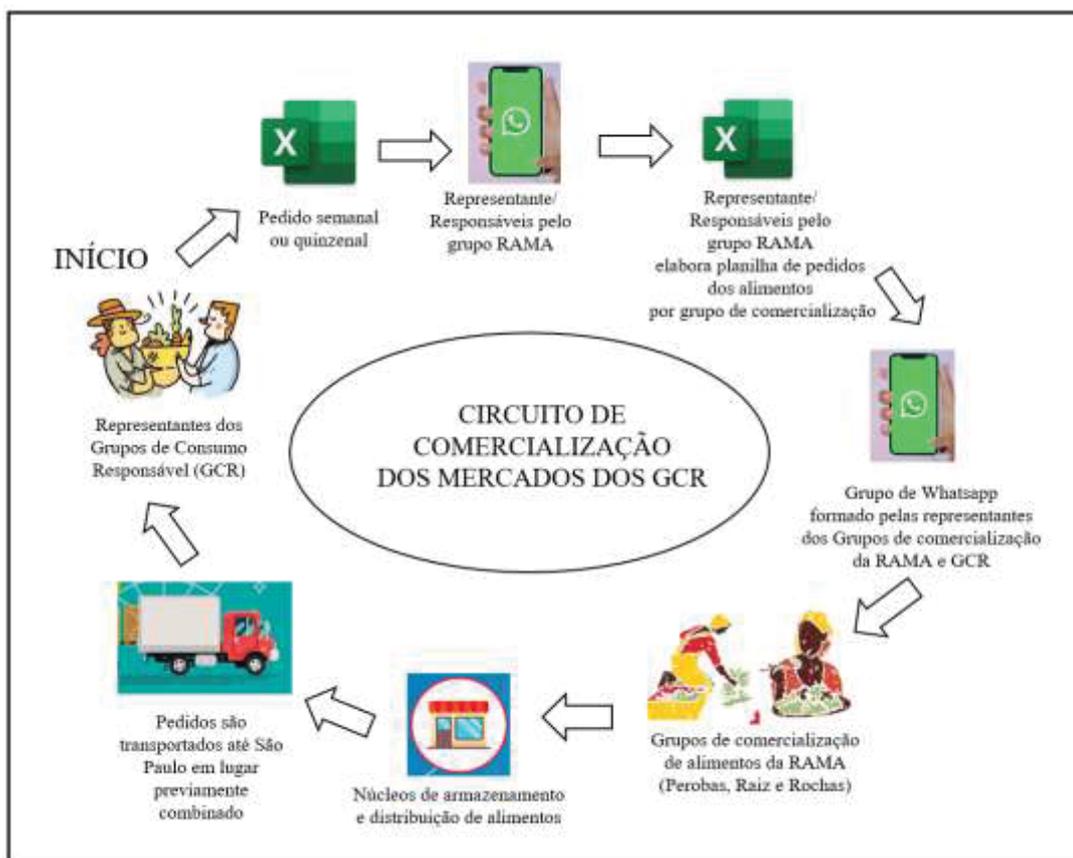
representantes/responsáveis do grupo RAMA. Um responsável de cada GCR faz a recepção e a divisão dos alimentos e entrega para os participantes do GCR. Tal dinâmica é ilustrada pelo trecho de entrevista a seguir:

Vocês que fazem a entrega dos alimentos encomendados? De que forma?

Quem faz a entrega é a Prefeitura com o caminhão Baú deles, é um combinado da prefeitura com a RAMA. Eles dão o caminhão o motorista e o combustível. Isso quando não é o nosso próprio caminhão da Associação que é usado. Daí a gente empresta o caminhão e a Prefeitura dá o combustível e um motorista e a gente determina um dia que cada um vai levar os alimentos e eles vêm busca, aqui no pavilhão aonde tem um núcleo [Bairro Ribeirão Grande], e alí na Terra Seca é outro (ENTREVISTADA 1, GRUPO RAIZ).

Na figura 5 pode ser observado o fluxograma do circuito de comercialização do mercado dos GCR acessado pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas.

FIGURA 5 - FLUXOGRAMA DO CIRCUITO DE COMERCIALIZAÇÃO DO MERCADO DOS GCR



FONTE: Elaborado pela autora

Os alimentos produzidos pelos Grupos de comercialização Perobas, Raiz e Rochas do Quilombo RGTS são atrativos, especialmente aos GCR, por serem diferenciados em relação aos alimentos comercializados em mercados convencionais, ou mesmo produzidos em outros

territórios que não os quilombolas. Essa diferença pode significar uma especificação de ativos (PECQUER, 2005), conforme será discutido a seguir.

6.3 A CULTURA QUILOMBOLA DOS ALIMENTOS COMO POTENCIAL PARA A COMERCIALIZAÇÃO: ATIVAÇÃO DE RECURSOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS

Os três grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS estudados nesta tese, Perobas, Raiz e Rochas, produzem alimentos *in natura* e agroindustrializados/processados/manipulados para comercialização, conforme apresentado na tabela 1.

TABELA 1 - ALIMENTOS IN NATURA E AGROINDUSTRIALIZADOS/PROCESSADOS/MANIPULADOS COMERCIALIZADO PELOS GRUPOS PEROBAS, RAIZ E ROCHAS

(continua)

Grupos de comercialização de alimentos	Alimentos <i>in natura</i> comercializados	Alimentos agroindustrializados/processados/manipulados comercializados
Perobas	Abacate, laranja, banana nanica, banana pão, chuchu, hortaliças, mamão, café, feijão, milho, palmito, pupunha, mandioca, batata doce, arroz e feijão.	Rapadura, açúcar mascavo, doce de laranja, doce de abóbora, doce de carambola, taiada (rapadura com gengibre), pão de milho, pão de pupunha, pão de juçara, melado, paçoca de amendoim, cuscuz de mandioca, biju de mandioca, pastel de farinha de milho, coxinha de mandioca, farinha de pupunha e queijo de búfala, <i>chips</i> de banana, <i>chips</i> de mandioca, <i>chips</i> de inhame.
Raiz	Abacate, laranja, banana nanica, banana pão, chuchu, hortaliças, mamão, café, feijão, milho, palmito, pupunha, mandioca, batata doce, arroz e feijão.	Não se aplica.
Rochas	Abacate, laranja, banana nanica, banana pão, chuchu, hortaliças,	Rapadura, açúcar mascavo, doce de laranja, doce de abóbora, doce

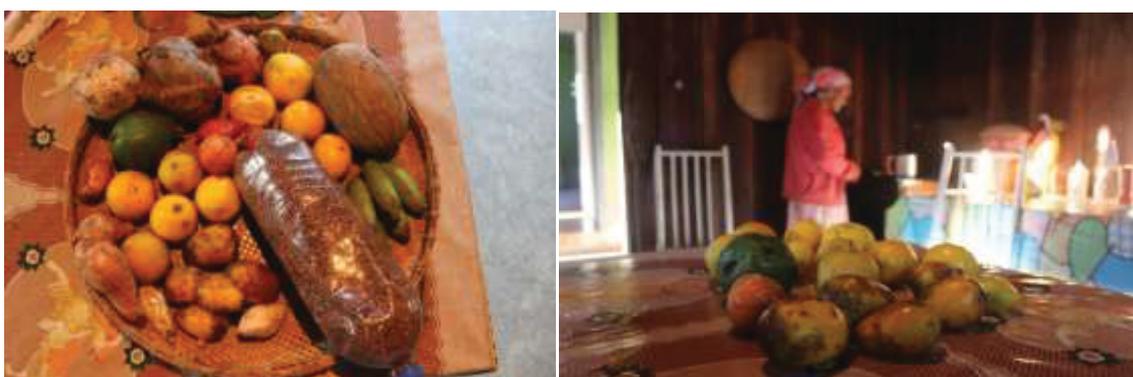
	mamão, café, feijão, milho, palmito, pupunha, mandioca, batata doce, arroz e feijão.	de carambola, taiada (rapadura com gengibre), pão de milho, pão de pupunha, pão de juçara, melado, paçoca de amendoim, cuscuz de mandioca, biju de mandioca, farinha de pupunha.
--	--	--

FONTE: Elaborado pela autora.

Todas as entrevistadas que comercializam alimentos *in natura* afirmaram que as plantas, as mudas e as sementes utilizadas para o plantio são oriundas do próprio território quilombola, ou seja, quando seus antepassados chegaram naquele local onde formou-se o quilombo, as plantas ou já eram nativas dali e continuaram a ser cultivadas ou passaram a ser cultivadas naquele local por seus ancestrais, que já detinham o conhecimento desses cultivos. Assim, tanto as sementes quanto as mudas são crioulas, não há aquisição de insumos externos, pois a plantação é orgânica e não utiliza agrotóxicos e fertilizantes.

Dos alimentos *in natura* produzidos e comercializados pelos grupos do Quilombo RGTS, apresentados na tabela 1, podem ser observados alguns desses alimentos na imagem 5.

IMAGEM 5 - ALIMENTOS *IN NATURA* COMERCIALIZADOS PELOS GRUPOS PEROBAS, RAIZ E ROCHAS DO QUILOMBO RGTS



FONTE: Renata Kempf – Projeto Coletivo (2019).

Todos os grupos fazem venda de alimentos *in natura* e apenas o grupo Raiz não faz agroindustrialização/processamento/manipulação de alimentos para venda; a maioria dos alimentos processados são fabricados pelo grupo Perobas. As entrevistadas que relataram comercializar alimentos agroindustrializados/processados/manipulados, afirmaram que a maior parte da matéria prima ou ingredientes para elaboração dos alimentos é adquirida no

próprio quilombo, ou seja, são produtos locais, fazendo-se necessária aquisição apenas de ingredientes de fácil acesso nos supermercados locais, como sal, óleo e farinha de trigo.

A produção é basicamente artesanal, em que é aplicado apenas o uso de equipamentos como liquidificador e batedeira, e a maioria dos alimentos manipulados por elas é originado de uma receita de família aprendida com os familiares, especialmente mãe e avó, e que é passada de geração em geração.

As entrevistadas mencionaram haver dificuldades para conseguir matéria prima em alguns períodos do ano, pois se deparam em algumas vezes com clima e temperatura que dificultam o plantio de determinado cultivar, além dos períodos de pousio em que a terra fica sem receber plantação. Assim, nos últimos anos, elas buscaram junto aos demais grupos da RAMA realizar cursos de manipulação/agroindustrialização de novos produtos, como por exemplo curso de produção de *chips* de mandioca, banana e inhame, para ampliar a oferta de alimentos.

Os cursos de agroindustrialização/processamento/manipulação de novos alimentos, não alterou a cultura da culinária quilombola. Segundo as entrevistadas, a maioria desses alimentos são de receita de suas ancestrais quilombolas, e as novas receitas de produção de alimentos, aprendidas em cursos, são baseadas em matéria-prima que elas já plantavam no quilombo e comercializavam *in natura*, como por exemplo: *chips* de mandioca, inhame e de banana, em que a banana, o inhame e a mandioca já eram produzidos no quilombo e vendidos *in natura*. A agroindustrialização desses produtos, que anteriormente eram vendidos somente *in natura*, ajudaram a agregar valor aos alimentos e contribuíram para o aumento da renda, conforme pode ser observado na fala da entrevistada:

A gente vende os alimentos *in natura* que sobram né, o excedente que fala né, e produz alimentos que a gente já fazia a vida inteira pra gente e pra família da gente comer e que aprendeu a fazer com a mãe e a vó e as tias e agora a gente vende né [...] Daí tinha alguns produtos que a gente consome em casa e ainda vendia *in natura* e sobrava, tipo mandioca e banana. Como o grupo aumentou bastante, a gente pensou um meio de fazer mais coisas para abrir mais vendas e arrecadar mais renda, aí veio a ideia de fazer as *chips* né, a gente faz *chips* de banana, de mandioca, de inhame, também. Daí a gente fez um cursinho também pra aprender fazer direitinho e a gente tem bastante venda das *chips*. (ENTREVISTADA 1, GRUPO PEROBAS).

Alguns dos alimentos agroindustrializados/processados/manipulados produzidos e comercializados, citados pelas entrevistadas e destacados na tabela 1, podem ser observados nas imagens 6, 7 e 8.

Todos os alimentos processados comercializados recebem etiqueta de identificação, ou do grupo RAMA ou especificamente do grupo que produziu o alimento, que no caso do

Quilombo RGTS são os grupos Perobas e Rochas, conforme pode ser observado na imagem 9.

IMAGEM 6 – MANDIOCA *CHIPS* E QUEIJO DE BÚFALA PRODUZIDOS PELO GRUPO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PEROBAS



FONTE: Acervo da autora.

IMAGEM 7 – AÇÚCAR MASCADO, DOCE DE LARANJA, DOCE DE ABÓBORA E PÃO DE PUPUNHA PRODUZIDOS PELO GRUPO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ROCHAS E PEROBAS.



FONTE: Acervo da autora (2022)

IMAGEM 8 – COXINHA DE MANDIOCA, CUSCUZ E PÃO DE PUPUNHA PRODUZIDOS PELOS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PEROBAS



FONTE: Grupo Perobas (2022)

IMAGEM 9 – ETIQUETAS COM IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE PRODUZEM E COMERCIALIZAM OS ALIMENTOS



FONTE: Grupo Perobas (2022).

Dos alimentos considerados diferenciados, com especificidades e que se destacam entre os consumidores por apresentarem maior demanda entre os GCR, as entrevistadas destacaram, entre os *in natura*, a banana pão, o palmito e a pupunha. Entre os alimentos agroindustrializados/processados/manipulados, elas destacam o açúcar mascavo, o pastel de farinha de milho, o cuscuz de mandioca e os *chips* de banana, de inhame e de mandioca.

As entrevistadas relataram que esses alimentos se destacam e apresentam distintividade ou especificidade entre os outros produtos por possuírem identidade quilombola, que marcam sua cultura e simbolizam suas raízes, conforme pode ser observado na fala das entrevistadas.

Os alimentos que a gente vende são diferenciados dos que tem no mercado e mesmo dos que tem em outros lugares. Dá pra dizer que é alimento quilombola, porque são alimentos que a gente aprendeu a fazer com a mãe da gente, que aprendeu com as mães delas e que são tudo quilombolas. Tipo o pastel nosso de farinha de milho, o cuscuz de mandioca, o melado. É tudo tradição quilombola. Tudo receita da nossa gente, feito com os alimentos que tem na nossa terra e que a gente mesmo planta (Entrevistada 2, Grupo Perobas).

Dos alimentos que a gente produz tem vários diferenciados e que o pessoal dos grupos dos consumidores [GCR] de São Paulo pedem bastante, tipo os pastel de farinha de milho de recheio de pupunha ou jaca, o cuscuz, o queijo de búfala e as *chips* saem bastante também. E o gosto das coisas que a gente faz ninguém consegue fazer igual, primeiro porque não tem os produtos que a gente tem aqui né [...], tipo a pupunha nossa é do meio do mato tem um gosto diferente, e também por causa da receita que é do jeito que a mãe da gente ensinou, é do jeito quilombola, então ninguém imita que saia igualzinho (Entrevistada 1, Grupo Perobas).

Dos alimentos que são entregues para o Grupo de São Paulo [GCR], o que eu acho que sai bastante e é diferenciado é a banana pão, essa banana não tem quase em nenhum lugar, só aqui nas nossas roças e fica bem boa pra fazer *chips* [...] E tem a nossa pupunha e nosso palmito que sai bastante porque é do meio do mato né, da floresta que a gente planta, faz agroflorestal né, daí tem um gosto que eu acho que é diferente e o pessoal sempre pede (Entrevistada 1, Grupo Raíz).

Quando nossos bisavós e tataravós chegaram aqui, eles eram escravos né, vieram fugidos e montaram o quilombo, daí tinha que fazer comida né, pegar as coisas [alimentos] que tinham no meio do mato pra fazer comida, e eles já tinham um certo conhecimento porque cozinhavam nas fazendas, daí foram inventando as comidas e passaram as receitas pros filhos que passaram pra nós, e hoje a gente vende essas comidas, tipo cuscuz, açúcar mascavo, pupunha, palmito, essas coisas [...] e o pessoal pede bastante isso aí (Entrevistada 3, Grupo Rochas).

Os alimentos comercializados pelos Grupos Perobas, Raiz e Rochas apresentam características diferenciadas de alimentos industrializados ou outros *commodities* encontrados nos mercados convencionais. Podemos dizer que esses alimentos, especialmente os agroindustrializados/processados/manipulados, se diferem inclusive de alimentos produzidos por outros tipos de agricultores familiares que não são quilombolas, pelo fato de suas

características estarem ligadas ao seu território e assim enraizados em uma cultura construída através da história do Quilombo RGTS, que levou a uma identidade comum.

Conforme podemos observar nas falas das entrevistadas apresentadas acima, os alimentos produzidos pelas quilombolas da Comunidade RGTS e comercializados pelos grupos de comercialização da comunidade, são alimentos marcados pelos conhecimentos de seus ancestrais escravizados, que conseguiram fugir e construíram quilombos em meio à floresta, conforme apresentado na história dos quilombos no capítulo 2. Os alimentos produzidos por essas pessoas escravizadas, que estavam em fuga, eram provenientes dos alimentos encontrados em meio à floresta e agregado aos cultivares que eles já tinham conhecimento e conseguiam plantar naquela região.

Os alimentos processados, considerados identitários quilombolas pelas entrevistadas, podem ter emergido por uma mistura das receitas aprendidas dos descendentes da África, continente de onde vieram a maioria das pessoas escravizadas, juntamente às receitas de outros países que colonizaram o Brasil, em especial Portugal. Essas receitas eram aprendidas nas fazendas, locais em que essas pessoas viviam escravizadas, e também adaptadas com matéria-prima dos cultivares frutas, hortaliças, legumes nativos obtidos em meio à floresta brasileira onde se instalavam a maioria dos quilombos. Essa cultura única enraizada aos alimentos produzidos pelos(as) quilombolas da Comunidade RGTS implica no diferencial dos alimentos produzidos e comercializados por elas.

Os autores Junior, Ferrari e Fellipim (2020) explicam que as raízes étnicas da culinária quilombola brasileira emergiram de uma culinária diversa, que mistura culturas de vários países, como Portugal, África e Brasil, pela cultura dos povos originários, adaptadas aos seus territórios. Além de ser uma culinária muito marcante, devido ao fato de os quilombolas possuírem profundos conhecimentos das matas e das plantas, esses saberes foram incluídos no preparo dos alimentos, comuns e muito utilizados nacionalmente.

Para Muchnik (2006), o alimento é parte da construção da identidade dos indivíduos e também da própria sociedade. Assim, cada grupo social ou cada população que compõe um território, constrói distintas maneiras de conceber o alimento, de acordo com seus hábitos e por suas condições espaciais e climáticas. Essa maneira única de cada grupo conceber seu alimento leva a uma cultura alimentar que é “repleta de símbolos, expressões sociais que desvendam prazeres e ritos, como uma matéria que requer compreensão sobre seus significados dados pela experiência do sujeito” (BRASIL, 2015. p. 440). Assim, os alimentos

que carregam a cultura de um território tornam-se diferenciados e distintos, como é o caso dos alimentos quilombolas aqui apresentados.

Muchnik (2006) destaca o crescimento dos movimentos voltados à valorização de alimentos com qualidade social e cultural, sendo, em geral, produzidos de uma forma tradicional passando a representar a história e a dinâmica de uma população, agregando valor aos produtos. Segundo o autor, os alimentos que apresentam qualidade social e cultural levam a estratégias que podem ser imprescindíveis para o desenvolvimento territorial, em especial quando o produto possui características próprias que dependem do clima, da biofísica da região, e do “saber fazer” local (Muchnik, 2006). Como por exemplo os casos dos alimentos brasileiros: tacacá e tucupi do estado do Pará, acarajé e vatapá na Bahia, o churrasco gaúcho do estado do Rio Grande do Sul e o barreado do estado do Paraná (BAHL; GIMEZES; NITSCHKE, 2011). Nesse contexto também é válido mencionar os alimentos com características quilombolas evidenciados nessa pesquisa, como açúcar mascavo, taiada (rapadura com gengibre), melado, cuscuz de mandioca, biju de mandioca, pastel de farinha de milho, farinha de pupunha e queijo de búfala.

Os produtos com distintividade cultural e que levam em consideração o "saber fazer" da comunidade, assim como os alimentos produzidos pelos grupos de comercialização do Quilombo RGTS, são classificados segundo Pecqueur (2005), como recursos e ativos específicos.

Referente ao desenvolvimento territorial e estratégias no contexto agroalimentar, conforme apresentado no capítulo 3, os ativos territoriais são compreendidos por aqueles fatores que se encontram “em atividade”, e os recursos territoriais são os fatores que ainda não foram explorados, mas podem vir a ser revelados e valorizados. Os ativos e recursos específicos estão ligados diretamente ao local a que pertencem, e dificilmente conseguem ser transferidos para outros locais mantendo as mesmas características (PEQUEUR, 2001; 2005).

Segundo Pecqueur (2005), a busca por mecanismos próprios que diferenciam os territórios entre eles, são estratégias de valorização socioeconômica de produtos e serviços que se encontram em cada território e representam a potencialidade particular de cada um deles. Essa busca por mecanismos próprios é uma estratégia definida pelo autor como especificação dos ativos.

Os alimentos diferenciados, que apresentam especificidades e características territoriais, especialmente os agroindustrializados/processados/manipulados, aos quais foram evidenciados pelas entrevistadas dos três grupos estudados nesta pesquisa, se destacam por

apresentar identidade cultural a qual é evidenciada através do “saber fazer” passado de geração em geração, bem como receitas tradicionais com ingredientes territorializados.

Para Flores (2006), a identidade cultural de determinado território é uma aposta promissora de estratégia de valorização produtiva, leva ao desenvolvimento territorial, visto que, quando este recurso específico é ativado (Pecqueur, 2005) torna-se o que Flores (2006, p. 08) considera:

[...] um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e dos serviços locais (territoriais), visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos.

Em relação ao acesso a novos mercados, podemos observar que os alimentos com diferenciais ligados ao território, ou seja, ativos específicos, como é o caso dos alimentos típicos quilombolas que possuem identidade cultural e são comercializados pelos Grupos do Quilombo RGTS, abrem espaços para construção de mercados imersos que podem levar ao desenvolvimento territorial, aspecto que será melhor caracterizado e discutido no próximo capítulo.

7 OS MERCADOS IMERSOS ACESSADOS PELAS QUILOMBOLAS DOS GRUPOS PEROBAS, RAÍZ E ROCHAS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Neste capítulo serão apresentados resultados obtidos através da aplicação do diagnóstico dos mercados imersos, que é composto por sete dimensões: distintividade, conectividade, multifuncionalidade, governança, e infraestrutura sociomaterial, proposta por Salvate Brasil (2019), conjuntamente com a dimensão Relevância elaborada por Almeida (2022) e a dimensão histórico-cultural natural, elaborada pela autora desta pesquisa e já apresentada no capítulo 5. Os resultados obtidos apresentaram as características dos mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raíz e Rochas do Quilombo RGTS. Neste Capítulo também são apresentadas discussões que permeiam as análises dos mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos como estratégias de promoção do desenvolvimento territorial. Foram utilizadas para as discussões as dimensões mais evidenciadas no diagnóstico dos mercados imersos relacionando-as com as abordagens teóricas do desenvolvimento territorial encontradas na literatura.

7.1 DIAGNÓSTICO DOS MERCADOS IMERSOS ACESSADOS PELOS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS

Os três grupos de comercialização de alimentos do Quilombo Ribeirão Grande Terra Seca (RGTS), objeto de estudo desta pesquisa, acessam mercados que podem ser considerados do tipo mercados imersos, conforme apresentado nas discussões do Capítulo 6. Assim, para realizar a caracterização desse tipo de mercado, e atender ao objetivo específico 2 deste trabalho, aplicou-se um diagnóstico detalhado na metodologia (capítulo 5), e apresentado no apêndice B. O diagnóstico foi aplicado entre as 24 participantes dos grupos de comercialização Perobas (8 participantes), Raíz (8 participantes), e Rochas (8 participantes), obtendo assim o que podemos considerar o desenho dos mercados acessados pelos grupos.

Vale ressaltar que o diagnóstico dos mercados imersos, conforme apresentado na metodologia, é uma ferramenta complementar ao estudo de caso, sendo assim as discussões apresentadas nesse capítulo também contaram com as análises dos resultados obtidos no estudo de caso, através de aplicação de entrevista semiestruturada. É importante ainda mencionar que, pelo fato dos resultados da aplicação do diagnóstico dos mercados imersos

serem apresentados através de média aritmética obtida a partir da percepção dos atores produtores, pode haver, em alguma medida, distorções do cenário real que podem ser justificadas por distintos motivos, tais como falta de clareza das afirmações presentes no diagnóstico, por parte dos entrevistados, ou ainda pela formulação das afirmações encontrarem-se descritas com diferentes interpretações, conforme observado nas pesquisas de Salvate Brasil (2019) e Almeida (2022).

Retomando as discussões do capítulo 4, é válido apresentar a ideia central das cinco dimensões dos mercados imersos que constituem a primeira versão do diagnóstico, construído por Salvate Brasil (2019), além da dimensão relevância, elaborada pela autora Almeida (2022) e a dimensão histórico-cultural natural elaborada nesta pesquisa.

Referente às cinco dimensões elaboradas para a primeira versão do diagnóstico, Salvate Brasil (2019, p. 165), assevera:

[...] os mercados imersos pressupõem a **distintividade** dos produtos; a **conectividade** entre os atores e outros mercados, possibilitando a interação social e a geração de confiança como importante mecanismo de regulação; a **multifuncionalidade** da agricultura em resposta aos *squeeze* gerado pelos mercados convencionais; formas de **governança** distintas que implicam em participação social e gestão coletiva dos recursos de uso comum; e uma infraestrutura **sociomaterial** que contribua para cimentar as falhas estruturais que caracterizam os mercados globais e possibilite as trocas de produtos, serviços e informações entre os atores (grifos nossos).

Conforme já apresentado no capítulo 4 e retomado nas discussões do capítulo 5, a dimensão relevância elaborada por Almeida (2022), diz respeito aos resultados prestados por um mercado imerso. Esses resultados referem-se a aspectos como o aumento de postos de trabalho para produtores, acesso a alimentos frescos e diversificados para um grande grupo de consumidores, bem como a inclusão desses produtos em mercados dos quais, até então, eram excluídos (PLOEG, JINGZHONG, SCHNEIDER, 2022).

Já a dimensão histórico-cultural natural, proposta nesta pesquisa, refere-se as questões histórico culturais e naturais, ou seja, as características dos mercados que se voltam a história dos povos e sua cultura que estão intrínseca nos produtos locais, além da sustentabilidade ambiental na produção e a relação com a natureza.

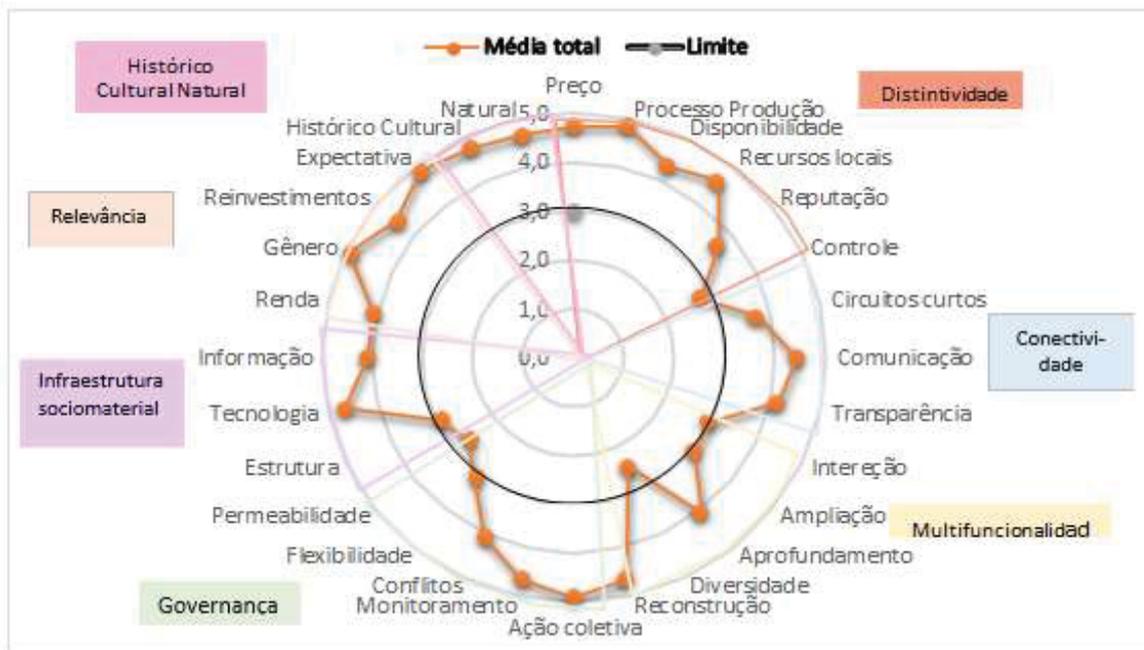
Conforme apresentado no capítulo 5, os dados foram coletados a partir de escala do tipo *likert*, de 1 a 5. Para análise dos resultados obtidos, consideramos o valor 3 como limite central, o qual se encontra delimitado no gráfico 1 pela linha preta. A escolha do limite central foi baseada nos trabalhos de Salvate Brasil (2019) e Almeida (2022). Assim, consideramos que, valores acima de 3, ou seja, médias posicionadas acima da linha preta do gráfico 1, foram

considerados altos e assim existe maior grau de concordância entre os entrevistados. Os valores com média abaixo de 3, posicionados abaixo da linha preta no gráfico 1, foram considerados baixos e apresentaram menor grau de concordância. Valores entre 3 e 4 foram considerados valores intermediários. Portanto, podemos considerar que, quanto maior o grau de concordância das entrevistadas, mais presentes estão as variáveis que constituem as dimensões e vice-versa (SALVATE BRASIL, 2019). Os polígonos coloridos presentes no gráfico 1 delimitam as variáveis de cada dimensão (ALMEIDA, 2022).

Os resultados obtidos com a aplicação do diagnóstico dos mercados imersos aos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS, Perobas, Raiz e Rochas, encontram-se representados através das médias aritméticas das variáveis das dimensões dispostas no gráfico de radar, gráfico 1.

As medidas estatísticas de média, mediana, moda e desvio padrão de cada dimensão, também levantadas com aplicação do diagnóstico dos mercados imersos, são dispostas na tabela 2.

GRÁFICO 1 - MÉDIAS ARITMÉTICAS DAS VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O DIAGNÓSTICO DOS MERCADOS IMERSOS DOS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS



FONTE: elaborado pela autora.

TABELA 2 - MÉDIA, MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DAS DIMENSÕES DO DIAGNÓSTICO DOS MERCADOS IMERSOS DOS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RGTS

Dimensão	Média	Mediana	Moda	Desvio
----------	-------	---------	------	--------

				Padrão
Distintividade	4,35	5	5	1,14
Conectividade	4,20	5	5	1,11
Multifuncionalidade	3,66	4	5	1,56
Governança	4,05	5	5	1,20
Infraestrutura Sociomaterial	3,95	4	5	1,19
Relevância	4,58	5	5	0,61
Histórico-cultural natural	4,70	5	5	0,48

FONTE: elaborado pela autora.

Podemos observar no gráfico 1 e nas médias gerais apresentadas na tabela 2 que as dimensões distintividade, conectividade, governança, relevância e histórico-cultural natural, constam com médias altas, (4,35; 4,20; 4,05; 4,58 e 4,70, respectivamente) e são consideradas dimensões de maiores presenças no mercado dos Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) acessados pelos grupos de comercialização Perobas, Raiz e Rochas, pois todas encontram-se com médias acima de 4.

As dimensões relevância e histórico-cultural natural tiveram a maior homogeneidade dentre as respostas, apresentaram os menores valores de desvio padrão, 0,61 e 0,48, respectivamente. A mediana e a moda desses casos foram de valores iguais (5), e mesmo diferentes do valor da média, são muito próximos, (4,05 e 4,70 respectivamente). Nenhuma das variáveis dessas dimensões obtiveram valores de média menor que 4, são consideradas todas fortemente presentes no mercado analisado. As discussões mais aprofundadas de cada dimensão serão apresentadas nas próximas sessões.

Dessa forma podemos dizer que o aumento da renda das famílias entre as quilombolas que participam desses mercados, o aumento da participação das mulheres nesses mercados, o reinvestimento da renda obtida através do mercado na produção de alimentos, a manutenção e reprodução da cultura local, a aplicação de saberes locais na produção dos alimentos e a sustentabilidade ambiental na produção são características que potencializam o fortalecimento desse mercado entre os grupos de comercialização de alimentos da comunidade RGTS.

Referente às dimensões da distintividade, conectividade e governança, que também apresentaram resultados com média alta, podemos dizer que as variáveis que dizem respeito ao preço dos produtos obter um valor maior devido a participação nesse mercado, as formas

artesanais e com mão de obra familiar do processo de produção, também a produção de baixa escala, a disponibilidade dos produtos e recursos locais (dimensão distintividade). Bem como, comunicação entre produtores e consumidores, além dos processos de transparência entre produtores e consumidores e/ou produtores e fiscais (dimensão conectividade) se destacaram e encontram-se presentes no mercado dos GCR acessados pelas quilombolas. Além dessas características também é válido mencionar os processos de ação coletiva, monitoramento e conflito (dimensão governança), com média alta e assim expressiva presença no mercado imerso dos GCR, conforme serão melhor discutidos nas próximas seções.

Entretanto é válido mencionar que as dimensões distintividade, conectividade e governança, apresentaram valores de desvio padrão que variaram entre 1,11 e 1,20, sendo considerados relativamente altos. Dessa forma podemos dizer que essas dimensões mesmo estando presentes no mercado estudado, não são totalmente homogêneas, ou seja, não representam a opinião de todas as entrevistadas, visto que uma parte das entrevistadas não concorda totalmente com as afirmativas dessas dimensões. Esse contexto será melhor explorado nas seções seguintes.

As dimensões Multifuncionalidade e infraestrutura sociomaterial apresentaram as menores médias do diagnóstico (3,66 e 3,95 respectivamente), e os resultados do desvio padrão foram de 1,19 e 1,56 respectivamente, sendo considerados alto. Assim, podemos dizer que características como estrutura física/logística, interação com agentes de outros mercados, ampliação das atividades produtivas e fontes de renda, além do acesso a diversidade de canais de comercialização encontram-se menos presentes no mercado imerso estudado e correspondem aos maiores limites para esses mercados.

Nesse sentido também é importante destacar as variáveis “controle” da dimensão da distintividade e a variável “permeabilidade” da dimensão governança, também apresentaram médias abaixo do limite 3, sendo também consideradas pouco presente no mercado dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, sendo suas características consideradas limites para que esses mercados se desenvolvam no quilombo RGTS.

Ploeg, Jingzhong e Schneider (2010) asseveram que o conjunto das dimensões que contemplam os mercados imersos apresenta o que pode ser considerado como um desenho desses mercados, demonstrando suas características, seus limites e especialmente seus potenciais que representam o diferencial desses frente aos mercados convencionais. Entretanto foi observado que explorar apenas as dimensões ou as variáveis, tornam as análises frágeis, visto que alguns casos apresentaram médias altas para as dimensões, porém

variáveis ou indicadores se mostraram com média de valor baixo, sendo assim a dimensão se encontrava presente mas algumas de suas variáveis ou indicadores se mostravam pouco presentes. Dessa forma, para melhor avaliar os limites e os potenciais do mercado dos GCR acessados pelas quilombolas dos grupos de comercialização de alimentos, será apresentado nas seções seguintes as análises de cada dimensão levando em consideração as variáveis e indicadores que mais se destacaram devida expressiva presença ou baixa presença.

7.1.1 Distintividade

A dimensão da distintividade é composta por 6 variáveis, já apresentadas na sessão anterior, bem como na tabela 3, as quais são compostas por 10 indicadores, conforme apresentado no apêndice A. Os indicadores são representados por afirmativas que buscam evidenciar a especificidade dos produtos comercializados no mercado imerso estudado, tais como: preço diferenciado do produto, tipo de mão de obra e produção, territorialidade dos produtos, escala de produção e reputação dos produtos.

A distintividade em um mercado imerso diz respeito às características específicas de um produto, transferidas do produtor para o produto e levam em conta as especificidades culturais e locais. Na comercialização, essas características são transferidas do produto para os processadores ou consumidores, através da transação comercial. Nesse processo, observam-se relações de proximidade entre produtor e consumidor, com relações simbólicas recíprocas, “dar e receber”, formulando assim uma rede social entre os atores (PLOEG, 2014).

O mercado imerso estudado acessado pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas, ou seja, o mercado dos GCR, apresentou média 4,35 para a dimensão distintividade, considerada alta, e médias relativamente altas para as variáveis que compõem a dimensão, conforme apresentado na tabela 3. Na tabela 4 apresentam-se os resultados na mediana, moda e desvio padrão dos indicadores da dimensão.

TABELA 3 - MÉDIA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO DISTINTIVIDADE

DIMENSÃO	VARIÁVEL	MÉDIA
DISTINTIVIDADE	Preço	4,73
	Processo de Produção	4,85
	Disponibilidade espacial e em quantidade	4,35
	Recursos locais	4,60
	Reputação	3,67
	Controle	2,80
	MÉDIA GERAL	4,35

FONTE: Elaborada pela autora.

TABELA 4 – MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO DISTINTIVIDADE

INDICADOR →	DIST1	DIST2	DIST3	DIST4	DIST5	DIST6	DIST7	DIST8	DIST9	DIST10
MÉDIA	4,73	4,93	4,80	3,87	4,87	4,80	4,80	4,20	3,67	2,80
MEDIANA	5	5	5	4	5	5	5	5	4	2
MODA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	1
D. PADRÃO	0,44	0,25	0,54	1,09	0,34	0,40	0,40	0,98	1,40	1,87

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação as variáveis que se destacaram com maior média, ressaltam-se: “processo de produção”, “preço”, “recursos locais” e “disponibilidade espacial”. As médias dessas dimensões variaram entre 4,35 e 4,85, demonstrando, segundo as percepções das entrevistadas, que encontram-se fortemente presentes no mercado.

A variável “processo de produção”, composta pelos indicadores: DIST2: “Meus produtos são produzidos com mão de obra majoritariamente familiar.” e DIST3: “Meus produtos são produzidos de forma artesanal.”, não se aplicaram ao caso de alimentos *in natura*. As respostas foram NA e não contabilizaram no resultado da média. Esses indicadores resultaram em médias altas, (4,93 e 4,80 respectivamente), desvio padrão baixos (0,25 e 0,54, respectivamente), mediana e moda de valores iguais a 5, demonstrando representatividade e homogeneidade da variável.

Podemos dizer que a alta média da variável processo de produção ocorre pelo fato de as quilombolas entrevistadas relatarem que a comunidade possui pequeno pedaço de terra para plantio, visto que ficam localizados em meio a uma área de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, conforme demonstrado no capítulo 2. Como a área é destinada à moradia e plantação, apenas os familiares residem e produzem no território, tornando-se desnecessária mão de obra terceirizada. A forma de produção é majoritariamente artesanal, resultado da aprendizagem com os antepassados. Entretanto, atualmente emprega a utilização de eletrodomésticos, como batedeira e liquidificador, não utilizados pelos ancestrais. Conforme pode ser observado na fala da entrevistada 6, grupo Perobas, durante a aplicação da entrevista semiestruturada:

Quando a mãe da gente e a vó faziam os alimentos, era tudo mais na mão mesmo né, não tinha nada de eletrodoméstico para ajudar, mal apenas luz elétrica na verdade, agora pra gente tá mais fácil, a gente usa fazer do jeito que elas ensinaram, mas com

as facilidades de hoje em dia, tipo todas nós temos liquidificar e bateadeira (Entrevistada 6, Grupo Perobas).

A variável preço, composta pelo indicador DIST1, diz respeito a obter um preço mais alto no produto por ser comercializado nesse mercado, obteve média 4,73, avaliada como alta. A mediana e a moda apresentaram valores iguais a 5, próximos do valor da média, e desvio padrão baixo, conforme pode ser observado na tabela 4, são consideradas representativa e homogênea.

Na percepção das entrevistadas, a maioria acredita que o mercado acessado por elas demonstra maior valorização dos produtos e agrega valor a eles. O estudo de caso evidenciou que as quilombolas dificilmente acessam mercados convencionais, seja por impossibilidade no acesso (como supermercados), conforme já apresentado no capítulo 6, ou por exclusão (mercado de *commodities*). Os mercados institucionais, até o momento da pesquisa, apresentavam obstáculos quanto ao acesso. Já os mercados de proximidades não são considerados tão rentáveis ao serem comparados aos mercados imersos, voltados para a comercialização nos Grupos de Consumo Responsáveis (GCR).

Esse contexto pode se dar pelo fato dos consumidores dos mercados de proximidade não compreenderem e assim não valorizarem, a distintividade e as especificidades dos produtos ofertados através dos grupos de comercialização. Já os GCR são formados por consumidores que buscam especificamente esse tipo de alimento com características distintas as quais são valorizadas por eles e assim pagam o preço que as entrevistadas consideram mais justo para seus produtos, conforme observado por uma delas:

A gente vendia antes para restaurantes e nas beiras de estrada e até nas casas, mas não pagavam muito bem, sempre tinha que colocar um preço lá em baixo [...], nas feiras da gricultura familiar o preço não é ruim, mas ainda assim a gente vende mais barato que para os grupos [referindo-se os GCR] [...] agora para os grupos de São Paulo [GCR], o preço é bom até, e eles vem buscar aqui [referindo-se ao Quilombo RGTS] e sempre tem pedido (Entrevistada 2, Grupo Rochas).

A variável “recursos locais” apresentou a terceira maior média, ou seja 4,60; é composta pelos indicadores DIST6, DIST7 e DIST8, referentes à disponibilidade e aquisição de insumos e matérias-primas local, às formas de plantação e elaboração de produtos e as características específicas do lugar. Os indicadores de códigos DIST6 e DIST7 apresentaram média de 4,80, enquanto o DIST8 apresentou média de 4,20. A moda e a mediana desses indicadores foram iguais (5), próximas ao valor das médias; o desvio padrão variou de 0,40 e

0,98, julgado baixo. Podemos dizer que a variável recursos locais é representativa e homogênea.

Acredita-se que o resultado da média alta da variável recursos locais, deve-se ao fato das entrevistadas afirmarem que os produtos comercializados pertencem às receitas deixada por antepassados, evidenciando o caráter cultural e territorial desses alimentos. Assim como apresentado no Capítulo 6, a cultura quilombola simbolizada nos alimentos, remetem à história desses territórios, formados pelos ancestrais das participantes, pessoas escravizadas fugitivas que, em boa parte, fixaram moradia e construíram as comunidades em meio às florestas, local de produção de alimentos para autoconsumo. Os conhecimentos adquiridos na floresta passaram de geração em geração, assim as quilombolas aprenderam a produzir alimentos com matéria-prima e ingredientes locais, reproduzidos e comercializados na atualidade. Vale ressaltar que essa herança histórico-cultural construiu a identidade dos quilombolas, encontra-se reproduzida nos alimentos preparados e comercializados, conforme pode ser observado no seguinte trecho da entrevista:

Quando nossos bisavós e tataravós chegaram aqui, eles eram escravos né, vieram fugidos e montaram o Quilombo, daí tinha que fazer comida né, pegar as coisas [alimentos] que tinham no meio do mato pra fazer comida, e eles já tinham um certo conhecimento porque cozinhavam nas fazendas, daí foram inventando as comidas e passaram as receitas pros filhos que passaram pra nós, e hoje a gente vende essas comidas, tipo cusuz, açúcar mascavo, pupunha, palmito, essas coisas [...] e o pessoal pede bastante isso aí (Entrevistada 3, Grupo Rochas)

A variável disponibilidade espacial e em quantidade obteve média 4,35. A variável é composta por dois indicadores de códigos DIST4 e DIST5: meus produtos só podem ser encontrados aqui, num nível local ou regional e considero a minha produção de baixa escala, respectivamente.

O indicador DIST5, referente à escala de produção, apresentou destaque com média alta 4,87, mediana e moda iguais a 5, próximas ao valor da média e desvio padrão de 0,34, apontado como representativo e homogêneo, visto que a maioria das entrevistadas consideram sua produção de baixa escala.

O indicador de código DIST4, apresentou média intermediária (3,87), diz respeito à territorialidade do produto, ou seja, que ele só pode ser encontrado naquele território, aparentemente, chamou atenção pelo fato de não ser considerado homogêneo, visto que mediana e a moda foram de valores diferentes e superior ao da média, além de desvio padrão relativamente alto.

Acredita-se que os diferentes resultados nas escalas da afirmativa, deve-se à interpretação, visto que tanto as produtoras de alimentos *in natura* quanto as de agroindustrializados/processados/manipulados, responderam à afirmativa desse indicador. Sendo assim, alguns produtores de alimentos *in natura* levaram em consideração todos os tipos de alimentos que eles produzem e comercializam, e consideraram que a maioria deles podem ser plantados em outros locais de clima e relevo parecidos. Enquanto que para as produtoras de alimentos agroindustrializados/processados/manipulados os produtos só podem ser encontrados nos próprios territórios, pois possuem ingredientes diferenciados e são enraizados em “saber fazer” específico, engajados na cultura local.

Almeida (2022), ao estudar os mercados imersos da manga ubá em Minas Gerais, chamou atenção para a heterogenidade das variáveis, em razão de diferentes respostas para alguns indicadores. A autora analisou os produtores da manga ubá *in natura* e da mangada, feita a partir da manga ubá e sugeriu que alguns indicadores fossem aplicados apenas para produtos agroindustrializados/processados/manipulados. Para esta pesquisa foi realizada essa diferenciação, entretanto para o indicador DIST4 foi mantida a afirmativa para ambos produtores, pois imaginava-se que os produtores de alimentos *in natura* interpretassem a questão. Nesse caso, sugere-se que para futuras pesquisas esse indicador seja melhor estruturado, ou seja, aplicado apenas para produtores de alimentos agroindustrializados/processados/manipulados.

A variável controle, composta pelo indicador DIST10: meus produtos possuem características que são difíceis de serem copiadas, foi aplicada apenas para as produtoras de alimentos agroindustrializados/processados/manipulados. A variável obteve a menor média entre as variáveis que compoem a dimensão distintividade, com o valor de 2,80 de média, considerada baixa. A mediana e a moda desse indicador foi de valor 1 e 2, demonstrou que a maioria das entrevistadas discorda da afirmativa. O desvio padrão foi considerado alto, apresentou o valor de 1,87, sendo assim a variável foi considerada heterogênia e não representativa.

Acredita-se que a discordância em relação à afirmativa do indicador DIST10, da variável controle, pode ter ocorrido devido a diferentes interpretações na afirmativa, pois durante a aplicação da entrevista semiestruturada, com as participantes que produzem alimentos agroindustrializados/processados/manipulados, a maioria delas afirmaram que os produtos possuíam características diferenciadas, e que já haviam tentado ensinar as receitas para outras agricultoras familiares não quilombolas, porém, afirmavam que não conseguiam

obter as mesmas características organolépticas do alimento. Essa situação pode ser observada nas seguintes falas:

Dos alimentos que a gente produz tem vários diferenciados e que o pessoal dos grupos dos consumidores [GCRs] de São Paulo pedem bastante, tipo os pastel de farinha de milho de recheio de pupunha ou jaca, o cuscuz, o queijo de búfala e as chips saem bastante também. E o gosto das coisas que a gente faz ninguém consegue fazer igual, primeiro porque não tem os produtos que a gente tem aqui né [...], tipo a pupunha nossa é do meio do mato tem um gosto diferente, e também por causa da receita que é do jeito que a mãe da gente ensinou, é do jeito quilombola, então ninguém imita que saia igualzinho (Entrevistada 1, Grupo Perobas).

[...] que nem uma vez que um cliente de São Paulo [do GCR] veio conhecer aqui [referindo-se ao Quilombo RGTS], nessas visitas que eles vem de vez quando né, daí queria a receita do pastel de farinha de milho, eu dei né. Depois ele me contou que fez mas não ficou igual, diz que não tinha o mesmo sabor. (Entrevistada 5, Grupo Perobas).

A forma de produção artesanal, com a presença de mão de obra familiar e forte apelo ao caráter cultural e territorial que leva a distintividade dos alimentos comercializados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas, torna-se o que autores como Benko; Pecqueur (2001) e Denardin, Komarcheski, e Sulzbach (2015) definem como ativação de recursos para alimentos não comercializados, ou seja, a ideia de transformar recursos territoriais em ativos por meio da valorização ou especificação deles nos mercados (BENKO; PEQUEUR, 2001) e especificação de ativos para alimentos já comercializados. Esse formato de produção é distinto dos alimentos encontrados em mercados convencionais, em sua maioria industrializados e padronizados sem diferenciação nas características organolépticas e por isso chama atenção dos consumidores que buscam por esse tipo de produto diferenciado.

Visto que a distintividade encontra-se fortemente presente no mercado dos GCR, podemos dizer que as características únicas, ou seja, a especificidade dos alimentos produzidos e comercializados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas é um dos principais motivos que levam a busca dos consumidores por esses alimentos, gerando uma importante estratégia que diferenciação comparado a outros territórios, conforme destaca Dallabrida, (2016, p.187), que argumenta que “Possuir ativos com algum grau de especificidade, em geral, é considerado uma vantagem diferenciadora para determinados territórios.”

Podemos dizer que o mercado dos GCR, ao buscar consumir os alimentos distintos produzidos e comercializados pelas quilombolas da comunidade RGTS, auxiliam na valorização das suas características únicas que estão ligadas ao território, desencadeando o fortalecimento do mercado e assim o aumento da renda para os atores que acarreta em boa

parte no reinvestimento na propriedade e assim na melhoria da produção, conforme foi observado na dimensão relevância, nas moradias dos quilombolas, nas áreas sociais coletivas, como é o caso da sede da Associação dos Quilombolas, e assim conseqüentemente, gerando melhoria das condições sociais. Destaca-se também que a busca pelos produtos ofertados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas, oportuniza a continuidade das formas de produção agroecológica e agroflorestais que levam a sustentabilidade ambiental, podendo considerar assim que auxiliam na promoção do desenvolvimento territorial.

De modo geral podemos dizer que a maior parte das variáveis da distintividade está fortemente presente no mercado imerso dos GCR, visto que as médias das variáveis que compõem a dimensão seguem um padrão linear, acima de 4 na escala *likert*, exceto pela variável controle, que se encontra abaixo do limite 3, e pela variável reputação com média considerada intermediária, essas duas não se encontram totalmente presentes e podem representar um limite para o desenvolvimento desse mercado.

7.1.2 Conectividade

Retomando a definição de conectividade, já apresentada no capítulo 4, à luz das reflexões dos autores Ploeg; Jingzhong; Schneider (2012, p.151, tradução nossa), os autores descrevem:

Produtores, processadores e consumidores estão ligados por meio de conexões que criam uma rede complexa formando os mercados imersos, que claramente se distinguem de outros mercados. [...] Não há um centro único de controle; nem existem grandes proprietários que podem exercer influência desproporcional.

As redes de conexão estruturam as relações, constituindo assim redes não hierarquizadas que buscam formas de governança horizontais e coletivas. Sendo assim, os atores desses mercados se conectam através de centro único (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

A interação mencionada leva a um fluxo de comunicação intenso para a troca de informações, a qual irá refletir na definição social da qualidade do produto, na reputação e no reconhecimento do produtor pelos consumidores, pois são valores que também interferem nas trocas mercantis (SALVATE BRASIL, 2019).

No diagnóstico dos mercados imersos, a dimensão da conectividade é composta por 3 variáveis: “circuitos curtos”, “comunicação” e “transparência”, formadas por 5 indicadores

voltados a analisar a conexão e as redes de relações entre os atores dos mercados imersos e entre os mercados imersos e demais mercados. O mercado imerso dos GCR apresentou média geral de 4,20 para a dimensão conectividade, considerada alta, e médias altas para as variáveis comunicação e transparência (média 4,45 e 4,15 respectivamente). A variável circuitos curtos apresentou média 3,73, julgada intermediária, conforme pode ser observado na tabela 5.

A mediana a moda e o desvio padrão dos indicadores que compõem a dimensão encontram-se na tabela 6.

TABELA 5 - MÉDIA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO CONECTIVIDADE

DIMENSÃO	VARIÁVEL	MÉDIA
CONNECTIVIDADE	Circuitos curtos	3,73
	Comunicação	4,45
	Transparência	4,15
MÉDIA GERAL		4,20

FONTE: Elaborada pela autora

TABELA 6 – MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO CONECTIVIDADE

INDICADOR →	CON11	CON12	CON13	CON14	CON15
MÉDIA	3,73	4,20	4,73	4,80	3,53
MEDIANA	4	5	5	5	4
MODA	4	5	5	5	5
D. PADRÃO	1,00	0,98	0,44	0,40	1,59

FONTE: Elaborada pela autora

A variável “comunicação” apresentou maior média; é formada pelos indicadores de código CON12 e CON13, referentes à comunicação entre diferentes participantes dos mercados (produtores, técnicos, extensionistas), e a comunicação entre produtores e consumidores. Esses 2 indicadores mostram mediana e moda de valor 5, ou seja, a maioria das entrevistadas concorda totalmente com a afirmativa. O desvio padrão desses indicadores apresentaram valores 0,98 e 0,44, julgados baixos, conforme pode ser observado na tabela 6. Sendo assim, a variável foi considerada homogênea, representativa e bastante presente no mercado estudado, sendo um potencial para manutenção e desenvolvimento do mercado.

A média alta da variável “comunicação” pode ter ocorrido porque as entrevistadas relataram existir participação coletiva entre a maioria das quilombolas nas decisões e na organização dos grupos, ou seja, existe boa comunicação entre as participantes dos grupos Perobas, Raiz e Rochas e todas possuem poder de decisão.

Também foi mencionada boa comunicação entre produtores dos grupos de comercialização de alimentos e consumidores dos GCR. Mesmo que os pedidos dos alimentos sejam feitos com o uso de redes sociais *on-line*. Pelo menos uma vez ao ano é organizada uma visita dos participante dos GCRs aos produtores dos grupos de comercialização de alimentos, para estreitar os laços de proximidade entre os consumidores e produtores.

Vale ressaltar que a gestão coletiva e de forma horizontal das quilombolas nos grupos estudados, auxilia também na promoção da governança territorial a qual será melhor discutida no item 7.1.4.

A variável transparência, que obteve a segunda maior média da dimensão conectividade, 4,14, é composta pelos indicadores do códigos CON14 e CON15. Essa variável diz respeito à transparência sobre as informações quanto ao processo produtivo e à disponibilidade do(a) agricultor(a) para receber visitantes, consumidores ou fiscais, em suas propriedades.

O indicador referente ao código CON14 apresentou média 4,80, considerada alta. A mediana e a moda foram iguais (média 5) demonstrando que a maioria das entrevistadas consideram transparência ao repassar as informações referentes ao processo de produção dos alimentos. O desvio padrão do indicador foi 0,40, julgado baixo. Dessa forma o indicador CON14 foi considerado homogêneo e representativo.

As entrevistadas relataram receber, periodicamente em suas propriedades, visita dos GCR aos quais comercializam seus alimentos, conforme pode ser observado no trecho da entrevista a seguir:

A gente tem bastante contato com o pessoal dos grupos [se referindo aos GCR]. Eles vêm aqui pelo menos uma vez por ano, visitam o Quilombo e as nossas propriedades e aonde a gente planta, e vê o que a gente planta e como planta e como faz as comidas [...] (Entrevistada 2, Grupo Raiz).

Acredita-se que esses encontros entre consumidores e produtores, aos quais os primeiros visitam os locais de moradia das produtoras e local de produção dos alimentos que adquirem, gera um elo de ligação, ou seja, uma conexão entre as produtoras dos grupos de comercialização de alimentos e os consumidores, gerando confiança e maior enraizamento entre ambos, levando a manutenção das relações de troca, auxiliando na promoção do desenvolvimento desse mercado.

Em relação à variável circuitos curtos, a mesma é composta pelo indicador CON11: tenho possibilidade de comercializar meus produtos diretamente ao consumidor ou reduzir os intermediários, e apresentou média intermediária de 3,73. O indicador apresentou mediana e

moda de valor igual, ambas 4, assim as entrevistadas consideram a possibilidade de comercializar os produtos diretamente com o consumidor. O desvio padrão foi de 1,00, julgado baixo e homogêneo.

A variável CON11 diz respeito aos circuitos ou cadeias curtas de abastecimento, as quais, segundo Scarabelot e Schneider (2012), estão, em alguma medida, associadas aos sistemas alimentares alternativos, formados, em sua maioria, pela interação da agricultura familiar com as dinâmicas locais de produção, comercialização e consumo. Essas cadeias, que são voltadas à produção de alimentos para o abastecimento local, buscam proximidade entre produtores e consumidores e permitem mais interatividade entre ambos.

Darolt (2016) considera como características dos circuitos curtos de comercialização:

[...]cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica (DAROLT *et al.*, 2016, p. 1).

Desse modo, podemos dizer que, apesar da variável circuitos curtos ter apresentado média intermediária, os grupos Perobas, Raiz e Rochas evidenciam características de circuitos curtos, visto que realizam a comercialização dos alimentos direto aos consumidores que fazem parte dos GCR, pois a comercialização ocorre através de pedidos *on-line*, via aplicativo de rede social *WhattApp*, com participação dos membros dos GCR e membros dos grupos de comercialização de alimentos da RAMA, conforme descrito no capítulo 6, formando um espaço de interação direta entre produtores e consumidores levando a relação de proximidade.

Também é importante destacar as visitas dos consumidores dos GCR nos locais de produção dos grupos da RAMA, que estreita ainda mais os laços de proximidade e confiança entre produtor e consumidor, além de promover a valorização dos alimentos produzidos e comercializados por esses grupos.

Corroborando com as ideias dos autores Darolt *et al.* (2016), o autor Saquet (2017) também defende que os circuitos curtos apresentam destacadas características, tais como: possibilitam as relações face-a-face, que conectam diretamente produtores e consumidores formando relações de confiança, apresentam diminuição nos custos de transporte, levam a conquista da autonomia decisória e valorização dos saberes locais; assim são considerados o formato de circuito de comercialização mais adequadas para o desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, analisando o fato que a variável circuitos curtos encontra-se presente no mercado dos GCR, podemos dizer que esse formato de comercialização contribui para o

fortalecimento do território quilombola, visto que impulsionam a continuidade de práticas agroecológicas e agrofloretais, auxiliando assim na sustentabilidade ambiental, encremento da renda das famílias quilombolas e fortalecimento da governança territorial.

Desse modo, podemos considerar que a variável conectividade encontra-se consideravelmente presente no mercado imerso estudado, sendo uma característica impulsionadora para o desenvolvimento do mercado, conseqüentemente, contribuindo com o desenvolvimento do território.

7.1.3 Multifuncionalidade

A dimensão da multifuncionalidade, segundo Salvate Brasil (2019, p.87):

[...] se refere às múltiplas funções que uma propriedade pode assumir, para além da produção e abastecimento alimentar, envolvendo também novas atividades de comércio, serviços e produção de qualidade. Em síntese, ela está relacionada à diversificação das atividades produtivas, dos mercados, das formas de mobilização de recursos e das fontes de renda no nível das propriedades.

Os mercados imersos acessados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas, apresentaram média intermediária (média 3,66) para a dimensão multifuncionalidade, a menor média dentre todas as dimensões. Entretanto, a mediana e a moda foram de 4 e 5 respectivamente, demonstrando que a maioria das entrevistadas concordam com essas afirmativas que compõem a distintividade. O desvio padrão foi o mais alto dentre as dimensões estudadas, 1,56, sendo assim, a dimensão foi considerada heterogênea.

A multifuncionalidade é composta por 5 variáveis e 6 indicadores, os quais não apresentaram linearidade nas médias, visto que uma delas apresentou-se abaixo do limite 3, (2,47), duas variáveis apresentaram valor intermediário (3,00 e 3,07) e duas variáveis resultaram em médias acima de 4, conforme pode ser observado na tabela 8.

TABELA 7 – MÉDIA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO MULTIFUNCIONALIDADE

DIMENSÃO	VARIÁVEL	MÉDIA
MULTIFUNCIONALIDADE	Interação com agentes de outros mercados	3,00
	Ampliação das atividades produtivas e fontes de renda	3,07
	Aprofundamento de práticas e processos	4,07
	Diversidade de canais	2,47
	Reconstrução da base de recursos	4,65
	MÉDIA GERAL	3,66

FONTE: Elaborada pela autora

TABELA 8 – MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO MULTIFUNCIONALIDADE

INDICADOR →	MULT16	MULT17	MULT18	MULT19	MULT20	MULT21
MÉDIA	3,00	3,07	4,07	2,47	4,53	4,80
MEDIANA	4	3	5	1	5	5
MODA	4	5	5	1	5	5
D. PADRÃO	1,37	1,65	1,34	1,82	0,50	0,40

FONTE: Elaborada pela autora

A variável reconstrução da base de recursos, composta pelos indicadores MULT20 e MULT21, apresentou maior média entre todas as variáveis (4,65). Os indicadores que compõem a variável dizem respeito à diminuição de recursos externos, dentro da propriedade e desenvolvimento de atividades agrícolas, fora da propriedade. Ambos indicadores apresentaram média alta (4,57 e 4,80, respectivamente), com mediana e moda de valores iguais a 5, demonstrando que a maioria das entrevistadas concorda totalmente com as afirmativas que compõem a variável. O desvio padrão dos indicadores foi considerado baixo (0,50 e 0,40, respectivamente), conforme pode ser observado na tabela 8. Sendo assim, a variável reconstrução da base de recursos foi considerada representativa e homogênea, e fortemente presente no mercado imerso estudado.

Através dos trechos das falas das interlocutoras durante aplicação da entrevista semiestruturada, foi observado que, assim como apresentado no capítulo 6, devido ao fato das quilombolas fazerem uso da agroecologia e do modelo de sistema agroflorestal na produção de seus alimentos; as sementes e raízes para plantação são crioulas, ou seja, oriundas do próprio quilombo e não há aplicação de insumos externos. Os alimentos agroindustrializados/processados/manipulados utilizam a maioria dos ingredientes e matéria-prima adquiridos no próprio território, existindo pouca aquisição de ingrediente externo, como é o caso, por exemplo, do óleo e da farinha de trigo, assim justificando a alta média do indicador MULT20.

Em relação ao indicador MULT21, a maioria das interlocutoras informaram realizar “bicos” fora das propriedades, sempre que possível, ou seja, trabalho temporário sem vínculo empregatício para auxiliar no aumento da renda da família.

A variável “aprofundamento de práticas e processos”, composta pelo indicador de código MULT18, apesar de ter apresentado média no valor 4,07, considerada alta, apresentou

desvio padrão relativamente alto (1,34) aos quais podem ser observadas na tabela 8. A variável foi considerada fortemente presente no mercado estudado, com média alta e moda e mediana de valor 5, demonstrando que a maioria das entrevistadas afirmam introduzir novas práticas agrícolas ou de processamento para agregar valor e características específicas aos produtos. Entretanto devido ao alto valor de desvio padrão não foi considerada homogênea, ou seja, não contempla a perspectiva de todas as participantes do grupo.

Deste modo foi avaliado que a afirmativa do indicador MULT18: “Busco introduzir novas práticas agrícolas ou de processamento para agregar valor e características específicas aos meus produtos.”, foi aplicada as quilombolas que comercializam produtos *in natura* e agroindustrializados/processados/manipulados, o que pode ter gerado a heterogenidade das respostas, visto que as quilombolas que produzem apenas alimentos *in natura* como é o caso do grupo Raiz, utilizam as mesmas práticas agrícolas apreendidas por seus ancestrais, não havendo introdução de novas práticas. Por outro lado, algumas quilombolas que produzem alimentos agroindustrializados/processados/manipulados passaram a realizar cursos de produção de novos alimentos a partir da matéria prima produzida no território, como por exemplo o caso da mandioca, batata e inhame chips, já discutidos no capítulo 6.

A variável de menor média foi a “diversidade de canais”, que apresentou média 2,47, considerada baixa. A variável é composta pelo indicador de código MULT19: “Comercializo meus produtos em mais de um canal de comercialização (atravessadores, supermercados, cooperativas de grande porte, hotéis, restaurantes, grandes agroindústrias, etc.)”. A mediana e a moda foram de valores iguais a 1, demonstrando que a maioria das entrevistadas não concorda com a afirmativa, e assim, não realiza comercialização em outros mercados além do mercado imerso estudado. O desvio padrão foi considerado alto (1,82). Sendo assim, a variável foi considerada heterogênea e de baixa presença no mercado dos grupos Perobas, Raiz e Rochas.

Conforme apresentado nas discussões do Capítulo 6, durante aplicação da entrevista semiestruturada para estudo de caso, boa parte das quilombolas destacaram dificuldades de acesso a mercados convencionais e institucionais, ou ainda não apresentaram interesse em buscar acesso a esses mercados (como no caso dos mercados convencionais de *commodities*). Assim, boa parte dessas comercializam seus alimentos apenas para os GCR de São Paulo, através dos grupos de comercialização. Entretanto poucas entrevistadas relataram que, em alguma medida, realizam também vendas dos alimentos para o PAA e PNAE, através da

Associação dos Remascentes de Quilombo dos bairros Ribeirão Grande-Terra Seca, levando a diversidade de canais, o que pode justificar a heterogenidade das respostas.

Esse contexto demonstra que o não acesso a diversos canais de comercialização, seja por dificuldades ou seja por exclusão, é um fator limitante para o mercado estudado que pode afetar o desenvolvimento do mesmo. Nesse caso é significativo a busca por novos canais de comercialização ou ampliação de canais já existentes por parte dos grupos Perobas, Raiz e Rochas. É válido também ressaltar que o incentivo por parte do Estado, através de políticas públicas de acesso a mercados para a agricultura familiar, especialmente povos tradicionais, é de importante relevância para acesso a canais de comercialização.

7.1.4 Governança

Segundo Schneider *et al.* (2014), a participação social é fator importante na construção de um mercado imerso, visto que são criados com propósito de benefícios comuns entre os atores que os constituem, por isso os recursos utilizados são de uso comum. Esses mercados construídos nesse modelo “são resultado de luta social por melhores fontes de renda, maior autonomia, espaços de manobra e reprodução social” (SALVATE BRASIL, 2019, p. 93).

A dimensão da governança é formada por cinco variáveis compostas por sete indicadores, aos quais estão apresentados no apêndice A. Esses dizem respeito ao processo de governança e ações coletivas entre os atores do mercado. Analisando os resultados obtidos com a aplicação do diagnóstico entre as quilombolas dos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas foi observado que a governança apresentou média alta (4,05) evidenciando destacada presença das características de governança nesse mercado, sendo um dos potenciais para o desenvolvimento do mercado estudado.

Os resultados das médias das variáveis da dimensão governança, podem ser observados na tabela 9. A mediana, moda e desvio padrão dos indicadores que compõem as variáveis da dimensão encontram-se apresentados na tabela 10.

TABELA 9 - MÉDIA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO GOVERNANÇA

(continua)

DIMENSÃO	VARIÁVEL	MÉDIA
	Ação coletiva	4,90
	Monitoramento	4,65

GOVERNANÇA	Mecanismos de Solução de Conflitos	4,07
	Flexibilidade	3,13
	Permeabilidade	2,67
	MÉDIA GERAL	4,05

FONTE: Elaborado pela autora

TABELA 10 – MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO GOVERNANÇA

INDICADOR →	GOV22	GOV23	GOV24	GOV25	GOV26	GOV27	GOV28
MÉDIA	5,00	4,87	4,40	4,20	4,07	3,13	2,67
MEDIANA	5	5	4	4	4	2	2
MODA	5	5	4	5	5	2	2
D. PADRÃO	0,00	0,34	0,49	0,98	1,06	1,31	1,19

FONTE: Elaborado pela autora

A variável “ação coletiva”, representada pelos indicadores GOV22 e GOV23, e a variável “monitoramento” composta pelos indicadores GOV24 e GOV25 se sobressairam com as maiores médias da dimensão Governança, 4,90 e 4,65 respectivamente. Sendo que a variável “ação coletiva” apresentou a segunda maior média entre todas as variáveis do diagnóstico, apontando que os processos de ação coletiva estão bem estruturados e potencialmente presentes no mercado estudado. O destacamento das altas médias de ambas variáveis, demonstram fatores potenciais para fortalecimento desse mercado.

Em relação a variável “ação coletiva”, o indicador GOV22: “As regras e acordos de participação neste mercado são definidas coletivamente por seus participantes.” apresentou a maior média dentre todos os indicadores do diagnóstico, resultando no valor 5. A mediana e a moda são iguais a 5 e o desvio padrão foi 0,00. Desta forma, destacamos que a variável “ação coletiva”, na perspectiva das entrevistas, encontra-se totalmente presente no mercado imerso dos grupos Perobas, Raiz e Rochas.

O indicador GOV23: “Trabalho em conjunto com outros participantes do mercado, através de associação, cooperativa ou de grupos informais para conseguir benefícios coletivos.” apresentou média alta (4,87), mediana e moda de valor iguais a 5. O desvio padrão resultou no valor 0,34, sendo considerado baixo, assim, o indicador foi considerado homogêneo e representativo.

Podemos notar que a destacada presença da dimensão governança, em especial da variável “ação coletiva”, no mercado dos GCR, demonstra características que remetem a governança de mercado, visto que segundo Salvate Brasil; Schneider (2020, p.14) apud

Candel (2014), a governança de mercado diz respeito ao:

[...] conjunto de interações e práticas diversas entre atores que participam de um espaço de mercado, que são constantemente criadas e recriadas por meio de esforços concretos para identificar e tratar dos problemas coletivos.

As práticas de governança das participantes dos grupos Perobas, Raiz e Rochas são realizadas muitas vezes em conjunto com a Associação de Remanescentes de Quilombo dos bairros Ribeirão Grande e Terra Seca, que representa o formato de governança territorial conforme será apresentado na sessão 7.2.

As práticas de governança também auxiliam na promoção das vantagens competitivas que as quilombolas enfrentam dentro dos mercados e até entre produtores(as) de outros territórios, pois através de articulações com a ONG SOF, os gestores do município de Barra do Turvo, e o Estado conseguem melhorias importantes que beneficiam a produção e assim a qualidade dos alimentos ofertados, o transporte e entrega dos produtos. Assim, diante da pressão de competições com outros produtores que possuem acesso facilitado a mercados formais e institucionais, a gestão coletiva em um formato horizontal promove a permanência dessas quilombolas nos circuitos de comercialização.

Segundo Dallabrida (2015), os processos de articulação entre atores sociais do território, Estado, atores institucionais com intuito de atingir o planejamento e gestão de dinâmicas territoriais e atores econômicos são considerados governança territorial (DALLABRIDA, 2015). À luz dessa análise, pode-se considerar que a organização, as regras e acordos definidos de forma coletiva entre as participantes dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, bem como sua articulação com atores institucionais, como as ONGs e os Órgãos Governamentais para melhoria do desenvolvimento dos mercados imersos acessados por elas, promovem a governança territorial.

Para Scott (1998), as estruturas de governança servem como alavancas da competitividade e promovem o desenvolvimento territorial através de ferramentas sociais e políticas que geram a promoção das vantagens competitivas e assim, asseguram os padrões econômicos, sociais e do bem-estar da comunidade.

As autoras Cialdella *et al* (2022), analisando as estratégias do sucesso do mercado do açaí, a partir de três experiências em diferentes localidades: Mazagão, Bailique, Oiapoque, no Estado de Amapá, observaram que a falta de organização coletiva, no caso dos extrativistas de Mazagão prejudicava a negociação de preços do açaí, gerando valores abaixo do preço mínimo garantido pela PGPM-BIO. Além de baixo acesso aos subsídios derivados da política

pública, o que levava a prejudicar os participantes desse mercado, diminuindo o potencial de desenvolvimento territorial sustentável que o acesso a esses mercados promove. A falta de organização coletiva evidenciada pelas autoras, enfatiza a importância da governança na conjuntura dos mercados para agricultores (as) familiares, visto que, esse tipo de ação promove articulação entre atores dos mercados, Estado e ONGs para auxiliar na problemáticas que limitam o acesso a esses mercados.

Referente à variável “monitoramento”, indicador GOV24: “quando presentes, os(as) agentes de monitoramento/fiscalização deste mercado que prestam contas aos participantes”, apresentou média considerada alta (4,40), mediana e moda de valores iguais a 4. O desvio padrão 0,49, considerado baixo. O indicador foi visto como representativo, homogêneo e de relevante presença no mercado estudado.

Durante as entrevistas, as quilombolas relataram a realização de “rodízio” entre as participantes dos grupos de comercialização para que, periodicamente, fique uma responsável pelo recebimento dos pedidos de alimentos advindos dos GCR e preste contas às demais participantes do grupo, conforme relatado pela interlocutora:

A gente faz rodízio, as vezes tem algumas que não querem ficar de responsável, mas sempre é oferecido, daí sempre fica uma por mês mais ou menos, que é responsável pelos pedidos e prestação de contas (Entrevistada 5, Grupo Perobas).

O indicador GOV25: “os participantes deste mercado monitoram o cumprimento das regras e acordos definidos”, resultou em média alta (4,20), e desvio padrão razoavelmente baixo (0,98). A mediana e a moda apresentaram valores 4 e 5 respectivamente, demonstrando que na perspectiva das entrevistadas as participantes monitoram o cumprimento das regras e acordos definidos. Considera-se que a variável monitoramento está presente no mercado estudado.

A variável permeabilidade, composta pelo indicador GOV28: qualquer produtor pode entrar ou sair deste mercado com facilidade, demonstrou a menor média entre todas as variáveis da dimensão governança, resultando no valor 2,67, considerado baixo, conforme dados na tabela 10. Entretanto, diferentemente dos demais indicadores que compõem o diagnóstico dos mercados imersos, este indicador demonstra maior eficácia quanto menor for sua média, pois a rotatividade de participantes de um mercado não é um indicador favorável.

Os mercados imersos, como já mencionado anteriormente, são fundados por construção social, nos quais, segundo Cassol (2013), a confiança pode ser considerada elemento central da construção social dos mercados. Essa confiança entre produtor e consumidor se dá

através de relações de compra e venda diretas a partir de interação entre eles, que passam a trocar informações, conhecimentos e valores, estabelecendo assim relações de confiança (VIANA, C. 2016). Assim quando o consumidor interage por bastante tempo com o mesmo consumidor, ou vice e versa, a construção da confiança tende a possuir laços mais fortalecidos ao contrário de quando acontece muita mudança de produtor, pelo fato desses poderem sair e entrar nos grupos de comercialização de alimentos e assim nos mercados por eles acessados.

Mesmo apresentando média baixa para uma das variáveis que compem a dimensão da governança, é importante destacar que, de forma geral, nesse âmbito, ela chama atenção pelos processos de decisão e gestão coletivos, os quais levam ao fortalecimento da governança e ao desenvolvimento dos mercados (SALVATE BRASIL, 2019, Apud VIHINEM E KRÖGER, 2008). Conforme podemos observar no trecho da entrevista semiestruturada:

Aqui todo mundo escolhe as coisas e decide tudo junto quando o assunto é os grupos [referindo-se aos grupos Perobas, Raiz e Rochas] cada grupo conversa entre eles, e toma as decisões e depois a gente lève as decisões pros outros grupos da RAMA e conversamos de novo até chegar numa decisão. Sempre tem umas que falam mais, outras menos, mas todas podem falar (Entrevistada 4, Grupo Perobas).

7.1.5 Infraestrutura sociomaterial

Segundo Salvate Brasil (2019, p. 93) os mercados imersos:

[...] também pressupõem a criação de uma infraestrutura sociomaterial específica, que permite que as trocas e conexões sejam efetivadas de maneira distinta dos mercados convencionais, possibilitando novos padrões de comercialização, preços diferenciados, incremento de renda e novas oportunidades para os atores envolvidos.

Com intuito de incluir os aspectos voltados à infraestrutura sociomaterial, foi construída a dimensão com o mesmo nome no diagnóstico dos mercados imersos (SALVATE BRASIL, 2019). A dimensão é composta por três variáveis: estrutura física/logística, tecnologia e informação, além de quatro indicadores que compõem as variáveis e dizem respeito ao acesso a espaços físicos e estrutura dos mercados, à tecnologia, informação e apoio técnico para qualificação das atividades.

No caso dos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas, os resultados do diagnóstico dos mercados imersos demonstraram que a dimensão infraestrutura sociomaterial encontra-se presente porém enfraquecida, visto que apresentou média 3,95, considerada intermediária. Duas variáveis que compõem a dimensão tiveram destaque com média alta (4,67 e 4,10), enquanto uma das variáveis apresentou valor baixo (2,93), conforme pode ser observado na tabela 11.

Na tabela 12, pode ser observado os resultados de mediana, moda e desvio padrão dos indicadores que compõem a deimensão.

TABELA 11 - MÉDIA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO INFRAESTRUTURA SOCIOMATERIAL

DIMENSÃO	VARIÁVEL	MÉDIA
INFRAESTRUTURA SOCIOMATERIAL	Estrutura física/logística	2,93
	Tecnologia	4,67
	Informação	4,10
	MÉDIA GERAL	3,95

FONTE: elaborada pela autora

TABELA 12 – MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO INFRAESTRUTURA MATERIAL

INDICADOR →	INFR29	INFR30	INFR31	INFR32
MÉDIA	2,93	4,67	4,20	4,00
MEDIANA	3	5	5	4
MODA	4	5	5	4
D. PADRÃO	1,24	0,47	1,33	0,73

FONTE: elaborada pela autora

A variável tecnologia apresentou notório destaque com a média mais alta (4,67) da dimensão; é formada pelo indicador de código INFR30: tenho acesso à tecnologia necessária para desenvolver meu trabalho (por exemplo internet, serviços de telefonia, computadores e equipamentos), e apresentou baixo desvio padrão (0,47) e mediana e moda iguais a 5. Sendo assim, a maioria das entrevistadas concorda totalmente que possui acesso à tecnologia necessária para desenvolver os trabalhos. A variável foi julgada homogênea e representativa.

Acredita-se que os altos valores de média, associados à variável tecnologia, devem-se em razão de que o mercado imerso acessado pelas quilombolas é virtual, conforme já apresentado no capítulo 6, no qual as trocas mercantis são realizadas em aplicativos de redes sociais, como o *whatsapp* e documentos em formato *excel*, compartilhados em arquivos coletivos, como o *google drive*.

Durante a aplicação da entrevista semiestrutura as interlocutoras mencionaram o fato de todas elas terem acesso a celular e internet. Devido a formação dos grupos de comercialização, algumas quilombolas que pertencem aos grupos Perobas, Raíz e Rochas, juntamente com técnicos da SOF, apresentaram a demanda aos órgãos da prefeitura, os quais não foram especificados, e conseguiram aumento da banda larga da internet para o quilombo,

a qual, segundo as interlocutoras, antes era “fraca”. Esse aspecto pode ser observado no trecho da entrevista:

[...] eram poucas que tinham celular uma vez, ainda tem umas que não tem, as mais antigas não sabem mexer, mas daí tem os netos ou filhos que tem que daí elas tem acesso [...] depois que os grupos de alimentos [Perobas, Raíz e Rochas] cresceram e foi aumentando os pedidos a gente precisou usar mais a internet, mas não chegava muita internet pra nós, daí a gente foi até a prefeitura e eles deram um jeito, não sei certo quem foi da prefeitura que arrumou, mas o pessoal da SOF também ajudou a falar com a prefeitura, agora todo mundo tem internet (Entrevistada 1, Grupo Perobas).

Vale ressaltar que a ação coletiva das participantes dos grupos de comercialização, juntamente com a ONG da SOF, para articular junto a órgãos públicos melhorias na infraestrutura sociomaterial, no caso a internet, também constituem iniciativas que apontam para governança territorial.

A variável estrutura física/logística foi classificada baixa porque apresentou a menor média da dimensão (2,93). É composta pelo indicador de código INFR29: tenho acesso a estruturas, espaços ou equipamentos coletivos que facilitam a comercialização de meus produtos (como por exemplo, caminhões, agroindústrias, pontos de venda), resultou em valores 3 e 4 de mediana e moda, além de desvio padrão considerado alto (1,24), como pode ser observado na tabela 12.

O fato dos grupos de comercialização de alimentos acessarem mercados virtuais, conforme já mencionado, e assim não possuir espaço físico ou pontos de venda para as trocas mercantis diretas entre produtor e consumidor, pode ter influenciado na média baixa obtida pela variável Estrutura física/Logística.

Entretanto, referente à estrutura para transporte, durante a aplicação da entrevista semiestruturada as interlocutoras mencionaram a existência de um caminhão cedido pela prefeitura para realizar o transporte dos alimentos do Quilombo RGTS até os locais de recebimentos dos alimentos pelos GCR de São Paulo. As entrevistadas mencionaram também o caminhão da Associação dos Remanescentes de Quilombo Ribeirão Grande Terra Seca, que realiza o transporte no caso da prefeitura não disponibilizar, conforme mencionado no Capítulo 6.

Em relação as agroindústrias, como já apresentado, as quilombolas que produzem alimentos agroindustrializados/processados/manipulados não possuem uma agroindústria formal, entretanto realizam a fabricação de seus produtos em suas casas, e quando necessário se reúnem em um único domicílio para fabricação coletiva. Desse modo os resultados

demonstram presença relativamente baixa da variável em questão no mercado estudado, se tratando de estrutura física, ao qual pode ser solucionado conjuntamente a busca de novos mercados, como por exemplo, comercialização de alimentos através dos grupos Perobas, Raiz e Rochas em feiras da agricultura familiar. Também é importante a construção de uma agroindústria coletiva para todas as quilombolas que produzem alimentos agroindustrializados/processados/manipulados com apoio de políticas públicas nacionais ou territoriais de incentivo financeiro e de apoio técnico. Com intuito de aumentar a produção e obter certificação sanitária do local para ampliar o acesso a mercados formais ou convencionais.

7.1.6 Relevância

A dimensão relevância foi apresentada nos capítulos 4 e 5 e diz respeito aos resultados exclusivos que um mercado pode apresentar. Segundo Ploeg, Jingzhong, Schneider (2022), a relevância no contexto dos mercados imersos, refere-se a aspectos como melhoria de renda, aumento de postos de trabalho e inclusão de produtores em novos mercados.

A dimensão relevância é composta por 4 variáveis divididas em 4 indicadores. O diagnóstico dos mercados imersos acessados pelos grupos estudados, apresentou média geral alta nessa dimensão (4,58). Todas as variáveis que compõem o indicador também exibiram médias altas, conforme tabela 13.

A mediana a moda e o desvio padrão dos indicadores que compõem a dimensão encontram-se dispostos na tabela 14.

TABELA 13- MÉDIA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO RELEVÂNCIA

DIMENSÃO	VARIÁVEL	MÉDIA
RELEVÂNCIA	Aumento renda participação no mercado	4,07
	Gênero	4,93
	Reinvestimentos	4,47
	Expectativa	4,87
	MÉDIA GERAL	4,58

FONTE: Elaborado pela autora.

TABELA 14 – MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO RELEVÂNCIA

INDICADOR →	REL33	REL34	REL35	REL36
MÉDIA	4,07	4,93	4,47	4,87
MEDIANA	4	5	4	5
MODA	4	5	4	5
D. PADRÃO	0,77	0,25	0,50	0,34

FONTE: Elaborado pela autora.

As variáveis “gênero” e “expectativa” sobressairam-se com maiores médias (4,93 e 4,87, respectivamente) dentre todas as que compõem a dimensão relevância. A variável gênero é composta pelo indicador de código REL34: houve um aumento da participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos. O indicador apresentou valores de mediana e moda iguais a 5, e desvio padrão baixo (0,25). Desta forma pode-se dizer que na perspectiva das entrevistadas, a grande maioria das concorda que houve aumento da participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos³⁰.

Como fato empírico, observamos durante o estudo de caso que os grupos foram construídos por iniciativa das mulheres quilombolas, e são formados exclusivamente pelo gênero feminino, destacando-se o protagonismo das quilombolas na comunidade, conforme discutido no capítulo 6. Esse fato corrobora com o resultado da notável presença da variável gênero.

Em relação à variável “expectativa”, composta pelo indicador de código REL36: participar deste mercado permite ter expectativas quanto ao futuro da nossa atividade, apresentou mediana e moda de valor 5 e desvio padrão considerado baixo (0,34), observados na tabela 14. O resultado da mediana e da moda ilustram que a maioria das quilombolas entrevistadas concordam totalmente com a afirmativa apresentada no indicador. Sendo assim, essa variável encontra-se fortemente presente no mercado imerso pesquisado.

Conforme já apresentado anteriormente a dimensão relevância, juntamente com a dimensão histórico-cultural natural, que será apresentada na próxima seção, representam as dimensões com maior presença no mercado estudado, sendo consideradas, até o momento da pesquisa, os maiores potenciais de desenvolvimento desse mercado.

7.1.7 Histórico-cultural natural

³⁰ Encontra-se em fase de publicação a Tese: “Saberes e fazeres de mulheres camponesas nas agri-culturas: produzindo formas de resistência e existências”, defendida em: 18/11/2022. A qual aborda o tema do gênero nos mercados das quilombolas da Comunidade RGTS, com maior aprofundamento

Conforme apresentado no capítulo 5, os aspectos histórico culturais e ambientais são intrínsecos aos mercados imersos. A história, a cultura e as tradições são patrimônios que fazem parte da identidade de um povo e seu território, como é o caso dos agricultores(as) familiares, em especial os Povos tradicionais, como os quilombolas.

Conforme mencionado na Política Nacional Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), os Povos tradicionais são identificados como grupos culturalmente diferenciados e fazem uso dos territórios e recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural [...] (BRASIL, 2007 p. 1). Dessa forma podemos notar que o meio ambiente e a cultura estão intimamente ligados aos “modos de vida” dos quilombolas e assim, a suas práticas de produção.

Dada a importância das questões culturais e ambientais para os mercados imersos, observado nas dimensões distintividade (SALVATE BRASIL, 2019) e transformatividade (PLOEG, JINGZHONG, SCHNEIDER, 2022), estas questões foram retomadas através da construção da dimensão histórico-cultural natural, que busca apresentar características relacionadas ao caráter histórico-cultural dos mercados imersos, bem como a sustentabilidade ambiental.

A dimensão histórico-cultural natural é composta por duas variáveis e seis indicadores. No caso dos mercados imersos dos GCR acessados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas, a dimensão apresentou a maior média geral (4,70) do diagnóstico, e o menor desvio padrão (0,48). Ambas as variáveis que compõem a dimensão também apresentaram média alta (4,75 e 4,65), conforme observado na tabela 15.

Os resultados da mediana, moda e desvio padrão dos indicadores que compõem a dimensão encontram-se na tabela 16.

TABELA 15 - MÉDIA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO HISTÓRICO-CULTURAL NATURAL

DIMENSÃO	VARIÁVEL	MÉDIA
HISTÓRICO-CULTURAL NATURAL	História e Cultura na produção de alimentos	4,75
	Natureza e produção de alimentos	4,65
	MÉDIA GERAL	4,70

FONTE: Elaborado pela autora

TABELA 16 – MEDIANA, MODA E DESVIO PADRÃO DOS INDICADORES DA DIMENSÃO HISTÓRICO-CULTURAL NATURAL

INDICADOR →	CUL37	CUL38	CUL39	CUL40	CUL41	CUL42
MÉDIA	4,67	4,80	4,80	4,67	4,47	4,80
MEDIANA	5	5	5	5	4	5
MODA	5	5	5	5	4	5
D. PADRÃO	0,47	0,40	0,54	0,47	0,50	0,40

FONTE: Elaborado pela autora

A variável “história e cultura na produção de alimentos” é composta pelos indicadores de código CUL37, CUL38 e CUL39 e dizem respeito as formas de plantio e produção enraizadas por meio da cultura territorial. As três variáveis resultaram em média alta (4,67, 4,80 e 4,80, respectivamente) e baixo desvio padrão (0,47, 0,40 e 0,54 respectivamente), além de mediana e a moda de valor 5.

Sendo assim, a variável foi considerada homogênea, representativa e fortemente presente no mercado pesquisado, uma vez que a maioria das entrevistadas concordaram totalmente com as afirmativas dos indicadores, ilustrando que seus produtos são típicos/tradicionais, elaborados a partir de receita de família, passada de geração a geração.

O modo de manejo das terras, que em sua maioria é através da coivara, e o modo de produção também foram considerados tradicionais, visto que perpassam gerações, sendo repassado pelos ancestrais dos quilombolas e replicado até os dias atuais.

O Quilombo RGTS, assim como outros quilombos no Brasil, apresenta uma história de lutas por emancipação e contra o preconceito. A história desses territórios se mistura a de seus ancestrais que vieram escravizados da África e trouxeram com eles suas tradições, valores e modos de vida, que foram agregados a novas culturas e novas histórias dos colonizadores e suas famílias que aqui desembarcaram, além da cultura indígena dos nativos dessas terras, gerando a construção de uma nova identidade ligada ao território quilombola, conforme já apresentado no Capítulo 4. Dessa forma os alimentos comercializados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas simbolizam a história, cultura e tradição desse povo, de modo que justifica as médias altas da variável que avalia a presença do caráter histórico e cultural no mercado GCR acessado pelas quilombolas.

Nas falas das entrevistadas durante estudo de caso, observamos o enraizamento da identidade histórico-cultural nos alimentos produzidos. As quilombolas afirmam que seguem tradições da cultura quilombola, aprendidas com ancestrais, e construídas com histórico de lutas por liberdade, aproximação, sentimento de pertencimento com o meio ambiente, e busca por reconhecimento na sociedade, conforme pode ser observado no trecho da entrevista abaixo.

Tudo o que produzimos aqui, a maioria dos alimentos né, o que plantamos e do jeito que plantamos e os ingredientes e as receitas que usamos, tudo a gente aprendeu com os pais, que aprenderam com os avós deles que também eram quilombolas, e a gente faz igual eles ensinaram, e faz com orgulho. Pouca coisa teve mudança quase tudo ainda é igual do jeito que a gente aprendeu com eles, e já estamos passando para nossos filhos (Entrevistada 1, Grupo Perobas).

Muchnik (2006) abre discussões frente a identidade intrínseca dos alimentos. Para o autor a identidade de um alimento, ou seja, a história e cultura atrelado a ele é parte da construção da identidade dos indivíduos e do território a que pertencem, como é o caso do arroz no extremo Oriente e o milho na América central. Muchnik assevera ainda que os alimentos com caráter cultural representam a história e a dinâmica de uma população, e valorizar esse tipo de produto é uma estratégia que pode ser imprescindível para o desenvolvimento local.

Corroborando com as discussões de Muchnik (2006), Flores (2006) assevera que existe uma estreita relação entre território, identidade, cultura e o mercado. Desse modo as características culturais e de identidade podem ser um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e dos serviços locais, visando outros mercados (FLORES, 2006. p. 08). Vale ressaltar que a ideia da cultura intrínseca nos alimentos se tornar um componente aglutinador discutida por Flores, remete a ideia de ativação de recursos e especificação dos ativos já discutidos na sessão referente a distintividade.

Assim, podemos dizer que as características histórico-culturais presentes nos alimentos comercializados nos mercados dos GCR, potencializam o acesso a mercados imersos também podendo promover acesso a outros mercados, ampliando as vantagens sociais, econômicas e ambientais dentro do território quilombola, decorrente do acesso a esses mercados.

Em relação às características da sustentabilidade ambiental, analisadas por meio da variável: natureza e produção de alimentos, foi observado nos indicadores que a compõem, (códigos CUL40, CUL41 e CUL42), médias consideradas altas (4,67, 4,47 e 4,80, respectivamente). O desvio padrão dos 3 indicadores foram julgados baixos (0,47, 050 e 0,40, respectivamente). E a mediana e a moda variaram entre os valores 4 e 5.

A variável foi considerada presente no mercado imerso pesquisado, além de ser representativa e homogênea, em virtude que a maioria das quilombolas concordam totalmente com as afirmativas presentes na variável. Isso revela que a produção de alimentos dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, por se apresentar no formato agroecológico e/ou sistema

agroflorestal, com pouca ou nenhuma aplicação de insumo externo e agrotóxicos, mostra-se ambientalmente sustentável.

Vale ressaltar que a produção agroecologia, além de promover a sustentabilidade devido o baixo impacto ambiental, também auxilia na justiça ambiental e na construção do desenvolvimento rural, visto que orienta a diferentes estratégias que potencializam a perspectiva social, econômica e ecológica dos sistemas agrícolas (ALTIERI, 2004).

Segundo os autores Denardin *et al*, (2022):

Diversos movimentos ambientais, sociais, conservacionistas, ONGs, países, territórios e comunidades assumiram o movimento agroecológico como o único caminho possível para a manutenção e existência do planeta Terra e de todas as formas de vida que nele habitam. A proposta agroecológica de conciliar produção de alimentos com a conservação da "agro sociobiodiversidade", produzir alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, a preço justos e acessíveis, promover equidade e justiça social no campo e nas cidades, diminuindo os níveis de desigualdade social e pobreza, tem sido amplamente discutida, planejada e executada pelos movimentos sociais do campo, associações e cooperativas da agricultura familiar.

É importante retomar a informação que o Quilombo RGTS fica localizado em meio a uma Unidade de Conservação (UC) conforme apresentado no Capítulo 1. Entretanto mesmo havendo plantação de cultivares em meio a essas UC, o Plano de Utilização da RDS Quilombos de Barra do Turvo, elaborado em 2010, estimou que, em torno de 35% da área da RDS se mantêm com cobertura florestal em estágio avançado de conservação, 6% é baseado em sistema agroflorestal e apenas 6% estavam sendo utilizados para roças tradicionais através de manejo de coivara (SANTOS; GARAVELLO, 2016). Em pesquisa realizada no ano de 2015, Santos (2015, p.119) indica que as práticas de produção agroalimentar da RDS “não contradizem a premissa dessas unidades de conservação e contribuem para a manutenção da segurança e soberania alimentar”.

As assertivas de Testa *et al*. (1996), corroboram com os resultados encontrados nessa pesquisa. O autor mostra que as agroindústrias familiares de cadeias curtas de abastecimento, as quais em sua maioria produzem alimentos tradicionais/artesanais, como é o caso das quilombolas, oferecem vantagens ambientais, visto que aproximam as agroindústrias do local da produção da matéria-prima, de forma a reduzir o custo dos transportes. Também contribuem com a fixação do homem no campo com o aumento da renda familiar e

oportunidades de empregos no meio rural. Além de, em boa parte, realizarem a utilização adequada dos dejetos e resíduos.

É válido mencionar ainda que, após aplicação da dimensão histórico-cultural natural, observamos que alguns dos indicadores, aparentemente, elencam alguns indicadores da variável recursos locais da dimensão distintividade. Entretanto, a variável diz respeito à disponibilidade e uso desses recursos no território, com intuito de analisar se eles são utilizados na produção de alimentos para incrementar o caráter de distintividade. No caso da variável natureza e produção de alimentos, da dimensão em questão, as afirmativas analisam a produção no contexto da sustentabilidade ambiental.

A força de um mercado imerso esta baseado nas suas características ou seja, na presença fortalecida das dimensões que ele apresenta. Através de suas estruturas:

[...] ajudam a moldar a produção, processamento, distribuição e consumo de maneiras que contrastam marcadamente com aquelas induzidas pela mercados de commodities. Eles também ajudam a gerar benefícios (por exemplo, preços mais altos, qualidade superior, maior eficiência energética, impacto ambiental positivo e um elevado nível de bem-estar animal) que constituem uma alternativa atractiva à trajetórias de desenvolvimento definidas pelo capital. [...] Isso fornece uma importante linha de defesa contra os impérios alimentares – uma linha de defesa que simultaneamente apóia o resiliência da produção alimentar, ao mesmo tempo que transforma cada vez mais o desenvolvimento rural em um processo autossustentável (PLOGG, JINGZHONG, SCHNEIDER, 2012 p. 166-167, tradução nossa).

Dessa forma, no que tange os mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas, podemos asseverar que eles contribuem para a reprodução e manutenção do patrimônio cultural, além de garantir a sustentabilidade ambiental do território, auxiliando na construção dos processos de desenvolvimento territorial, conforme será abordado da próxima seção.

7.2 OS MERCADOS IMERSOS DOS GRUPOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DO QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE -TERRA SECA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para as discussões apresentadas nessa sessão faz-se importante retomarmos os debates desenvolvidos no Capítulo 3 a luz do desenvolvimento territorial, e do Capítulo 4 referente aos mercados imersos, e ainda os resultados obtidos através da aplicação do diagnóstico dos mercados imersos apresentado na sessão 7.1, tendo como intuito discutir as características em

torno dos mercados imersos acessados pelas Quilombolas dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, como promotores de desenvolvimento territorial.

Almeida (2022) apresenta em suas pesquisas consideráveis discussões sobre o caráter territorial dos mercados imersos. Nessa discussão um conceito importante é o de “recursos”. Em relação a esse aspecto, a autora relata que a conquista de autonomia relacionada aos mercados imersos é fortemente ligada a base de recursos disponível na propriedade familiar e em seu entorno, “Assim, uma das primeiras características que permitem discutir a territorialização dos mercados é a situação dos recursos disponíveis para produção e comercialização de alimentos” (ALMEIDA, 2022, p.94).

No que tange base de recursos disponíveis no Quilombo RGTS, pode-se afirmar que esta é vasta sendo um ponto de destaque nas análises do local dado a riqueza imensa presente na mata atlântica onde o quilombo se localiza. É desses recursos naturais que vem boa parte de seus meios de vida. Vale destacar, no entanto, que para a comunidade do Quilombo RGTS a visão sobre a natureza vai muito além de sua utilização como recurso para produção, a natureza é parte da comunidade e parte da vida, com ela são estabelecidas relações pessoais e de afeto, como pode ser observado no trecho da entrevista a seguir.

[...] mas aqui [referindo-se ao Quilombo RGTS] a gente tem de tudo quanto é alimento, não precisa procurar fora, e a gente faz agrofloresta com gosto, não é só pra ter produtos pra vender, é porque assim a gente cuida do mato, da terra que é aonde a gente vive, e vai viver sempre. (Entrevistada 1, Grupo Raiz).

Outra abordagem que se destaca em relação ao desenvolvimento territorial diz respeito ao território, que segundo os autores Denardin, Komarcheski, e Sulzbach (2015) é dado pelo contexto da construção social. Para os autores, o território possui caráter social e construtivo, eles descrevem que o território é uma “unidade ativa de desenvolvimento”, em que cada território possui potenciais individuais que não são transferíveis de um território para outro.

Pecqueur (2005), conforme já apresentado no Capítulo 3, distingue o território como: território dado e território construído. Território dado, segundo o autor, é pré-existente aos processos sociais, são caracterizados pelos territórios institucionais como, por exemplo, estados, municípios, distritos, etc. O território construído, por outro lado, é singular e característico. Conforme assevera Pecqueur, o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios (PEQUEUR, 2005, p.12).

O território do Quilombola RGTS, nesse sentido, pode ser considerado como território construído, visto que estrutura-se com base nas relações interpessoais e históricas das famílias que fundaram a comunidade que hoje se caracteriza como quilombo. Nessa história comum, assim como nas pautas conjuntas de luta pelo território e contra o racismo, identidades são construídas e, com elas, uma identidade territorial. Essas características territoriais levaram a formação da cultura local dos quilombolas, conforme apresentado no Capítulo 6, e foram remetidas aos alimentos ali produzidos, visto que esses alimentos carregam o “saber fazer” construído pela cultura local e os ingredientes tradicionais passados de geração a geração entre as quilombolas.

As características distintas e únicas dos alimentos produzidos pelas quilombolas dos grupos Perobas, Raiz e Rochas e que são comercializados no mercado dos GCR, simbolizam a tradição e a identidade quilombola construída dentro do território, e são uma das principais características que fazem com que os consumidores adquiram esses produtos, tornando-se um potencial para esse mercado. Através desta análise podemos dizer que a cultura quilombola simbolizada nos alimentos é utilizada como estratégia de ativação de recursos (PEQUEUR, 2005), para os alimentos tipicamente quilombolas mas ainda não são comercializados, bem como, estratégia de especificação dos ativos (BENKO; PECQUEUR, 2001) para os alimentos já comercializados mas que não são devidamente valorizados.

Sobre as estratégias de ativação de recursos e especificação de ativos, vale destacar que esses fazem parte do processo de desenvolvimento territorial (BENKO; PECQUEUR, 2001). Assim podemos dizer que a cultura quilombola simbolizada nos alimentos comercializados no mercado dos GCR é utilizada como estratégia de desenvolvimento territorial, que conforme assevera (Cassol, 2013), são estratégias ligadas à produção, serviços locais e valorização social e cultural que fortalecem os conhecimentos e práticas tradicionais auxiliando na promoção do desenvolvimento de caráter territorial.

Também é importante destacar que a partir de identificação de especificidades dentre os ativos territoriais, percebe-se a ampliação da reputação desses produtos e assim aumento na procura/demanda. Esse contexto leva em muitas vezes ao acréscimo dos preços desses alimentos, quando encontra mercados que valorizam essas características distintas, como é o caso dos mercados dos GCR. A valorização desses produtos acarreta na manutenção desse tipo de mercado e da própria cultura local, bem como, no aumento de renda para as agricultoras e suas famílias levando a ampliação de investimentos nas condições sociais como educação, saúde e infraestrutura da propriedade, dessa forma, podemos considerar que esse

contexto de melhorias socioeconômicas auxilia na promoção dos processos de desenvolvimento territorial.

Todavia, se percebe que a estratégia de especificação dos ativos através da valorização dos alimentos quilombolas culturalmente distintos e com caráter territorial produzidos no Quilombo RGTS são pouco exploradas. Alguns alimentos classificados como tipicamente quilombola pelas entrevistadas, como é o caso da banana pão, palmito, pupunha, açúcar mascavo, pastel de farinha de milho, cuscuz de mandioca e os *chips* de banana, inhame e de mandioca, compreendem potencial de venda, porém, na maioria das vezes acabam tendo acesso limitado aos distintos mercados sendo comercializados em poucos mercados imersos, como é o caso do mercado dos GCR.

Esse tipo de alimento quando valorizado pode promover acesso a novos mercados e fortalecimento dos mercados já alcançados, desde que haja contribuição por parte do Estado com políticas públicas que busquem promover ações de valorização dos alimentos territoriais e suas culturas, auxílio na ampliação de acesso a mercados, criação de espaços concretos para a realização das trocas mercantis e espaços para articulação com ONGs, Órgãos Governamentais, e empresas privadas para que esses alimentos possam ser ofertados também em mercados convencionais, mercados institucionais como é o caso no PNAE e PAA, com preços justos.

Ainda sobre a construção da cultura alimentar quilombola, é válido mencionar que para além do caráter de distintividade, a cultura é fator importante para a conservação dos Povos tradicionais, como no caso dos quilombolas, e para a manutenção e reprodução das manifestações culturais. Vale ressaltar que para o caso estudado, observou-se na sessão anterior, que os aspectos histórico-culturais encontram-se fortemente presentes nos mercados imersos acessados pelas quilombolas dos grupos Perobas, Raiz e Rochas. Sendo assim, comercializar esse tipo de alimento reforça a reprodução da cultura quilombola, garantindo sua manutenção.

Os alimentos produzidos e comercializados pelas quilombolas dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, são diversificados, frescos e, como já apresentado, expressam a cultura e a tradição devido sua forma de produção e processamento tradicional além de ser considerados sustentáveis. Em decorrência, apresentam características que contemplam, em boa medida, os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2006). Analisando o contexto de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) intensificado devido a pandemia da COVID-19 e evidenciado no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN) (Rede PENSSAN, 2022), verifica-se que a ampliação do acesso a

mercados para esse tipo de alimento aproxima o consumidor de alimentos que apresentam Segurança Alimentar e Nutricional auxiliando na diminuição da InSAN. Outra importante estratégia para a diminuição da InSAN seria a retomada de políticas públicas que aumentassem o acesso dos agricultores familiares, em especial dos povos tradicionais, aos mercados institucionais, especialmente o PNAE, que adquire alimento para serem distribuídos nas escolas em que a maioria dos estudantes são crianças com maior vulnerabilidade a InSAN.

A melhora nas condições de acesso a alimentação da população, situação de fome e de SAN remetem as questões sociais e assim auxiliam na promoção do desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Favareto (2006) pontua que o processo de desenvolvimento a partir da perspectiva territorial objetiva promover a diversificação de cada região, destacando potenciais locais de cada território e autonomia dos atores, para alcançar a ampliação das capacidades socioeconômicas (FAVARETO, 2006).

Ainda se referindo ao caráter territorial dos mercados imersos a autora Almeida (2022), compreende que as relações de poder são ponto chave para a análise territorial dos mercados imersos, destacando que “a dinâmica no uso dos recursos deixa explícito que em um mercado territorial existem conflitos. As normas estabelecidas entre os agentes são, na base, relações sociais e como tal, podem envolver relações de poder”. No contexto de criação de mercados, analisa-se como “o exercício do poder influencia no desenvolvimento das estratégias que aumentam a capacidade de decisão dos agricultores familiares com relação a escolha dos mercados que querem participar” (ALMEIDA, 2022, p.97). Assim, compreende-se que a territorialidade dos mercados se dá pela existência de determinados recursos no território, enquanto uma construção coletiva, e pelas relações de poder estabelecidas no mercado territorial, a qual irá indicar a inclusão ou exclusão de agentes (ALMEIDA, 2022).

É nesse contexto que as mulheres dos grupos de comercialização de alimentos, Perobas, Raiz e Rochas se sobressaem, onde dados as relações de poder (de raça, classe e gênero) existentes são excluídas dos mercados convencionais, ou não desejam acesso a esse tipo de mercado, e enfrentando o sucateamento dos mercados institucionais que acessavam passam a criar alianças e a se organizar de forma coletiva para acessar e construir novos canais de comercialização.

Nesse sentido é importante destacar a organização coletiva apresentada nos grupos de comercialização de alimentos, que também foi característica destaque no diagnóstico dos mercados imersos através da dimensão governança. A organização coletiva dos grupos

Perobas, Raiz e Rochas abarca a ideia de governança de mercado como já apresentado na Sessão 7.1, suas práticas compreendem formato horizontal em que todas as quilombolas que fazem parte dos grupos de comercialização de alimentos participam da gestão de forma igualitária. As articulações acontecem em sua maioria com gestores municipais, Órgãos Governamentais (OG), como é o caso da EMATER, e ONGs, em especial a Sempre Viva Organização Feminina (SOF). As articulações tem intuito de resolução de problemas aos quais causam limites no mercado dos GCR, e que podem causar a estagnação ou mesmo o fechamento desse mercado, como foi o caso do problema de transporte dos alimentos comercializados. Segundo as entrevistadas o solicitado pelos GCR era que os alimentos fossem entregues em São Paulo-SP. Para atender a essa demanda, as quilombolas participantes dos grupos de comercialização de alimentos articularam com os (as) responsáveis pela Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande Terra Seca e com os gestores municipais de Barra do Turvo um auxílio para o transporte desses alimentos, conforme pode ser observado no trecho da entrevista abaixo.

A gente não tinha como entregar os alimentos né, tipo nós mulheres dos grupos [se referindo aos grupos Perobas, Raiz e Rochas], então se juntamos e fomos conversar com o pessoal da nossa associação [Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande Terra Seca] e como uma das quilombolas era do grupo e também da associação, daí facilitou [...] daí foram conversar com a Prefeitura que cedeu um caminhão e um motorista pra pegar os alimentos e levar pra São Paulo, e combinaram que quando faltasse caminhão iam pegar da associação, mas a Prefeitura dava os motoristas. Não foi muito fácil mas eles [se referindo aos gestores municipais] acabaram concordando (ENTREVISTADA 4, GRUPO RAIZ).

Apesar do contexto do transporte dos alimentos ser realizado via prefeitura, o que demonstra em certa medida dependência do ente público, acredita-se que os esforços dados pelos atores chave foram válidos para momentaneamente solucionar o problema dos transportes das encomendas de alimentos. Entretanto, é válido mencionar a importância da elaboração de políticas públicas que viabilizasse verbas para a aquisição de mais caminhões através do grupo RAMA, bem como políticas públicas territoriais que auxiliassem na ampliação do acesso a mercados por parte dos grupos de comercialização, promovendo maior autonomia entre os grupos.

Outra situação de destaque no contexto da governança diz respeito ao relato das quilombolas sobre a necessidade de ampliação da rede de internet nas comunidades RGTS

para que as participantes dos grupos de comercialização de alimentos pudessem receber as encomendas dos produtos pelos GCR, conforme apresentado na sessão 7.1. Da mesma forma, a necessidade de melhorias nas estradas da Comunidade RGTS para que os caminhões chegassem até os núcleos onde ficam armazenados os alimentos também foi articulada entre as quilombolas dos grupos de comercialização de alimentos, a Associação dos remanescentes de quilombo, a gestão municipal e os OG, a qual o pedido foi atendido na época da primeira articulação, porém até a data da pesquisa, as entrevistadas relataram não haver nova manutenção na melhoria das estradas que já se encontravam novamente necessitando de reestruturação.

Como pode ser observado as práticas de governança das quilombolas nos grupos de comercialização de alimentos na maioria das vezes acontece em conjunto com os atores chave do território da comunidade quilombola, que por buscar práticas de cooperação e parceria entre atores públicos-privados, em busca de benfeitorias e desenvolvimento para a Comunidade quilombola, exercendo assim o que pode ser considerado práticas de governança territorial.

Como em muitas vezes as melhorias decorrentes das práticas de governança de mercado dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, acarretam benfeitorias para o território quilombola como um todo, como é o caso da melhoria das estradas e do acesso a internet, podemos dizer que as práticas de governança de mercado dos grupos de comercialização de alimentos contribuem para o DT.

As práticas de governança conjunta entre as participantes dos grupos Perobas, raiz e Rochas, em que muitas vezes são também os atores que fomentam a governança territorial na comunidade quilombola, fortalecem a possibilidade de articulações junto ao Estado, atores privados e públicos para promoção de políticas públicas que auxiliem nas melhorias do território promovendo o desenvolvimento territorial.

A abordagem dos mercados imersos também pensa o mercado como um recurso de uso comum. Com base nisso podemos refletir sobre o uso do recurso mercado e da autonomia dos agricultores familiares que dele participam, como argumenta Almeida (2022).

De acordo com Ploeg (2016, p. 77) *apud* (Langthaler, 2012, p.400) “(...) quanto mais a base de recursos autocontrolados da propriedade é fortalecida, mais os membros da família conseguem lidar com condições desfavoráveis dos sistemas político-econômico em seus universos” (ALMEIDA, 2022, p.97).

Em relação à autonomia é importante mencionar a dimensão da relevância observada no diagnóstico dos mercados imersos, a qual se apresenta fortemente presente no mercado

estudado e que representa um dos potenciais para autonomia desse mercado. Vale relembrar que as características da dimensão relevância em mercados imersos dizem respeito, por exemplo, a melhoria de renda e de postos de trabalho e inclusão de produtores até então excluídos do mercado (PLOEG, JINGZHONG, SCHNEIDER, 2020). Esses aspectos citados pelos autores podem levar a autonomia dos atores sociais desses mercados, no caso os quilombolas.

Nesse sentido, no Quilombo Ribeirão Grande-Terra Seca, esses mercados no formato que se apresentam, conforme já observado nos resultados do diagnóstico dos mercados imersos, promovem o aumento de renda entre as famílias que passam a investir mais recursos no próprio território, contribuindo para maior autonomia e governança visto que as participantes desse mercado possuem autogestão e organização dentro da Comunidade e assim maior representatividade na sociedade.

Autores como Schneider, Ploeg e Hebinck (2014) apontam para a importância dos mercados alternativos, a exemplo de feiras, minimercados, agroturismos, grupo de consumidores e compras institucionais, como formas de mercados territoriais diante dos padrões convencionais, como instrumento de desenvolvimento territorial uma vez que contribuem para a autonomia dos agricultores, incremento na renda, e assim melhoria nas condições de vida. No contexto do mercado dos GCR, é notado que as mulheres que participam dos grupos tem nesses mercados não apenas estratégias de reprodução familiar como ainda meios para a emancipação financeira individual, algo de extrema relevância para avanços relativos à equidade de gênero no contexto rural, fazendo com que a mulher tenha acesso direto ao dinheiro.

O mercado dos GCR, mobilizado pelas mulheres do Quilombo Ribeirão Grande-Terra Seca, é responsável por grande parte da renda das famílias envolvidas, promovendo maior autonomia e governança visto que os participantes desses mercados possuem autogestão em sua organização coletiva dentro da Comunidade, essa renda possui significados pessoais, através da emancipação financeira das mulheres, dado que com o aumento da renda entre as famílias estas passam a investir mais recursos no próprio território, contribuindo nos processos de desenvolvimento de abordagem territorial.

Os mercados estudados possuem ainda relações com a sustentabilidade ambiental local, sendo caracterizados por vendas de produtos diversos e territorializados, que levam a uma forma de produção que promovem a conservação ambiental, visto que sua produção é de baixa escala no formato de sistema agroflorestal ou agroecológico, com utilização de pouco

ou nenhum agrotóxico ou insumo externo (ao contrário da maioria dos mercados convencionais que incentivam a especialização e a monocultura).

Os resultados da aplicação do diagnóstico dos mercados imersos demonstraram que a dimensão histórico-cultural natural apresentou maior média entre todas as dimensões, conforme já citado. A variável: “natureza e produção de alimentos” teve destaque e apresentou média alta, demonstrando que as questões de sustentabilidade ambiental se encontram fortemente presentes no mercado imerso dos GCR.

Segundo os autores Denardin *et al* (2022, p.64), [...] as diferentes ciências têm contribuído para a interpretação de problemáticas que captem aspectos da melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento territorial. Referente a sustentabilidade e as questões ambientais os autores asseveram:

[...]É amplamente reconhecido, portanto, que as questões ambientais são fundamentais para compor as diferentes dimensões que caracterizam o desenvolvimento de uma região, e os aspectos da conservação e gestão ambiental figuram como um importante pacto para qualquer experiência de desenvolvimento territorial [...] (Denardin *et al.*, 2022, p.64).

Dessa forma podemos dizer que foi observado em boa medida a presença de sustentabilidade ambiental nas formas de produção nos alimentos comercializados pelas quilombolas ao mercado dos GCR, sendo assim, podemos considerar que esses mercados auxiliam na promoção dos processos de desenvolvimento territorial.

De forma geral, nota-se que os mercados imersos/territoriais, no contexto do estudo, auxiliam na promoção do protagonismo feminino na comunidade, pois os grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas são formados exclusivamente por mulheres enquanto paralelamente promove autonomia e governança através da autogestão e das formas de articulação dos atores dos grupos de comercialização de alimentos, aumento na renda das famílias quilombolas que pode ser investido em bem-estar social, bem como promove a valorização cultural e da história do quilombo, visto que os alimentos produzidos e comercializados são elaborados com receitas passadas de geração em geração e com ingredientes territoriais, apresentam caráter sustentável, dado sua forma de produção dos alimentos.

Os autores Dallabrida *et al.* (2021), destacam princípios da abordagem territorial no planejamento e gestão dos territórios:

[...](i) que quatro categorias teóricas sustentam a abordagem territorial do desenvolvimento, “território”, como a estrutura socioeconômico-cultural e ambiental localizada espacial e historicamente, “governança territorial”, como processo de conversação socioterritorial com vistas à definição do futuro desejado, “patrimônio territorial”, como forma representada pelo arranjo espacial (socioeconômico-cultural e ambiental) resultante de heranças do passado histórico e recentes e, “desenvolvimento territorial”, como função da forma, ou seja, o projeto socioterritorial de futuro desejado [...] (Dallabrida *et al.*, 2021, p. 59).

Assim, podemos considerar que os resultados do diagnóstico dos mercados imersos conjuntamente ao estudo de caso evidenciaram que as características do mercado imerso dos GCR acessados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas estão diretamente relacionadas à promoção de desenvolvimento territorial, visto que são possuidores de caráter social, econômico, de autonomia, protagonismo feminino, valorização da cultura e sustentabilidade ambiental. Além de contribuir com as ações de governança territorial e consolidação do território. Nesse cenário, os mercados imersos são uma alternativa para o fortalecimento e reprodução da agricultura familiar, valorizam seu caráter territorial, e assim pode-se afirmar como estratégia de desenvolvimento territorial.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal caracterizar os mercados imersos acessados pelos quilombolas da Comunidade Ribeirão Grande/Terra Seca-SP (RGTS) e analisar em que medida eles contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial. Assim, primeiramente foi lançado mão de referencial teórico que buscou apresentar discussões e teorias do tema abordado, se debruçando a caracterizar os quilombos, os quilombolas, seus modos de vida, sua construção histórico-cultural e suas formas de produção de alimentos, além de discussões quanto à ampla categorização da agricultura familiar, conforme a legislação brasileira, a qual não abrange a diversidade de agricultores familiares, como é o caso dos povos tradicionais, que possuem características semelhantes aos modos de vida do campesinato.

Ainda no referencial teórico foram abordadas teorias voltadas a abordagem territorial do desenvolvimento, e as principais estratégias de promoção, ativação de recursos e especificação de ativos, e a governança territorial. Também foi abordado o desenvolvimento territorial de caráter agroalimentar, que levou a discussões sobre diferentes tipos de mercados, especialmente aqueles socialmente construídos e arguidos por meio da Teoria da Nova Sociologia Econômica e pelo conceito de *embeddedness*. Essas discussões embasaram a apresentação das abordagens teóricas dos mercados imersos, como mercados socialmente construídos, que interagem com outros mercados e surgem nos interstícios dos mercados convencionais, foco principal dessa pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, primeiramente foi realizado estudo de caso através de aplicação de entrevista semi-estruturada, que possibilitou realizar o levantamento dos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas, identificar e contextualizar os mercados acessados pelos grupos, em especial o mercado dos Grupos de Consumo responsáveis (GCR), caracterizado como um mercado imerso.

Conjuntamente ao estudo de caso foi aplicado instrumento de pesquisa formado por diagnóstico dos mercados imersos (SALVATE BRASIL, 2019; ALMEIDA 2022) ao mercado dos GCR. Foi adicionado ao diagnóstico dos mercados imersos uma nova dimensão voltada a apresentar as características culturais e ambientais, em razão de ser observado que essas características encontravam-se pouco abordadas na proposição metodológicas das autores, sendo que estas características são essenciais no caso dos mercados acessados pelos povos tradicionais, como os quilombolas.

Assim, a metodologia contribuiu para responder aos objetivos desta tese, visto que através dela foi possível identificar e caracterizar os mercados imersos acessados pelas quilombolas da Comunidade RGTS, bem como apresentar alguns fatores que favorecem e limitam a continuidade e até a ampliação do mercado imerso dos GCR, acessados pelos grupos de comercialização de alimentos Perobas, Raiz e Rochas. Além disso, a metodologia permitiu captar dados para analisar em que medida o mercado acessado pelos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS auxiliam na promoção do desenvolvimento territorial.

A partir do estudo de caso dos grupos Perobas Raiz e Rochas, pode-se responder ao objetivo específico 1, sendo realizado levantamento dos grupos de comercialização de alimentos e identificando e contextualizando os mercados acessados por esses grupos. O protagonismo das mulheres quilombolas contribuiu para a formação de três grupos de comercialização de alimentos *in natura* e agroindustrializados/processados/manipulados. Estes grupos são compostos por vinte e quatro participantes, sendo oito de cada grupo. As quilombolas apresentaram dificuldade em acessar os mercados convencionais, de forma que esses espaços não são acessados por elas, seja por escolha ou mesmo por exclusão.

Os mercados públicos e institucionais, especialmente PNAE e PAA, sofreram descontinuidades nos últimos anos, em especial após o ano de 2013, assim encontram-se pouco acessados pelas participantes dos grupos de comercialização de alimentos. Já os mercados de proximidade, são acessados por algumas participantes dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, mas, de forma individual, e não por meio dos grupos de comercialização estudados, porém, apresentou um arrefecimento devido às circunstâncias da pandemia e, até o momento da pesquisa, não era o mais acessado por conta da baixa valorização dos produtos comercializados, na maioria desses mercados o valor pago pelos alimentos era considerado baixo.

A pandemia da COVID-19 também levou a dificuldades no acesso a mercados de proximidade e institucionais, pois o contexto acarretou em medidas de proteção, de isolamento social, com fechamento de locais de aglomeração, como por exemplo as feiras da agricultura familiar. Além do encerramento do calendário escolar houve interrupção temporária do PNAE.

As dificuldades de acesso a mercados de proximidade, mercados institucionais e mercados convencionais levaram os três Grupos de comercialização de alimentos a prospecção de novos mercados. Os grupos Perobas, Raiz e Rochas se organizam

coletivamente e através de articulações com ONGs e Órgãos Governamentais prospectam novos mercados para comercializar seus alimentos, como é o caso dos Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) de São Paulo-SP. Os GCR demandam por produtos diferenciados e diversificados, como por exemplo alimentos frescos (não industrializados), produzidos em menor escala, processados de forma artesanal, distribuídos em canais de comercialização alternativos, através da proximidade entre produtor e consumidor. Essa demanda por alimentos diferenciados normalmente não é suprida pelos mercados convencionais, o que gerou uma lacuna, que foi preenchida pelos grupos de comercialização de alimentos via novos mercados, considerados imersos.

O segundo objetivo específico foi alcançado com resultados obtidos no diagnóstico, que demonstraram as características dos mercados imersos dos GCR acessados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas, aos quais são socialmente construídos e contam significativamente com a presença das dimensões histórico-cultural natural, relevância, distintividade, conectividade e governança. Entretanto, apresentou-se frágil com relação ao aspecto da infraestrutura sociomaterial e multifuncionalidade.

Os mercados dos GCR destacam-se quanto aos valores histórico-culturais e identitários, enraizados nos alimentos. A valorização da cultura quilombola fortalece a presença das características da dimensão distintividade, auxiliando na manutenção e reprodução da história dos quilombos, seus conhecimentos, o “saber fazer” e suas manifestações culturais perpassados de geração em geração.

As relações de confiança e proximidade entre produtor e consumidor, destacadas na dimensão da conectividade, fortalecem a manutenção e ampliação do mercado estudado, visto que aumentam a reputação dos produtores, levam a novos consumidores, e constroem laços estreitos entre os atores sociais desses mercados.

As formas de produção dos alimentos comercializados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas promovem a sustentabilidade ambiental, dado fato que suas formas de produção são baseadas em modelo orgânico, agroecológico e agroflorestal. O uso dos espaços de plantio de forma coletiva, em meio à floresta da Mata Atlântica, regido por regras formais e informais, refletem na utilização do espaço de forma sustentável e, assim, levam à geração de benefícios a todos os atores envolvidos nesse processo, garantem a manutenção e reprodução desses recursos.

Em relação ao mercado dos GCR, os três grupos de comercialização de alimentos também se destacam nas ações de governança de mercado e governança territorial, tendo em

vista a autogestão coletiva dos grupos Perobas, Raiz e Rochas, articular com ONGs e Organizações Governamentais buscando benefícios para o mercado acessado e para a própria comunidade quilombola. A governança acontece de forma horizontal e homogênea, com objetivo de alcançar a manutenção e ampliação desses mercados. Entretanto é válido mencionar que as articulações, especialmente com as entidades governamentais, muitas vezes, geram conflitos, em especial pela falta de espaços concretos para diálogos arrefecendo os diálogos e articulações entre as quilombolas dos grupos Perobas, Raiz e Rochas e a gestão municipal, enfraquecendo as ações de valorização desses mercados e a resolução dos problemas que se tornam limites, como é o caso da falta de espaço físico para as trocas mercantis, o acesso a poucos canais diversos de comercialização e a falta de interação com agentes de outros mercados.

A participação nos mercados imersos pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas aumentou a atuação das mulheres nos mercados de comercialização de alimentos, visto que os grupos são formados exclusivamente pelo gênero feminino, promovendo o protagonismo das mulheres na Comunidade quilombola. Também acarretou no aumento da renda familiar promovendo maior autonomia das famílias quilombolas, bem como a própria emancipação financeira das mulheres.

Analisando os dados obtidos empiricamente, respondemos ao objetivo específico 3, é notável que os mercados imersos/territoriais acessados pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas, auxiliam na valorização e reprodução da cultura e da história do Quilombo RGTS, visto que, os alimentos produzidos e comercializados estão enraizados na cultura local e ao serem comercializados acabam promovendo a cultura entre os consumidores, garantindo a manutenção das manifestações culturais quilombolas através dos alimentos. A participação nesses mercados também promove o aumento da renda das famílias, que pode levar a maior autonomia da comunidade e reinvestimento no território quilombola. A participação nesses mercados também possibilita o protagonismo feminino e gera maior sustentabilidade ambiental ao território visto seu formato de produção ser voltado a agroecologia e sistema agroflorestal, bem como o fortalecimento da agricultura familiar. Sendo assim, pode-se afirmar que os mercados imersos acessados pelos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS contribuem para o desenvolvimento territorial.

Os dados obtidos nessa pesquisa demonstraram que os alimentos produzidos pelos grupos Perobas, Raiz e Rochas apresentam potencial para comercialização em mercados imersos, como é o caso dos GCR, que buscam especificamente alimentos diferenciados dos

industrializados, elaborados com ingredientes territorializados e com receitas que remetem a história e cultura de um território. Além de desenvolver a sustentabilidade ambiental, pois promove a manutenção nos modelos de produção agroecológicos e agroflorestais.

Entretanto é de valia mencionar que para que haja reprodução e manutenção desses mercados, bem como fortalecimento dos grupos de comercialização faz-se necessário estímulos por parte dos Órgão Governamentais via elaboração de políticas públicas para o financiamento de construção e/ou ampliação de agroindústria, oferta de cursos de qualificação, acompanhamento de extensionistas preparados para trabalhar com povos tradicionais e fortalecimento da governança territorial.

A hipótese dessa pesquisa, que considerava que as dificuldades de acesso a mercados apresentadas pela agricultura familiar, em especial pelos quilombolas, levam à construção de novos canais de comercialização por meio da oferta de alimentos com características diferenciadas que não são encontrados em mercados convencionais, formando assim mercados imersos que levam a promoção do desenvolvimento territorial no Quilombo RGTR, foi evidenciada empiricamente.

É válido mencionar que, devido ao contexto da pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, a qual acarretou medidas de segurança de isolamento social, as pesquisas de campo foram prejudicadas. Assim, não foi possível realizar em tempo hábil a testagem da dimensão histórico-cultural natural, elaborada nesta pesquisa, o que garantiria analisar a imparcialidade, a clareza e a efetividade das afirmativas elaboradas. Entretanto, acredita-se que a dimensão formulada contribua para que novas pesquisas se debruce para pensar os mercados imersos, também pelo viés dos aspectos históricos, culturais e ambientais.

Empiricamente foram observados limites na aplicação do diagnóstico para caracterizar os mercados imersos em relação a compreensão da escala likert, visto que muitas entrevistadas apresentaram dificuldades de interpretação respondendo erroneamente as afirmativas, ao invés de numerar a concordância nos valores de 1 a 5, como orientado, acabavam concordando ou discordando o que dificultava a compreensão da pesquisadora na obtenção da resposta.

Outro limite observado diz respeito ao formato de produção *in natura* e agroindustrializado/processado/manipulado. Algumas afirmativas da ferramenta de diagnóstico dos mercados estão voltadas exclusivamente para produtos agroindustrializado/processado/manipulado, quando o diagnóstico é aplicado em mercados que comercializam ambos tipos de produtos, o resultado do diagnóstico acaba sendo prejudicado

podendo não ser fidedigno. Desse modo seria necessário incluir a opção (Não se Aplica (NA)) no instrumento e realizar a média excluindo os NA, ou aplicar o diagnóstico separadamente, sendo que no caso dos produtos *in natura*, seja excluído as afirmativas que correspondem a produtos agroindustrializado/processado/manipulado.

De modo geral, considera-se que esta pesquisa colaborou para a análise da diversificação da agricultura familiar em âmbito nacional, pois parte da ideia em que o termo agricultor(a) familiar é compreendido de forma mais ampla, não se limitando a um único conceito. Observando-se a agricultura familiar em seus vários formatos, foi possível refletir a respeito da importância de políticas públicas de acesso a mercados e de promoção do desenvolvimento para alcançar a diversidade dos agricultores familiares brasileiros, em especial os povos tradicionais.

Também acredita-se que esta tese contribuiu ampliando o diagnóstico dos mercados imersos, com a proposição de uma nova dimensão a esse instrumento, a fim de evidenciar características históricas e culturais de notória importância para agricultura familiar, especialmente para os povos tradicionais; bem como a natureza da sustentabilidade ambiental na produção de alimentos, dada a importância atual do tema, em especial para questões de produção.

Ao final desta tese permitiu-se pensar em perspectivas de futuros estudos relacionados ao tema dessa pesquisa, como a construção de variáveis ou dimensão que busque analisar a presença de políticas públicas aplicadas aos mercados imersos, em âmbito nacional e territorial. Até mesmo a construção de novos diagnósticos, voltados às diferentes particularidades de agricultores(as) familiares e que busquem evidenciar as distintividades e especificações, a exemplo dos povos tradicionais. Para tanto, ressalta-se a importância de novos estudos empíricos que venham a contribuir com o tema abordado nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, n. 2, v. 6, p. 379-397, 2000. Disponível em: <https://ricardoabramovay.com/2000/10/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>. Acesso em: 10 set. 2022.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unitec, 1992. – RETIRAR ANO DE 1998 deixar apenas 1992.
- ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12435>. Acesso em: 05 set. 2022.
- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. Porto Alegre, 1999.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; LARGES, V. N. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004. p. 23- 72.
- ALBUQUERQUE, J.; NASCIMENTO A. A. C. 2015. Territorialidade cultural em tempos de globalização: uma análise da atuação do estado e de centros culturais. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 9, n. 1, p. 61-65, 2015. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/64>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- ALBUQUERQUE, W. R.; FILHO W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro - Orientais; Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- ALMEIDA, N. **A dimensão territorial dos mercados imersos: um estudo de caso sobre a manga Ubá (MG)**. 2022, 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/242028/001144038.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- ALTENBURG, T.; MEYER-STAMER, J. How to Promote Clusters: Policy Experiences from Latin America. **World Development**, v. 27, n. 9, p. 1693-1713, 1999. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeewdevel/v_3a27_3ay_3a1999_3ai_3a9_3ap_3a1693-1713.htm. Acesso em: 22 jan. 2023.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Análise da sua Trajetória de Implementação, Benefícios e Desafios. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2021.

ANJOS, R. S. A. Geografia, Cartografia e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, p. 332-350, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85558/88347>. Acesso em: 21 mai. 2022.

ARAÚJO, S. **Tradição e cultura: cozinha quilombola do Paraná**. Curitiba: Seed-PR, 2008.

AZEVEDO, P. F.; FAULIN, E. J. Comercialização na agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005.

BAGNASCO, A. **La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana**. Políticas agrícolas, número especial: Memoria del seminario interrelación rural-urbana y desarrollo descentralizado. México: Taxco, 1998.

BAHL, M.; GIMENES, M. H. S. G.; NITSCHKE, L. B. Territorialidade gastronômica: as cozinhas regionais como forma de mediação do homem com o meio e como atrativo turístico. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, p. 1-16, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820255.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BALBINO, T. F.; SHIKI, S. N.; SILVA, G. M. Convergências entre as políticas territoriais no Brasil e o desenvolvimento como liberdade. **Revista Retratos de Assentamentos**, v.23, n.2, 2020. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/437>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BANDY, D.; GARRITY, D. P.; SÁNCHEZ, P. El problema mundial de la agricultura de tala y quema. **Agroforestería en las Américas**, v. 1, n. 3, p. 14-20, 1994. Disponível em: <https://repositorio.catie.ac.cr/handle/11554/6181>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BARRETO, J. N. (2006). Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga. 2006, 121 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1548>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BELIK, W.; FORNAZIER, A. Políticas públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar: analisando o caso da alimentação escolar no município de São Paulo. Raízes: **Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v. 36, n. 2, p. 70–83, 2016. <https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.460>

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BENSADON, L. S.; MASCARENHAS, T. S.; GONÇALVES, J. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: Expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 41, p.205-232, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/download/41835/23810/139799>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BERNSTEIN, H. Rural livelihoods and agrarian change: bringing class back In: LONG, N.; JINGZHONG, Y.; WANG, Y. **Rural transformations and development: China in context: the everyday lives of policies and people**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

BIASE, L. **Agroecologia quilombola ou quilombo agroecológico? Dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira/SP**. 2016. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10112016141204/publico/2016_LauraDeBiase_VOrig.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto política. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 111-147, 2006. Disponível em: <https://www2.fag.edu.br/professores/solange/PUR%20IV/BIBLIOGRAFIA%20APOIO/D ESENVOLVIMENTO%20REGIONAL%20-%20CAIXA%20PRETA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BORN, R. H.; TALOCCHI, S. Compensações por Serviços Ambientais: Sustentabilidade Ambiental com inclusão social. In: BORN, R. H.; TALOCCHI, S. (Coord.). **Proteção do capital social e ecológico por meio de compensações por serviços ambientais**. São Paulo: Vitae Civilis, 2002. p. 47-56.

BRAGA, N. L. **Balanço de Gestão: Resultados das Ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) 2003-2010**. Brasília: SDT/MDA/IICA, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos – SISPAA**. Adesão dos Municípios ao PAA. 2016. Disponível em: mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022

BRASIL. EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil. Editora Técnicas, 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197939/1/Colecao-povos-e-comunidades-tradicionais-ed-01-vol-03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. PLANSAN 2016-2019 revisado. 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=1946&ano=1996&ato=a8aAzZE5EMJpWT0c8>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 mar. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10282.htm. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 7 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 jul. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 01 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Conversão da Medida Provisória nº 535, de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, setembro de 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10824/1/td_2691.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros**. Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/alimentos_regionais_brasileiros_2ed.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: 2003. Revisado e republicado pela SDT/MDA em março de 2005. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3996/6/PPP_n39_AnaliseConceitual.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. 36 p. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/7774/BVE19040079p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/alimento-direito-sagrado-pesquisa-socioeconomica-e-cultural-de-povo-e-comunidades-tradicionais-de-terreiros/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. **Perfil Territorial**. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_100_Vale%20do%20Ribeira%20-%20SP.pdf Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas–PLANAFE: 2017-2019** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Brasília, DF: MMA, 2017. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/planafe_dez14_alt_final.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de terreiro: Segurança Alimentar, nutricional e Inclusão produtiva.** Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 242 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir/comunidades-tradicionais-de-matriz-africana-e-povos-de-terreiro-seguranca-alimentar-nutricional-e-inclusao-produtiva>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Resolução Nº 26, de 17 de Junho De 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ministério da Educação.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/263/resolu%C3%A7%C3%A3o%2026%20atendimento%20da%20alimenta%C3%A7%C3%A3o,%20especifica%C3%A7%C3%B5es%20e%20veda%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Resolução Nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Ministério da Educação.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRITO, C. O. **A agroindústria artesanal e o programa fábrica do agricultor: uma tentativa de racionalizar as atividades em uma unidade de produção agrícola familiar.** 2005, 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2611/R%20-%20D%20-%20CELESTINO%20DE%20LIVEIRA%20BRITO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CANDEL, J. J. L. Food security governance: A systematic literature review. **Food Security**, v. 6, n. 4, p. 585–601, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12571-014-0364-2>. Acesso em: 26 mar. 2022.

CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; BASTOS, V. V. S. Identidade e Participação Social na Gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 84-107, 2013. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/571150/1/document_571150.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.8, p.70-82, 1997. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>. Acesso em: 01 abr. 2022.

CARRIÈRE, J.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eisforia**, v.1, n.1, 2003. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

CASSOL, A. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79442>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CASSOL, A.; SALVATE, N.; SCHNEIDER, S. Mercados imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Revista Política & Sociedade**, v. 15, n. 33, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151150>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CASSOL, A.; VARGAS, L. P.; CANEVER, M. D. Desenvolvimento territorial, covid-19 e as novas estratégias de produção, comercialização e consumo de alimentos da agricultura familiar na região sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté- SP, v.16, n.4, p. 388-401, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5990>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CAZELLA, A. A. et al. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14118>. Disponível em: 20 nov. 2022.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, 2016. Disponibilizado: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.2016v15nesp1p49/33797/165377>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CAZELLA, A. A. et al. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v, 16, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881>. Acesso em: 18 ma. 2022.

CIALDELLA, N. et al. Comunidades Tradicionais tecendo o desenvolvimento territorial: três experiências de interações entre sociobiodiversidade, mercados, políticas públicas e ação coletiva. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 40, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/64997>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CINTRAO, R. P. **Comida Vigilância Sanitária e Patrimônio Cultural: Conflitos e contradições entre políticas públicas**. I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais. GT05 Políticas Públicas, Alimentos Tradicionais e Manifestações Culturais. Universidade Federal der Sergipe. 2012. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/13407-semin-rio-sobre-alimentos-e-ma>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CLARKE, S. Crise do Fordismo ou Crise da Social Democracia. In: Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, nº 24, p. 117-150, 1991. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200007>.

COLNAGO, E. T. P. **Desenvolvimento Territorial e Alimentação escolar: estudo comparativo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Dracena e Regente Feijó**. 2018, 376 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180450/colnago_etp_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 28 mar. 2022.

CORADIN, C.; DENARDIN, V. F. Dinâmicas de comercialização ecológica e desenvolvimento territorial sustentável no Vale do Ribeira – Paraná. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/30904>. Acesso em: 09 de março 2022.

CORIOLOANO, J. W. G.; OLIVEIRA, L. M. S. R.; FERNANDES, E. S. Impacto da pandemia Covid-19 na agricultura familiar agroecológica no território do Sertão Araripe em Pernambuco. In: **Anais do I Congresso Latino Americano de Desenvolvimento Sustentável**, ISBN 978-65-86753-30-1, evento on line. 26 a 28 d. 2021. Disponível em: <https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/8699/form4372251854.pdf>. Acesso em: 09 de março 2022.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY - CFS. FAO. **Connecting smallholders to markets**. 2016. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs1415/Events/HLF_Small/CFS_HLF_Smallholders_Markets_EN.pdf. Acesso em 08 fev 2022.

CHABARIBERY, D. et al. Diagnóstico das Condições Socioeconômicas e Tipificação dos Municípios. In. ROMÃO, D. A. (org.) **Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006. p.17-65.

CRUZ, F.T. **Produtores, Consumidores e Valorização de Produtos Tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. 2012. 283 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61937/000866511.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 mai. 2022.

CRUZ, F.T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.5, n.2, p. 22-38, 2010. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9822>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CUSICANQUI, R. S. Ch'ixinakaxutxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. *Revista de Antropologia*, v. 56, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82544>. Acesso em: 05 mai. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.18, n.1, 2022. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6596>

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **EURE**, v. 42, nº 126, p. 187-212, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v42n126/art09.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

DALLABRIDA, V. R. et al. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v.7, n.1, p. 43-40, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80437>. Acesso em: 25 mai. 2022.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança**. Instituto de Pesquisas Econômicas Apicadas (Ipea). 2011. Disponível em: <https://www.unc.br/mestrado/textos/ARTIGO-IPEA-GOVERNANCA-TERRITORIAL-e-DESENVOLVIMENTO-VALDIR.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. In: Seminário Internacional sobre desenvolvimento local. 2006. Disponível em: <<http://www.capitalsociaisul.com.br>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 1, n. 2, p. 304-328, 2015. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. “Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica”. **Desenvolvimento em Questão**, v.1, n.2, p.73-98, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75210205.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v.19, n.2, p. 1-22, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/KgSQNgpc5gF5Tx65N9H7DGd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

DEL GROSSI, M. **Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar**. Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação, CEGAFI/UnB. Informativo julho 2020.

DENARDIN, V. F. et al. Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão natural e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubat, v. 18, n. 1, p. 61-83, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6523>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R.; SULZBACH, M. T. Farinheiras no Litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado: SIAL Farinheiras. In: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R. (Orgs.). **Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2015. p. 197 – 217.

DIAS J. L. B.; BEZERRA, J. E. 2021. Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária. **GeoTextos**, v. 17, n. 1, p. 89-112, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/44588>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, 05-28, 2013. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1083>. Acesso em: 10 dez. 2022.

DORTIER, Jean François (org.). **Le Dictionnaire des sciences humaines**. Auxerre: Sciences humaines éditions, 2004.

DUARTE, A. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho & Educação**, v.7, n.7, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9203>. Acesso em 25 nov. 2022.

ELLIS, F.; BIGGS, S. La Evolución de los Temas Relacionados al Desarrollo Rural: desde la década de los años 50 al 2000. Organ. rurais agroind., **Lavras**, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/9178>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FAO - **O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo**. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

FAO - **Safeguarding against economic slowdowns and downturns food security and nutrition in the world**. 2019. <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 299-219, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qCS5FF9gRpxwDgv9MQYkN7C/#>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão: Do agrário ao territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/publico/Arilson.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp, 2007.

FEIJOO, A. M. L. C. Medidas de dispersão. In: **A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, p. 23-27. 2010b. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/yvnmwq/pdf/fejoo-9788579820489.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FEIJOO, A. M. L. C. Medidas de tendência central. In: **A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, p. 14-22, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/yvnmwq/pdf/fejoo-9788579820489.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERREIRA, L. M. Sobre o conceito da arqueologia da diáspora africana. **MÉTIS história e cultura**, v. 8, n. 16, p. 267-275, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/30612949/arqueologia_da_dia_spora_africana_me_tis_pdf. Acesso em: 23 mai. 2022.

FILHO, L. C. B.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, v. 14, n. 3, p. 35-70, 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/436>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FLIGSTEIN, N. Markets as politics: a political cultural approach to market institutions. **American Sociological Review**, v. 61, n. 4, p. 656-673, 1996. Disponível em: <https://people.duke.edu/~rcd2/Dissertation/References/Theory/MAP/Fligstein%201996.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FONINI, R. **Estratégias de adaptação de um grupo quilombola em Barra do Turvo – SP**. 2012, 2013 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27832/R%20-%20D%20-%20FONINI%2c%20REGIANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FONINI, R.; LIMA, J. E. de S. Alimentação e Meio Ambiente. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA: REPENSANDO DESIGUALDADES EM NOVOS CONTEXTOS, 2011, Curitiba **Anais...** - UFPR, 2011.

FORNAZIER, A E.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 20, n. 2, p.204-218, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634598>. Acesso em 17 dez. 2022.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. **Territórios con identidade cultural**. 2006. Disponível em: https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developimento.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

FREITAS, D. P. **A Guerra dos Escravos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

FREITAS G. R.; CRUZ M. J. R.; RADOMSKY, G. F. W. Pós-desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. In: **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 149 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 01 st. 2022.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre**. São Paulo: Global, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf. Acesso em: 28 mai. 2022.

FRIEDMANN, H. After Midas's Feast: alternative food regimes for the future. In: ALLEN, P. **Food for the future**. California: John Wiley e Sons, 1993. p. 213-233.

FRIEDMANN, H. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. In: F. Buttel e P. McMichael (Orgs.). **New Directions in the Sociology of Global Development**. New York: Elsevier, 2005. p. 227-264.

FUNARI, P. P. de A. A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **O subdesenvolvimento revisitado**. *Economia e Sociedade*, UNICAMP, 1992. p. 5-19. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/399/1.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, M. B.; SUCUPIRA, R. L.; ALVES, C. B. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/7m7spDq5Xm6vNYFqmh89X7g/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Assim%2C%20o%20conceito%20de%20identidade,valores%20e%20significados%20constru%3%ADdos%20socialmente>. Acesso em: 10 agos. 2022.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Szh6qfj6sfzHQ7KP7b4vPfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares; In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores desenvolvimento rural: Práticas produtivas e processos sociais emergentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 99-113. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232404/000783423.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n.2, p. 57-63. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jan. 2023.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics**. New York: Routledge, 308 p. 2012.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, Rio de Janeiro, p. 204, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/zyp2j/pdf/goodman-9788599662298.pdf> Acesso em: 13 de março de 2023.

GRAZIANO DA SILVA, J.G. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** /. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HEBINCK, P.; SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D. The construction of new, nested markets and the role of rural development policies: introductory notes. In: HEBINCK, 208 P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (ed.). **Rural development and the construction of new markets**. Abingdon: Routledge, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261877531_The_construction_of_new_nested_markets_and_the_role_of_development_policies_some_introductions. Acesso em: 17 jan. 2023.

HEBINCK, Aniek et al. **Imagining transformative futures: participatory foresight for food systems change**. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-10054-230216>. Acesso em: 28 jun. 2022.

HEYNIG, F. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista do CEPAL**, n. 16, 1982. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10332/016115142_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jun. 2022.

HOLLOWAY, L. et al. Beyond the ‘alternative’-‘conventional’ divide? Thinking differently about food production-consumption relationships. In: MAYE, D. et al (Edit.). **Alternative food geographies: representation and practice**. UK: Elsevier, 2007, p.77-131.

IANOVALI, D.; ADAMS, C.; RIBEIRO FILHO, A. N.; 1, KHATOUNIAN, C. A. Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: a agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 49, n. 6, p. 221-238, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/54697/37466>. Acesso em: 25 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 de fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 2006: **Brasil, grandes regiões e unidades da Federação**. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006> Acesso em: 10 jan. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 2017: **Brasil, grandes regiões e unidades da Federação**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 12 jan. de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHA). **Reservas da Mata Atlântica Brasília**. 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/44>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA (IICA). **La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia COVID-19 en América Latina y el Caribe. Programa de Desarrollo Territorial y Agricultura Familiar**. Costa Rica, junio 2020. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/14535>. Acesso em: 25 fev. 2022.

INSTITUTO KAIRÓS. **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. Disponível em: www.institutokairos.net Acesso em: 09 out. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Dossiê sistema agrícola tradicional quilombola do Vale do Ribeira – SP. 2017. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_relac_1\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_relac_1(1).pdf). Acesso em: 08 de set. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas**. 2008. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/4932>. Acesso em: 19 de jan de 2022.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Pedro Cubas de Cima**. Município de Eldorado-SP. São Paulo: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, 2003. 43p.

JANIN, C.; PERRON, L. Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação - guia metodológico. Florianópolis, SC: **Epagri**, 2020, p. 151. Disponível em:

https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2020/05/Guia_Metodolo%CC%81gico_Difusa%CC%83o-Internet.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

JUNIOR, D. T.; FERRARI, A. J.; FILLIPIM, M. L. Saberes quilombolas: a cultura alimentar do litoral norte do Paraná e da mesorregião Vale do Ribeira como prática suscetível ao turismo de base comunitária. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU**, v.6, n.2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/74415/42911>. Acesso em: 20 mai. 2022.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
LAGRANGE, L. **La commercialisation des produits agricoles et alimentaires. Collection agriculture d'aujourd'hui**. 2 ed. Paris: Tec & Doc, 1995.

KRIPNER G. et al. Polanyi Simposium: a conversation on embeddedness. **Socio- Economic Review**, v.2, p.109-135, 2004. Disponível em: KRIPNER G. et al. Polanyi Simposium: a conversation on embeddedness. **Socio- Economic Review**, v.2, p.109-135, 2004. Acesso em: 22 jun. 2022.

LEITE, I. B. **O quilombo no Brasil: questões conceituais e normativas**. Florianópolis: NUER/UFSC. **Etnográfica**, v. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

LEITE, M. E. T. B. O conceito de quilombo: história e memória. **Revista Científica de Educação**, v. 3, 2019. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/30>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LEITE, S. P.; WESZ J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Revista de Economia Rural**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 4, p. 645-666, 2012. Disponível em: <https://www.revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/S0103-20032012000400004>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LENIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

LIE, J. Sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, v. 23, p. 341-360, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/931995/mod_resource/content/1/Lie%20-%20Sociology%20of%20Markets.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, v.22, n.140, p.1-5, 1932. Disponível em: https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

LIMA, J. R. B. **Produção agrícola pernambucana frente à pandemia de covid-19: impactos e iniciativas na agricultura familiar**. 2021, 117 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente). Universidade Federal de Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40526>. Acesso em: 25 abr. 2022.

LIMA, M. A. C. **Comércio internacional justo: um modelo econômico alternativo – estruturas, dificuldades e impactos**. 2016, 103 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1665/1/MACL19072017.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

LIMA, M. J. G. **Análise da sustentabilidade dos agricultores familiares inseridos no programa de aquisição de alimentos – paa: o caso de hortifrutos no território dos cocais – PI**. 2019. 142 F. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Ambiente da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/47390/3/2019_tese_mjglima.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.3, p. 320, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443>. Acesso em: 17 mai. 2022.

MARSCHNER, Walter. Muito além do rural: Para falar de um espaço complexo. In: Orgs MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.424-438, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227705030_Food_Supply_Chain_Approaches_Exploring_their_Role_in_Rural_Development. Acesso em: 01 mai. 2022.

MARQUES, M. I. M. Lugar do Modo de Vida Tradicional. In: O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 145 a 158, 2004. **Anais** do Simpósio de Geografia Agrária da USP, dezembro de 2003.

MAZZETTO SILVA, C. E. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, v. 3, n. 1, p. 46-63, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13217>. Acesso em: 15 ago. 2022.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v.36, n.1, p.139-169, 2009. DOI: 10.1080/03066150902820354

MENEZES, S. S. M.; CRUZ, S.T.; MENASCHE, R. Queijo de Coalho e Queijo Artesanal Serrano: identidades de produtores e de consumidores associadas a atributos de qualidade. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, **Anais...** 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/754.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MINTZ, S.W.; Comida e Antropologia: Uma breve revisão. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.16, n.47, p. 31-41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tbHWcbmyDz8N59zqkZX7zsS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIRANDA, C. R. Redireccionar el enfoque territorial para el desarrollo rural: recuperar la centralidad de la cuestión alimentaria. **Revista Controle social e desenvolvimento territorial / control social y desarrollo territorial**, v. 6 n. 9, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/csdt/issue/archive>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MIRANDA, R. Possibilidades e desafios para o acesso e comercialização agroecológica na periferia da Grande São Paulo. **Sempre viva Organização Feminina (SOF)**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Possibilidades-e-desafios-para-o-acesso-e-comercializa%C3%A7%C3%A3o-agroecol%C3%B3gica-SP.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n. 50, p. 369-383, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjsgsjXqxHN/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 fev. 2022.

MORAIS, G. J. R.; MAGALHÃES, L. F. B. G. Enraizamento, circuitos curtos e combate à pobreza rural no Semiárido Nordeste: uma experiência de desenvolvimento rural no Quilombo Tabacaria. **Extensão Rural**, v.27, n.3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/41255>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005. 154p.

MORGAN, Kevin. The Coming Crisis of School Food: From Sustainability to Austerity? In: Food Edition. **Welsh Economic Review**, v. 22, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321581171_The_Coming_Crisis_of_School_Food_From_Sustainability_to_Austerity. Acesso em: 28 abr. 2022.

MUCHNIK, J. Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificación y competencias de los consumidores. **Agroalimentar, Mérida**, v.11, n. 22. p. 89-98, 2006. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542006000100008. Acesso em: 28 jan. 2023.

MUNARI, L. M. **Memória Social e Ecologia Histórica: a cultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-07032010-134736/publico/Munari.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, n. 3., 1996. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

NICHELE, F. S. **Agroindústria familiar rural e a qualidade da produção artesanal na região metropolitana de Porto Alegre: o enfoque da teoria das convenções**. 2010, 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36396/000816622.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 mai. 2022.

NICHELE, F. S.; WAQUIL P. D.; Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Revista Cienc**, Santa Maria Rural, v.41, n.12, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/ZVgyKhjV6hQCmXy8KSRX3xr/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2022.

NIERDELE, A. P. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. 2010, 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-00561924/document>. Acesso em: 06 jun. 2022.

NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Trad. Elisabeth Hart: Instituto Liberal. St. Louis: Washington University, 1990.

NORTH, Douglas Cecil. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

NUNES, Carla Cristiane Pagliari. **As instituições dos mercados de produtos agroecológicos em Laranjeiras do Sul**. 2016, 142 f. Dissertação (Mestrado Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, PR, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFFS_256562fbae6e2af6bce24be620d0cd68. Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, D. F. et al. Análise da composição físico-química, conteúdo lipídico e qualidade higiênico-sanitária de queijos coloniais. In: Congresso Nacional de Laticínios, Juiz de Fora. **Anais...do XXVII Congresso Nacional de Laticínios**, Juiz de Fora, MG. 2010. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/download/5860/3321/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, M.F.A; VIANA, A.R.G; SANTOS, M.T.P. O consumo alimentar de escolares: um artigo de revisão. **Anais...Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC Águas de Lindóia, SP – 2013**.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **O Programa de Alimentação Mundial (PAM)**. 2012. Disponível em: <http://cecaneufop.blogspot.com.br/2012/01/o-programa-de-alimentacao-mundial-pam.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ORTEGA, A. C. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal. In: **As Políticas Territoriais Rurais e Articulação Governo Federal e Estadual: um estudo de caso da Bahia**. Orgs. ORTEGA, Antônio César; PIRES, Murilo José de Souza p.31-54. Brasília, IPEA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8023/1/As%20pol%C3%ADticas%20territoriais%20rurais%20e%20a%20articula%C3%A7%C3%A3o%20governo%20federal%20e%20estadual.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ORTEGA, A. **Territórios deprimidos**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política e Sociedade**. Florianópolis: PPGAGR, 2009, p. 79-105. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>. Acesso em: 10 set. 2022.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud**. Grenoble: Institut de Géographie Alpine, 2004. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers10-07/010035257.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Revista Raízes**, v. 24, n. 1, p. 10–22, 2005. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PECQUEUR, B. " Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés ," *Économie rurale*, **Program National Persée**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/prs/recoru/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217.html. Acesso em: 12 jul. 2022.

PEREIRA, L. M.; KARPOUZOGLOU, T.; FRANTZESKAKI, N.; OLSSON, P. Designing transformative spaces for sustainability in social-ecological systems. **Ecology and Society**, v. 23, n. 4, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-10607-230432>. Acesso em 25 ago. 2022.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares: uma leitura a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W.S. **Agroecologia Princípios e reflexões conceituais**. 2 ed. Brasília- DF: Embrapa, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Julian-Perez-Cassarino/publication/322536983_Agroecologia_mercados_e_sistemas_agroalimentares_uma_leitura_a_partir_da_soberania_e_seguranca_alimentar_e_nutricional/links/5a5ea011a6fdcc6

8fa992f06/Agroecologia-mercados-e-sistemas-agroalimentares-uma-leitura-a-partir-da-soberania-e-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

PERIN, G. et al. **A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma** PIRAUX, M.; CANIELLO, M. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, vol. 39, n. 2, 359-379, 2019. <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.115>.

PIRES, É. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. **Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos.** Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1374/2064>. Acesso em: 20 set. 2022.

PLEIN, C. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados? as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na microrregião de Pitanga, Paraná.** 2012. 266 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72254>. Acesso em: 18 set. 2022.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. *In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.* Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 21-52.

PLOEG, J. D. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. *In: HEBINCK, P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (ed.). Rural development and the construction of new markets.* Abingdon: Routledge, 2015. <https://doi.org/10.4324/9781315797519>

PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, p. 133-173, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233337679_Rural_development_through_the_construction_of_new_nested_markets_comparative_perspectives_from_China_Brazil_and_the_European_Union. Acesso em: 30 abr. 2022.

POLANYI, K. **A grande transformação.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas.** Coimbra: APDR, 1998.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

POLMAN, N. et al. Nested markets with common pool resources in multifunctional agriculture. *Rivista de Economia Agraria*, v.125, n.2, jun., 2010. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20113224384>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PRADO, F. H. et al. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. *Revista*

Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 59, p. 110-133, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76293> Acesso em: 28 abr. 2022.

PREISS, P. V. et al. **A. Os sistemas agroalimentares e a crise Covid-19: é possível um cenário mais justo e equitativo?** In: SANTOS, R; POCHMANN, M. (Org.). *Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas*. São Paulo: Alexa Cultura, 2020, p. 235-260. Disponível em: [http://www.afbndes.org.br/vinc1409/fotos/1409c%20\(1\).pdf](http://www.afbndes.org.br/vinc1409/fotos/1409c%20(1).pdf). Acesso em: 8 ago. 2020.

PREISS, P. V. et al. **Relatório de Resultados Preliminares da Pesquisa “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS: Regiões Metropolitana do Delta do Jacuí e Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: OBSERVA-DR, 2020. Disponível em: http://observadr.org.br/portal/wp-content/uploads/2020/09/relatorio-de-resultados_Redde-CSA-Brasil_COVID19.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

PREZOTTO, L. L. *Procedimentos para a Regularização de Empreendimentos Comunitários, Familiares e Artesanais*. – Brasília-DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 1ª edição, 2020. Disponível em: <https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Guia-de-Procedimentos-para-a-Regularizacao-de-Empreendimentos-Comunitarios-Familiares-e-Artesanais.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC, Florianópolis, n. 31, p. 133-154, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25195>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PRICE, R. Dossiê remanescentes de quilombos “Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações”. **Afro-Ásia**, n. 23, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20986>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RAUD- -MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.57, p. 127-142, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ywLXNRHwynqrzdp9qNL66kn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022.

RAUD, C. Os alimentos funcionais: a nova fronteira da indústria alimentar análise das estratégias da Danone e da Nestlé no mercado brasileiro de iogurtes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 85-100, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/dHh5pCdL7fzkBgCSYFrmjXr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert. Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

REIS, J. J. Identidade e Diversidade étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 2, n 3, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, N. 3, p. 393-411, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23539274_Understanding_Alternative_Food_Networks_Exploring_the_Role_of_Short_Food_Supply_Chains_in_Rural_Development/link/09e4150fd43c91f762000000/download. Acesso em: 15 dez. 2022.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico, um manifesto não comunista**. Tradução de Octavio Alves Velho e Sergio Goes de Paula; Revisão de Cassio Fonseca; Quinta edição aumentada; Zahar Editores; Rio de Janeiro; 1974.

RÜCKERT, A. A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias**, v. 6, n. 66, 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SACCO DOS ANJOS, F. et al. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, MT. **Anais...2004**.

SACHS, I. Le concept de développement d'après un itinéraire intellectuel. Seminário: Nationalité et représentation de l'avenir (Programme 2006-2007), École de des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, 27/02/2007. Paris, França.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALVATE BRASIL, N. **Mercados imersos: uma nova abordagem sobre a construção social dos mercados**. 2019, 232 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Faculdade de Ciências Econômicas- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217796/001120972.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 mai. 2022.

SALVATE BRASIL, N.; SCHNEIDER, S. **Anatomia dos mercados imersos. Guia metodológico**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/agrifood/images/2021/10/27/Comp_BRASIL_SCHNEIDER_2020_Anatomia_dos_Mercados_Imersos_Guia_Metodologico_1.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 16-30.

SANTOS, B.de S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In SANTOS, B. DE S. (Org.). **Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005. p. 21-133.

SANTOS, F. I. S. **Soberania alimentar quilombola: uma abordagem histórica e desafios para romper colonialidades**. 2020, 178 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP), Brasília (DF), 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38427/1/2020_FelipeImidioSantos.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

SANTOS, K. M. P. **Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar**. 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo. Piracicaba, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-26052015-151240/publico/Katia_Maria_Pacheco_dos_Santos_versao_revisada.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

SANTOS, K. M. P.; GARAVELLO, M. E. de P. E. Segurança alimentar em comunidades quilombolas de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, n. 1, p. 786-794, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8646390>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SÃO PAULO – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-ITESP. 2018. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assitencia_quilombos.aspx. Acesso em: 01 mar. 2020

SAQUET, M. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jXr37zTQLpMWq5Gq7TpSCfd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

SCHNEIDER, S. et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.34, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3FxM8WXzvmY5rR3SP#ModalHowcite>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.60, n.2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rTMMYgNqtrXmdYfDJWxXztQ/#>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2022.

SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D.; HEBINCK, P. Reconsidering the contribution of nested markets to rural development. In: HEBINCK, P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (ed.). **Rural development and the construction of new markets**. Abingdon: Routledge, 2015.

SCHNEIDER, S.; SALVATE, N.; CASSOL, A. Nested Markets, Food Networks, and New Pathways for Rural Development in Brazil. **Agriculture**, v. 6, n. 4, p. 1-19, nov. 2016. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0472/6/4/61>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SCHWAB, K. **Debemos superar el neoliberalismo en la era post-COVID**. **World Economic Forum**. 2020. Não paginado. Disponível em: <https://es.weforum.org/agenda/2020/10/debemos-superar-el-neoliberalismo-en-la-era-post-covid/> Acesso em: 09 de mar. 2022.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, A. **Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order**. New York: Oxford, 1998.

SILVA, D. S. C.; SANTOS, M. B. S.; NASCIMENTO M. J. Impactos causados pela covid-19: um estudo preliminar. **Revista brasileira de educação ambiental**, UNIFESP, São Paulo, n.4, p.128-147, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10722/7857>. Acesso em: 09 de mar. 2022.

SILVA, G. M. **A história do conceito de desenvolvimento e a ascensão das associações civis**. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, setembro 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2562.pdf> Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVA, G. S.; SILVA V. J. Quilombos Brasileiros: Alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 191-200, 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SILVA, K. R. da. **As técnicas de agricultura tradicional em combinação com propostas e práticas de sistemas agroflorestais: consensos possíveis ao desenvolvimento sustentável da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo, Vale do Ribeira (SP)**. 2013. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ecologia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121226/000750894.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SILVA, S. R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. **XII Colóquio internacional de Geocrítica**, 2012. Bogotá, Colômbia. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, T. L.; SCHMITZ, J. A. K. Considerações sobre avanços obtidos e limites atuais do PRONAT no Território Rural Vale do Rio Pardo. **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16465/4314>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVEIRA, P. R. C. et al. A construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. XIV Congresso brasileiro de sociologia. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

SOLER, M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. 2009. Disponível em: <http://institucional.us.es/compromiso/libreconf/docs/sistemas.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SONNINO, R. BASSINELLO, T. L. LOZANE, C. School Feeding Programmes: addressing the challenges of sustainable development. In: **Alimentação escolar - construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). Chapecó (SC): Argos, 2016. p. 89-110.

SOUZA, B. O. Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008, 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social- Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2130/1/2008_BarbaraOliveiraSouza.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 200. 320 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, SP, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=464232>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SOUZA, Marcelo J.L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I E.; GOMES, P. C. C.; C. R. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STUCCHI, D. **Laudo Antropológico: Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões**. São Paulo: Ministério Público Federal, 1998. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00175.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SWEDBERG, R. Markets as social structures. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Ed.) **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton: Oxford University Press, 1994.

TANCREDI, R. C. P.; MARINS, B. R. **Evolução da higiene e do controle de alimentos no contexto da saúde pública**. In Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas / Organização de Bianca Ramos Marins, Rinaldini C. P. Tancredi e André Luís Gemal. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo**. 2018. 186 f. Dissertação (Magister Scientiae). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/26796/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

TESTA, V.M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: Proposta para discussão**. Florianópolis, Epagri, 1996. 247p.

THE FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo; Cia das Letras, 1993. 454p.
TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

TRICHES, R. M. et al. Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. **Redes**, v.24, n.1, p.118-137, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11713>. Acesso em: 22 jan. 2023.

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61938/000866516.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TRICHES, R. M.; GERHARDT, T.; ALMEIDA, J. Reaproximar o consumo da produção, a sociedade da natureza: Uma estratégia para restabelecer a confiança ante os riscos do sistema

agroalimentar. **Anais...32º Encontro anual da ANPOCS GT 35: Ruralidade, território e meio-ambiente.** Caxambu-MG. Out de 2008.

TRICHES, R.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 12, n.75, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.cdr12-75.asac>. Acesso em: 20 fev. 2020.

THICHES, M. R. M. Sistemas agroalimentares locais a partir da revisão das compras públicas de alimentos para a alimentação escolar. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v.1, n.1, 2016. DOI: 10.21575/25254790rmmaa2016vol1n171

TURPIN, M. E. A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12904713/a-alimentacao-escolar-como-fator-de-desenvolvimento-sober>. Acesso em: 25 ago. 2022.

VÁZQUEZ, A. B. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa, **Revista SOCERJ**, p. 383-386, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

VIANA, C. E. **Construção social da qualidade do queijo colonial na Microrregião de Capanema (Sudoeste do Paraná)**. 2016, 170 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.). Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, Paraná. 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/570>. Acesso em: 18 mai. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 13, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em: 20 ago. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11. n. 2, 2004. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 20 jun. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WEZEL, A. S. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. In: **Agronomy for Sustainable Development**, n. 29, p. 503-515, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>. Acesso em: 20 jun. 2022.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, 2003b. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/239>. Acesso em: 20 ago. 2022.

WILKINSON, J. **A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares algumas considerações iniciais**. Apresentado no Workshop de Campinas, dez. 1996.

WILKINSON, J. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003a: 62 - 87. CPDA/UFRRJ.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n.2, p. 805-824. 2002. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/view/2042/2424>. Acesso em: 17 jun. 2022.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WISKERKE, H.; PLOEG, J. D. **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Van Gorcum, 2004.

YOUNG, A. **Agroforestry for soil conservation**. Wallingford: CAB International, 1991.

ZIMMERMANN, J. B. et al. **Construction territoriale et dynamiques productives aetude pour le Commissariat Général du Plan, convention n° 18/1997**. 1997, 261p.

APÊNDICE A

Tabela de variáveis e indicadores que compõem o diagnóstico dos mercados imersos.

Dimensão		Variável	Código	Indicador
DISTINTIVIDADE	se refere	Preço	DIST1	Atuar neste mercado me permite obter um preço mais alto.
		Processo de Produção	DIST2	Meus produtos são produzidos com mão de obra majoritariamente familiar.
			DIST3	Meus produtos são produzidos de forma artesanal.
		Disponibilidade espacial e em quantidade	DIST4	Meus produtos só podem ser encontrados aqui, num nível local ou regional.
			DIST5	Considero a minha produção de baixa escala.
		Recursos locais	DIST6	A maior parte das matérias primas utilizadas na produção artesanal é comprada localmente ou na região, quando não disponível na propriedade.
			DIST7	A maior parte dos insumos agrícolas que utilizo é comprada localmente ou na região, quando não disponível na propriedade.
			DIST8	Levo em consideração as características locais e regionais (clima, solo,) na elaboração dos meus produtos.
		Reputação	DIST9	Meus produtos têm reputação e são reconhecidos pelos consumidores.
		Controle	DIST10	Meus produtos possuem características que são difíceis de serem copiadas.
Dimensão		Variável	Código	Indicador
CONNECTIVIDADE	se refere ao mercado	Circuitos curtos	CON11	Tenho possibilidade de comercializar meus produtos diretamente ao consumidor ou reduzir os intermediários.
		Comunicação	CON12	Sempre me comunico e troco informações com outros participantes deste mercado (produtores, técnicos, extensionistas)
			CON13	Os consumidores sempre se comunicam e buscam informações comigo sobre os produtos, a propriedade e a temas relacionados com este mercado.
		Transparência	CON14	Busco ser transparente e passar as informações necessárias sobre meu processo produtivo a todos que perguntam.
			CON15	Minha propriedade está aberta e disponível para receber visitantes e mesmo fiscalizadores, não tenho nada a esconder.

(continuação) Tabela de variáveis e indicadores que compõem o diagnóstico dos mercados imersos

Dimensão	Variável	Código	Indicador
MULTIFUNCIONALIDADE	se refere às unidades	Interação com agentes de outros mercados	MULT16 Também compro e vendo produtos, insumos, matérias primas de participantes de outros mercados (insumos agrícolas, outros tipos de produtos, turismo, restaurantes, institucionais, padarias, boutiques).
		Ampliação das atividades produtivas e fontes de renda	MULT17 Desenvolvo atividades não agrícolas na propriedade para aumentar a renda (por exemplo agroturismo, gestão da paisagem e natureza, artesanato, produção de energia, serviços, dentre outros).
		Aprofundamento de práticas e processos	MULT18 Busco introduzir novas práticas agrícolas ou de processamento para agregar valor e características específicas aos meus produtos.
		Diversidade de canais	MULT19 Comercializo meus produtos em mais de um canal de comercialização (atravessadores, supermercados, cooperativas de grande porte, hotéis, restaurantes, grandes agroindústrias, etc.).
		Reconstrução da base de recursos	MULT20 Busco reduzir cada vez mais a dependência de recursos externos à minha propriedade (por exemplo reduzindo a compra de insumos agrícolas externos e buscando formas diferentes de cooperação local e regional).
			MULT21 Desenvolvo atividades não agrícolas fora da propriedade (como trabalho assalariado, bicos e outras), combinando-as com as atividades agrícolas locais.
GOVERNANÇA	se refere ao mercado	Ação coletiva	GOV22 As regras e acordos de participação neste mercado são definidas coletivamente por seus participantes.
			GOV23 Trabalho em conjunto com outros participantes do mercado, através de associação, cooperativa ou de grupos informais para conseguir benefícios coletivos.
		Monitoramento	GOV24 Quando presentes, os (as) agentes de monitoramento/fiscalização deste mercado que prestam contas aos participantes.
			GOV25 Os participantes deste mercado monitoram o cumprimento das regras e acordos definidos.
		Mecanismos de Solução de Conflitos	GOV26 Os participantes buscam resolver coletivamente os conflitos deste mercado
		Flexibilidade	GOV27 Os participantes possuem certa flexibilidade para tomarem suas decisões nesse mercado e nos seus processos de produção.
		Permeabilidade	GOV28 Qualquer produtor pode entrar ou sair deste mercado com facilidade.

(continuação) Tabela de variáveis e indicadores que compõem o diagnóstico dos mercados imersos

Dimensão	Variável	Código	Indicador
INFRAESTRUTURA SOCIO-MATERIAL	se refere ao mercado	Estrutura física/logística	INFR29 Tenho acesso a estruturas, espaços ou equipamentos coletivos que facilitam a comercialização de meus produtos (como por exemplo, caminhões, agroindústrias, pontos de venda).
		Tecnologia	INFR30 Tenho acesso à tecnologia necessária para desenvolver meu trabalho (por exemplo internet, serviços de telefonia, computadores e equipamentos).
		Informação	INFR31 Conto com o apoio de entidades para qualificar as minhas atividades neste mercado (como por exemplo cursos profissionalizantes e de qualificação e extensão rural).
			INFR32 Tenho acesso a informações rápidas e precisas neste mercado (por exemplo mudanças regulatórias, tendências e novidades).
RELEVÂNCIA	se refere ao mercado	Aumento da renda pela participação no mercado	REL33 Desde que participo deste mercado houve um aumento dos ganhos financeiros.
		Gênero	REL34 Houve um aumento da participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos.
		Reinvestimentos	REL35 Participar deste mercado me permite ter recursos financeiros para reinvestir na produção, nos processos produtivos e na infraestrutura de minha propriedade.
		Expectativa	REL36 Participar deste mercado permite ter expectativas quanto ao futuro da nossa atividade.
HISTÓRICO CULTURAL NATURAL	Se refere ao produção	História e Cultura na produção de alimentos	CUL37 Busco produzir os alimentos através de uma receita de família que segue gerações.
			CUL38 As formas de plantio e produção dos meus alimentos/produtos estão sendo repassados a meus familiares da mesma forma que meus antepassados me ensinaram
			CUL39 Considero meus produtos típicos/tradicionais
		Natureza e produção de alimentos	CUL40 Busco produzir meus alimentos/produtos de forma que respeite a natureza diminuindo o uso de aplicação de conservantes e matérias-primas externos/industrializados.
			CUL41 Busco realizar o plantio e o manejo do solo de forma natural, sem utilizar ou com menor quantidade de agrotóxicos e insumos, para evitar prejudicar o meio ambiente
			CUL42 Busco produzir o menor número de resíduos possíveis e reutilizar em minha propriedade os resíduos orgânicos, como alimentos para os animais ou compostagem (devolver ao solo para virar matéria orgânica) sempre que possível

APÊNDICE B

Instrumento de pesquisa (entrevista semi-estruturada e ferramenta de diagnóstico baseada em Salvate Brasil (2019); Almeida (2022), para entrevista dos grupos de comercialização de alimentos do Quilombo RGTS.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

DATA: ____/____/____

Nome do respondente: _____

- 01 Qual o tamanho da área da sua propriedade:
- 02 Quantos membros da família estão envolvidos na atividade (produção e comercialização de alimentos)
- 03 Quanto tempo vc faz comercialização de alimentos
- 04 Esta é a sua atividade principal? (Se não qual seria a principal?)
- 05 Possui mão de obra contratada fixa ou temporária?
- 06 Qual o tipo de Sistema de produção vc utiliza para produção de alimentos?
- 07 Quais alimentos você produz para comercializar (*in natura* e manipulados, descrever todos)?
- 08 Para quais mercados você comercializa os alimentos que produz? (Descrever todos)
- 09 A quanto tempo você participa desses mercados?
- 10 Como funciona o fluxo de venda dos produtos (se venda direta ao consumidor, se possuem atravessadores)
- 11 Existe um local específico para a comercialização dos alimentos? Qual/quais? (Ex. feira do Município)
- 12 Dos alimentos que você comercializa existe algum que considere diferenciado e que não é fabricado fora do Quilombo? Se sim, citar
- 13 Dos alimentos que você comercializa qual/quais são os mais procurados pelos consumidore
- 14 A produção dos alimentos é feita individual ou coletivamente (plantio e produção dos produtos manipulados)?

Se coletivo mencionar qual o local de produção, qual frequência se encontram para produzir e como fazem a divisão da matéria prima

FERRAMENTE DE DIAGNÓSTICO BASEADA NO PROPOSTO POR SALVATE BRASIL (2019) E ALMEIDA (2022).

ATENÇÃO

- O respondente deve se posicionar em relação ao mercado em que estamos falando em específico.

Numa escala de 1 a 5, em que medida o senhor (a) concorda com cada uma das afirmações abaixo?

	Discordo totalmente					Concordo totalmente				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
1- Atuar neste mercado me permite obter um preço mais alto.	<input type="checkbox"/>									
2- Meus produtos são produzidos com mão de obra majoritariamente familiar.	<input type="checkbox"/>									
3- Meus produtos são produzidos de forma artesanal.	<input type="checkbox"/>									
4- Meus produtos só podem ser encontrados aqui, num nível local ou regional.	<input type="checkbox"/>									
5- Considero a minha produção de baixa escala.	<input type="checkbox"/>									
6- A maior parte das matérias primas utilizadas na produção artesanal é comprada localmente ou na região, quando não disponível na propriedade.	<input type="checkbox"/>									
7 - A maior parte dos insumos agrícolas que utilizo é comprada localmente ou na região, quando não disponível na propriedade.	<input type="checkbox"/>									
8- Levo em consideração as características locais e regionais (clima, solo) na elaboração dos meus produtos.	<input type="checkbox"/>									
9- Meus produtos têm reputação e são reconhecidos pelos consumidores	<input type="checkbox"/>									
10- Meus produtos possuem características que são difíceis de serem copiadas.	<input type="checkbox"/>									
11- Tenho condições de comercializar meus produtos diretamente ao consumidor ou reduzir os intermediários.	<input type="checkbox"/>									
12 - Sempre me comunico e troco informações com outros participantes deste mercado (produtores, técnicos, extensionistas)	<input type="checkbox"/>									
13- Os consumidores sempre se comunicam e buscam informações comigo sobre os produtos, a propriedade e a temas relacionados com este mercado.	<input type="checkbox"/>									

14- Busco ser transparente e passar as informações necessárias sobre meu processo produtivo a todos que perguntam.	<input type="checkbox"/>					
15- Minha propriedade está aberta e disponível para receber visitantes e mesmo fiscalizadores, não tenho nada a esconder.	<input type="checkbox"/>					
16- Também compro e vendo produtos, insumos, matérias primas de participantes de outros mercados (insumos agrícolas, outros tipos de produtos, turismo, restaurantes, institucionais, padarias, boutiques).	<input type="checkbox"/>					
17- Desenvolvo atividades não agrícolas na propriedade para aumentar a renda (por exemplo agroturismo, gestão da paisagem e natureza, artesanato, produção de energia, serviços, dentre outros).	<input type="checkbox"/>					
18- Busco introduzir novas práticas agrícolas ou de processamento para agregar valor e características específicas aos meus produtos.	<input type="checkbox"/>					
19 - Comercializo meus produtos em mais de um canal de comercialização (atravessadores, supermercados, cooperativas de grande porte, hotéis, restaurantes, grandes agroindústrias, etc.).	<input type="checkbox"/>					
20 - Busco reduzir cada vez mais a dependência de recursos externos à minha propriedade (por exemplo reduzindo a compra de insumos agrícolas externos e buscando formas diferentes de cooperação local e regional).	<input type="checkbox"/>					
21 - Desenvolvo atividades não agrícolas fora da propriedade (como trabalho assalariado, bicos e outras), combinando-as com as atividades agrícolas locais	<input type="checkbox"/>					
22- As regras e acordos de participação neste mercado são definidas coletivamente por seus participantes.	<input type="checkbox"/>					
23- Trabalho em conjunto com outros participantes do mercado, através de associação, cooperativa ou de grupos informais para conseguir benefícios coletivos.	<input type="checkbox"/>					

24- Quando presentes, os (as) agentes de monitoramento/fiscalização deste mercado que prestam contas aos participantes.	<input type="checkbox"/>						
25- Os participantes deste mercado monitoram o cumprimento das regras e acordos definidos.	<input type="checkbox"/>						
26- Os participantes buscam resolver coletivamente os conflitos deste mercado.	<input type="checkbox"/>						
27- Os participantes possuem certa flexibilidade para tomarem suas decisões nesse mercado e nos seus processos de produção.	<input type="checkbox"/>						
28 - Qualquer produtor pode entrar ou sair deste mercado com facilidade.	<input type="checkbox"/>						
29- Tenho acesso a estruturas, espaços ou equipamentos coletivos que facilitam a comercialização de meus produtos (como por exemplo, caminhões, agroindústrias, pontos de venda).	<input type="checkbox"/>						
30- Tenho acesso à tecnologia necessária para desenvolver meu trabalho (por exemplo internet, serviços de telefonia, computadores e equipamentos).	<input type="checkbox"/>						
31- Conto com o apoio de entidades para qualificar as minhas atividades neste mercado (como por exemplo cursos profissionalizantes e de qualificação e extensão rural).	<input type="checkbox"/>						
32 - Tenho acesso a informações rápidas e precisas neste mercado (por exemplo mudanças regulatórias, tendências e novidades).	<input type="checkbox"/>						
33 - Desde que participe deste mercado houve um aumento dos ganhos financeiros	<input type="checkbox"/>						
34 - Houve um aumento da participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos.	<input type="checkbox"/>						
35 - Participar deste mercado me permite ter recursos financeiros para reinvestir na produção, nos processos produtivos e na infraestrutura de minha propriedade.	<input type="checkbox"/>						

36 - Participar deste mercado permite ter expectativas quanto ao futuro da nossa atividade.	<input type="checkbox"/>					
37- Busco produzir os alimentos que comercializo através de uma receita de família que segue gerações	<input type="checkbox"/>					
38- As formas de plantio e produção dos meus alimentos/produtos estão sendo repassados a meus familiares da mesma forma que meus antepassados me ensinaram	<input type="checkbox"/>					
39- Considero meus produtos típicos/tradicionais	<input type="checkbox"/>					
40- Busco produzir meus alimentos/produtos de forma que respeite a natureza diminuindo o uso de aplicação de conservantes e matérias-primas externo e/ou industrializados.	<input type="checkbox"/>					
41- Busco realizar o plantio e o manejo do solo de forma natural, sem utilizar ou com menor quantidade de agrotóxicos e insumos, para evitar prejudicar o meio ambiente	<input type="checkbox"/>					
42- Busco produzir o menor número de resíduos possíveis e reutilizar em minha propriedade os resíduos orgânicos, como alimentos para os animais ou compostagem (devolver ao solo para virar matéria orgânica) sempre que possível	<input type="checkbox"/>					